



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE

SOPHIA CARDOSO ROCHA

**PROGRAMA CULTURA VIVA E SEU PROCESSO DE
ESTADUALIZAÇÃO NA BAHIA**

SALVADOR

2011

Sistema de Bibliotecas da UFBA

Rocha, Sophia Cardoso.
Programa Cultura Viva e seu processo de estadualização na Bahia / Sophia Cardoso Rocha. -
2011.
231 f. : il.

Inclui anexos e apêndices.
Orientador: Prof. Dr. Antonio Albino Canelas Rubim.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação,
Salvador, 2011.

1. Política cultural. 2. Política pública. 3. Programa Cultura Viva. 4. Projeto Ponto de Cultura.
5. Brasil. Ministério da Cultura. 6. Bahia. Secretaria de Cultura. I. Rubim, Antonio Albino Canelas.
II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Comunicação. III. Título.

CDD - 306
CDU - 316.72/.74

SOPHIA CARDOSO ROCHA

**PROGRAMA CULTURA VIVA E SEU PROCESSO DE
ESTADUALIZAÇÃO NA BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia.

Orientador: Professor-Doutor Antônio Albino Canelas Rubim

Salvador

2011



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CULTURA & SOCIEDADE

SOPHIA CARDOSO ROCHA

Programa Cultura Viva e seu processo de estadualização na Bahia

Dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Cultura e Sociedade, na Linha de Pesquisa Cultura e Desenvolvimento, em 18 de março de 2011, foi aprovada pela comissão formada pelos professores:


Prof. Dr. Antonio Albino Canelas Rubim


Prof. Dr. José Márcio Barros


Prof. Dr. Adalberto Silva Santos

Este trabalho é dedicado à memória do professor Manoel José Ferreira de Carvalho.

AGRADECIMENTOS

A realização dessa pesquisa não seria possível sem a participação de várias pessoas. Agradeço imensamente a todos que estiveram ao meu lado durante o mestrado e contribuíram para que o meu percurso fosse menos solitário.

A minha família, especialmente a minha mãe e aos meus irmãos e irmã, que me deram apoio incondicional e compreenderam minhas reiteradas ausências nos encontros familiares.

Aos confrades, especialmente Bruno, Carol e Maiara que, entre um filme, uma bebida e uma cigarrilha, me auxiliaram elaborando gráficos, quadros, mapas e ilustrações.

A amiga Ana Aragão, por compartilhar textos fundamentais para a minha pesquisa.

A Lêda e família Alcântara, pelos momentos que me mantiveram em harmonia e equilíbrio.

A Isa Queiroz, vizinha querida, pela paciência em corrigir meu texto e me explicar os meandros da língua portuguesa.

Aos amigos e colegas que fiz durante minha passagem pela Secretaria de Cultura, especialmente a Saliha, Vânia e Renata Camarotti, que contribuíram diretamente com essa pesquisa.

Aos queridos amigos Walquíria, Lúcia, Celso, Carol, Dani e Paula, eternos companheiros da Adecult, pelos momentos mais divertidos de reflexão.

Ao professor Paulo Costa Lima e a Ângela Andrade, que confiaram no meu trabalho.

Aos professores Manoel José (*in memoriam*) e Linda Rubim, que me fizeram “pular o muro” da academia e perceber a diferença de estar em universidade pública.

Aos amigos pesquisadores do Cultura Viva, especialmente Alice, Hanayana, Doriedson e Alba, com quem foi possível aprofundar discussões de maneira descontraída.

Aos amigos do Cult e do Pós-Cultura, especialmente Delmira, Viviane, Fayga, Laura, Lourivânia, Juan, João, Chico e Léo Costa, com quem dividi angústias e alegrias.

A Oswaldo Farias, Eliete Braga e TT Catalão, do Ministério da Cultura, fundamentais para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Aos integrantes dos Pontos de Cultura da Bahia, especialmente Chicco Assis e Cristina Alves, que me auxiliaram na compreensão da rede estadual de Pontos de Cultura.

Aos professores Isaura Botelho, José Roberto Severino e Paulo Miguez, por me fazerem questionar as obviedades.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que me possibilitou dedicação exclusiva para essa pesquisa.

Aos professores José Márcio Barros e Adalberto Santos, pela dedicação na leitura do meu trabalho e pela contribuição com questionamentos e críticas fundamentais para o aprofundamento do estudo.

Ao professor Albino Rubim, a quem agradeço, especialmente, pela orientação cuidadosa ao longo desses dois anos de estudo.

Quem não tem
Juízo? O que pergunta ou o que responde?
O que quer dar um pouco do que é seu
Ou o que tinha juízo e que perdeu
E que nem sabe onde?

Orfeu da Conceição, de
Vinícius de Moraes

RESUMO

Essa pesquisa analisou o processo de constituição de uma política pública de cultura, tendo como foco o Programa Cultura Viva/Projeto Ponto de Cultura, instituído pelo Ministério da Cultura (MinC), em 2004. O objetivo foi investigar o funcionamento do Programa e como a estadualização repercutiu na sua dinâmica, por meio da experiência da Secretaria de Cultura da Bahia (Secult). A hipótese inicial era que a estadualização do Projeto Ponto de Cultura fortaleceria o pacto federativo brasileiro e contribuiria para a consolidação do Programa Cultura Viva enquanto uma política pública de cultura. Para realizar tal investigação, foi necessário partir do estudo da trajetória das políticas culturais no Brasil, desenvolvidas pelo governo federal no período de 2003 a 2010, e pelo governo do Estado da Bahia, de 2007 a 2010. Utilizando como metodologia a análise de políticas públicas, este trabalho analisou o Programa Cultura Viva, o Projeto Ponto de Cultura e o Programa Mais Cultura, instituído pelo MinC em 2007 como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da cultura. A coleta de dados foi feita a partir de documentos do Ministério da Cultura, da Secretaria de Cultura da Bahia e dos Pontos de Cultura; normas jurídicas (leis, portarias, decretos); instrumentos jurídicos (convênios, acordos de cooperação, editais); entrevistas com representantes do MinC, da Secult e dos Pontos de Cultura e textos acadêmicos que contribuíram para uma reflexão maior acerca das questões envolvidas na problemática do trabalho. A pesquisa revelou que o Cultura Viva foi considerado prioridade de gestão e recebeu significativo investimento dos governos federal e estadual. A hipótese inicial foi confirmada tendo em vista que esta política provocou a articulação dos entes federativos e contou com a participação dos atores envolvidos. Todavia, vale ressaltar que o Projeto Pontos de Cultura também apresentou fragilidades na gestão e não se institucionalizou, deixando emergir que o modelo de ação do Estado brasileiro não favorece a construção de políticas públicas configuradas nos moldes do Programa Cultura Viva.

Palavras-chave: Políticas Culturais. Políticas Públicas. Estado. Participação. Ministério da Cultura. Secretaria de Cultura da Bahia. Gestão. Programa Cultura Viva. Projeto Ponto de Cultura

ABSTRACT

This research analyzed the cultural policies implemented by the Ministry of Culture (MinC) in Brazil through the study of the “Cultura Viva” Program/ “Ponto de Cultura” Project in 2004. The aim was to investigate how the program works and how decentralization reflected in its dynamics, from the experience of the Secretariat of Culture of Bahia (Secretaria de Cultura da Bahia - Secult). The preliminary hypothesis was that the “Ponto de Cultura” project decentralization would strengthen the Brazilian federal pact and contribute to the consolidation of the “Cultura Viva” program as a cultural public policy. In this research, the trajectory of cultural policies in Brazil, developed by the federal government in the period 2003 to 2010, and the government of Bahia, from 2007 to 2010 was described. Using methodologies for public policy analysis, this study examined the “Cultura Viva” Program and the “Ponto de Cultura” project and the “Mais Cultura” program established by the Ministry of Culture in 2007 as the Growth Acceleration Program (Programa de Aceleração do Crescimento) of culture. Data collection was made from documents of the Ministry of Culture, Secretary of Culture and the “Ponto de Cultura” project; legal rules (laws, ordinances, decrees); legal instruments (conventions, agreements, notices), interviews with stakeholders of the MinC, the Secult and the “Ponto de Cultura” and the theoretical framework that contributed to a broader reflection on the issues involved in the problems of this research. The conclusions revealed that this program was considered a management priority and has received significant investment of federal and state governments. The initial hypothesis was confirmed in view that this policy led to the improvement of the relationship between state government and federal government and counted with the participation of stakeholders. However, it is noteworthy that the “Ponto de Cultura” project also showed weaknesses in management and is not institutionalized, demonstrating that the management model of Brazilian government does not favor the construction of public policies configured in the mold of “Cultura Viva”.

Keywords: Cultural Policy. Public Policy. State. Participation. Ministry of Culture. Secretariat of Culture of Bahia. Management. “Cultura Viva” Program. “Ponto de Cultura” Project.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Desafios da Gestão Participativa.....	28
Quadro 2	Pontos do programa de cultura do governo Dilma Rousseff.....	43
Quadro 3	Cargos em Comissão das secretarias em 2003	49
Quadro 4	Alterações com a reforma administrativa de 2004.....	50
Quadro 5	Execução orçamentária dos principais programas do MinC (2004 - 2009).....	53
Quadro 6	Resumo dos editais do Programa Cultura Viva.....	63
Quadro 7	Pontos de Cultura conveniados de 2004 a 2009.....	71
Quadro 8	Edital de seleção de Pontos de Cultura x Lei nº 8.666/93.....	82
Quadro 9	Instrução Normativa do STN nº 01/97 x Projeto Pontos de Cultura....	84
Quadro 10	Avaliação dos funcionários da SCC.....	91
Quadro 11	Quadro de funcionários da Secretaria de Cidadania e Cultura (2009)	92
Quadro 12	Territórios do Mais Cultura	103
Quadro 13	Diretrizes e Ações do Mais Cultura.....	107
Quadro 14	Panorama das Ações do Mais Cultura.....	110
Quadro 15	Resumo do investimento no Programa Cultura Viva.....	120
Quadro 16	Representações do Ministério da Cultura.....	125
Quadro 17	Oficinas de elaboração de projetos para o Edital Pontos de Cultura da Bahia	141
Quadro 18	Comissões de análise técnica.....	144
Quadro 19	Comparativo entre a cota prevista e as vagas preenchidas após a seleção dos projetos.....	146
Quadro 20	Planejamento da Secult para Ação Cultura Digital na Bahia.....	153
Quadro 21	Distribuição das turmas para o curso em Cultura Digital.....	155
Quadro 22	Distribuição dos Pontos de Cultura da Bahia conveniados com o MinC.....	160
Quadro 23	Pontos de Cultura integrantes do G26.....	163
Quadro 24	Pontos de Cultura integrantes do G8.....	164

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Ilustração 1	Organograma do Ministério da Cultura em 2009.....	51
Ilustração 2	Foco de atuação do Mais Cultura.....	104
Ilustração 3	Instituições financeiras parceiras do Programa Mais Cultura.....	105
Ilustração 4	Parceiros do Programa Mais Cultura.....	105
Ilustração 5	Proposta de parcerias do Mais Cultura.....	106
Ilustração 6	Organograma do Mais Cultura.....	119
Ilustração 7	Organograma da Secult.....	134
Ilustração 8	DVD produzido pela Secti e Secult.....	154

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Distribuição territorial das ações do Mais Cultura.....	103
Mapa 2	Distribuição territorial dos Pontos de Cultura da Bahia.....	157
Mapa 3	Distribuição dos Pontos de Cultura conveniados com o MinC.....	161
Mapa 4	Distribuição dos Pontos de Cultura conveniados com a Secult.....	162

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Funcionários com cargo comissionado nas secretarias do MinC.....	52
Gráfico 2	Execução orçamentária dos programas do MinC (2004-2009).....	54
Gráfico 3	Dotação orçamentária x Empenho do Programa Cultura Viva.....	55
Gráfico 4	Orçamento do Cultura Viva de 2004 a 2007.....	56
Gráfico 5	Trajectoria da execução orçamentária do Programa Cultura Viva de 2004 a 2009.....	56
Gráfico 6	Execução orçamentária SCC x SID.....	57
Gráfico 7	Distribuição regional dos Pontos de Cultura.....	72
Gráfico 8	Trajectoria do salário mínimo de 2003 a 2010.....	99
Gráfico 9	Trajectoria do PIB de 2003 a 2007.....	100
Gráfico 10	Distribuição das cotas de Pontos de Cultura por Território de Identidade.....	140
Gráfico 11	Distribuição territorial dos Projetos inscritos no Edital.....	142
Gráfico 12	Panorama numérico das três etapas seletivas do Edital.....	143
Gráfico 13	Distribuição temática dos projetos encaminhados para análise técnica..	144
Gráfico 14	Distribuição territorial dos projetos classificados no Edital.....	145
Gráfico 15	Distribuição territorial dos projetos selecionados.....	147

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCCOM	Associação Brasileira de Canais Comunitários
APEB	Arquivo Público do Estado da Bahia
BACs	Bases de Apoio à Cultura
BAHIATURSA	Empresa de Turismo da Bahia
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDC	Centro Digital de Cidadania
CEC	Conselho Estadual de Cultura
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CENPEC	Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária
CF	Constituição Federal
CFC	Conselho Federal de Cultura
CGU	Controladoria Geral da União
CNC	Conselho Nacional de Cultura
CNPC	Conselho Nacional de Política Cultural
CNPC	Comissão Nacional de Pontos de Cultura
CONFECOM	Conferência Nacional de Comunicação
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DG	Diretoria Geral da Secretaria de Cultura da Bahia
DOU	Diário Oficial da União
FCP	Fundação Cultural Palmares
FCRB	Fundação Casa de Rui Barbosa
FGM	Fundação Gregório de Mattos
FNC	Fundo Nacional de Cultura
FNPC	Fórum Nacional de Pontos de Cultura
FPC	Fundação Pedro Calmon
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNARTE	Fundação Nacional de Artes
FUNCEB	Fundação Cultural do Estado da Bahia
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAC	Instituto Brasil Cultural
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IN	Instrução Normativa
INGÁ	Instituto de Gestão das Águas e Clima
IPAC	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPSO	Instituto de Pesquisas e Projetos Sociais e Tecnológicos
IRDEB	Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MINC	Ministério da Cultura
MJ	Ministério da Justiça
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MS	Ministério da Saúde
OEI	Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura
ONGs	Organizações Não-Governamentais
OSCIPI	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PC	Ponto de Cultura
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PFL	Partido da Frente Liberal
PGE	Procuradoria Geral do Estado
PNC	Plano Nacional de Cultura
PRONAC	Programa Nacional de Apoio à Cultura
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PT	Partido dos Trabalhadores
PV	Partido Verde

REDA	Regime Especial de Direito Administrativo
SAI	Secretaria de Articulação Institucional
SAP	Sala do Artista Popular
SAV	Secretaria do Audiovisual
SECTI	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação
SECULT	Secretaria de Cultura da Bahia
SCC	Secretaria de Cidadania Cultural
SCT	Secretaria de Cultura e Turismo da Bahia
SDPPC	Secretaria de Desenvolvimento de Programas e Projetos Culturais
SEFIC	Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SID	Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural
SNC	Sistema Nacional de Cultura
SPPC	Secretaria de Programas e Projetos Culturais
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUDECULT	Superintendência de Cultura da Secretaria de Cultura da Bahia
SUPROCULT	Superintendência de Promoção Cultural da Secretaria de Cultura da Bahia
TCU	Tribunal de Contas da União
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO I – POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA NO BRASIL	
1.1 Desafios para construção e análise de políticas públicas.....	23
1.2 Políticas públicas de cultura no Brasil.....	30
1.3 O Ministério da Cultura no governo Lula.....	38
1.4 <i>Policy Analysis</i> : metodologia e modelo de análise de políticas públicas..	43
CAPÍTULO II – PROGRAMA CULTURA VIVA	
2.1 Trajetória da Secretaria de Cidadania Cultural.....	48
2.2 Configuração do Programa Cultura Viva	59
2.3 Projeto Ponto de Cultura	67
2.4 Ações do Programa Cultura Viva.....	76
2.5 Desafios institucionais do Cultura Viva e do Projeto Ponto de Cultura.....	78
2.6 Análise do Cultura Viva no ciclo de políticas públicas.....	94
CAPÍTULO III – PROGRAMA MAIS CULTURA	
3.1 Apresentação do Programa Mais Cultura.....	99
3.2 O impacto do Mais Cultura no Projeto Ponto de Cultura.....	118
3.3 A questão da descentralização no Ministério da Cultura	122
3.4 A descentralização e o Programa Mais Cultura.....	126
CAPÍTULO IV - ESTADUALIZAÇÃO DO PROJETO PONTO DE CULTURA NA SECRETARIA DE CULTURA DA BAHIA	
4.1 A política cultural na gestão Márcio Meirelles.....	131
4.2 O Edital Pontos de Cultura da Bahia.....	137

4.3 A gestão do projeto na Secretaria de Cultura.....	148
4.4 A rede de Pontos de Cultura na Bahia.....	157
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	170
REFERÊNCIAS.....	177
ENTREVISTAS REALIZADAS.....	191
ANEXOS.....	192
APÊNDICES.....	210

INTRODUÇÃO

O interesse em analisar as políticas culturais desenvolvidas no período de 2003 a 2010 vem produzindo estudos e pesquisas dentro e fora do Brasil¹. Essas análises estão sendo realizadas tanto por estudiosos de instituições de ensino e pesquisa (faculdades, centros de estudos, fundações, programas de pós-graduação etc), como por órgãos públicos subordinados ao governo, como a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

A reunião de dados e informações que possam ser produzidas sobre as gestões de Gilberto Gil e Juca Ferreira no Ministério da Cultura (MinC) é imprescindível para balizar estudos e pesquisas que permitam avaliar a política cultural empreendida no governo Lula. Isso significa analisar o que foi pensado, programado e realizado, e também o que não foi formulado e implementado, ou seja, é preciso observar lacunas e silêncios que permearam as duas gestões.

As pesquisas produzidas nessa perspectiva podem apontar avanços e retrocessos, coerências e paradoxos, ausências e presenças, continuidades e descontinuidades da política cultural. Em alguma instância, os estudos podem averiguar se o conjunto de ações no período de 2003 a 2010 caminhou para consolidar uma política pública de cultura no país, ou, se superado o período do governo Lula, o conjunto de programas e projetos instituído até então, será desarticulado, desintegrado, ou, até, extinto. Trata-se, portanto, de análises importantes que devem ser feitas, de antemão, com a consciência de suas dificuldades e limitações, afinal, fazê-las, nesse momento, implica em assumir os riscos de estudar um processo que ainda está em curso.

O caráter inconcluso de processos em andamento também dificulta o ato de efetuar análises. Em razoável medida a avaliação rigorosa depende das modalidades de finalização dos processos e de seus resultados. Sem isto, corre-se o risco de se evocar mais as intenções que as realizações inscritas nos projetos. (RUBIM, 2010a, p. 10).

É certo, também, que conhecer os processos de formulação, implementação e, quando possível, de avaliação das políticas culturais é importante para analisar os resultados que foram alcançados e/ou frustrados. Como ressalta Klaus Frey (2000): “O exame da vida de certas políticas setoriais, sobretudo as de caráter mais dinâmico e polêmico, não deixa dúvidas referentes à interdependência entre os processos e os resultados das políticas.” (p.219). O

¹ Pesquisas também vêm sendo desenvolvidas no exterior, a exemplo dos estudos realizados sobre o Programa Cultura Viva por Paul Heritage (Universidade de Londres), Candace Slater (Universidade de Bekerley), Idelette Muzart (Universidade Paris X) e Bernd Fichtner (Univesidade de Siegen). [Informações obtidas no Seminário Internacional do Programa Cultura Viva, realizado em novembro de 2009, em Pirenópolis/GO].

mesmo autor destaca a importância dos estudos específicos que, apesar de focarem em certa situação, podem ser capazes de extrapolar seus objetos imediatos e de estimularem reflexões mais ampliadas.

[...] à medida que cresce o número de estudos específicos realizados nos vários campos da política, aumenta não apenas o conhecimento referente às políticas específicas, mas também o conhecimento teórico referente às inter-relações entre estruturas e processos do sistema político-administrativo por um lado e os conteúdos da política estatal por outro. (Ibid., p. 243).

Diante desse contexto, as análises de programas e projetos culturais à luz das políticas públicas devem conhecer princípios, conceitos, definições, metodologias, enfim, elementos constitutivos dessa área do conhecimento na busca de tentar responder por que algumas condições, em maior ou menor grau, favorecem e/ou dificultam o desenvolvimento de determinadas políticas culturais.

Partindo dessa perspectiva, a presente dissertação se propôs a analisar o Programa Cultura Viva/Projeto Ponto de Cultura enquanto uma política pública de cultura. Dentre vários aspectos inerentes a esse tema, foi selecionado o da estadualização como dinâmica capaz de articular os entes federativos e que, potencialmente, fortalece e consolida políticas públicas. Outra questão que perpassa o texto é a da relação Estado-sociedade civil, considerando especificamente os limites de ação desses dois atores no campo da gestão do Cultura Viva. Para aproximar a análise dessas concepções com a prática da política cultural, a pesquisa debruçou-se sobre o edital piloto Pontos de Cultura da Bahia. Esse instrumento de seleção pública foi resultado do primeiro convênio assinado entre a União/Ministério da Cultura e o Estado da Bahia/Secretaria de Cultura com objetivo de estadualizar o Programa Cultura Viva/Projeto Ponto de Cultura. O processo de elaboração do edital, da seleção dos projetos, do acompanhamento das instituições conveniadas, enfim, a gestão do Projeto pela Secretaria foi utilizada, no estudo, enquanto experiência que possuía o desafio de articular diferentes entes federativos em um só projeto e de dialogar com uma rede de Pontos de Cultura existente previamente no estado.

Nessa dissertação, o texto da pesquisa foi dividido em quatro capítulos que se comunicam. As reflexões e debates conceituais permearam todo o texto. O intuito de tal organização foi provocar uma aproximação entre o objeto de estudo e as construções teóricas que puderam contribuir para uma melhor compreensão do assunto.

O primeiro capítulo, “Políticas públicas de cultura no Brasil”, apresenta uma breve trajetória das políticas culturais no País, com destaque para o período de 2003 a 2010, e trata dos conceitos, definições e metodologias para construção, estudo e interpretação de políticas

públicas.

O segundo capítulo, “Programa Cultura Viva”, descreve e analisa o Programa instituído pelo Ministério da Cultura em 2004. O texto expõe a constituição da Secretaria de Cidadania Cultural (SCC) – órgão responsável pela formulação e gestão do Programa – dentro da nova estrutura organizacional do Ministério; apresenta o processo de criação e implantação do Programa Cultura Viva, do Projeto Ponto de Cultura e de suas ações (Escola Viva, Griô, Cultura Digital etc); e reflete sobre alguns aspectos da sua gestão, incluindo as implicações das normas jurídicas que regiam o Programa, a exemplo da Lei nº 8.666/93 e da Instrução Normativa nº 01/97.

O terceiro capítulo, “Programa Mais Cultura”, apresenta o Programa iniciado pelo Ministério, em 2007, a partir da política do governo federal denominada Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O Mais Cultura intensificou e redimensionou o processo de descentralização do Programa Cultura Viva, sendo responsável pela sua estadualização. O texto descreve os três eixos do Mais Cultura (Cultura e Cidadania; Cultura e Cidades e Cultura e Economia), com suas diretrizes e ações. Analisa a estrutura e funcionamento do Programa, bem como sua atuação enquanto política que pretendeu articular os três entes federativos. Por fim, averigua o impacto que o Mais Cultura provocou no Projeto Ponto de Cultura por meio das assinaturas de acordos e convênios com os governos estaduais.

O quarto e último capítulo, “Estadualização do Projeto Ponto de Cultura na Secretaria de Cultura da Bahia”, descreve, brevemente, as mudanças nas políticas culturais da Bahia a partir do governo Jaques Wagner e da gestão Márcio Meirelles. Apresenta e analisa o processo de estadualização do Cultura Viva através da formulação do edital piloto Pontos de Cultura da Bahia, publicado em março de 2008 pela Secretaria de Cultura (Secult). Discorre sobre a gestão do Projeto na Secult e sobre a configuração da rede estadual de Pontos de Cultura, levando em consideração a relação entre os Pontos de Cultura conveniados com o Ministério da Cultura e aqueles conveniados com a Secretaria.

As considerações finais apresentam, resumidamente, os principais aspectos observados ao longo dos quatro capítulos, dando ênfase àqueles mais relevantes para a pesquisa. Na perspectiva de concluir o estudo, destaca as novidades introduzidas pela estadualização do Cultura Viva/Projeto Ponto de Cultura e os seus limites enquanto uma política cultural que pretendeu articular os três entes federativos.

Em resumo, o método de trabalho dessa pesquisa baseou-se na leitura e compreensão de textos que contribuíram para uma reflexão mais consistente acerca das diversas questões envolvidas na sua problemática, em diálogo com teóricos como Marco Aurélio Nogueira,

Celina Souza, Klaus Frey, Evelina Dagnino e Albino Rubim; na leitura e análise de documentos oficiais do MinC e da Secult, tais como relatórios de governo, dotações orçamentárias, diários oficiais, editais; na leitura de entrevistas e discursos dos principais representantes do governo federal e estadual. Foi necessário ainda o estudo dos documentos produzidos pelas comissões nacional e estadual dos Pontos de Cultura, a exemplo de atas de reuniões e de cartas produzidas após os encontros entre os representantes dos Projetos.

Além da reflexão sobre materiais já produzidos, foram realizadas sete entrevistas especificamente para essa dissertação. As entrevistas (semi-estruturadas) realizadas com representantes do Ministério (TT Catalão, então secretário da Cidadania Cultural – substituto de Célio Turino – e Eliete Braga, gestora do Programa Cultura Viva) aconteceram em abril de 2010, na sede da SCC, em Brasília. As demais entrevistas (diretivas) foram realizadas por meio de questionário encaminhado por e-mail para duas representantes da Secretaria de Cultura da Bahia (Renata Camarotti, gestora do Projeto Ponto de Cultura e Saliha Rachid, representante territorial), para dois representantes de Pontos de Cultura da Bahia (Chicco Assis, do Ponto de Cultura Cine-Teatro Solar Boa Vista e Cristina Alves, do Ponto de Cultura Espaço da Arte) e para a coordenadora da Rede de Pontos de Cultura de Alagoas (Catarina Sales, superintendente de Formação e Difusão Cultural da Secult/AL). Esta entrevista foi realizada com o objetivo de averiguar a relação da Bahia com os demais estados de sua região e de conhecer a dinâmica da rede de outro estado. Todas as entrevistas foram anexadas ao final da dissertação.

O acesso que tive a essas pessoas e aos documentos produzidos por governos e Pontos de Cultura foi facilitado pela trajetória profissional que percorri a partir de 2006, quando me aproximei do Programa Cultura Viva. Nesse ano, participei da elaboração do projeto Pontão de Cultura da Fundação Gregório de Mattos, órgão público de cultura da Prefeitura Municipal de Salvador; no ano seguinte, fui coordenadora do Ponto de Cultura Cine-Teatro Solar Boa Vista, da Fundação Cultural do Estado da Bahia; de 2008 a 2009 trabalhei na Superintendência de Cultura da Secult/BA, na coordenação do edital Pontos de Cultura da Bahia, acompanhando todo o processo de estadualização do Cultura Viva; em 2010, prestei assessoria ao processo seletivo do edital Caminhos das Águas-Pontos de Cultura (realizado pela Secult) e participei, no mesmo ano, como avaliadora do Prêmio Cultura Viva. Com isso, pude tramitar por setores dos órgãos públicos (governo municipal, estadual e federal), bem como por instâncias representativas dos Pontos de Cultura (fóruns, comissões, encontros estaduais e nacionais). Essa convivência intensa com o objeto da pesquisa dificultou, certamente, o “estranhamento” e o distanciamento indicado para uma pesquisa acadêmica.

Porém, contribuiu para uma análise mais rica e densa, especialmente pelo fato de eu ter atuado nos dois “papéis principais” do Projeto: enquanto gestora de um Ponto de Cultura e como coordenadora do Projeto em um órgão público (na Secult). A experiência de ter atuado em perspectivas distintas, me fez experimentar as facilidades e dificuldades que os Pontos de Cultura e os órgãos públicos encontram para desenvolver suas competências.

É preciso registrar que a análise do Programa Cultura Viva/Projeto Ponto de Cultura foi realizada no momento em que ele ainda estava sendo executado. Especialmente no caso da estadualização do Projeto, esse problema é ainda mais visível, já que nenhum governo estadual finalizou os três anos de convênio com os Pontos de Cultura ou com o Ministério da Cultura². Não se tem nesse momento, portanto, uma avaliação final sobre o impacto da estadualização, seja para as comunidades locais, seja para os governos.

Outro aspecto que precisou ser observado ao longo da pesquisa refere-se aos dados e informações disponibilizados pelo Ministério da Cultura e Secretaria de Cultura da Bahia. Por se tratar de uma política cultural recente, ainda que analisada com certa frequência³, foi preciso recorrer constantemente às fontes oficiais. Ocorre que não há por parte dos órgãos públicos, tampouco pelos Pontos de Cultura, uma organização dos dados dos Programas Cultura Viva e Mais Cultura. Não se sabe, por exemplo, quantos Pontos de Cultura existem atualmente no Brasil. É comum haver informações divergentes sobre esse quantitativo. Foi preciso, então, apoiar a pesquisa em diversas fontes, incluindo consultas a funcionários dos órgãos e a documentos informativos produzidos pelas gestões.

Por fim, o estudo do Cultura Viva apresentou o desafio de ultrapassar o “encantamento” que aparece em algumas análises produzidas sobre ele. “O encantamento natural com as potencialidades do programa/projeto não pode ser exagerado, nem deve impedir uma vigorosa e qualificada reflexão crítica sobre ele.” (RUBIM, 2009, p. 22). Talvez por se tratar de uma política inovadora, que estabeleceu um diálogo constante com a sociedade civil, trazendo novos atores para o centro de um programa público, é recorrente uma admiração por parte dos analistas que se projeta na escrita. Nesse sentido, o texto dessa pesquisa buscou apontar os avanços produzidos pelo Projeto Ponto de Cultura, sem relevar as suas tensões, entraves e problemas, partindo do pressuposto de que uma análise de política pública deve ser capaz de observar diversos aspectos que a compõe, contribuindo, assim, para uma avaliação crítica.

² O convênio assinado entre o Ministério da Cultura e a Secretaria de Cultura da Bahia será finalizado em 2011.

³ Diversas dissertações foram produzidas sobre o Programa Cultura Viva. Algumas delas foram utilizadas nessa pesquisa, a exemplo dos textos de Luana Vilutis (SP), João Domingues (RJ) e Fabrício Mattos (CE).

CAPÍTULO I – Políticas Públicas de Cultura no Brasil

1.1 Desafios para construção e análise de políticas públicas

Política pública é, por excelência, uma área multidisciplinar que envolve diversos campos do conhecimento, tais como a ciência política, administração, sociologia e economia. Assim, as análises de políticas públicas tangenciam elementos que dizem respeito ao Estado, à sociedade, à política e à economia (SOUZA, 2007) e, conseqüentemente, aos aspectos inerentes a cada uma dessas áreas, tais como: poder, democracia, cidadania, governança, participação popular e esfera pública.

Diante de tal abrangência, a análise de políticas públicas tem, como um dos seus desafios, eleger aspectos prioritários a serem observados em um determinado caso, sem perder de vista princípios mais amplos que as regem. Nesse sentido, um dos momentos fundamentais da política pública diz respeito à conformação do diálogo entre o Estado e a sociedade civil.

Na concepção de alguns autores, para que uma *política* possa ser considerada *pública* é importante que ela se desenvolva em espaços que privilegiem a discussão pública de maneira ampla e aberta, onde os participantes possam ser sujeitos dos processos, ou seja, que influenciem nas deliberações do poder público (RUBIM, 2010b, p. 155-156). Isso significa que, nessa perspectiva, política pública demanda um Estado que reconheça e fomente a ampla participação⁴ política da sociedade, ao mesmo tempo em que essa sociedade deve exigir e ocupar espaços participativos e deliberativos desse Estado.

Falar de política pública implicaria, portanto, em acionar uma democracia participativa que desenvolveria atitudes de cooperação, integração e comprometimento com as decisões públicas (PATEMAN, 1992 apud SILVA, 2009). Um dos teóricos que destacam o papel do debate público nas decisões políticas é Jürgen Habermas.

Para o autor, as decisões políticas do Estado não devem estar desancoradas das demandas advindas do mundo da vida (constituído pela sociedade civil) e, por isso, em sua concepção de democracia, Habermas concede um lugar central ao processo discursivo de conformação das opiniões dos cidadãos. (SILVA, 2009, p.8).

⁴ Participação não se confunde com representação política. Na representação, o cidadão transfere alguns de seus poderes para uma determinada pessoa pública. Essa transferência é feita através de algum mecanismo, a exemplo do voto. O representado não necessariamente acompanha o desempenho do representante escolhido, daí Boaventura de Sousa Santos (2005) afirmar: “A representação democrática assenta na distância, na diferenciação e mesmo na opacidade entre representante e representado.” (p. 238). Na democracia participativa, a representação deve se relacionar com os processos participativos nos quais os sujeitos interferem efetivamente no desenvolvimento da política pública.

As condições para que esse diálogo possa acontecer devem estar reunidas em um ambiente de gestão participativa, que, por sua vez, deve estabelecer “conexões dinâmicas e criativas com a política: com a representação, seus espaços, atores e instituições, com partidos e eleições, com os tempos, os ritmos e a ética específica da política, em suma, com o Estado”. (NOGUEIRA, 2005, p. 156).

Partindo do conceito gramsciano de Estado, enquanto “equilíbrio entre sociedade política e sociedade civil” (COUTINHO, 2007, p. 127), onde a primeira “tem seus portadores materiais nos aparelhos repressivos de Estado (controlados pelas burocracias executivas e policial-militar); e, a segunda, enquanto organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política” (Ibid., p. 130), tem-se na democracia participativa espaços institucionalizados de disputa entre essas duas esferas⁵.

A sociedade política representada, por exemplo, por técnicos e burocratas da esfera administrativa do governo, e a sociedade civil, constituída por sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais⁶ etc, têm, nos diversos mecanismos de participação popular, a possibilidade de construir “[...] espaços de discussão e negociação de políticas públicas, espaços de explicitação de conflitos e interesses, contrários, portanto, a qualquer ideia de processo harmonioso de delegação de poderes, em que existiriam apenas “iguais””. (NOGUEIRA, 2005, p. 161).

A existência formal desses espaços de negociação, entretanto, não pode ser considerado como suficiente para consolidar processos democráticos que ensejem a presença da sociedade. Para John Gaventa (2004), nos debates que vêm ocorrendo sobre processos políticos participativos e deliberativos, há diversidade de atores – ativistas populares, movimentos sociais, instituições multilaterais, governos etc – que utilizam os termos “participação” e “deliberação” com significados diferentes na perspectiva de consolidar uma agenda democrática.

Para alguns, a visão democrática é aquela que privilegia *menos* governo, impulsionada pela perspectiva neoliberal da eficiência; para outros, trata-se de fortalecer a democracia local por meio de maior envolvimento e engajamento dos cidadãos no processo de tomada de decisões; para outros, ainda, trata-se de utilizar novos espaços democráticos e oportunidades e promover uma ampla transformação

⁵ Sobre o assunto, Carlos Nelson Coutinho (2007) afirma ainda que: “Em primeiro lugar, temos uma diferença na *função* que exercem na organização da vida social, na articulação e reprodução das relações de poder. [...] no âmbito e através da sociedade civil, as classes buscam exercer sua *hegemonia*, ou seja, buscam ganhar aliados para suas posições mediante a *direção política* e o *consenso*; por meio da sociedade política, as classes exercem sempre uma *ditadura*, ou, mais precisamente, uma *dominação* mediante a *coerção*”. (p. 127-128).

⁶ Marilena Chauí (2003) aponta a possível mudança de posição do interior da sociedade civil para a de uma sociedade política. “Na medida em que os movimentos sociais são capazes de criar sujeitos sociais em busca de expressão política, vemos surgir do interior da sociedade civil e à distância do Estado algo que, numa linguagem gramsciana, chamaríamos de sociedade política e para a qual o poder volta a ser posto como questão”. (p. 284).

social. (Ibid., p.7).

Por isso, é essencial compreender o contexto em que tal participação se desenvolve e a sua dinâmica de composição e de funcionamento, sob o risco de

[...] interpretar como tal ações que têm a aparência de participação, mas que são, na verdade, ou formas de cooptação de lideranças, ou mecanismos de ritualização de demandas, ou práticas de desresponsabilização do Estado ou, até mesmo, instrumentos de manipulação. (MATA-MACHADO, 2010, p. 257).

É importante haver previsões formais que garantam e estimulem espaços de participação, como o faz a Constituição Federal do Brasil de 1988, porém, as garantias legais, a implantação de processos participativos e a instituição desses espaços como ambientes permanentes de diálogos devem ser analisados concomitantemente ao projeto político que os insere. Como ressalta Marcos Nobre (2004):

O momento presente [...] requer tanto a reflexão sobre a natureza mesma dos regimes democráticos e da posição que podem e/ou devem ocupar nesses regimes os mecanismos de participação e deliberação de cidadãos e cidadãs, como análises concretas desses mecanismos e suas lógicas institucionais. (p. 22).

A preocupação em analisar os arranjos da democracia participativa é especialmente relevante por conta do movimento político-econômico-social das últimas décadas. De acordo com John Gaventa (2004), nos anos noventa, houve um *boom* de processos participativos devido às reformas governamentais e à onda de descentralização ocorrida em países de democracia mais recente. O autor revela que essa tendência política

[...] abriu espaços para novas formas de participação dos cidadãos nas políticas públicas e levantou questões sobre como envolver os cidadãos no processo de tomada de decisão que afetam suas vidas, bem como sobre a estrutura das instituições políticas e o relacionamento entre as sociedades civis e política. (p. 7).

É preciso ressaltar que esse *boom* participativo está inserido no projeto neoliberal predominante no mundo ocidental, especialmente nos países da América Latina, onde produziu “efeitos de aprofundamento da desigualdade, de consolidação do mercado e do interesse privado como parâmetros de todas as coisas e de minimalização da política e da democracia.” (DAGNINO, 2005, p. 46).

Tem-se, nesse contexto, o diálogo entre dois projetos: neoliberal – com o predomínio do Estado mínimo – e o participativo democratizante – com a presença e atuação de setores da sociedade civil nos processos políticos.

A confluência desses dois projetos gerou, no Brasil, um complexo campo de compreensão sobre o quê e como se constituiria a democracia brasileira desse período. Foi sobre essa dinâmica que Evelina Dagnino (2005) dedicou uma análise no texto “Políticas culturais, democracia e o projeto neoliberal”, apontando que o neoliberalismo apropriou e re-

significou referências do projeto democrático, especialmente as noções de: sociedade civil, participação e cidadania.

A disseminação das versões neoliberais dessas referências vem obscurecendo as profundas diferenças entre esses dois projetos [neoliberal e democratizante/participativo] e aí reside a perversidade dessa confluência entre eles no Brasil de hoje. (Ibid., p. 46).

Para a autora, a formulação de políticas culturais, objeto de análise do seu texto, necessita ser efetivamente democrática e esse processo perpassa pela identificação e exposição das diferenças entre os dois projetos, “hoje, diluídas e encobertas por essa aparente homogeneidade de discurso” (Ibid., p. 46). Nesse sentido, continua Dagnino, “é preciso que o significado democrático desses princípios seja reafirmado e expandido, para que as políticas culturais que eles venham a orientar possam efetivamente se contrapor à hegemonia neoliberal.” (Ibid., p. 46).

A autora defende que os três princípios, objetos da “confluência perversa”, possuem significados distintos nos dois projetos políticos. No neoliberalismo, a “sociedade civil” foi reduzida às Organizações Não-Governamentais (ONGs), ao Terceiro Setor e às Fundações Empresariais, enquanto que os movimentos sociais e as organizações de trabalhadores passaram a ser marginalizados. Esse re-significado foi incentivado pelos governos locais que optaram por fazer parcerias com instituições tecnicamente bem preparadas e despolitizadas, apoiados pelo discurso disseminado pela grande mídia da necessidade de o Estado reduzir seu campo de ação.

Essa configuração da “sociedade civil” no neoliberalismo repercutiu, por sua vez, na conformação dos espaços públicos e no entendimento sobre “representação” e “participação”, tanto por parte do Estado quanto da sociedade. Segundo Dagnino,

O Estado as vê [as ONGs] como interlocutoras representativas na medida em que detêm um conhecimento específico que provém do seu vínculo (passado ou presente) com determinados atores sociais: jovens, negros, mulheres [...]. Portadores dessa capacidade específica, muitas ONGs passam também a se ver como “representantes da sociedade civil”, num entendimento particular da noção de representatividade [...]. Esse entendimento particular na noção de representatividade a reduz à visibilidade social, entendida, por sua vez, como o espaço ocupado nos vários tipos de mídia. (Ibid., p. 54).

Conseqüentemente, a noção de “participação” foi alterada para uma perspectiva individualista, onde o voluntarismo e a solidariedade privada substituíram o sentido coletivo e político (TELLES, 2001 apud Ibid.). Nesses espaços de participação, analisa Dagnino, o que se espera da sociedade civil é “[...] muito mais assumir funções e responsabilidades restritas à implementação e execução de políticas públicas [...] do que compartilhar o poder de decisão quanto à formulação dessas políticas. [Assim], o significado da participação é radicalmente

redefinido e reduzido à gestão”. (Ibid., p. 55).

A autora reflete, ainda, sobre a noção de “cidadania”, que no neoliberalismo foi reduzida ao aspecto do individualismo relacionado com a capacidade consumidora do cidadão.

Esse parece ser o princípio subjacente a um enorme número de programas para ajudar as pessoas a “adquirir cidadania”, isto é, aprender como iniciar microempresas, tornar-se qualificado para os poucos empregos ainda disponíveis, etc. Num contexto no qual o Estado se isenta progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, o mercado é oferecido como uma instância substituta para a cidadania. (Ibid., p. 58).

Diante de tais análises, percebe-se que através das três referências – sociedade civil, participação e cidadania – é possível compreender que projeto de democracia está sendo desenvolvido.

A construção de políticas públicas está profundamente relacionada com o modelo de projeto democrático constituído pelo governo e pela sociedade civil. Compreender a configuração dos espaços públicos faz parte dessa dinâmica. Isso implica em reconhecer sua importância para legitimar processos políticos e também em averiguar a sua “qualidade”, ou seja, observar se esses espaços garantem a diversidade de públicos, promovem igualdade de condições nos processos participativos, democratizam informações pertinentes etc.

Os espaços públicos também devem primar por não minimizar a tensão existente entre governo e sociedade civil. Ou seja, a participação da sociedade deve ser estimulada não apenas para aprovar, reconhecer e legitimar ações do poder público, mas, também, para criticá-la e alterá-la, daí porque a democracia se torna vital para o desenvolvimento de políticas públicas.

Outro desafio que está posto refere-se à necessidade de qualificar politicamente as discussões que ocupam os espaços de participação (CALABRE, 2010), afinal, como destaca Hamilton Faria (2010): “existem questões a serem debatidas para que este processo possa avançar: qual é o papel dos interesses corporativos, das estruturas burocráticas e políticas, dos grupos econômicos, das velhas militâncias que confundem o interesse público e privado?” (p. 276). Isso porque não é possível compreender o Estado ou a sociedade civil como um bloco único de interesses.

Apesar da inquestionável importância de o Estado democrático construir políticas públicas com a participação da sociedade civil, isso não é tarefa simples. Na perspectiva dos desafios que a gestão participativa gera para o Estado e para a sociedade civil, Marco Aurélio Nogueira (2005) aponta alguns impactos, organizados no quadro abaixo.

<p>(1) Promove o encontro entre Estado e sociedade, fazendo com que a autonomia do primeiro seja relativizada ao envolver a sociedade nos assuntos governamentais.</p>	<p>(5) Exige mudanças na administração das organizações públicas para que esta seja mais ágil, atuando de maneira descentralizada e cooperativa, uma gestão que seja mais “<i>construtiva</i> do que destrutiva, incorpora tecnologia sem se desfazer de pessoas, busca agilidade e leveza sem perder de vista o mérito e o sentido, <i>forma</i> em vez de capacitar profissionais, reúne técnica e política.” (p. 149).</p>
<p>(2) Introduce novas formas de controle social onde a sociedade avalia e controla a gestão e interfere na indicação dos “critérios e de regras procedimentais que determinarão o modo como as decisões serão tomadas.” (p. 146).</p>	<p>(6) Deve ajustar o modelo burocrático ao novo ambiente para que seja mais dinâmico e tenha seus procedimentos mais eficientes e ágeis, já que “ainda não há, no horizonte, qualquer proposta de tipo “pós-burocrático” que tenha adquirido maturidade técnica e teórica, legitimidade e consenso suficientes para cumprir as funções típicas da burocracia.” (p. 149).</p>
<p>(3) Fomenta parcerias entre organizações públicas e sociedade civil com o cuidado de não se traduzir no discurso neoliberal, ou seja, sem haver transferência de obrigações ou de recursos públicos para o Terceiro Setor “em nome de uma alegada “agilização” do processo de formulação e implementação de políticas sociais, nem para reconfigurá-las a partir de parâmetros não-estatais, estranhos à comunidade política.” (p. 147).</p>	<p>(7) Deve investir em novas formas de tomada de decisões e de gerenciamento público, com um planejamento estratégico, dinâmico e democrático, onde as operações de decisão, execução, avaliação e controle possam ser articuladas. “Com isso, será possível não apenas fixar cenários e metas orgânicas, mas também monitorar e avaliar a implementação das políticas por ele balizadas.” (p. 150).</p>
<p>(4) Busca resultados que não se limitam ao universo administrativo, estendendo sua ação para uma possível transformação social, “[...] preocupa-se mais com o bem-estar e a emancipação dos cidadãos do que com a “saúde”, os custos ou a lógica operacional das organizações, das regras e dos aparatos de gestão.” (p. 148).</p>	<p>(8) Os profissionais envolvidos devem agregar conhecimento técnico-administrativo com protagonismo ético-político, ou seja, devem ser capazes de “pensar de modo complexo, realizar análises concretas de situações concretas e imprimir outro padrão ético à administração pública.” (p.151).</p>

Quadro 1 – Desafios da gestão participativa

Fonte: Elaboração própria a partir de NOGUEIRA, 2005.

Todos esses desafios que a gestão participativa envolve estão inseridos nos processos dialéticos que se inscrevem na democracia. Portanto, a gestão participativa não está imune a obstáculos e problemas.

Para Enid Rocha Andrade da Silva (2009), os espaços de participação social sofrem dificuldades de várias ordens, tais como: política, material e de assimetria de saberes. Segundo a autora, há fatores próprios da disputa política, “como a reação e a atuação de grupos contrários à construção de um novo projeto de democracia, que inclui a maior participação da sociedade” (p. 34). Além disso, continua Silva,

[...] a completude da transformação requer articulação de forças políticas que estão além desses espaços de participação social e dos grupos sociais que deles participam. Na linguagem gramsciana, a consolidação de um novo método de governar com participação social requer a criação de uma verdadeira vontade coletiva para ir além de interesses corporativos e considerar os interesses da maioria da população. (p. 34).

Portanto, o campo de disputa das políticas públicas é acirrado, envolve diversos atores, seja de setores do governo, seja de setores da sociedade civil.

Um exemplo dessa disputa foi o posicionamento divergente de grupos que compuseram o governo federal entre 2003 e 2010 quanto aos processos de participação popular na formulação e/ou implementação de políticas públicas.

Durante esses oito anos, houve divergência entre setores que avançaram na perspectiva de construir políticas públicas com a participação da sociedade civil, a exemplo da Cultura, e outros que passaram a largo disso, como o das Comunicações. Se o Ministério da Cultura fomentou espaços de participação política (consultas públicas, conferências de cultura, câmaras setoriais, debates etc.), o Ministério das Comunicações manteve uma postura conservadora e resistente⁷.

Apesar dessas divergências, houve, de maneira geral, um posicionamento favorável, por parte do governo, à participação da sociedade nos processos políticos. De acordo com Luiz Dulci⁸, ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República nesse período, ao longo dos oito anos foram realizadas 73 conferências nacionais com participação de mais de cinco milhões de pessoas⁹.

A partir de 2003, a população invadiu o processo (e foi convidada a invadi-lo). As políticas passaram a ser formuladas junto com os movimentos sociais nas conferências, conselhos e mesas de diálogo. O maior exemplo disso são as conferências de políticas públicas. Já foram realizadas 73 conferências nacionais, sobre os mais diversos temas. Desenvolvimento, geração de emprego e renda, inclusão social, saúde, educação, meio ambiente, direitos das mulheres, igualdade racial, reforma agrária, juventude, direitos humanos, ciência e tecnologia, comunicação, diversidade sexual, democratização da cultura, reforma urbana, segurança pública, entre muitos outros. [...]. Mais de 5 milhões de pessoas participaram dessas conferências, nas suas várias etapas. Também os conselhos de políticas públicas, que hoje existem em todas as áreas, com efetiva presença da sociedade civil, cumprem papel fundamental. [...]. Sem falar nas mesas permanentes de diálogo: a mesa com as centrais sindicais sobre a valorização do salário mínimo; a mesa tripartite canavieiros-usineiros-governo; e as mesas da agricultura familiar, das mulheres camponesas, do funcionalismo, dos atingidos por barragens, da

⁷ A 1ª. Conferência Nacional de Comunicação – Confecom, convocada por decreto pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência, aconteceu somente em dezembro de 2009.

⁸ Entrevista concedida a Juarez Guimarães, publicada na Revista Teoria e Debate em 2010.

⁹ Em matéria publicada pela Agência Brasil, a Secretaria-Geral da Presidência informou que o Brasil realizou, de 1941 a 2010, 109 conferências nacionais, sendo que 60% delas ocorreram entre o primeiro e o segundo mandato do governo Lula. Disponível em: < <http://noticias.portalbraganca.com.br/politica/41-social/365-ipea-mostra-em-pesquisa-que-sucesso-das-conferencias-populares-ao-tao-comuns-e-pouco-ouvidas-dependem-da-representatividade-dos-participantes-.html>>. Acesso em janeiro de 2011.

moradia popular. (...). (2010).

O ex-ministro afirma, ainda, que os resultados das conferências foram, em boa medida, absorvidos na implementação de políticas públicas.

Muitas se tornaram projetos de lei, já aprovados, ou estão em tramitação no Congresso Nacional. Outras, por meio de decretos ou portarias, foram imediatamente postas em prática. E, mesmo quando não era possível concretizá-las de imediato, incorporaram-se à agenda de debates do governo e do país. (Ibid., 2010).

Caberia uma avaliação mais profunda acerca dos impactos produzidos pelos mecanismos de participação popular para as políticas públicas compreendidas entre os anos 2003 e 2010. Como foi visto anteriormente, é importante garantir espaços públicos de debate, mas, também, averiguar a qualidade dos processos e a composição dos atores envolvidos nos mesmos.

Reconhecida a importância da participação popular na consecução de políticas públicas, é relevante observar que a consolidação dessas políticas envolve outros aspectos. A estabilidade dos programas e projetos do poder público passa pela organização de instrumentos e mecanismos que possam institucionalizar as ações do Estado. Caso contrário, ficam à mercê de mudanças que possam ocorrer no cenário político (seja por parte do poder público, seja por setores da sociedade civil). Assim, os avanços produzidos por um governo no âmbito das políticas públicas podem ser até extintos por outra administração.

1.2 Políticas públicas de cultura no Brasil

A consolidação de políticas públicas tende a perpassar tanto pelo crivo da sociedade civil nos processos de formulação e implementação de programas e projetos, quanto pela possibilidade de se tornar uma política capaz de ultrapassar períodos de governos distintos, ou seja, de se tornar uma política pública de Estado; e o ambiente favorável para o desenvolvimento dessas políticas se encontra na democracia.

Essa afirmação, por sua vez, não implica na inexistência de políticas continuadas ou não compartilhadas com setores da sociedade civil, em governos não-democráticos. Essa situação pode ser observada na trajetória da política cultural no Brasil. Nesse sentido, o texto a seguir se propõe a descrever resumidamente o caminho percorrido por essas políticas e os seus impactos no cenário atual.

Para Anita Simis (2007), políticas públicas de cultura podem ser entendidas como:

Escolha de diretrizes gerais, que tem uma ação, e estão direcionadas para o futuro, cuja responsabilidade é predominantemente de órgãos governamentais, os quais

agem almejando o alcance do interesse público pelos melhores meios possíveis, que no nosso campo é a difusão e o acesso à cultura pelo cidadão. (p. 133).

Já Isaura Botelho (2007) defende que:

[...] uma política pública se formula a partir de um diagnóstico de uma realidade, o que permite a identificação de seus problemas e necessidades. Tendo como meta a solução destes problemas e o desenvolvimento do setor sobre qual se deseja atuar cabe então o planejamento das etapas que permitirão que a intervenção seja eficaz, no sentido de alterar o quadro atual. Para ser conseqüente, ela deve prever meios de avaliar seus resultados de forma a permitir a correção de rumos e deve se atualizar permanentemente, não se confundindo com ocorrências aleatórias, motivadas por pressões específicas e conjunturais. Não se deve confundir também com ações isoladas, carregadas de boas intenções, mas que não têm consequência exatamente por não serem pensadas no contexto dos elos da cadeia criação, formação, difusão e consumo. (p. 113).

Dos trechos acima citados, observa-se que, apesar de não haver referências sobre a participação popular na formulação/implementação de políticas públicas, há afirmações quanto ao objeto principal dessas políticas – a população brasileira –, e à importância das ações serem permanentes, não se configurando como propostas pontuais e esporádicas. É relevante averiguar, então, se políticas públicas de cultura foram implementadas no País, sob quais contextos e condições.

Para o professor José Márcio Barros (informação verbal)¹⁰, a política cultural é um conjunto articulado entre conceito, estratégia e ação. Ela não tem no artista e no produtor cultural o seu fim. Precisa estabelecer uma relação entre princípios e atitudes (democracia não pode ser a ditadura da maioria, mas sim a convivência com os diferentes). Deve ter amplitude territorial e setorial, corrigir, equilibrar, procurar a equidade. Precisa ser permanente e, com atuação da sociedade civil, se constituir como política de Estado. Deve articular a dimensão sociológica da cultura com a dimensão antropológica, ou seja, articular o que é específico da cultura com aquilo que a compreende. Política pública de cultura deve abraçar: eventos culturais, mas também oferta de serviços culturais permanentes; criação e manutenção de espaços culturais (infra-estrutura); proteção e promoção da memória e do patrimônio cultural; apoio à produção e à difusão de bens culturais; formação de recursos humanos artísticos e culturais; realização de intercâmbios culturais; integração da política cultural com outras políticas públicas; produção de informação e indicadores de desenvolvimento cultural. Política cultural pressupõe também a participação e controle social. Significa conhecer as realidades, interpretá-las, intervir, acompanhar e avaliar para que se mude ou se institucionalize (reconhecendo a eficiência e eficácia do projeto, é preciso torná-lo

¹⁰ Palestra sobre políticas públicas e a proteção e promoção da diversidade cultural. Realizada em Salvador/BA, em 21 de setembro de 2009.

permanente). Requer articulação de entes federativos com a sociedade civil. Por fim, política pública não pode ser apenas o conjunto de ações corretivas, exige dos seus gestores a capacidade de saber antecipar problemas.

Apresentado o conjunto de elementos que devem compor uma política cultural, é preciso observar como o órgão público de cultura do poder central do Brasil vem atuando. De acordo com o professor Albino Rubim, a política cultural brasileira, até 2002, é marcada por um histórico que pode ser reunido nas expressões “autoritarismo, caráter tardio, descontinuidade, desatenção, paradoxos, impasses e desafios.” (2007a, p. 11).

O caráter tardio pode ser observado pelo desinteresse dos governantes – e da sociedade – em implementar uma política cultural, partindo do pressuposto dessas se constituírem enquanto

Conjunto de intervenciones realizadas por el Estado, las instituciones civiles e los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para um tipo de orden o de transformación social. (CANCLINI, 1987 apud BAYARDO, 2007, p. 70).

A compreensão da inauguração tardia das políticas culturais não é, entretanto, compartilhada por autores como José Álvaro Moisés, para quem desde o período do Brasil Império é possível encontrar uma política dirigida à cultura.

Há quase duzentos anos, o Brasil tenta conciliar, mesmo se com avanços e recuos, seus melhores esforços de construir-se como Nação com os difíceis desafios de apoiar o desenvolvimento de sua cultura. Isso começou no início do século passado, quando Portugal decidiu transferir sua corte imperial para cá e D. João VI [...] resolveu criar, em 1810, a primeira instituição cultural brasileira de vulto, a Biblioteca Nacional. Mais tarde, com o advento da República, os avanços alcançados com a criação da Biblioteca, da Orquestra Filarmônica, em 1841, ou da Ópera Nacional, em 1857, serviram de base para as políticas de atendimento a artistas e criadores que apoiaram-se, muitas vezes, no acesso direto aos governantes. (MOISÉS, 2001, p. 13-14).

Apesar de existir algumas ações culturais nos períodos citados, é possível denominá-las como uma “política cultural”? No texto intitulado “Políticas Culturais no Brasil: Primórdios (1500-1930)”, Alexandre Barbalho (2009a) destaca que as ações estimuladas nesse período eram praticamente dirigidas aos artistas, e não à população; a sua abrangência territorial era muito reduzida; e o conceito de cultura trabalhado até então era relacionado à cultura das belas-artes, especialmente nas áreas da música (clássica) e da pintura. Portanto, se política cultural é compreendida como o conjunto articulado de conceitos, estratégias e ações, não se pode garantir que, no período do Brasil Império, já existisse algo nesse sentido.

Com o fim do Império e a proclamação da República, poder-se-ia imaginar que, dando sequência ou inaugurando outras ações, a política cultural brasileira poderia ser iniciada. Não foi isso, entretanto, o que aconteceu.

Já a República, inaugurada de cima para baixo e que deixou o povo bestializado, além de exilar o Imperador, nada demais fez no campo da política cultural. Pelo contrário, com a partida de D. Pedro II, aquela construção institucional tímida que se iniciara com D. João VI e que ele deu continuidade, sofreu um revés, se despotencializou. A apatia registrada pelo poder público na cultura não correspondia ao movimento das idéias que os primeiros anos de governo republicano proporcionou. (BARBALHO, 2009, p. 7).

Foi na década de 30 que, para a maioria dos autores, as políticas culturais passaram a existir enquanto tal. Com o projeto de construir e firmar uma identidade brasileira que garantisse a unidade nacional, o governo de Getúlio Vargas empenhou esforços para a área da cultura, ainda que essa posição tenha sido dirigida para “reproduzir determinada imagem do povo brasileiro propícia aos seus interesses de modernização do capitalismo no país.” (BARBALHO, 2009, p. 3). Foi no governo Vargas, notadamente no Estado Novo, sob as ordens e o interesse de um regime autoritário, que uma série de instituições (órgãos e legislações específicas) foram criadas, tais como: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional¹¹ (SPHAN), Instituto Nacional do Livro, Instituto Nacional de Cinema Educativo e o Serviço de Radiodifusão Educativa. Todas essas entidades estavam vinculadas ao setor da cultura alocado no Ministério da Educação e Saúde, sob a direção do ministro Gustavo Capanema. Vale lembrar, que durante o mesmo governo, em 1938, foi criado o Conselho Nacional de Cultura (CNC), que tinha por função “coordenar as atividades concernentes ao desenvolvimento cultural” (CALABRE, 2010, p. 291), mas que foi efetivado somente em 1961.

A década de 30 é, para alguns autores, um marco na constituição de políticas públicas de cultura, especialmente por conta das ações do modernista Mário de Andrade. “Como se sabe foi com Mário de Andrade que pela primeira vez se formulou uma política cultural no sentido público, e não apenas voltada para as elites, a elite nacional agrária oligárquica. A cultura passou então ser um direito de todo cidadão.” (SIMIS, 2007, p. 144). No Departamento de Cultura do município de São Paulo, Mário de Andrade realizou uma série de ações que se expandiram pelo País, a exemplo das expedições para registrar as manifestações culturais do Norte e Nordeste. Enquanto colaborador do governo federal, suas concepções de cultura foram fundamentais e seus reflexos podem ser observados no anteprojeto para a criação do SPHAN, que compreendia tanto o registro e a divulgação de manifestações culturais de caráter material, quanto imaterial¹².

¹¹ Vale lembrar que nessa época, o patrimônio digno de proteção estatal era, praticamente, formado pelas igrejas católicas, fortalezas, casarões coloniais. “O Serviço (...) opta pela preservação do patrimônio de pedra e cal, de cultura branca, de estética barroca e teor monumental.” (RUBIM, 2007a, p. 17).

¹² O projeto acolhido para o SPHAN ficou restrito ao patrimônio material.

Experiência inovadora na época, a política implementada por Mário de Andrade segue sendo um exemplo interessantíssimo de uma ambiciosa gestão cultural na esfera do município [...]. Creio ser o primeiro exemplo de uma política pública de cultura no sentido que encaramos hoje, dando conta de todo o universo da produção cultural em sentido abrangente (esporte, turismo, culinária, design, por exemplo) e incluindo em suas preocupações todas as camadas da população, inclusive a infantil. (BOTELHO, 2007, p. 112).

Outra herança da década de 30 é o modelo organizacional da administração política, centralizada no órgão da esfera federal, principal responsável pela formulação e implementação da política cultural. (Ibid., p. 38-39).

Percebe-se, então, que o início da constituição de políticas públicas de cultura no Brasil não se deu na perspectiva de fomentar a participação da sociedade civil nos processos decisórios. Ela foi fundamentada na institucionalização do campo da cultura, criando órgãos, leis, modelos de organização no intuito de consolidar ações.

Com o fim do Estado Novo (1930 a 1945) e o início do período democrático eram aguardados novos rumos para a política cultural brasileira. Porém, isso não aconteceu. Exceto por algumas iniciativas como a criação do Ministério da Educação e Cultura, em 1953, do funcionamento do Conselho Nacional de Cultura (de 1961 a 1966) e da manutenção das instituições criadas no governo anterior, o Estado pouco agiu.

Os governos que se sucederam até o golpe militar de 1966 [...] possuem políticas episódicas e setoriais para o fomento e o apoio às manifestações culturais das diferentes camadas da sociedade. Se, por um lado, toda a estrutura institucional montada durante a Era Vargas foi mantida com os órgãos voltados para a gestão da cultura preservados, estes são paulatinamente esvaziados por falta de recursos, ou mesmo pela perda de seus quadros técnicos. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 70).

Após o período democrático, mais um regime autoritário marcou o Brasil. Outra vez, o Estado, assim como nos anos 30, investiu na política cultural. Durante a ditadura militar, especialmente entre os anos de 1974 e 1985, o governo criou uma série de instituições culturais, tais como: Fundação Nacional das Artes (Funarte); Conselho Nacional do Direito Autoral; Conselho Nacional de Cinema; Fundação Pró-Memória. Além disso, elaborou a Política Nacional de Cultura que, “incluindo cultura entre suas metas políticas, formaliza pela primeira vez um conjunto de diretrizes para o setor” (MICELI, 1984, p. 57 apud BOTELHO, 2001, p. 40). Outra iniciativa do governo ditatorial foi a criação, em 1974, do Conselho Federal de Cultura (CFC) em substituição ao Conselho Nacional de Cultura. Nesse período, a institucionalização do campo da cultura passou a exigir leis, projetos e órgãos específicos para administrá-la (CALABRE, 2010, p. 294).

De acordo com Marco Aurélio Nogueira (2005), o regime ditatorial foi complexo e sofisticado. Combinou grupos dominantes atrasados e o capital monopolista, resultando numa

desigual modernização do País, que “recheou de artificialismo a estrutura produtiva e implicou um elevado custo social”, contribuindo para a miséria, desigualdade e tensão social. Outro aspecto que merece ser destacado nesse período é a relação da ditadura com a sociedade civil. Na opinião de Nogueira (2005), ao invés de tentar mobilizar a sociedade a seu favor, os militares atuaram para desmobilizá-la.

Após a ditadura, conforme avaliação de Evelina Dagnino (2005), havia um sentimento de que o Estado era a representação do mal e a sociedade civil a do bem. Na ditadura, o Estado era o inimigo comum, e a sociedade se uniu para lutar contra ele. Na década de 70, diversos movimentos sociais articularam seus atores para se opor ao Estado. Em prol da democracia, movimentos sindicais, estudantis e do campo juntaram forças para se fazer presentes. Ainda assim, a sociedade civil saiu fragilizada e com dificuldade de se articular para atuar politicamente.

Finalizada a ditadura, e concomitante ao processo de redemocratização do Estado brasileiro, foi criado o Ministério da Cultura. Por meio do Decreto nº 91.144 de março de 1985¹³, no governo José Sarney, o Brasil passou a contar com um órgão exclusivo para a cultura na esfera federal.

A Constituição Federal, que havia sido promulgada em 1988, previa no seu artigo 215 a obrigação de o Estado garantir o exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, apoiando e incentivando a valorização e a difusão das manifestações culturais. Entretanto, apesar de haver o reconhecimento da cultura como um direito de todos, ela não foi tratada como prioridade nos debates da constituinte e não integrou o processo de descentralização de recursos e políticas públicas. (COSTA, 2009, p. 97).

A criação do Ministério da Cultura, naquele momento, não deu, assim, garantias para a estabilidade da área. Na opinião de Isaura Botelho (2001):

[...] a vitoriosa campanha pela criação de um ministério da cultura, ainda que bem articulado em nível político, não foi capaz de traduzir este sucesso em termos conceituais e práticos, comprovando que, para a cultura e a arte, é mais útil e eficaz estar numa estrutura maior e que tenha força política, do que ser autônoma, mas frágil e sem prestígio. (p. 25).

A fragilidade do Ministério da Cultura pode ser percebida na dinâmica que o órgão passou a ter a partir de então. De 1985 a 1994, passaram pelo MinC dez ministros e dois secretários. Só no governo Sarney, foram nomeados cinco (RUBIM, 2008). Durante o governo Collor de Melo¹⁴, o próprio Ministério e seus órgãos – Funarte, Embrafilme, Concine

¹³ Até então, havia no Ministério da Educação e Cultura (MEC) uma secretaria exclusiva para tratar da cultura (instituída em 1981 por iniciativa de Aloísio Magalhães).

¹⁴ Vale lembrar que Collor de Melo foi o primeiro presidente eleito através do voto direto após o período da

etc – foram extintos, incluindo o Conselho Federal de Cultura. Em menos de três anos, nova mudança, com o retorno do Ministério da Cultura no governo Itamar Franco (1992-1994). Em resumo, esse período foi marcado pela “desregulamentação, privatização, livre comércio, concorrência solta, que levou à implosão da máquina das empresas públicas e de diversas das instituições do Estado, inclusive o próprio Ministério da Cultura [...]” (SIMIS, 2007, p. 145).

O desmonte do Ministério, na opinião de Botelho (2001), é consequência da fragilidade que o órgão sofria desde sua criação enquanto estrutura autônoma. Havia o interesse de o governo “enxugar” a máquina pública através de demissões de funcionários e extinguir órgãos e setores, além disso, não houve mobilização da sociedade civil, que de acordo com a autora, não reagiu ao processo de desestruturação da cultura. Essa desmobilização social não era característica, entretanto, de todos os setores. Havia na década de 80

[...] conselhos populares e os de políticas públicas, principalmente nos municípios que adotaram a prática do orçamento participativo. [...] Tais conselhos influenciaram os movimentos sociais e a Assembléia Constituinte instalada em 1987, fazendo com que, no texto constitucional, fosse introduzido o princípio da participação da sociedade civil na gestão de algumas áreas das políticas públicas. [...] A área da cultura – seus órgãos e conselhos – não foram objeto de nenhum tipo de regulamentação específica. (CALABRE, 2010, p. 295-296).

A década de 90 foi marcada, no Brasil, pelo aumento das privatizações dos serviços públicos e pela diminuição do Estado que, no campo da cultura, se reduziu a promulgar leis de incentivos fiscais¹⁵. Com isso, as decisões sobre o rumo do financiamento da cultura foram transferidas para setores privados de empresas. O Ministério diminuiu, assim, seu campo de atuação na política cultural, deixando, inclusive, de buscar o incremento do seu próprio orçamento¹⁶.

Desde o Governo Collor, o Ministério da Cultura definhou. Sua estrutura apequenou. O MinC perdeu sua capacidade política, técnica e gerencial. Desmantelado, foi incapaz, por exemplo, de operar integralmente os instrumentos previstos no Programa Nacional de Apoio à Cultura, a conhecida Lei Rounet. Mas o mais grave foi que o Ministério abandonou por completo aquela que deveria ser a sua função maior. Em vez de ter uma política cultural para o país, simplesmente entregou essa tarefa ao mercado, aos departamentos de comunicação e marketing das empresas, pela via dos incentivos fiscais. (GIL, 2003a, p. 50).

O auge da política neoliberal na cultura ocorreu durante a gestão de Francisco Weffort, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Nesse período, a política

ditadura militar.

¹⁵ A primeira lei de incentivos fiscais brasileira foi criada em 1986 durante o governo Sarney. Em 1992, durante o governo Collor, essa lei foi extinta e, em seu lugar, promulgada a Lei Rouanet (Lei 8.313/92). Em 1993, no governo Itamar Franco, foi promulgada uma lei de incentivo fiscal especificamente dirigida para o Audiovisual (Lei 8.685/93).

¹⁶ Isaura Botelho ressalta como outra consequência do governo Collor o fato de as instituições federais passarem a acessar o Fundo Nacional de Cultura, concorrendo com instituições da sociedade civil.

de incentivos fiscais, que já vinha sendo desenvolvida desde o governo Sarney, passou a ser acolhida como “a política cultural do Estado”.

A combinação entre escassez de recursos estatais e a afinidade desta lógica de financiamento com os imaginários neoliberais então vivenciados no mundo e no país, faz com que boa parcela dos criadores e produtores culturais passe a identificar política de financiamento e, pior, políticas culturais tão somente com as leis de incentivo. (RUBIM, 2007a, p. 25).

O discurso do governo FHC, entretanto, era outro. De acordo com Weffort (1998): “A política de cultura há de abrir o Brasil aos brasileiros. Muitos deles, ainda culturalmente encolhidos na sua paróquia, terão a oportunidade de conquistar culturalmente todo o seu país.” (p. 26). Para o então presidente Fernando Henrique Cardoso (1998), havia o “(...) absoluto compromisso com o único critério que deve presidir de modo dogmático às ações governamentais nesse terreno: o absoluto respeito ao pluralismo das formas e conteúdos da expressão cultural do nosso povo.” (p. 14). É sabido, porém, que esse discurso não correspondeu a um projeto político de democracia cultural.

Além de estimular a aplicação e ampliação da lógica das leis de incentivo, o ministério desenvolveu alguns projetos como o Monumenta, voltado para a área de patrimônio físico, mas realizado institucionalmente fora do IPHAN, e o programa de expansão do número de bibliotecas no Brasil, visando dotar todos os municípios de, pelo menos, uma biblioteca, meta não realizada apesar do esforço desenvolvido. Também a área de patrimônio imaterial foi contemplada, através da criação de legislação específica neste setor. Mas estas e outras iniciativas não se pretendiam como contraposições à prioridade conferida às leis de incentivo. Elas atuavam de modo complementar à opção política tomada¹⁷. (RUBIM, 2010c).

É possível afirmar que durante as duas gestões de Weffort, a cultura não foi alçada à condição de direito de todo cidadão. O número da desigualdade que a cultura acumulou durante várias décadas pôde ser confirmado em uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizada em 2006. Foi constatado, por exemplo, que dos cerca de 600 municípios que não possuíam uma biblioteca, 405 se localizavam no Nordeste, e apenas dois no Sudeste; 73% dos livros estavam concentrados nas mãos de 16% da população; 78% dos brasileiros nunca haviam assistido a um espetáculo de dança; 92% dos brasileiros nunca haviam ido ao cinema; e mais de 90% dos municípios não possuíam salas de cinema, teatros, museus e espaços culturais.

Foi com esse cenário que em 2003, após dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) na presidência do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva (PT) iniciou seu governo.

Os mais otimistas achavam que o país estava iniciando uma espécie de reencontro consigo próprio e caminharia rapidamente não só para a superação da agenda neoliberal e recessiva do governo anterior, como também para um progressivo

¹⁷ Texto publicado no blog Movimento Cultura Brasil em 11 de outubro de 2010. Disponível em: <<http://www.movimentoculturabrasil.com.br/blog/?p=2429>>. Acesso em novembro de 2010.

resgate da sua histórica dívida social. Havia, porém, o problemático cenário econômico interno e externo, e muitos previam que o novo governo não teria condições técnicas e políticas (quer dizer, ideias e governabilidade) para enfrentá-lo, com o que se descortinava um cenário quase trágico. (NOGUEIRA, 2005, p. 26).

O período 2003-2010 parece representar uma nova fase na política democrática brasileira. Além do investimento em políticas sociais, por meio, por exemplo, da Lei Orgânica da Assistência Social e de programas de transferência de renda como o Bolsa Família, o governo, nos seus oito anos, dedicou atenção especial para garantir, inicialmente, a estabilidade econômica e promover o seu crescimento. Na opinião do presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Márcio Pochmann (2010)¹⁸:

[...] A partir do segundo governo passou-se a trabalhar com metas para geração de emprego formal, crescimento acelerado acima de 5%, com Plano de Aceleração do Crescimento, o Plano de Desenvolvimento da Educação, investimento em tecnologia, e um papel mais protagonista no financiamento dos investimentos produtivos através dos bancos públicos.

Ao contrário do governo anterior, o Estado brasileiro passou a se fazer presente em mais setores. Na educação, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) quase dobrou o número de vagas nas universidades federais e possibilitou a criação de 14 universidades¹⁹; no esporte, o Brasil foi selecionado para sediar dois grandes eventos mundiais: Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e os Jogos Olímpicos de 2016; na cultura, os recursos orçamentários passaram de R\$ 452 milhões, em 2003, para R\$ 2.306 bilhões, em 2010. Programas e projetos para a diversidade cultural foram criados, canais de diálogo com a sociedade civil foram inaugurados e/ou intensificados, enfim, o papel do Estado na cultura foi retomado.

Apesar de avanços como esses, entre 2003 e 2010 o governo brasileiro não foi capaz de promover reformas estruturais (política, tributária, dos poderes executivo, legislativo e judiciário etc). Assim, algumas ações, programas e projetos, ainda que avaliados como exitosos, não foram capazes de se consolidarem e se instituírem enquanto política pública de Estado, e a cultura parece ser uma das áreas que mais se desenvolveram nessa perspectiva.

1.3 O Ministério da Cultura no governo Lula

Uma das indicações sobre o rumo que a cultura deveria seguir durante o mandato do presidente Lula consta no documento “A imaginação a serviço do Brasil” (2003). O programa de políticas públicas de cultura, organizado pelo PT, apresentava, ao longo do seu texto, a

¹⁸ Entrevista concedida a Raquel Duarte e Marco Aurélio Weissheimer.

¹⁹ Dados disponíveis em: <www.balancodegoverno.presidencia.gov.br>. Acesso em janeiro de 2011.

intenção de romper com a política desenvolvida até então e propunha rever o papel do Estado:

[...] o que propomos aqui é a recuperação do papel da esfera pública. A retomada de suas tarefas indutoras e reguladoras de produção e difusão cultural, a formação do gosto e a qualificação dos nossos artistas em todas as linguagens (p.2);

[...] É necessário e urgente pôr abaixo os muros do *apartheid* social e cultural que fraturam a sociedade brasileira; reconhecer a cultura como um direito social básico, condição para o pleno exercício republicano e democrático (p.6);

[...] a política cultural deve obedecer a uma lógica de política pública e estar comprometida com a universalização de seus serviços – bibliotecas interativas, centros culturais, teatros, circos, etc –, mediante a extensão dos serviços públicos de cultura [...] (p. 16).

O cenário para empreender essas mudanças era desafiador. O setor possuía pouca possibilidade de investimento; seu principal, e praticamente único, mecanismo de financiamento era a renúncia fiscal, que, por sua vez, gerou grande concentração de recursos na região Sudeste²⁰; não havia programas ou projetos dirigidos para a diversidade da população do País (comunidades tradicionais, povos indígenas, jovens das periferias, idosos etc); havia sobreposição de competência entre setores do Ministério e autarquias; dentre outros problemas.

Além dessas dificuldades próprias do governo, era preciso desenvolver políticas que contribuíssem para criar outros tipos de diálogos com a sociedade civil brasileira, caracterizada pelo autoritarismo e acostumada a se relacionar com os conceitos e práticas do neoliberalismo, que, como ressalta Dagnino (2005), enaltece o individualismo dos cidadãos.

Como muitos autores têm assinalado, em interpretações diferenciadas, o autoritarismo está impregnado na sociedade brasileira, dada a sua estrutura desigual e elitista (FERNANDES, 1975; COUTINHO, 2000 e CHAUI, 2000). Este elitismo se expressa, em um plano macro-social, no desconhecimento, perseguição e aniquilamento de culturas e na exclusão cultural a que é submetida parte significativa da população. Ele está entranhado em quase todos os poros da sociedade brasileira. (RUBIM, 2008, p. 189).

A coordenação de todos esses desafios coube, inicialmente, ao músico Gilberto Gil, do Partido Verde (PV), partido integrante da coalizão organizada pelo PT. Embora não tenha sido esta a primeira experiência de Gil à frente de um órgão público de cultura²¹ a sua nomeação para o Ministério foi para muitos uma surpresa, inclusive porque o artista sequer havia integrado a equipe que elaborou o documento que deveria dirigir as ações do MinC no período.

²⁰ De acordo com informações do Ministério: 80% do valor acionado através da lei de isenção fiscal se restringiam aos estados de São Paulo e Rio de Janeiro; desses, 60% ficavam nas duas capitais e nas mãos de 3% dos proponentes.

²¹ Entre 1987 e 1988 foi presidente da Fundação Gregório de Mattos, órgão integrante da Prefeitura Municipal de Salvador; além de ter sido vereador na mesma cidade entre 1989 e 1992.

Apesar de alguns problemas gerados pela composição partidária do Ministério²², havia a preocupação em desenvolver um programa político consonante com as aspirações que ambientavam o momento de transição do País.

No discurso de posse, Gil declarou que pretendia aproximar o Ministério da Cultura do cotidiano dos brasileiros; afirmou que o Estado deveria ser o responsável por formular políticas públicas de cultura; destacou a necessidade de o MinC atuar de maneira transversal com outros ministérios; e apresentou o seu entendimento do termo “cultura”:

Cultura como tudo aquilo que, no uso de qualquer coisa, se manifesta para além do mero valor de uso. Cultura como aquilo que produzimos, transcende o meramente técnico. Cultura como usina de símbolos de um povo. Cultura como um conjunto de signos de cada comunidade e de toda nação. Cultura como o sentido de nossos atos, a soma de nossos gestos, o senso de nossos jeitos. (GIL, 2003a, p. 10).

Além disso, a gestão deveria dotar o Ministério de uma arquitetura organizacional que desse conta da sua missão e incrementar o orçamento do Órgão.

As direções apontadas por Gil em seus discursos foram, de maneira geral, perseguidas durante a sua gestão e a de seu sucessor no Ministério, Juca Ferreira (até então seu secretário-executivo). O MinC passou a formular políticas de cultura, reestruturou o órgão para evitar sobreposição de competências; realizou parcerias com outras instituições (Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Casa Civil etc.) e passou a desenvolver uma série de ações que pretendia dar conta da dimensão mais ampliada do conceito de cultura²³, o que, por sua vez, contribuiu para enfrentar o elitismo da sociedade brasileira.

Já o autoritarismo estrutural que impregna a sociedade brasileira foi enfrentado através da ampliação do conceito de cultura. [...] A adoção da noção “antropológica” permite que o Ministério deixe de ter seu raio de atuação circunscrito ao patrimônio (material) e às artes (reconhecidas) e abra suas fronteiras para outras culturas: populares; afro-brasileiras; indígenas; de gênero; de orientação sexual; das periferias; audiovisuais; das redes e tecnologias digitais etc. (RUBIM, 2010a, p. 14).

A concretização das pretensões iniciais do setor da cultura nesse período pode ser apontada através de algumas iniciativas, tais como: atuação internacional, especialmente para construção e aprovação da Convenção da Promoção e Proteção da Diversidade das Expressões Culturais (sob coordenação da Unesco); ampliação da política de financiamento, com reforço do Fundo Nacional de Cultura, publicação de editais e abertura de linhas de

²² De acordo com Paula Félix (2008), havia diferenças ideológicas e partidárias entre os integrantes do Ministério, que fizeram com que algumas idéias e propostas de campanha não fossem implementadas ou encontrassem dificuldades para serem implantadas. (p.29).

²³ Albino Rubim (2008) faz uma ressalva quanto à utilização do conceito ampliado de cultura por parte do Ministério: “Para atingir tais objetivos, entretanto, alguns obstáculos e limitações têm de ser enfrentados. Um esforço conceitual e teórico se faz necessário para delimitar com mais rigor o campo de atuação do ministério. O conceito antropológico se acerta ao reconhecer que todo indivíduo produz cultura — que todo o ser humano é neste sentido um intelectual, como diria Gramsci — cria problemas quando abraça como cultura tudo que não é natureza”. (p. 198).

crédito em bancos; criação de programas inovadores, tais como o Revelando Brasis e o Cultura Viva; constituição de canais de diálogo com a sociedade civil (câmaras setoriais, seminários, conferência nacional etc); desenvolvimento de políticas direcionadas a grupos minoritários da sociedade civil²⁴; criação do Programa Mais Cultura, que descentralizou projetos como o Ponto de Cultura e o Agente de Leitura e fortaleceu a articulação do Ministério com outros entes federativos; realização de concurso público para cargos administrativos e técnicos (em 2006 e 2010); criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM); proposta de reforma da Lei Rouanet através do Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura (ProCultura), aprovado pelos parlamentares da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados.

Outras ações iniciadas no governo podem contribuir para garantir estabilidade para o setor da cultura. Trata-se da aprovação do Plano Nacional de Cultura (PNC), da construção do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 150. Em resumo, o PNC, elaborado em parceria com a sociedade civil, é um documento que descreve metas e aponta o rumo que o Ministério da Cultura deverá seguir durante dez anos. O Plano, instituído por meio da Lei nº 12.343 de 02 de dezembro de 2010, foi sancionado pelo presidente Lula²⁵. O SNC (PEC 416/2005) deve ser o responsável por articular os três entes federativos, discriminando as competências de cada um para formular, fomentar e executar políticas. Prevê a criação de conselhos de cultura, fundos de cultura, planos de cultura, sistema de financiamento e informação cultural, dentre outros instrumentos. Até o final de 2010, o SNC ainda aguardava aprovação. A PEC 150 prevê que a cultura deverá receber o mínimo de 2% do orçamento da União; 1,5% dos orçamentos dos estados e 1% dos orçamentos municipais. Até o final da gestão Juca Ferreira, a proposta encontrava-se na Câmara dos Deputados.

A continuidade do conjunto dessas iniciativas – realizadas e em andamento – é fundamental para consolidar as políticas públicas de cultura, desejo do então presidente Lula (2007):

O que nós estamos fazendo, na verdade, é tentar criar uma política de Estado para este País, não a política do ministro Gil, do presidente Lula. Isso tem que ser uma

²⁴ Na opinião de Anita Simis (2007): “Especialmente na gestão do ministro Gilberto Gil, passamos a ter uma política cultural cujo projeto acentua o binômio entre diversidade e desigualdade, desfazendo-se daquela exclusivamente sobre a identidade nacional. Aqui enfatiza-se a distância do culturalismo e o seu confinamento de minorias e culturas e busca-se uma identidade dialógica, intercultural que se hibridiza e se relaciona. (p. 140-141).

²⁵ De acordo com informações disponíveis no blog do PNC: “A partir da sanção presidencial, o MinC tem 180 dias para estabelecer as metas para a implementação dos objetivos do Plano Nacional de Cultura (PNC). Nesse mesmo prazo, o Ministério deverá criar o conselho e a coordenação-executiva do Plano”. Disponível em: <<http://blogs.cultura.gov.br/pnc/>>. Acesso em janeiro de 2011.

política de Estado em que qualquer governo que venha a governar este País faça o que ele quiser, mas a base de uma política cultural do Estado estará plantada, para que ele possa cumprir e atender a uma demanda da sociedade.

Sabe-se da importância de garantir a continuidade de políticas e de formalizar iniciativas que tenham sido bem avaliadas pela comunidade cultural. Como ressalta Lia Calabre (2009), a não continuidade dessas realizações costuma ser característica da administração pública brasileira e, com isso, há interrupções de processos que já são, por natureza, lentos.

Políticas são processuais, levam algum tempo para gerar resultados visíveis, que possam ser medidos, avaliados. Mas as administrações públicas que se sucedem costumam alimentar a má tradição de desvalorizar *a priori* as realizações e os processos implementados pela gestão anterior e de buscar impor uma marca nova à administração atual. Terminamos por assistir a um processo contínuo de desperdício de recursos orçamentários e físicos. No caso da cultura, tal prática administrativa é desastrosa. Processos culturais são gestados em um tempo mais longo. Estímulos à diversificação e à revitalização das práticas culturais não costumam gerar frutos rapidamente; são na verdade processos, e não ações de resultados imediatos. (p. 295).

Do período de 2003 a 2010, é possível inferir que o direcionamento da política ministerial se deu na tentativa de incentivar e criar condições para institucionalizar políticas públicas de cultura. O Ministério iniciou, com certa veemência, um processo de estimular a participação da sociedade civil nos processos políticos.

O país vive hoje um movimento contínuo de construção de projetos coletivos de gestão pública nas mais variadas áreas. [...] Os produtores, os agentes, os gestores culturais, os artistas, o público em geral também vêm buscando formas de participar e de interferir nos processos de decisão no campo das políticas públicas culturais. (CALABRE, 2009, p. 297).

Com a eleição de Dilma Rousseff (PT) para a presidência do País, há uma sinalização positiva para a continuidade do projeto político do governo Lula. É o que pode ser apreendido do programa de cultura do governo Dilma, que apresentou os treze pontos que deverão guiar a política cultural (Quadro 2).

1. Cidadania cultural para todos os brasileiros	8. Promoção das línguas, do livro, da leitura e da literatura
2. Valorização da nossa identidade e diversidade cultural	9. Mais Cultura e mais educação para os brasileiros
3. Cultura como eixo estratégico para o desenvolvimento sustentável do País	10. A juventude como protagonista da Cultura
4. Fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura	11. Mais espaços para a Cultura nas cidades brasileiras
5. Ampliação dos recursos para a Cultura	12. Difusão da Cultura como democratização da Comunicação
6. Estímulo às artes e às atividades criativas	13. Maior presença da Cultura brasileira no mundo
7. Valorização da Memória e do Patrimônio Cultural	

Quadro 2 – Pontos do programa de cultura do governo Dilma Rousseff

Fonte: Elaboração própria a partir do Programa de Governo 2011/2014.

Observa-se que no quadro acima, os termos “cidadania”, “identidade”, “diversidade”, “desenvolvimento” e “democratização” continuam na pauta do governo.

Quanto aos projetos e programas já iniciados no governo Lula, há registros no documento de campanha da pretensão de continuar vários deles, tais como: Mais Cultura; Programa Cultura Viva/Pontos de Cultura; Agentes Jovens de Leitura; Vale Cultura; Pontos de Mídia Livre e Pontos de Leitura. A concretização dessas ações dependerá, contudo, da nova gestão do Ministério. Isso significa que as experiências realizadas entre 2003 e 2010, ainda que avaliadas como exitosas e, tendo tido a participação da sociedade civil em vários momentos, padecem de incerteza e podem não se configurar como uma política de longo prazo.

1.4 Policy Analysis: metodologia e modelo de análise de políticas públicas

São vários os autores que conceituam política pública, e, conseqüentemente, as definições elaboradas sobre o tema, seus modelos e metodologias de análise são diversificadas. Como já foi esclarecido no início deste capítulo, o próprio campo de estudo das políticas públicas é amplo e dialoga com várias áreas, tais como a ciência política e a administração.

Para Celina Souza (2007), dos vários modelos e tipos de análises de políticas públicas é possível extrair como principais aspectos:

[...] permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que faz, de fato [...] envolve vários atores e níveis de decisão [...] é abrangente e não se limita a leis e regras [...] é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados [...] embora tenha impacto a curto prazo, é uma política de longo prazo [...] envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação [...]. (p. 80).

Portanto, análises de políticas públicas envolvem uma complexa rede de elementos – instituições, regras e modelos – que devem ser identificados, compreendidos e questionados. O objetivo é conhecer os produtos das ações políticas considerando, também, o contexto que possibilitou e favoreceu a tal elaboração e implementação. Nesse sentido, política pública não pode ser resumida a uma área do conhecimento que fornece apenas ferramentas e metodologias para conhecer ações, planos e programas, mas uma área que permite analisar “a inter-relação entre as instituições políticas, o processos político e os conteúdos de política com o arcabouço dos questionamentos ‘tradicionais’ da ciência política”. (WINDHOFF-HÉRITIER, 1987, p. 71 apud FREY, 2000, p. 214).

Enquanto área do conhecimento, seus estudos iniciaram-se em meados do século XX, nos Estados Unidos. Nessa época, estudos e pesquisas passaram a ser feitos na perspectiva de concentrar análises na produção dos governos, ao invés de ter como foco principal o Estado e suas instituições, uma tradição européia. Para tanto, partia-se do pressuposto de que em democracias estáveis era possível analisar cientificamente as ações realizadas e não realizadas por um governo (SOUZA, 2007). A essa possibilidade de estudo envolvendo análises científicas e produtos de ações de governos foi dado o nome de *policy analysis*²⁶.

A ‘policy analysis’ contém o potencial analítico de superar uma abordagem isolada que dá prioridade ou à dimensão institucional (‘polity’) ou à dimensão político-processual, ao deixar confluir a dimensão material de política (isto é, fins, impactos, etc.) com as dimensões institucional e político-processual. (WOLLMANN, 1985, p. 74 apud FREY, 2000, p. 215).

Ressaltar que a *policy analysis* foi concebida em países de democracias consolidadas é fundamental para reconhecer que ela não pode ser tida como referência absoluta e inflexível. As condições ideais da *policy analysis* não são plenamente observadas em países onde o regime democrático não é estável ou é menos consolidado, como o Brasil. Daí a necessidade de fazer ajustes e adaptações que possam dar conta de outros fatores que interferem nesse processo de análise, tais como a fragilidade das instituições democráticas, as relações de

²⁶ De acordo com Celina Souza, a expressão *policy analysis* foi introduzido por H. Laswell, “ainda nos anos 30, como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo.” (2006, p. 23).

poder entre grupos de interesse, o funcionamento da burocracia e os ambientes dos processos decisórios (FREY, 2000). Celina Souza ressalta, também, a importância de as políticas públicas levarem em consideração as “possibilidades de cooperação que podem ocorrer entre os governos e outras instituições e grupos sociais.” (2006, p. 25).

Para compreender a *policy analysis* é necessário observar seus três conceitos-chave: *polity*, *politics* e *policy*. Tais conceitos se interrelacionam na prática e podem sofrer alterações ao longo do tempo, portanto, as análises de políticas públicas devem dar conta dessa interdependência observando o contexto em que são dadas.

Em resumo, a dimensão *polity* refere-se às instituições públicas, “à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político-administrativo.” (FREY, 2000, p. 216); a dimensão *politics*, diz respeito aos processos políticos e de negociações que dão conta da relação entre os atores, suas orientações de valor e de interesse, são “frequentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição.” (Ibid., p. 216-217); e a dimensão *policy*, refere-se aos conteúdos da política, “à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas.” (Ibid., p. 217).

Além dos três conceitos-chave, na *policy analysis* também podem ser observadas três categorias: *policy network*, *policy arena* e *policy cycle*. A primeira pode ser entendida como a conformação de redes sociais onde atores (sociedade civil, grupos do poder executivo, legislativo etc), com determinados níveis de confiança, se relacionam e podem ter acesso e interferência nos processos decisórios das políticas públicas; a *policy arena* “parte do pressuposto de que as reações e expectativas das pessoas afetadas por medidas políticas têm um efeito antecipativo para o processo político de decisão e implementação.” (FREY, 2000, p. 223). Dentro dessa categoria, há formas de analisar processos de negociação e efeitos da implementação da política, e, nesse sentido, Souza (2007) e Frey (2000) apresentam quatro possibilidades: (I) distributivas, que privilegiam determinados grupos ou regiões, gerando impactos mais individuais do que universais, sendo caracterizadas por baixo grau de conflito; (II) regulatórias, que envolve fundamentalmente o conjunto de regras (portarias, decretos etc) que poderão atingir ao mesmo tempo diferentes grupos e setores da sociedade ou ainda ser dirigida para grupos restritos; (III) redistributivas: impõem perdas e ganhos concretos a certos grupos e, portanto, apresentam alto grau de conflito (exemplos: reformas agrária, da previdência social, tributária etc); (IV) constitutivas: trabalham com o conjunto de procedimentos sobre os quais serão desenvolvidos os três tipos acima citados, ou seja, “determinam as regras do jogo e com isso a estrutura dos processos e conflitos político [...]”

(FREY, 2000, p. 224). Por fim, a terceira categoria da *policy analysis*, a *policy cycle*, se propõe a instrumentalizar as análises de políticas públicas através da identificação de algumas fases que a integram, possibilitando uma visão sistemática das relações de poder, das redes sociais e políticas, práticas administrativas etc. A identificação dessas fases não é consensual, por isso, é comum observar divergências entre autores. Klaus Frey (2000), por exemplo, elenca as seguintes fases no ciclo: percepção e definição de problemas, *agenda-setting*, elaboração de programas e decisão, implementação de políticas e a eventual correção da ação.

Todo esse arcabouço teórico e técnico que a *policy analysis* fornece para as políticas públicas precisa ser relativizado, já que ele não se propõe a problematizar os elementos estruturais e as condições das instituições. Indo de encontro a essa concepção, o neo-institucionalismo²⁷ surgiu na perspectiva de inserir as fragilidades institucionais nas análises de políticas públicas.

A contribuição do neo-institucionalismo é importante porque a luta pelo poder e por recursos entre grupos sociais é o cerne da formulação de políticas públicas. Essa luta é mediada por instituições políticas e econômicas que levam as políticas públicas para certa direção e privilegiam alguns grupos em detrimento de outros, embora as instituições sozinhas não desempenhem todos papéis [...]. (SOUZA, 2007, p. 83).

O neo-institucionalismo reconhece que as instituições²⁸ (com suas disputas de poder, processos de negociação, imposição de regras e padrões etc.) podem interferir efetivamente na dinâmica da política pública porque exercem influência no processo de negociação e de ação. “Regras, deveres, direitos e papéis institucionalizados influenciam o ator político nas suas decisões e na busca por estratégias “apropriadas””. (FREY, 2000, p. 233). Porém, como reforça Frey, a excessiva abordagem institucionalista pode não dar conta de algumas conjecturas. “A constelação de forças sociais e políticas, ou seja, o exercício de poder pelas elites políticas e econômicas, parece, no caso brasileiro, determinar de forma bem mais decisiva o rumo do País do que quaisquer arranjos, independentemente do quão institucionalizados estes sejam.” (Ibid., p. 247).

Outra vertente que relativiza a *policy analysis* é a denominada “análise de estilos políticos” que considera os padrões culturais, as atitudes de alguns atores e os comportamentos políticos (clientelismo, patrimonialismo, populismo, corrupção), como interventores do processo político, impactando na qualidade dos planos e programas. Essa concepção destaca que, em países com sociedades instáveis, há tensões entre padrões

²⁷ O neo-institucionalismo, em divergência ao institucionalismo tradicional, considera que nem tudo pode ser explicado através das instituições. “É possível que haja situações nas quais os processos políticos são pouco consolidados e é difícil explicar os acontecimentos pelo fator institucional, e, se isso for possível, o resultado é condicionado só de forma subsidiária pelas instituições”. (BEYME, 1992, p. 76 apud FREY, 2000, p. 234).

²⁸ Na opinião de FREY (2010), o conceito “instituições” refere-se a organizações e procedimentos.

individuais de comportamento e aqueles que os transcendem e, com os processos de mudanças de valores, interesses e ações, é possível que determinados atores possam interferir e modificar o comportamento político. Nesse sentido, os processos participativos podem ser considerados como possibilidade de novos mecanismos/procedimentos políticos alterarem a conformação das políticas públicas. (FREY, 2000).

Diante das abordagens citadas, é possível observar a possibilidade delas atuarem de modo complementar, especialmente para analisar políticas públicas em países como o Brasil, onde tanto as instituições quanto o comportamento dos atores políticos são significativos nesse processo. Não há como desconsiderar, portanto, que a consolidação de políticas públicas no País passa tanto pela reavaliação de suas instituições políticas, quanto pela problematização dos espaços ocupados e/ou pleiteados pelos seus atores políticos.

CAPÍTULO II – PROGRAMA CULTURA VIVA

2.1 Trajetória da Secretaria de Cidadania Cultural

A Secretaria de Desenvolvimento de Programas e Projetos Culturais (SDPPC) foi criada em 2003, integrando o conjunto de ações que reorganizou institucionalmente o Ministério da Cultura. Além da SDPPC, foram criadas, no início dessa gestão, três secretarias: Articulação Institucional e de Difusão Cultural; Formulação e Avaliação de Políticas Culturais; Apoio à Preservação da Identidade Cultural. Da antiga estrutura foram conservadas a Secretaria para o Desenvolvimento das Artes Audiovisuais e a Diretoria de Fomento e Incentivo à Cultura.

O objetivo da reforma administrativa era definir melhor a atuação do Ministério “para dar suporte à elaboração de novos projetos, ações e de políticas.” (CALABRE, 2007, p.99). Reorganizar o Ministério era, segundo Gilberto Gil, essencial para dissolver áreas de sobreamento e reduzir entraves burocráticos, consequência dos “[...] remendos que foram sendo aplicados à estrutura original, ao sabor dos caprichos governamentais de momento.” (GIL, 2003a, p. 53). O sobreamento dos setores devia-se ao fato de as gestões anteriores terem se organizado de acordo com as áreas artísticas/finalísticas da Lei Rouanet. O Ministério possuía, por exemplo, Secretaria de Música e Artes Cênicas ao mesmo tempo em que existia a Funarte; havia a Secretaria do Patrimônio, Museu e Artes Plásticas e o IPHAN.

A primeira reforma administrativa nessa gestão ocorreu por meio do Decreto nº 4.805, de 12 de agosto de 2003. Na avaliação de Gil (2003): “procedemos a uma reforma possível, dentro das limitações e dificuldades financeira que nos defrontamos. Não é a reforma ideal. É a reforma que poderá dar ao MinC, como dissemos, um mínimo de condições para desemperrar a máquina – e atuar”. (p. 53).

Com essa reforma, a SDPPC foi instituída e teve sua competência descrita no art. 10 do Decreto, segundo o qual competia a essa Secretaria:

- I - elaborar, executar e avaliar programas e projetos estratégicos necessários à efetiva implementação da política cultural;
- II - formular e implementar os instrumentos necessários para a execução dos programas e projetos aprovados, estabelecendo modelo de gestão, de financiamento e de acompanhamento da referida execução, em articulação com a Diretoria de Gestão Estratégica;
- III - gerar informações que possibilitem subsidiar o monitoramento e acompanhamento dos programas e projetos culturais;
- IV - realizar estudos e pesquisas aplicadas à elaboração, execução e avaliação de programas e projetos culturais.

Anexo a esse Decreto, foi publicado o “Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas”. Utilizando-o como referência para uma breve comparação entre as cinco secretarias e a Diretoria de Fomento e Incentivo Cultural, observa-se que as secretarias de Desenvolvimento de Programas e Projetos e a de Apoio à Preservação da Identidade Cultural possuíam a menor quantidade de funcionários (em cargos comissionados). Já na Diretoria de Fomento e Incentivo Cultural havia mais funcionários que a soma das outras duas secretarias.

	Sec. de Desenvolvimento de Programas e Projetos Culturais	Sec. de Apoio à Preservação da Identidade Cultural	Sec. de Formulação e Avaliação de Políticas Culturais	Sec. de Articulação Institucional e de Difusão Cultural	Sec. Para o Desenvolvimento das Artes Audio-visuais	Diretoria de Fomento e Incentivo Cultural
Secretário	1	1	1	1	1	-
Diretor	-	-	-	-	-	1
Coordenador	-	-	1	1	2	1
Assistente Técnico	1	1	1	2	3	-
Gerente	2	2	3	3	2	4
Subgerente	1	1	2	2	4	6
Chefe	-	-	-	-	2	1
Assistente	1	1	-	-	-	1
Total	6	6	8	9	14	14

Quadro 3 – Cargos em Comissão das secretarias em 2003

Fonte: Elaboração própria a partir do Decreto nº. 4.805, de 12 de agosto de 2003

Essa diferença é compreensível porque, apesar de estar estruturalmente subordinada à Secretaria-Executiva, a Diretoria de Fomento e Incentivo era responsável pelo Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), ou seja, pela política de financiamento que existia até então no Ministério. Essa hierarquia entre a Diretoria e a Secretaria-Executiva foi alterada oito meses após o primeiro decreto da reforma organizacional do MinC.

No primeiro semestre de 2004, foi publicado o Decreto nº 5.036 com outras alterações na organização do Ministério. Uma diretoria alçou status de secretaria, as secretarias mudaram de nome (Quadro 4) e suas competências foram reajustadas.

Decreto nº 5.036, de 7 de abril de 2004	
Antes	Depois
Secretaria de Desenvolvimento de Programas e Projetos Culturais	Secretaria de Programas e Projetos Culturais (SPPC)
Diretoria de Fomento e Incentivo Cultural	Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura (SEFIC)
Secretaria de Formulação e Avaliação de Políticas Culturais	Secretaria de Políticas Culturais (SPC)
Secretaria para o Desenvolvimento das Artes Audiovisuais	Secretaria do Audiovisual (SAV)
Secretaria de Apoio à Preservação da Identidade Cultural	Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural (SID)
Secretaria de Articulação Institucional e de Difusão Cultural	Secretaria de Articulação Institucional (SAI)

Quadro 4 – Alterações com a reforma administrativa de 2004

Fonte: Elaboração própria a partir do Decreto nº 5.036, de 7 de abril de 2004

Dois anos depois, foram realizadas mais mudanças administrativas. Para a SPPC, o Decreto nº 5.711, de 24 de fevereiro de 2006, publicado após a criação do seu principal programa (Cultura Viva), fez pequenas alterações na sua competência, conforme art. 9º:

- I - elaborar, executar e avaliar programas e projetos estratégicos necessários à efetiva renovação da política cultural;
- II - instituir programas de fomento estratégicos necessários à efetiva renovação da política cultural;
- III - planejar, coordenar e executar as atividades relativas à recepção, análise, controle, aprovação, acompanhamento e avaliação de projetos culturais estratégicos necessários à efetiva renovação da política cultural;
- IV - gerar informações que possibilitem subsidiar o monitoramento e acompanhamento dos programas e projetos culturais; e
- V - coordenar e promover estudos e pesquisas aplicados que subsidiem a elaboração, execução e avaliação dos programas e projetos culturais estratégicos.

Com esse Decreto, foram acrescidas duas novas competências à SPPC: instituição de programas de fomento e o planejamento, coordenação e execução de atividades necessárias para a “efetiva renovação da política cultural”. Funções que não indicavam exatamente que tipo de programa, projeto ou ação a SPPC desenvolveria.

Em 2009, já na gestão Juca Ferreira, o MinC passou por outra reforma administrativa. O Decreto nº 6.835, de 30 de abril de 2009, alterou a competência e a denominação de algumas secretarias. A estrutura organizacional passou a se configurar conforme ilustração a seguir:

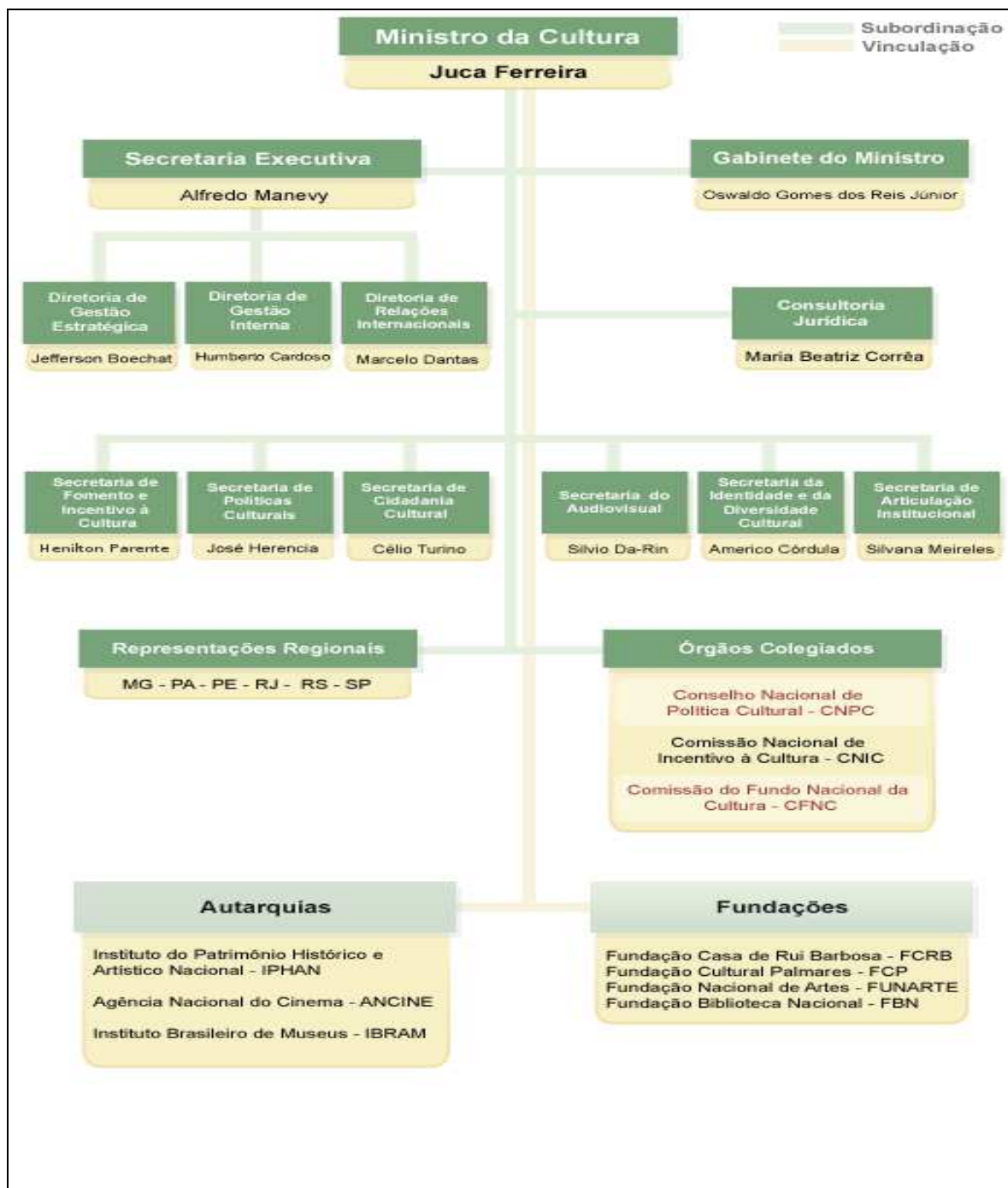


Ilustração 1 – Organograma do Ministério da Cultura em 2009

Fonte: Ministério da Cultura (2010)²⁹

Dentre as mudanças está a referente ao nome da SPPC, que passou a se chamar Secretaria de Cidadania Cultural (SCC). De acordo com o art. 12, competia à SCC:

²⁹ Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/sobre/organograma/>>. Acesso em 28 de fevereiro de 2010.

I - elaborar, instituir, executar e avaliar programas, projetos e ações estratégicos necessários à **promoção da cidadania cultural** (grifo nosso) e à renovação da política cultural;

II - planejar, coordenar e executar as atividades relativas à recepção, análise, controle, aprovação, acompanhamento e avaliação de projetos culturais estratégicos necessários à **renovação da cidadania cultural** (grifo nosso);

III - executar as atividades relativas à celebração e à prestação de contas dos convênios, acordos e outros instrumentos congêneres, que envolvam a transferência de recursos do Orçamento Geral da União, no âmbito de sua área de atuação; e

IV - gerar informações que possibilitem subsidiar o monitoramento e acompanhamento dos programas, projetos e ações culturais.

Sobre a descrição da competência da SCC em relação à SPPC é possível afirmar que: a “promoção da cidadania cultural” passou a ser o centro da Secretaria, que antes tinha como indicativo de ação o desenvolvimento de projetos para renovação da política cultural; passou a ser previsto a possibilidade de a Secretaria promover repasse de recursos através de acordos ou convênios; o objetivo de promover estudos e pesquisas aplicadas foi substituído pelo de gerar informações para subsidiar o acompanhamento e monitoramento dos programas e projetos.

Além da mudança de nome e de competência, o Decreto de 2009 acresceu o número de funcionários em cargos de comissão. Para a SCC esse aumento foi de 237%, conforme gráfico a seguir.

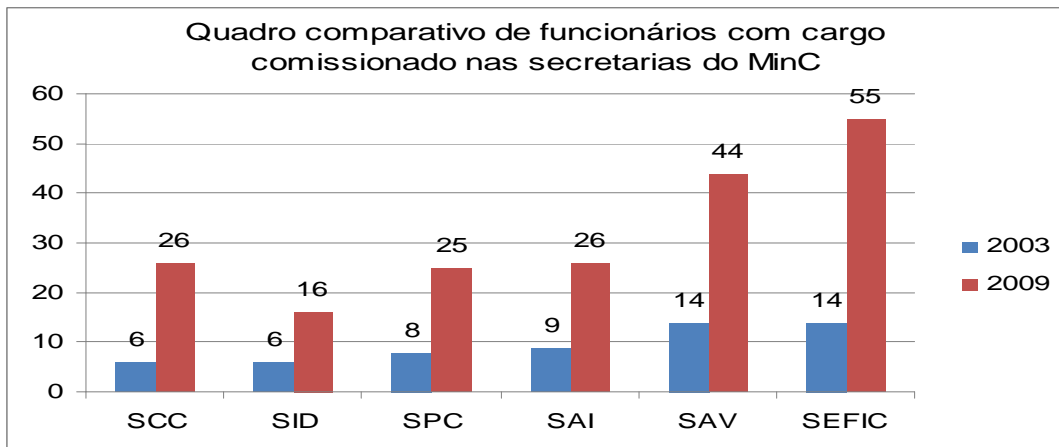


Gráfico 1 – Funcionários com cargo comissionado nas secretarias do MinC

Fonte: Elaboração própria a partir do Decreto nº. 4.805, de 12 de agosto de 2003 e Decreto nº. 6.835, de 04 de maio de 2009.

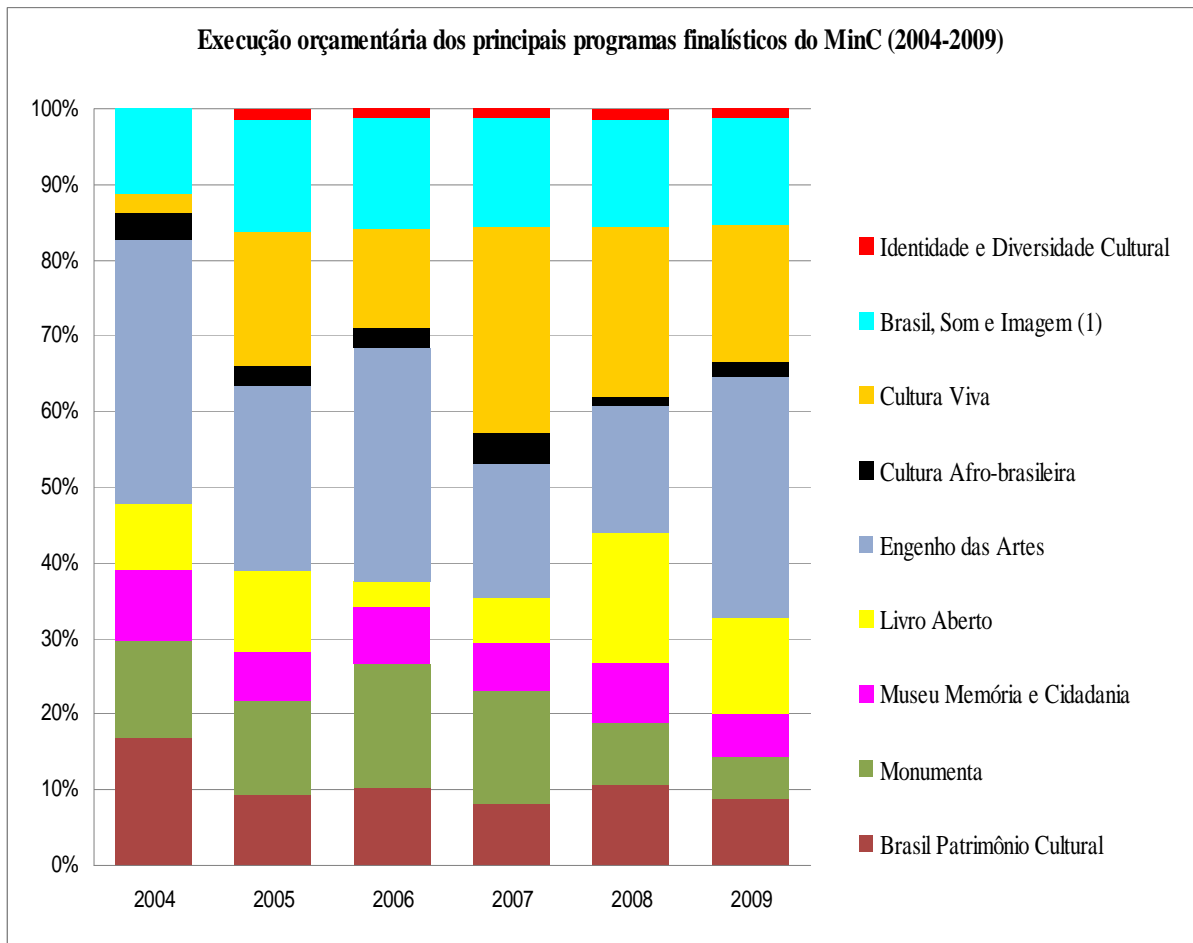
O crescimento da SCC pode ser creditado, especialmente, à trajetória do seu principal programa – Cultura Viva. O quadro e gráfico a seguir permitem observar o crescimento do Programa da SCC em relação aos demais programas do Ministério entre 2004 e 2009.

PROGRAMA	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil Patrimônio Cultural	30.354.100	28.370.816	35.450.173	38.077.909	57.559.702	58.541.429
Monumenta	22.650.288	37.880.442	56.282.556	69.415.664	43.015.675	35.586.843
Museu Memória e Cidadania	16.865.574	20.339.094	26.956.541	28.830.656	42.829.624	38.603.187
Livro Aberto	15.857.575	32.842.918	11.306.282	27.644.900	91.948.192	83.797.179
Cultura Viva	4.073.733	53.822.384	45.621.413	126.550.088	119.713.542	119.547.737
Engenho das Artes	62.313.913	74.603.653	107.393.624	81.657.895	89.278.871	208.843.964
Identidade e Diversidade Cultural	0	4.411.494	4.357.084	6.021.012	7.181.264	8.522.014
Cultura Afro-brasileira	6.503.388	7.934.580	9.199.111	18.292.983	7.413.717	13.242.866
Brasil, Som e Imagem ⁽¹⁾	20.107.175	45.380.958	50.201.393	65.429.978	76.093.206	92.805.980
Total	178.725.746	305.586.339	346.768.177	461.921.085	535.033.793	659.491.199

(1) Engloba valores do programa Cinema, Som e Vídeo (de 1995 a 2005)

Quadro 5 – Execução orçamentária dos principais programas do MinC (2004-2009)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Controladoria Geral da União, 2004 a 2009.



(1) Engloba valores do programa Cinema, Som e Vídeo (de 1995 a 2005)

Gráfico 2 – Execução orçamentária dos programas do MinC (2004-2009)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Controladoria Geral da União, 2004 a 2009.

Observa-se que em 2004, o Cultura Viva possuía a menor execução orçamentária dentre os programas do MinC. No ano seguinte, o Programa deu um salto, ficando atrás, apenas, do Engenho das Artes (coordenado pela Funarte). Em 2007, três anos após seu início, já era o programa de maior execução orçamentária do MinC.

A capacidade da SCC empenhar as verbas relativas ao Cultura Viva também foi crescendo ao longo dos anos (Gráfico 3). Em 2004, do total disponibilizado pelo governo (R\$14.899.029.000) foi utilizado apenas 27,34% (R\$4.073.733.000). De acordo com o relatório enviado pelo Ministério à Controladoria Geral da União, a baixa execução deveu-se à reformulação da Secretaria no primeiro semestre, quando o projeto das Bases de Apoio à Cultura (BACs) foi substituído pelo Projeto Ponto de Cultura.

A reestruturação interna da SPP [Secretaria de Programas e Projetos], ocorrida nos primeiros meses do ano, trouxe mudanças substanciais em algumas diretrizes, que resultaram na renúncia definitiva das BACs em favor de uma nova estratégia com

maior escala de atendimento social (grifo nosso). Surgiram, daí, os *Pontos de Cultura*, como carro-chefe balizador de todas as ações do programa.

Deve-se ressaltar que essa estratégia começou a ser implementada no segundo semestre, quando da disponibilização do primeiro edital, em julho de 2004, que convidava **entidades e organizações privadas sem fins lucrativos que atuam nas áreas social e cultural** (grifo nosso) a participarem do programa. A fase de apreciação dos 829 projetos apresentados teve início apenas em agosto e a de habilitação estendeu-se além do esperado - meados de outubro -, haja vista a **grande dificuldade encontrada por muitas das instituições contempladas de apresentarem a documentação exigida e de cumprirem os requisitos legais para a assinatura dos convênios** (grifo nosso). Somente em novembro foi possível implementar o primeiro *Ponto de Cultura*, em Arcoverde – PE. (CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, 2004, p. 94).

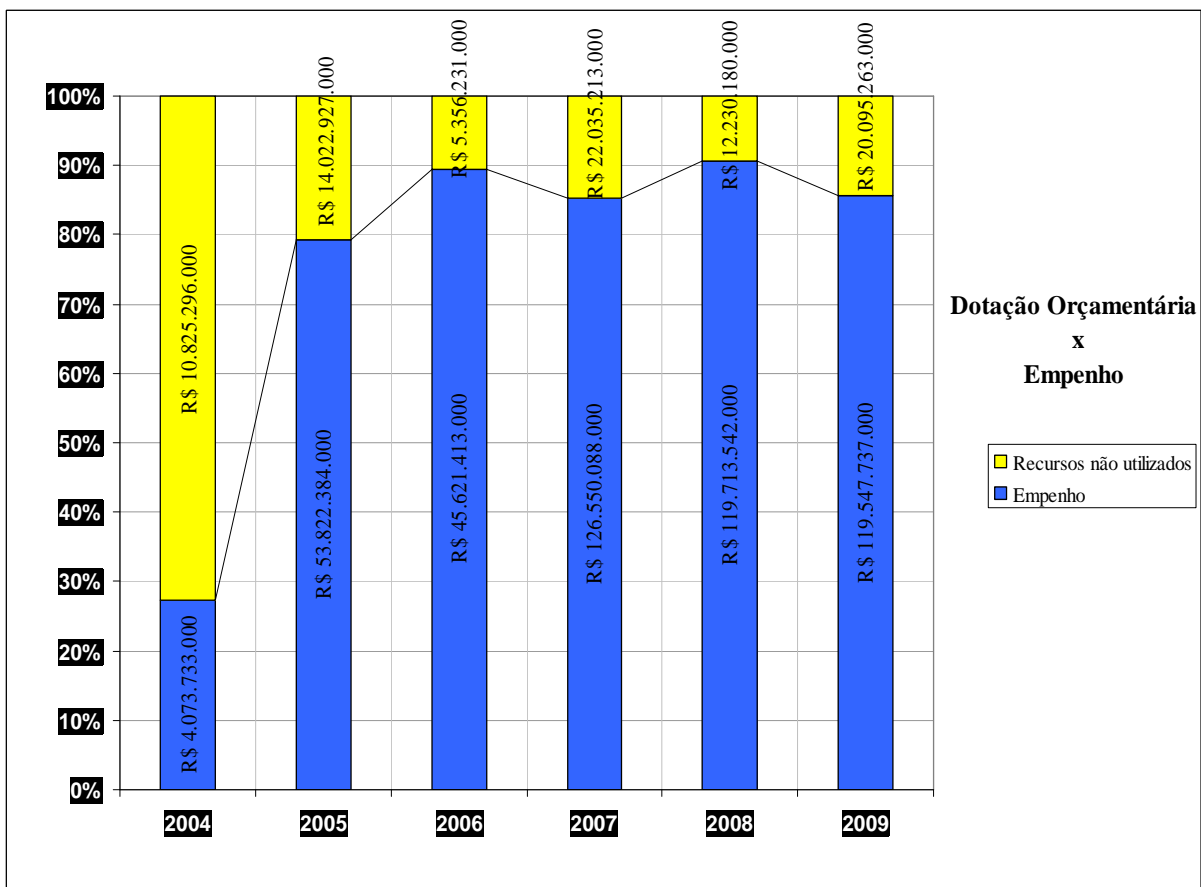


Gráfico 3 – Dotação orçamentária x Empenho do Programa Cultura Viva
 Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Controladoria Geral da União, 2004 a 2009.

Do trecho acima é possível observar que desde o início do Programa, a SCC pretendia trabalhar em grande escala, com entidades que atuavam não apenas no campo cultural, mas também no social, e com instituições que encontravam dificuldades em cumprir os requisitos legais para a assinatura de convênios.

Em relação ao orçamento geral do Ministério, nos quatro primeiros anos do Cultura Viva, houve uma ascensão de 1%, em 2004, para 15,4% em 2007(Gráfico 4). A média

orçamentária do Programa foi mantida nos anos seguintes (Gráfico 5).

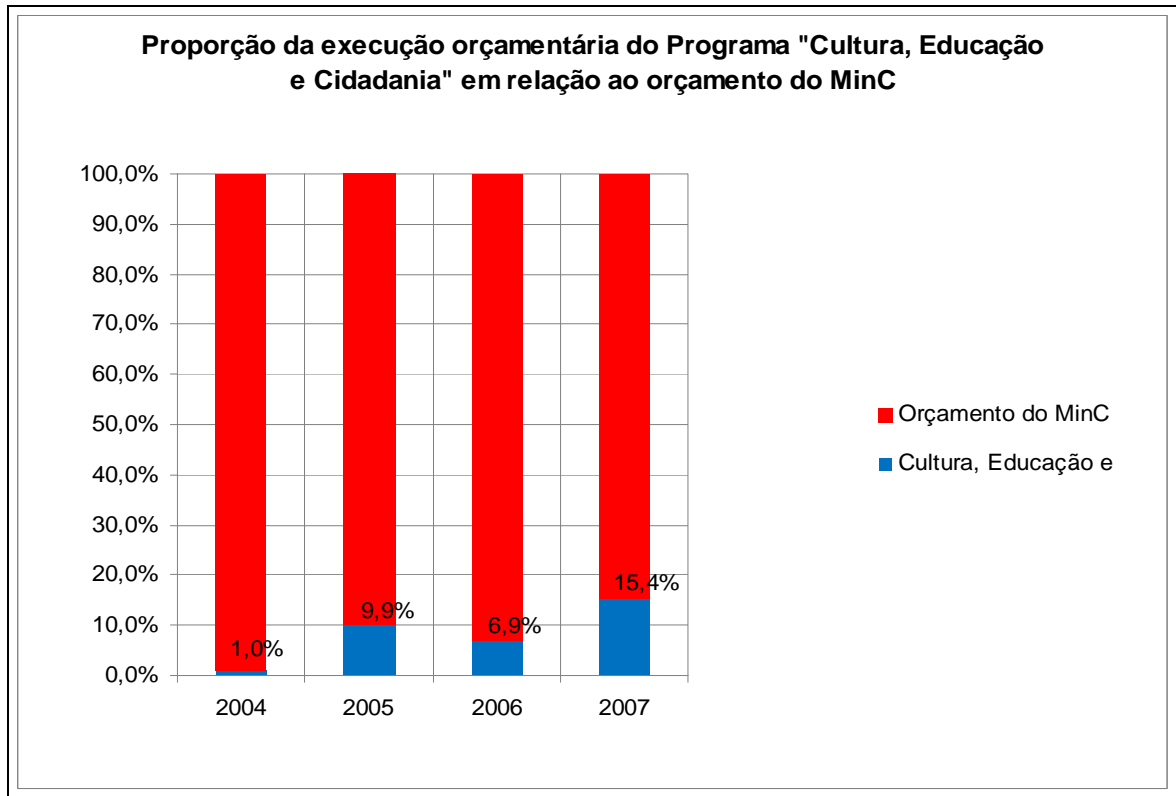


Gráfico 4 – Orçamento do Cultura Viva de 2004 a 2007

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério da Cultura/Diretoria de Gestão Estratégica/Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal-SIAFI/Banco de Dados GPS/DGE

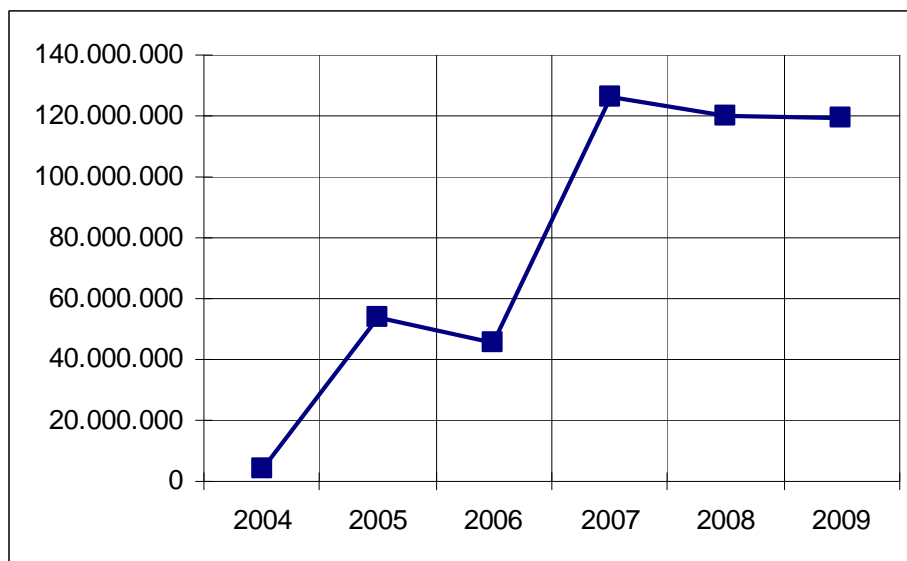


Gráfico 5 – Trajetória da execução orçamentária do Programa Cultura Viva de 2004 a 2009

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Controladoria Geral da União

O crescimento da SCC em relação a outras secretarias fica evidente quando comparada, por exemplo, com a da Identidade e Diversidade (SID), secretarias que trabalhavam com públicos semelhantes. A trajetória da execução orçamentária dos seus principais programas: Cultura Viva (SCC) e Identidade e Diversidade Cultural (SID), demonstra o tratamento desigual que havia entre essas duas secretarias (Gráfico 6). Além disso, enquanto a SCC teve um aumento no quadro de funcionário de 237%, entre 2003 e 2009, para a SID esse acréscimo foi de 166,66% (Gráfico 1).

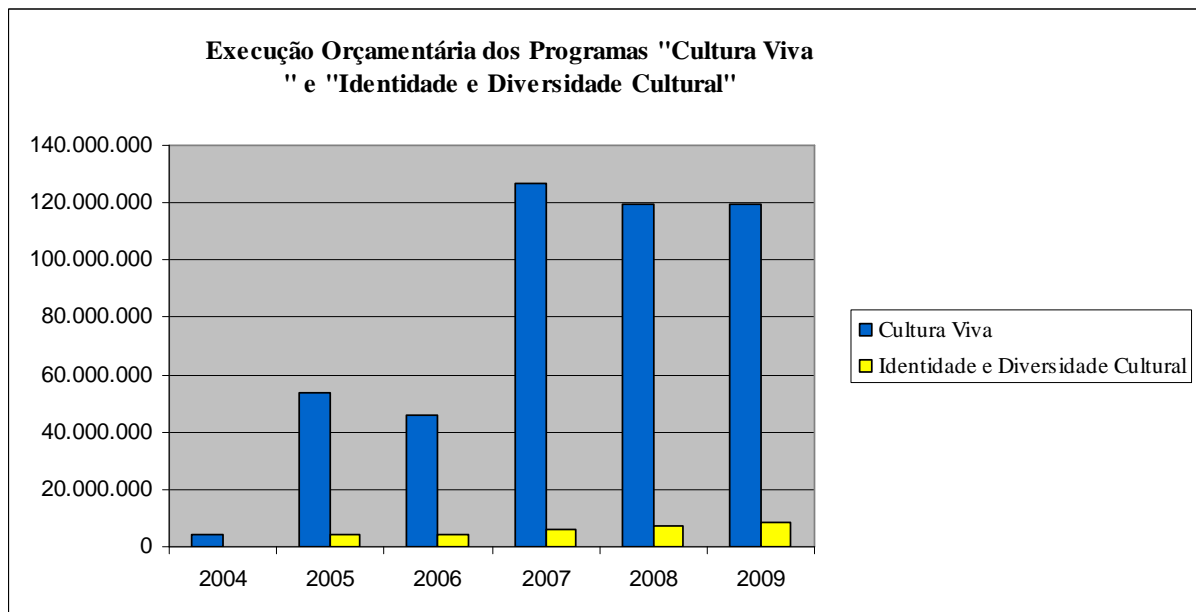


Gráfico 6 – Execução orçamentária SCC x SID

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Controladoria Geral da União.

A Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural e a Secretaria de Cidadania Cultural possuíam poucas interfaces institucionais. A SID era responsável pelo programa “Identidade e Diversidade Cultural: Brasil Plural”, que tinha por objetivo garantir a grupos e redes de agentes culturais acesso aos recursos para o desenvolvimento de suas ações. O público alvo da SID compreendia: comunidades populares (grupos étnicos e comunidades tradicionais), indígenas, ciganos, pescadores artesanais e imigrantes; grupos etários (crianças, jovens e idosos etc.); movimentos (pessoas com deficiência física; LGBTT etc.) e áreas transversais (cultura e saúde; cultura e trabalho etc.), um público semelhante aos integrantes do Programa Cultura Viva/Projeto Ponto de Cultura, da SCC.

De acordo com o Decreto de abril de 2004, a SID deveria se relacionar com as secretaria de Política Cultural e de Articulação Institucional, conforme descrição de sua competência:

[...] II - acompanhar, em conjunto com a **Secretaria de Articulação Institucional da Cultura** (grifo nosso), a implementação dos fóruns de política cultural, responsáveis pela articulação entre o Ministério e a comunidade cultural;

III - subsidiar a **Secretaria de Políticas Culturais** (grifo nosso) no processo de formulação das políticas públicas da área cultural relacionadas com a promoção da diversidade e do intercâmbio cultural e a proteção dos direitos autorais.

Não havia relação formal, portanto, entre a SID e a SCC. Ainda assim, a possível afinidade entre as duas secretarias foi se tornando contundente. Em 2009, por ocasião da II Sessão da Conferência dos Estados Partes da Convenção da Unesco, Sérgio Mamberti (então presidente da Funarte e ex-secretário da SID) declarou: “A iniciativa do Ministério da Cultura de criar o Programa "Cultura Viva" foi motivada pela busca de um programa mais vasto e mais aprofundado sobre a cidadania cultural e a promoção do conceito de diversidade por meio das manifestações populares.” (MAMBERTI apud MARQUES, 2009, p. 37 e 38). Não é comum, entretanto, encontrar documentos oficiais do Ministério (portarias, editais, relatórios etc.) que comprovem ter havido ações conjuntas entre as duas secretarias. Pode-se afirmar que os laços se estreitaram a partir de 2009, através de projetos como o Ponto de Cultura Indígena³⁰ e o Pontinho de Cultura/Espaço para Brincar. O primeiro projeto se inscreveu na SID enquanto política dirigida para a cultura indígena. Além desse edital, inicialmente voltado para selecionar Pontos de Cultura no Acre, Amazonas, Mato Grosso, Roraima e Rondônia, foi publicado o Prêmio Culturas Indígenas e promovido a Campanha de Valorização das Culturas Indígenas. O projeto Pontinho de Cultura integrava o conjunto de ações que a SID vinha realizando em torno da cultura da infância, a exemplo da oficina “Brincando na Diversidade – cultura na Infância”, ocorrida em outubro de 2008³¹, e do Seminário Nacional de Políticas Públicas e Formação de Ludo-educadores, realizado em agosto de 2009³².

Todos esses dados e informações sobre a SCC indicam que ela desenvolveu um dos principais programas do Ministério da Cultura no período de 2004 a 2010, ainda que tenha sido marcado por uma série de problemas, como poderá ser observado ao longo do texto a seguir.

³⁰ Os povos indígenas já eram contemplados no Cultura Viva através de editais de seleção de Pontos de Cultura. Este edital, que era exclusivo para a cultura indígena, articulou também a Secretaria de Articulação Institucional, o Ministério da Justiça (através da FUNAI), a Associação Cultural Meio Ambiente e a Rede Povos da Floresta.

³¹ Informação disponível em: <<http://portalcapoeira.com/Cultura/pontinhos-de-culturaespaco-de-brincar-mais-cultura>> Acesso em janeiro de 2011.

³² Informação disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/categoria/politicas/identidade-e-diversidade/acoes-sid/grupos-etarios/cultura-na-infancia-areas-sid-identidade-e-diversidade-politicas/>>. Acesso em janeiro de 2011.

2.2 Configuração do Programa Cultura Viva

As diretrizes expressas nas funções e objetivos da SCC podem ser encontradas espaçadamente no documento de campanha do PT de 2002, “A Imaginação a serviço do Brasil: Programa de políticas públicas de cultura”. A inspiração para os programas e projetos que foram planejados e desenvolvidos por essa Secretaria estão alinhados com esse documento. É o que se observa dos trechos a seguir:

Nos últimos anos, essas experiências [de governos petistas] têm tido um alcance nacional, a partir de vários municípios situados em todas as regiões do Brasil. Nessas políticas, a cidadania cultural, a descentralização, o acesso e a participação popular têm se revelado eficazes diante dos orçamentos reduzidos do “setor cultural”, mesmo em nossas administrações. [...]. A política de formação de novos centros propulsores de arte e cultura para comunidades carentes é realidade palpável em prefeituras e estados do Brasil. São espaços alternativos que transcendem os tradicionais, cuja experiência testemunha, entre outras idéias, que Cultura não é ornamento. (PT, 2003, p.11).

No item “Transversalidade das políticas de cultura”, do mesmo documento, são elencadas algumas propostas a serem desenvolvidas pelo MinC, dentre elas:

[...] estabelecer um programa de construção de centros de cultura que abram espaço para a produção e difusão da criação cultural local e, ao mesmo tempo, que possam receber de maneira adequada às diversas linguagens a produção cultural que chega de outras regiões do país. (Ibid., p. 21).

Essa proposta parece ser refletida no discurso do ministro Gil, de 14 de maio de 2003, na Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados. Na oportunidade, Gil citou a existência de um programa chamado “Refavela”:

[...] vasto programa de apoio às iniciativas culturais que nascem, e na maior parte das vezes morrem, nas periferias e no interior do nosso país, sem que o Brasil possa se dar conta de quanto talento é capaz o seu povo. É um projeto que irá ao encontro da criatividade popular não apenas para levar apoio institucional e técnico, oferecendo aos grupos locais condições reais de expressão, desenvolvimento dos talentos e métodos modernos de comunicação, mas sobretudo a troca de informações e experiências que permitirão livrá-los do anonimato e dos guetos a que estão confinados. (2003, p. 57).

Todas essas falas traduzem o anseio do Ministério da Cultura em criar um programa que tivesse como público pessoas que estavam “no anonimato e confinados em guetos”. Tratava-se, então, de um programa de inclusão cultural, uma das aspirações expressa nos discursos de Gil (2003): “O que nós queremos é justamente isto: incluir. Incluir na cultura, franqueando a todos o acesso à produção e ao consumo dos bens e serviços simbólicos”. (p. 45).

Destaca-se, também, o fato de o programa pretender estimular o consumo, a criação cultural e a circulação de informações e experiências através da comunicação. Insere-se,

assim, em diversas fases do circuito cultural: Criação, invenção e inovação; Difusão, divulgação e transmissão; Circulação, intercâmbios, trocas, cooperação; e Fruição, consumo e públicos. (RUBIM, 2007b, p. 153).

Oficialmente, não se tem registros da criação do Programa Refavela. Porém, sete meses após a citação desse Programa no discurso do Ministro, foi publicada a Portaria nº 525, de 18 de dezembro de 2003, que instituiu o Programa Cidade Aberta, com objetivo de:

apoiar as iniciativas culturais nas periferias das grandes cidades e no interior do Brasil [...] através do apoio institucional e técnico para o desenvolvimento de atividades culturais às comunidades locais, bem como o acesso a métodos modernos de comunicação que permitam a troca de informações e de experiências na área de cultura.

O Cidade Aberta deveria trabalhar de forma descentralizada através “de parcerias estabelecidas com governos estaduais e municipais, com empresas públicas e privadas, com associações comunitárias e outras organizações da sociedade civil.” (art. 6º).

Para promover os objetivos do Programa, seriam construídos espaços com infraestrutura capaz de fornecer suporte para o desenvolvimento de diversas atividades culturais. Esses espaços foram denominados de “Bases de Apoio à Cultura”.

Para coordenar e supervisionar a elaboração do projeto arquitetônico das BACs e para acompanhar a sua execução foi indicada a então Secretária para o Desenvolvimento de Programas e Projetos Culturais, a cargo de Roberto Pinho, que ao lado de Antônio Risério e Wally Salomão, acompanhava Gil desde o movimento Tropicalista. Na apresentação da equipe do Ministério, Gil o apresentou da seguinte forma (2003b):

Roberto participou das ações do CEAO, do Centro de Estudos Afro-Orientais, que, nos anos 60, a partir da Bahia, inauguraram as políticas contemporâneas de aproximação entre o Brasil e a África. Em seguida, com Agostinho da Silva, integrou os quadros que criaram e implantaram a Universidade de Brasília. Em fins de 1964, criou vários programas no Recôncavo Baiano, juntamente com o Iphan, o Conselho Federal de Cultura e a Universidade da Bahia - alguns dos quais com a participação de Lúcio Costa -, que culminaram com o tombamento da cidade de Cachoeira como monumento nacional. Participou da equipe de Aloísio Magalhães que refletiu sobre a criação do Ministério da Cultura. Criou e coordenou projetos na Fundação Pro-Memória, relacionados à interação entre cultura e educação, à identidade cultural e à tele-educação. Criou e implantou, juntamente comigo e com Antonio Risério, uma política de cultura para Salvador e o Recôncavo Baiano. Criou e implantou - juntamente com a Presidência da República, o Ministério da Cultura e a Comissão dos 500 Anos do Ministério das Relações Exteriores - o Museu Aberto do Descobrimento.

Apesar de atuarem juntos em diversas situações, a relação de trabalho entre Gil e Roberto Pinho foi estremecida nos primeiros anos de Ministério. Um dos motivos da desavença derivou-se da assinatura de um Termo de Parceria, articulada por Pinho, entre o Ministério da Cultura e o Instituto Brasil Cultural (Ibrac). Qualificada como uma Organização

da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), o Ibrac seria responsável pela construção inicial de dezesseis BACs. O contrato previa o valor de R\$ 21,5 milhões (1,5 milhões do MinC e 20 milhões da Petrobras). Devido a uma série de problemas internos (processo licitatório, critérios de implantação das Bases, irregularidades em instrumentos jurídicos etc), o ministro Gil resolveu:

Cancelar o processo de licitação para contratação do portfólio imobiliário das Bases de Apoio à Cultura (BACs); cancelar o convênio do Termo de Parceria entre o Ministério da Cultura e o Ibrac; aguardar o relatório da Controladoria Geral da União sobre o contrato com a MC Consultoria³³ e também o produto final a ser produzido pela MC Consultoria. (GIL, 2004).

A suspensão temporária do Projeto BACs foi acompanhada da exoneração de Roberto Pinho e do pedido de demissão feito por Antônio Risério (assessor especial de Gil), Maria Elisa Costa (presidenta do Iphan) e Marcelo Ferraz (coordenador geral do Programa Monumenta).

Apesar de haver uma série de críticas às BACs – alto custo para construção, não garantia do estímulo às iniciativas culturais das comunidades, risco da descontinuidade por depender de parcerias com governos estaduais e/ou municipais, custo para manutenção dos espaços com pagamento de água, luz, pessoal, etc. (VILUTIS, 2009) – a saída de Pinho da Secretaria não significou imediatamente o fim do Projeto.

Para assumir a SPPC foi convidado Célio Roberto Turino. Membro do PCdoB, um dos partidos que compunha a coalizão do governo, graduado em Ciências Sociais e mestre em História, Célio possuía experiência em gestão pública. Havia sido secretário de Cultura do município de Campinas no período de 1990 a 1992 e diretor do Departamento de Programas de Lazer em São Paulo, entre 2000 e 2004.

Sobre a escolha dele para substituir Roberto Pinho, Célio declarou (2009):

Minha ida ao Ministério da Cultura não foi resultado de negociação política e o ministro Juca Ferreira, à época secretário executivo, chegou a mim por indicação de um amigo, houve análise de currículo, tempo de espera e o convite. Depois da decisão foi tudo muito rápido e minha nomeação saiu antes mesmo que o ministro Gilberto Gil me conhecesse pessoalmente. (p. 80).

Célio assumiu a Secretaria em junho de 2004 e deveria dar continuidade à implantação das BACs, o que para ele era um equívoco:

Não havia conceito apenas um projeto arquitetônico de centros culturais pré-moldados. Estruturas ocas a serem oferecidas para a comunidade tomar conta. Prédios iguais em um país tão diverso? Quem pagaria a conta de luz? E a programação? Tudo com serviço voluntário? Não daria certo. (Ibid., p. 80).

Apesar de os problemas apontados por Turino se constituírem como um risco à

³³ MC Consultoria era a empresa responsável pelo estabelecimento de critérios para implantar as BACs.

execução das BACs, não é possível afirmar que não havia um conceito no projeto. As BACs faziam parte de um programa que tinha público e alcance territorial pré-definido (apoiar as iniciativas culturais nas periferias das grandes cidades e no interior do Brasil) e etapas do circuito cultural identificadas. Estimulava, também, o uso dos métodos de comunicação para estimular a troca de informações e de experiências. Havia no Ministério, portanto, um contexto favorável para criação de projetos que se adequassem a essas condições. A nova proposta de Célio Turino de substituir as BACs por Pontos de Cultura se insere nesse ambiente. De acordo com TT Catalão (Apêndice A), consultor do MinC e secretário da SCC em 2010, havia naquele momento um

[...] caldeirão rico, principalmente do entendimento da cultura no sentido antropológico, amplo, cultura como processo, e isto é um mérito da chegada de Gil, com a valorização do cotidiano, do fazer, do vestir, do cabelo, da comida, do pensar, da roupa. [...]. Para o Programa [Cultura Viva], o Célio veio dar os formatos, ele estruturou, deu o pensamento, a força de trabalho, tudo para fazer acontecer o que aconteceu. (2010).

O projeto, dirigido por Turino, propunha estimular produções culturais já existentes, “no lugar da estrutura para equipamentos culturais, o foco no fluxo, no continuum [sic], na cultura como processo” (Ibid., p. 149). Nesse contexto, foi criado o Programa Nacional de Arte, Cultura e Cidadania – Cultura Viva³⁴ e o Projeto Ponto de Cultura. c

Apesar de apresentar como proposta uma “gestão compartilhada”, não é possível afirmar que, passados sete anos, o Programa alcançou tal dinâmica. Há limites em “compartilhar” a gestão, construir uma relação onde o Estado “compartilha poder com novos sujeitos sociais”. Estado e sociedade possuem interesses diversos e, muitas vezes, contraditórios. No caso do Cultura Viva, é possível considerar que havia uma gestão participativa, requerida pelos sujeitos culturais e reconhecida pelo Ministério. Participação que, certamente, contribuiu para fortalecer o Programa, dar visibilidade nacional e internacional e criar uma mobilização em seu entorno, transformando-o em uma espécie de movimento nacional.

Além disso, o Cultura Viva não conseguiu estabelecer/consolidar novos parâmetros de relacionamento entre governo e sociedade, mesmo porque essa é uma pretensão que ultrapassa os limites de um programa ou projeto. Formalmente, por exemplo, ele continuou inscrito dentro de normas com critérios e condições difíceis de serem atendidos pelos participantes do Programa. Esses entraves

[...] a rigor, denunciam algo mais profundo: o imenso fosso entre o estado nacional realmente existente e as necessidades, interesses e demandas dos dominados. [...]. O Programa Cultura Viva/Projeto Pontos de Cultura, ao fazer interagir o estado com

³⁴ Até 2009, denominava-se Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania.

tais modalidades culturais e seus atores, expõe de modo contundente este caráter excludente e denuncia a grave inadequação existente no país entre estado e sociedade. (RUBIM, 2009, p. 21).

Independente das dificuldades, o Cultura Viva foi um dos programas de maior crescimento orçamentário dentro do Ministério (gráfico 5). Além da pulverização de seu principal projeto, Ponto de Cultura, suas demais ações foram ampliadas ao longo dos anos (Agente Cultura Viva, Cultura Digital, Griô, Escola Viva, Cultura e Saúde, Ludicidade/Espaços de Brincar/Pontinhos de Cultura e Economia Viva). O reflexo desse investimento pode ser observado na quantidade de editais e prêmios lançados no âmbito do Programa entre 2004 e 2010 (Quadro 6).

Modalidade/Título	Ano da publicação	Participantes	Características
Edital Ponto de Cultura	2004/ 2005	Instituições privadas sem fins lucrativos.	Convênio para instituir Pontos de Cultura (duração de três anos).
Pontos de Cultura de Capoeira	2005	Instituições de capoeira da Bahia.	Convênio para instituir Pontos de Cultura de capoeira (duração de três anos).
Rede de Pontos de Cultura/ Pontões de Cultura/ Pontões de Cultura Digital	2005/2007/ 2009	Instituições governamentais municipais, distritais e estaduais. O edital de 2007 inseriu instituições privadas sem fins lucrativos.	Convênio para instituir Redes e Pontões de Cultura (duração de três anos). O edital de 2007 selecionou projetos vinculados à Ação Cultura Digital. O convênio tem vigência inicial de um ano. O valor do repasse é de até R\$ 500 mil. Em 2009 foram selecionados 40 Pontões. Com o aumento da disponibilidade orçamentária, mais 26 projetos foram selecionados. Cada Pontão receberia três parcelas de até R\$ 350 mil. O convênio tinha vigência de 36 meses. A lista dos selecionados foi publicada em 2010.
Ação Griô Nacional 2006/ Edital Bolsa de Incentivo Griô 2008/ Edital Griô na Escola e na TV	2006/2008/ 2009	Pontos de Cultura em parceria com escolas, universidades, entidades do terceiro setor e Tv Brasil.	Apoiava projetos pedagógicos que contemplavam as práticas da oralidade, dos saberes e dos fazeres dos Mestres e Griôs. Foram concedidas aproximadamente 650 bolsas para Griôs, Mestres e Griôs Aprendizes.
Prêmio Cultura Viva	2006/2007/ 2009	Pontos de Cultura, escolas públicas, fundações e	Premiava práticas culturais que mobilizavam e articulavam a comunidade em torno de

		instituições empresariais, gestores públicos, grupos informais, instituições privadas sem fins lucrativos.	<p>determinados temas.</p> <p>A primeira edição teve como tema “Cultura e Cidadania”; a segunda, “Cultura, Educação e Comunidade”; a terceira, “Cultura e Comunicação”.</p> <p>O prêmio teve patrocínio da Petrobras e coordenação técnica do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária.</p> <p>As três edições premiaram aproximadamente 42 iniciativas.</p>
Prêmio Escola Viva	2007	Pontos de Cultura, Pontões de Cultura, Rede de Pontos.	<p>Apoiava Pontos de Cultura e iniciativas da Rede Cultura Viva que desenvolviam ações de educação, cultura e cidadania.</p> <p>Premiou 120 Pontos de Cultura no valor de R\$ 15 mil/cada.</p>
Prêmio Cultura e Saúde	2008/2010	Pontos de Cultura conveniados (editais nº 1/2004, 2/2005 e 3/2005), instituições sem fins lucrativos, e instituições governamentais estaduais, distritais e municipais.	<p>Resultado do Acordo de Cooperação celebrado entre o Ministério da Cultura e o Ministério da Saúde.</p> <p>Premiava propostas sócio-culturais voltadas a ações da promoção da saúde.</p> <p>Foram concedidos 41 prêmios no valor de R\$ 15 mil/cada.</p> <p>O edital de 2010 habilitou 402 projetos. Desses, 120 seriam premiados (edital em andamento).</p>
Prêmio Interações Estéticas - Residências Artísticas em Pontos de Cultura	2008/2009/2010	Pontos de Cultura	<p>Apoiava intercâmbios culturais e estéticos entre artistas do campo da arte contemporânea e a rede de Pontos de Cultura, através de projetos de residências artísticas (três a seis meses).</p> <p>Fruto da parceria da Funarte com a SCC.</p> <p>Foram concedidos mais de 300 prêmios. Os valores variavam de R\$ 15 mil a R\$ 90 mil.</p>
Prêmio Asas	2008/2009/2010	Pontos de Cultura conveniados (editais nº 1/2004, 2/2005 e 3/2005)	<p>Premiava iniciativas dos Pontos de Cultura que apresentavam as melhores práticas de implantação na execução dos projetos apoiados.</p> <p>Em 2008 foram concedidos 50 prêmios no valor de R\$ 120 mil/cada.</p>

			<p>Em 2009, foram selecionados 65 Pontos de Cultura com prêmio no valor de R\$ 80 mil/cada.</p> <p>Em 2010 foram selecionados 30 Pontos de Cultura, prêmio no valor de R\$ 80 mil/cada.</p>
Intercâmbio Ponto a Ponto ³⁵	2008/2009	Pontos de Cultura	<p>Estimulava a troca de experiências entre bolsistas selecionados por Pontos de Cultura.</p> <p>Os projetos deveriam ser inscritos conjuntamente entre dois Pontos de Cultura.</p> <p>O valor da bolsa individual variava entre R\$ 1.250,00 e R\$ 1.500,00.</p> <p>No total, foram beneficiados cerca de 400 bolsistas vinculados a 200 projetos premiados.</p>
Ludicidade/Pontinhos de Cultura	2008/2009/2010	Instituições privadas sem fins lucrativos, e instituições governamentais estaduais, distritais e municipais.	<p>O prêmio consistia na concessão de R\$ 18 mil para propostas sociocultural-artístico-educacionais no segmento da criança e adolescente ou que estavam envolvidas em parceria com escolas ou universidades públicas.</p> <p>Foram concedidos inicialmente 205 Prêmios de Ludicidade, mas com a estadualização do Cultura Viva, o número aumentou.</p> <p>Em 2010 o MinC publicou edital para selecionar 300 iniciativas.</p>
Prêmios Agente Cultura Viva	2009	Pontos de Cultura	<p>Atuava com jovens de 15 a 29 anos para estimular o protagonismo juvenil e o empoderamento social.</p> <p>Cada projeto recebia R\$ 28.240,00 (R\$ 10 mil destinados ao Ponto de Cultura e R\$ 18.240 para o pagamento aos quatro bolsistas).</p> <p>Cada jovem recebia o valor de R\$ 4.560, divididos em 12 parcelas mensais.</p> <p>Foram selecionados 90 Pontos de Cultura, cada um com quatro bolsistas (total de 360).</p>

³⁵ De acordo com Luana Vilutis (2009): “O edital foi elaborado prevendo a seleção inicial de 100 projetos de intercâmbio, mas foram inscritos apenas 23 projetos, dos quais foram selecionados 2. [...] Consideramos que a iniciativa desse edital pode nos oferecer indicativos a respeito da articulação dos Pontos de Cultura em rede, visto que era preciso a elaboração de um projeto conjunto e a proposição em si voltava-se à realização de uma experiência compartilhada.” (p. 106).

Bolsa Agente Escola Viva	2009	Ponto de Cultura em parceria com escolas públicas.	<p>Apoiava 100 projetos pedagógicos que integravam cultura e educação.</p> <p>Cada Proposta recebia R\$ 43.680,00: R\$ 10 mil para o Ponto, R\$20 mil para a instituição educacional, R\$5 mil pra o professor coordenador do projeto e o restante em três bolsas mensais de R\$380,0 para os estudantes participantes durante um ano.</p>
Prêmio Tuxaua Cultura Viva	2009/2010	Pessoa física, ou coletivos que indicavam uma pessoa física, que apresentavam projeto demonstrando histórico de atuação junto a rede de Pontos de Cultura.	<p>Premiava propostas que visasse mobilizar e articular as redes e que demonstravam histórico de protagonismo no contexto do Cultura Viva.</p> <p>Em 2009 foram selecionadas 80 propostas. O valor do prêmio foi de R\$38 mil/cada. Em 2010, mais 30 iniciativas foram selecionadas, e o valor do prêmio foi de R\$ 49,4 mil.</p>
Prêmio Pontos de Mídia Livre	2009/2010	Pontos de Cultura e instituições privadas sem fins lucrativos.	<p>Visava apoiar iniciativas de comunicação livre.</p> <p>Era fruto da parceria SCC/SAI, com o ingresso do Programa Mais Cultura.</p> <p>Em 2009 foram selecionados 78 projetos. Os prêmios foram de R\$120 mil (15 na categoria nacional/regional) e R\$ 40 mil (63 prêmios na categoria estadual/local).</p> <p>O edital de 2010 estava em andamento.</p>
Prêmio Areté (Apoio a pequenos eventos culturais)	2009/2010	Pontos de Cultura, grupos informais, ONGs e pessoas físicas da área cultural.	<p>Apoiava eventos culturais de pequeno porte com o objetivo de estimular a troca de saberes através de seminários, oficinas, capoeira, feiras e exposição etc.</p> <p>Era fruto da parceria SCC/SAI, com o ingresso do Programa Mais Cultura.</p> <p>Foram selecionados cerca de 160 projetos. Os prêmios variam entre R\$ 10 mil, R\$ 25 mil, R\$ 50 mil, R\$ 75 mil e R\$ 100 mil.</p> <p>O edital de 2010 estava em andamento.</p>
Prêmio Estórias de Pontos de Cultura	2009	Pontos de Cultura	<p>Visava valorizar e dar visibilidade às ações dos Pontos através da publicação de histórias biográficas institucionais, acrescida da biografia de um personagem da comunidade.</p> <p>Era uma parceria com o Pontão Museu da Pessoa (SP) e com a SAI (Mais Cultura).</p>

			Foram concedidos 25 prêmios no valor de R\$5 mil/cada.
Prêmio Economia Viva	2010	Pontos de Cultura e instituições privadas sem fins lucrativos.	Apoiava 12 projetos que desenvolvessem soluções criativas de produção, escoamento em rede e articulação dos elos de sistemas produtivos nos diversos segmentos culturais. O prêmio era de até R\$ 120 mil/cada. O edital estava em andamento.
Prêmio Cultura Digital	2010	Pontos de Cultura e instituições privadas sem fins lucrativos.	Apoiava projetos que demonstrassem histórico de atuação em ações de cultura digital (foco em pesquisa, registro, preservação e experimentação de práticas sócio-culturais). Foram selecionados 40 projetos. Dez no valor de R\$ 100 mil (atuação nacional) e trinta no valor de R\$ 50 mil (atuação estadual). Edital em andamento.

Quadro 6 – Resumo dos editais do Programa Cultura Viva

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MINC, 2010; VILUTIS, 2009.

Parte dos novos editais e prêmios do Cultura Viva passaram a ser financiados pelo Programa Mais Cultura, criado em 2007, sob a coordenação da Secretaria de Articulação Institucional. Com o ingresso do Mais Cultura, o Programa Cultura Viva foi estadualizado, ou seja, estados e alguns municípios, em parceria com o governo federal, passaram a publicar editais relacionados com as ações do Programa. Com isso, o número de Pontos de Cultura aumentou e as ações do Programa Cultura Viva foram ampliadas, envolvendo Pontos de Memória, Pontos de Leituras, dentre outros projetos.

2.3 Projeto Ponto de Cultura

Dez dias após a Portaria nº 156/04 entrar em vigor, a qual instituiu o Programa Cultura Viva, foi publicado o primeiro edital para selecionar Pontos de Cultura (Edital nº 1, de 16 de julho de 2004). Ação prioritária do Cultura Viva, os Pontos de Cultura eram responsáveis por estruturar e articular as demais ações que integravam esse Programa.

O Projeto se desenvolvia através de edital público (ou seleção direta³⁶), a partir do

³⁶ São raras as seleções que ocorriam sem edital. Uma dessas possibilidades verificou-se através da rede de Pontos de Cultura coordenados pelo IPHAN. Na Bahia, integravam essa rede o Pontão de Cultura Casa do Samba, da Associação dos Sambadores e Sambadeiras da Bahia e o Pontão de Cultura da Associação das Baianas de Acarajé, Mingau, Receptivo e Similares do Estado da Bahia.

qual as instituições públicas ou privadas, sem fins lucrativos, passavam a receber, durante três anos consecutivos, uma verba no valor de R\$60 mil/ano para darem continuidade às ações culturais que realizavam em suas comunidades. Parte dessa verba deveria custear aquisição de um kit multimídia composto por equipamentos digitais responsáveis por fomentar a produção de produtos, registrar as atividades dos projetos e estimular o intercâmbio e a formação de redes. As instituições selecionadas pelo Ministério recebiam o título de Pontos de Cultura.

Ponto de Cultura é a própria estratégia do governo federal para “incluir” os que estão à margem dos circuitos formais de cultura, ou mesmo da indústria cultural. [...] Cada Ponto se desenvolve de um jeito, mas há um elemento comum a todos: o estúdio multimídia; um equipamento de cultura digital, simples [...] e que permite aos agentes culturais realizarem o auto-registro (desde documentários até narrativas mais complexas) colocando sua produção em circulação, sem intermediários. (TURINO apud LODY, 2009)³⁷.

Inspirado no discurso de posse do ministro Gil, o nome “Ponto de Cultura” refletia a ideia da massagem nos pontos vitais do Brasil, o *do-in* antropológico. Os Pontos de Cultura, na opinião de Gilberto Gil (2004), eram:

Mais que um conjunto de obras físicas e equipamentos, ele envolve a potencialização das energias criadoras do povo brasileiro. Não pode ser considerado um simples "deixar fazer", porque parte de uma instigação, uma emulação, que é o próprio *do-in* antropológico. Mas os rumos, as escolhas, as definições ao longo do processo, são livres. E os resultados, imprevisíveis. E provavelmente surpreendentes. Seu sucesso depende de interação, de troca de informações e de uma ampla distribuição de conhecimento e realização.

Pode-se afirmar que o Projeto funcionava como uma espécie de “chancela”, através do qual o governo federal passou a reconhecer grupos culturais de várias partes do país. Com editais publicados nacionalmente para conveniar Pontos de Cultura, o Ministério ampliou sua área de ação (antes praticamente restrita ao eixo São Paulo – Rio de Janeiro – Brasília) e disseminou sua política para todo o Brasil. O Projeto contribuiu, assim, para consolidar a atuação nacional do Ministério. (RUBIM, 2008).

O Projeto Ponto de Cultura atuou também na perspectiva de dar visibilidade a grupos que não integravam a política cultural do MinC, tais como associações de capoeira, rádios comunitárias, associações de pescadores, terreiros de candomblé, fanfarras, comunidades indígenas, grupos de teatro amador, maracatus, escolas comunitárias. Grupos que, em sua maioria, passaram a utilizar pela primeira vez uma verba pública da Cultura.

O Projeto, portanto, visava valorizar as diversas formas de manifestações culturais já existentes nas comunidades. A função do MinC era estimular a criação de ambientes propícios ao desenvolvimento da cultura. Caminhava contra a lógica de impulsionar aquilo

³⁷ Entrevista feita pelo antropólogo Raul Lody em julho de 2009. Publicada no Almanaque Cultura Viva produzido pelo SESC-SP e pelo MinC.

que tinha potencial estritamente para consumo. Tratava-se de um Projeto consonante com o discurso da Unesco (2005):

As forças do mercado, por si sós, não podem garantir a preservação e promoção da diversidade cultural, condição de um desenvolvimento humano sustentável. Desse ponto de vista, convém fortalecer a função primordial das políticas públicas, em parceria com o setor privado e a sociedade civil. (p. 211).

É possível observar que o Projeto estabeleceu uma relação de “mão-dupla” entre Ministério e instituições culturais. O governo “chancelou” organizações culturais e, possivelmente, passou a ser legitimado por essas.

Vale ressaltar, inclusive, que essas organizações eram diversas entre si. Algumas estavam recebendo verba pública pela primeira vez, outras já possuíam relações formais com o Estado, a exemplo de sindicatos (Trabalhadores Rurais de Ipirá/BA; Professores de Campinas e Região/SP; Artistas e Técnicos em espetáculos e diversões do Estado do Rio de Janeiro etc) organizações estudantis (União Nacional dos Estudantes) e Ongs e Oscips estruturadas (Cia Cultural Bola de Meia/SP; Teatro Vila Velha/BA; Nós do Morro/RJ; Programa Integração pela Música – PIM/RS etc). Além disso, algumas possuíam a cultura como seu principal objeto de atuação, outras não (como os sindicatos e associações de bairro).

Essa variedade de atores contribuiu para configurar uma rede desigual, onde determinados Pontos de Cultura possuíam condições diferenciadas de desenvolvimento. A rede de Pontos era formada, portanto, por instituições com características diferentes, com potencialidades distintas e com atividades variadas.

Ao conformar as redes sociais e eletrônicas (redes sociais e digitais), o programa ganha em transversalidade, pois busca fortalecer a circulação simbólica e o contato entre os coordenadores dos Pontos e seus públicos. Porém, esta conformação em redes se desenvolve de maneira descontínua e desigual, diferenciada segunda cada região e/ou localidade do país e depende de condições objetivas estruturais, de um aparato comunicativo (fornecido pelo Ministério ou comprado com a primeira parcela dos recursos repassados) e, mais problematicamente, de um acúmulo e aprendizado que atua para a constituição de um *ethos* comunicativo, e que nem todas as “comunidades” já desenvolveram [...]. (MATTOS, 2010, p.85).

Para Castells, “redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, compartilhem os mesmos códigos de comunicação” (1999, p. 566). No caso em análise, os nós eram representados pelos Pontos de Cultura e a rede envolvia as pessoas que integravam os projetos, seus produtos e práticas culturais. Para facilitar o compartilhamento dos códigos de comunicação entre os Pontos, o MinC criou a Ação Cultura Digital “com o objetivo de orientar os agentes culturais e usuários dos Pontos de Cultura a democratizar e fomentar a utilização de ferramentas tecnológicas digitais de uma maneira crítica e criativa (...)” (FER,

2009, p.36). A Cultura Digital, portanto, era fundamental para a formação e consolidação da rede, que, por sua vez, deveria abranger o universo digital/virtual, conhecido como *online*, e o presencial/físico, denominado *offline*.

Contudo, a existência dos equipamentos digitais não foi suficiente para promover a interconexão entre os Pontos. Para haver aproximação entre os integrantes da rede, era preciso que elementos/produtos circulassem e despertassem os seus interesses, em outras palavras, era necessário que informações sobre os projetos fossem divulgadas e conhecidas (quem eram, o que faziam, como se desenvolviam etc).

É possível estabelecer infinitas conexões que variam de acordo com os interesses dos atores. Mais do que insuficiente, eu diria que é um grande equívoco deixar que essas conexões se percam porque os atores não se conhecem e não sabem o que produzem. E esta tem sido uma realidade frequente no dia a dia dos pontos de cultura. As conexões se restringem as listas de e-mail e até mesmo sites criados como “mapas da rede”, “iteia”, “ponto por ponto” ou o portal “junta dados” não tem funcionado de maneira a aproveitar todo o potencial que as tecnologias têm a oferecer. Esta deveria ser uma preocupação enfrentada com mais rigor e cuidado pelo Ministério da Cultura, porque ela é essencial para manutenção do programa. (LIMA, 2010, p. 3 e 4).

Essa responsabilidade deveria ser atribuída ao Ministério e aos Pontos de Cultura. Esses poderiam absorver as ferramentas existentes e se colocarem enquanto integrantes de uma rede, daí, provavelmente, o esforço do poder público teria repercussão e desdobramentos.

Não existe gestão descentralizada em rede se a mesma não for composta por atores que assumam um posicionamento ativo e autônomo frente a esses novos espaços de sociabilidade e debate público e, simultaneamente, esses espaços, ambientes e formas próprias de colaboração em rede são condição relevante na atualidade para que esse processo de empoderamento, de exercício do protagonismo e da autonomia possam se efetivar. [...] o processo de encontro entre diversos grupos e atores participantes de cada Ponto de Cultura e esse novo paradigma de produção colaborativa em rede se opera, dentro da nossa perspectiva, mais por meio de múltiplos pontos de tensionamento e de negociação do que por uma assimilação passiva dos Pontos por parte do Programa. (GOMES, 2009, p. 38-39).

Rede presume troca de informações entre os nós que a compõe, sem ter um pólo emissor que controle esse fluxo ou que hierarquize as relações. Caberia aos Pontos, com apoio do Ministério, a apropriação das ferramentas para impulsionar a circulação, articulação e cooperação. Essa tarefa, porém, vinha sendo realizada com certa dificuldade, visto que alguns Pontos tinham acesso restrito à internet, possuíam equipamentos desatualizados e não tinham facilidade em utilizar ferramentas livres (programas em software livre).

Além dos problemas encontrados pelos Pontos para se articularem enquanto rede, as informações sobre os projetos eram dispersas. O desencontro de dados e informações pode ser verificado na ausência do registro exato do número de Pontos de Cultura que integravam a rede do Cultura Viva. Não havia consenso nos documentos do governo quanto à quantidade

de Projetos conveniados. De acordo com o balanço do período 2003-2010 no setor da Cultura, publicado no final de 2010:

Hoje, chegam a **quatro mil os diversos tipos de pontos de cultura** (grifo nosso) [...] existentes no Governo Federal. No Programa Cultura Viva, a União contribuiu para o apoio e o funcionamento de 2.517 pontos de cultura (em sentido estrito), atingindo cerca de oito milhões de frequentadores, com base em levantamento do Ipea (2009). Além desses, foram instalados 89 Pontões de Cultura com o objetivo de articular ações dos diversos pontos já implantados. (p. 291).

Sobre o trecho acima, não há clareza sobre o que vem a ser “pontos de cultura em sentido estrito”. Considerando o número inicial apresentado de quatro mil Projetos, havia divergência com os dados informados pelo Ipea (publicado pelo MinC) e pela Controladoria Geral da União (CGU), como pode ser verificado no quadro abaixo.

Ano	Pontos de Cultura apoiados	
	IPEA	CGU
2004	0	72
2005	442	442
2006	642	654
2007	742	742
2008	2.466	2.446
2009	2.372	2.517

Quadro 7 – Pontos de Cultura conveniados de 2004 a 2009

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MinC³⁸ e da CGU³⁹.

Quanto à distribuição regional dos Pontos de Cultura, considerando os dados disponibilizados pela pesquisa do Ipea sobre o Programa Cultura Viva, a rede concentrava-se na região Nordeste e Sudeste, que, somadas, representavam 80% dos Pontos de Cultura (Gráfico 7). A região Norte continuou a ser a menos favorecida do País.

³⁸ Disponíveis na publicação “Cultura Viva: Ponto de Cultura pulsando o Brasil”, obtidos através do IPEA.

³⁹ Os dados são fornecidos pelo Ministério da Cultura para a sua prestação de contas.

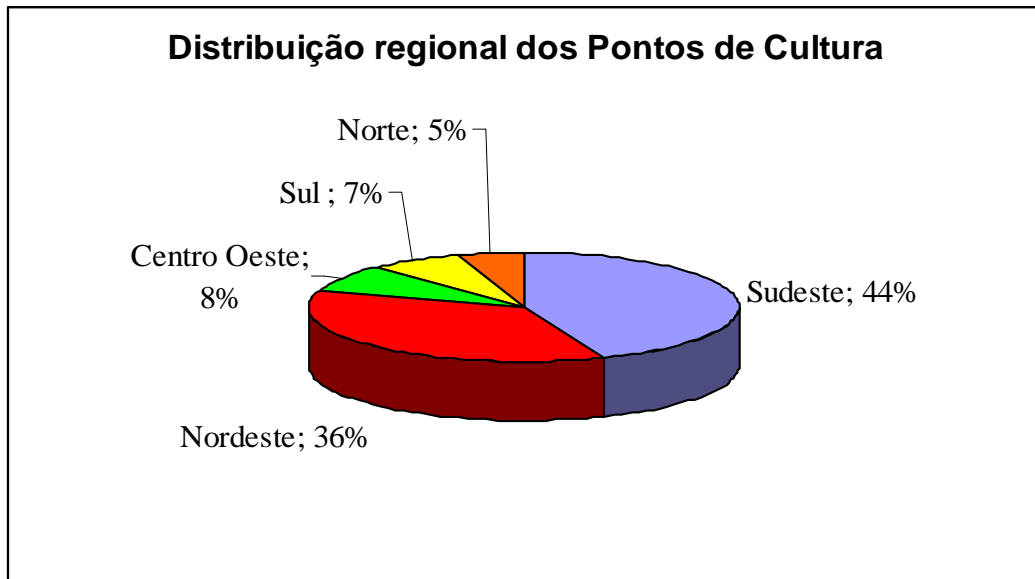


Gráfico 7 – Distribuição regional dos Pontos de Cultura
 Fonte: Almanaque Cultura Viva 2010a (MINC/SESC-SP).

O desafio de estimular a formação de uma rede de Pontos de Cultura foi enfrentado pelo Ministério de diversas formas. Foram publicados editais para constituir “redes de Pontos de Cultura” e “Pontões de Cultura” e prêmios para projetos que fomentassem a articulação entre os Pontos: Interações Estéticas; Intercâmbio Ponto a Ponto e Tuxaua Cultura Viva (Quadro 5).

O edital nº. 4, de 20 de abril de 2005, dirigido para instituições governamentais estaduais, distritais e municipais, tinha por objeto “formação de redes de Pontos de Cultura no âmbito da jurisdição da instituição pública proponente” (Art. 2.2). Esse edital previa que o órgão público reunisse em torno de si uma rede formada por instituições culturais localizadas no seu âmbito de atuação. Para o Ministério, a estadualização do Cultura Viva integrava essa proposta.

Já os Pontões de Cultura eram responsáveis por articular as ações da rede Cultura Viva e por mobilizar os Pontos de Cultura. Podiam atuar na formação/capacitação e gestão de projetos; em áreas temáticas (audiovisual, cultura da paz, cultura digital); com públicos específicos ou em territórios delimitados. O repasse financeiro para os Pontões de Cultura era maior do que para os Pontos. No primeiro Edital (2005), o valor variou de 100 mil reais/ano a 1,5 milhão/ano, de acordo com a população sob jurisdição do órgão público.

Outra ação que visava promover a consolidação da rede de Pontos de Cultura eram os encontros estaduais, regionais e nacionais. O Encontro Nacional dos Pontos de Cultura – Teia permitia que representantes de Pontos de todo o país se reunissem uma vez por ano. A Teia

envolvia feira de economia solidária, programação artística e cultural, rodas de conversa com mestres da cultura, seminários e cursos e espaços de manifestação política. A primeira Teia ocorreu em 2006, em São Paulo; a segunda em 2007, em Belo Horizonte; a terceira em 2008, em Brasília; e a quarta em 2010, em Fortaleza.

Foi no ambiente da segunda Teia que aconteceu o primeiro encontro do Fórum Nacional dos Pontos de Cultura e foi eleita a primeira Comissão Nacional dos Pontos de Cultura.

A realização do 1º Fórum Nacional de Pontos de Cultura ter sido realizado durante a TEIA 2007 não é apenas coincidência. No texto de apresentação do Fórum, seus organizadores alertaram para o fato de que a “TEIA 2006 não se apresentou como espaço para um debate político” (FÓRUM NACIONAL DOS PONTOS DE CULTURA, 2007b) e contou com baixa participação dos Pontos em sua “concepção, execução e programação”. Durante sua realização, os Pontos de Cultura tiveram a oportunidade de promover debates em nível nacional, com grande adesão de todas as regiões do Brasil. (DOMINGUES, 2008, p. 195-196).

O Fórum Nacional de Pontos de Cultura (FNPC) reunia representantes dos Pontos de Cultura que participavam de encontros, fóruns e teias municipais, estaduais e regionais, além das áreas temáticas e redes que integravam o Cultura Viva (Ação Griô, Pontinhos de Cultura etc). No Fórum eram discutidos aspectos diversos do Programa (gestão, orçamento, sustentabilidade etc) e produzidos documentos (cartas de apoio, textos de repúdio, abaixo-assinados etc).

A Comissão Nacional de Pontos de Cultura (CNPC) era a instância permanente de atuação e representação dos Pontos. Articulava a participação dos Pontos em fóruns e teias setoriais e regionais. Além da CNPC, os Pontos de organizavam em comissões estaduais, regionais e por área temática.

Pode-se afirmar que a organização política dos Pontos de Cultura foi importante pela capacidade de redimensionar a sua presença no Programa, entendendo que a participação não se manifestava apenas na execução dos projetos financiados pelo Estado e em seus desdobramentos imediatos (prestação de contas, envio de relatórios, produção de materiais audiovisuais etc), mas acontecia especialmente na formação e consolidação de espaços de debates. Nesse sentido, a Teia deixou de ser um encontro festivo para ser um momento estratégico. É possível dizer que a partir dos encontros, o Programa Cultura Viva passou a ter uma gestão diferenciada, onde os seus integrantes apontavam falhas e emitiam opiniões, a exemplo desse trecho divulgado pela CNPC durante a Teia 2007:

O Cultura Viva possui muitos méritos em sua concepção, mas tem problemas na operacionalização, pois há grande dificuldade do Estado em acompanhar a ação democrática do Programa. São notórios os impasses entre a natureza das atividades sócio-culturais em contraposição às limitações impostas pela legislação e o reduzido

quadro de pessoal do MINC, que redundava em pouca agilidade nas tramitações de convênios e prestação de contas.

Um dos documentos importantes produzidos pelos Pontos de Cultura foi a Carta – Viva a Cultura!, publicada em agosto de 2007. Na Carta havia registro de propostas que iam da aprovação da PEC 150/2003 à construção de um novo marco regulatório que pudesse contemplar as especificidades do Cultura Viva, tratava-se de um documento que apresentava questões de uma agenda política da cultura. A Carta, entretanto, não foi devidamente discutida na plenária do FNPC.

A plenária final não conseguiu viabilizar uma agenda comum dos Pontos. Para alguns representantes, a análise foi de imediatismo na resolução dos trabalhos e de insatisfação com a condução da Comissão. Em especial, as proposições da CARTA – Viva a Cultura!, que articulavam tanto os temas específicos do Programa [...] quanto os temas mais gerais [...], essenciais à garantia da continuidade do Programa, foram pouco apreciadas no conjunto das plenárias. (DOMIGUES, 2008, p. 197).

No ano seguinte, no II FNPC, a CNPC elaborou uma carta dirigida ao ministro Juca Ferreira informando que a mobilização dos Pontos havia envolvido, em 2008, 19 encontros e fóruns estaduais, com cerca de seis mil participantes. Dos 850 Pontos de Cultura existentes na época, aproximadamente 600 tinham indicado um delegado como representante. De acordo com essa carta:

O II FNPC é a expressão legítima e organizada deste movimento, que apresentou para o conjunto da sociedade sua produção artística, pautas políticas, práticas pedagógicas, manifestações e expressões culturais. Sua realização evidenciou a autonomia e diversidade das formas de organização do movimento nacional dos Pontos de Cultura, elegendo uma nova Comissão Nacional, composta por representantes dos 24 Grupos de Trabalho e de todos os estados do país.

Dentre as proposições do II FNPC estavam a aprovação da PEC 236 (acrescentava a cultura como direito social na Constituição Federal); inclusão do Cultura Viva no Plano Nacional de Cultura; implantação do Sistema Nacional de Cultura; criação de mecanismos de apoio para mestres e griôs da tradição oral e da cultura popular, dentre outros.

O III FNPC aconteceu em 2010 durante a Teia realizada em Fortaleza/CE. Na ocasião, a discussão teve por objeto a criação de uma agenda política para o Programa Cultura Viva, tendo em vista que o governo Lula seria encerrado no final do ano. O documento que pretendia reunir as estratégias para a permanência do Programa após o fim do governo não foi finalizado durante a Teia.

Outro espaço que estimulou a articulação entre os Pontos de Cultura foi a II Conferência Nacional de Cultura, realizada em Brasília, entre 11 e 14 de março de 2010.

Dentre as 347 propostas elencadas, foram selecionadas 32 como prioritárias⁴⁰. Dessas, três faziam referência direta ao Programa Cultura Viva:

36 – Instituir a lei Griô, que estabelece uma política nacional de transmissão dos saberes e fazeres de tradição oral, em diálogo com a educação formal, para promover o fortalecimento da identidade e ancestralidade do povo brasileiro, por meio do reconhecimento político, econômico e sociocultural dos Griôs Mestres e Mestras da tradição oral, acompanhado por uma proposta de um programa nacional, a ser instituído, regulamentado e implantado no âmbito do MINC e do Sistema Nacional de Cultura.

83 – Criar marco regulatório (Lei Cultura Viva) que garanta que os Pontos de Cultura se tornem política de Estado garantindo a ampliação no número de Pontos contemplando ao menos um em cada município brasileiro e Distrito Federal, priorizando populações em situação de vulnerabilidade social de modo a fortalecer a rede nacional dos Pontos de Cultura.

308 – Defender a aprovação do Programa Cultura Viva e o Programa Mais Cultura no âmbito da proposta de consolidação das leis sociais como políticas públicas de Estado, com dotação orçamentária prevista em lei e mecanismo público de controle e gestão compartilhada com a sociedade civil.

Apesar de a proposta mais votada ter sido a que tratava do marco regulatório da Cultura – Sistema Nacional de Cultura, Plano Nacional de Cultura, proposta de emenda constitucional (PEC) 150/2003 e Programa de Fomento e Incentivo à Cultura – houve o reconhecimento da importância do Programa Cultura Viva e dos Projetos Pontos de Cultura enquanto uma política cultural que deveria ser continuada nos próximos governos.

É interessante observar, também, que um dos aspectos relevantes do Projeto Ponto de Cultura foi a sua capacidade de favorecer a ação transversal entre o MinC e outros órgãos do governo. Em parceria com o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Cultura estendeu o projeto Ponto de Cultura para cinco países (França, Estados Unidos, Áustria, Paraguai e Uruguai) e havia negociações para que o modelo do Projeto fosse disseminado em todos os países do Mercosul (proposta aprovada na reunião do Parlamento do Mercosul, realizada em novembro de 2009) e nos países ibero-americanos.

Em uma reunião de ministros da Ibero-américa e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e do Caribe, realizada em setembro de 2009, no Brasil, representantes de 15 nações assinaram a Declaração de São Paulo, na qual consta a decisão de submeterem à próxima reunião de Cúpula dos Chefes de Estado da Ibero-américa uma proposta de criação do Programa Ibero-cultura – nos moldes dos Pontos de Cultura, para ser implantada nos 23 países da região. (MINC, 2010).⁴¹

Além disso, a *Red Latinoamericana de Arte para la Transformación Social* coordenou uma campanha para disseminar o Projeto em toda a América Latina. Em 2009, na Argentina, foi realizado o seminário “Latinoamericano Arte, Cultura y Democracia Participativa” para

⁴⁰ Disponível em: <<http://blogs.cultura.gov.br/cnc/files/2010/03/Propostas-32-finais.pdf/>>. Acesso em janeiro de 2011.

⁴¹ Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/culturaviva/ponto-de-cultura/exterio/>> Acesso em janeiro de 2011

apresentar e discutir o Projeto Ponto de Cultura na perspectiva de transformá-lo em modelo internacional.

Según muchos testimonios y materiales, el programa “Puntos de Cultura” ha sostenido un extraordinario impulso a actividades culturales en todos los campos y a lo largo de toda la geografía del Brasil, dando origen a circuitos artísticos, experiencias formativas, iniciativas industriales y una fuerte promoción de las identidades pluriculturales. Esta política pública del Estado Brasileño [...]expresa un nuevo paradigma de relación entre lo público, lo comunitario y lo estatal. [...] ⁴²

Além do Projeto Ponto de Cultura, outras ações do Programa Cultura Viva contribuíram para a articulação MinC com outros órgãos, a exemplo da Ação Cultura e Saúde, que teve a parceria do Ministério da Saúde.

2.4 Ações do Programa Cultura Viva

Ponto de Cultura era a Ação prioritária do Cultura Viva responsável por articular: Agente Cultura Viva, Cultura Digital, Griô, Escola Viva, Cultura e Saúde, Ludicidade/Espaços de Brincar (Pontinhos de Cultura) e Economia Viva.

A Ação Agente Cultura Viva tinha por objetivo estimular jovens envolvidos com os Pontos de Cultura a se iniciarem profissionalmente a partir de áreas relacionados à cultura. Funcionava por meio da concessão de uma bolsa no valor de 150 reais/mês a jovens indicados pelos Pontos. Essa Ação foi extinta em 2006 após uma série de problemas entre os ministérios da Cultura e o do Trabalho e Emprego (MTE) que resultaram em atrasos no pagamento aos jovens bolsistas. Em 2009, a Ação foi retomada como um prêmio (recursos do Fundo Nacional de Cultura), tendo como foco o protagonismo juvenil, empoderamento social e desenvolvimento pessoal e social de jovens na faixa etária entre 15 e 29 anos.

Os princípios da Ação Cultura Digital é anterior à instituição do Programa Cultura Viva. Desde o projeto das BACs, havia uma articulação entre ciberativistas do MTB – laboratório brasileiro de mídia tática – e pessoas do Programa Cidade Aberta. Com a extinção das BACs, a Ação passou a ser integrada ao Cultura Viva. Em resumo, a Cultura Digital era responsável por dar visibilidade e circulação à produção dos Pontos de Cultura. Além disso, pretendia estimular a interação e a troca de informações e experiências no ciberespaço, fortalecendo a rede de Projetos. Para efetivar essa Ação, os Pontos de Cultura deveriam adquirir um kit multimídia composto por equipamentos digitais para possibilitar o registro, a produção e divulgação de suas ações e seus produtos. Os equipamentos digitais deveriam,

⁴² Disponível em: <http://www.lamestiza.org.ar/seminariola/?page_id=10>. Acesso em janeiro de 2011

obrigatoriamente, funcionar com software livre, uma das bandeiras políticas do Ministério. Para apoiar essa Ação, o Ministério da Cultura deveria fornecer suporte e acompanhamento aos Pontos, o que não foi executado a contento. De acordo com a pesquisa do Ipea (2010), 53,1% dos Pontos compraram ou receberam o kit multimídia; 37,3% adotaram software livre; 29,5% adotaram conceitos dessa Ação e 17,4% participaram da rede. Os baixos percentuais registrados podem ser atribuídos à “dificuldades de acompanhamento, assistência técnica inadequada, e outras inerentes ao uso de ferramentas livres” (Ibid., p. 68). Para tentar corrigir parte desse problema, o Ministério publicou em 2007 um edital para selecionar Pontões de Cultura Digital, que deveriam articular os componentes dessa Ação e utilizar os meios digitais, prioritariamente, para promoverem suas atividades.

A Ação Griô passou a integrar o Cultura Viva a partir da seleção de uma organização da sociedade civil no primeiro edital do Programa. O projeto da Associação Grãos de Luz e Griô (localizada em Lençóis/BA) despertou o interesse do MinC, que transformou a proposta da pedagogia Griô em uma ação nacional. Segundo relatório⁴³ da Ação Griô, a sua missão era “fortalecer a ancestralidade e a identidade do povo brasileiro, por meio do reconhecimento do lugar político, sócio-cultural e econômico de griôs e mestres de tradição oral na educação”. Na prática, houve, dentre outras iniciativas, a concessão de bolsas de trabalho para griôs e aprendizes com o intuito de promover pesquisas e divulgar a tradição oral do Brasil. Uma das consequências dessa Ação foi a proposta de criar uma Lei Griô Nacional para instituir uma política nacional de transmissão dos saberes e fazeres da tradição oral em diálogo com a educação formal. O Projeto de Lei foi registrado em cartório em novembro de 2009. Para que esse Projeto pudesse ser instituído enquanto lei, era necessário um milhão de assinaturas⁴⁴.

Outra ação do Programa era a Escola Viva. A proposta inicial era que o Ministério da Cultura e o Ministério da Educação atuassem conjuntamente para que escolas, que desenvolvessem ações criativas, pudessem ser transformadas em Pontos de Cultura e que alguns Pontos de Cultura pudessem ser configurados enquanto uma escola. A Ação Escola Viva não foi implementada conforme previsto.

Entre a proposta inicial da ação e sua execução real houve uma mudança grande que mais se refere à sua forma de operacionalização do que a uma mudança de concepção propriamente dita. A parceria com o Ministério da Educação não ocorreu, os editais direcionados às escolas não se tornaram viáveis e a proposta de articulação do Ponto de Cultura com a escola ficou a cargo das iniciativas já desenvolvidas pelos Pontos e contempladas no programa Cultura Viva. (VILUTIS, 2009, p. 82).

⁴³ Elaborado a partir do III Encontro Nacional de Planejamento da Ação Griô Nacional 2009.

⁴⁴ A campanha, para colher as assinaturas, foi lançada na Mesa de Abertura da Conferência Estadual de Cultura da Bahia, realizada entre os dias 26 e 29 de novembro, em Ilhéus.

A educação passou a fazer parte do Programa através, especialmente, do Prêmio Cultura Viva. Com o apoio da Petrobras e coordenação técnica do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), foram publicados três editais. Os dois primeiros (2005 e 2007) premiaram projetos que desenvolveram práticas educativas e culturais em parceria com a comunidade. Em 2010, o Prêmio foi dirigido para atividades articuladoras de cultura e comunicação.

A Ação Cultura e Saúde foi implantada em 2007, por meio de um Acordo de Cooperação entre o Ministério da Saúde (MS) e o da Cultura. O Acordo pretendia “potencializar a melhoria do atendimento ao cidadão brasileiro, por meio de instrumentos que favoreçam e facilitem a articulação da rede pública de atendimento à saúde com a rede de equipamentos culturais” (MINC, 2010). O resultado dessa parceria ganhou visibilidade em 2008, quando foi publicado o Prêmio Cultura e Saúde, que concedeu 30 prêmios no valor de quinze mil reais para Pontos de Cultura com foco em ações de promoção da saúde.

A Ação Ludicidade/Espaços de Brincar (Pontinhos de Cultura) tinha como público alvo o grupo etário formado por crianças. O objetivo era promover a transmissão e preservação da Cultura da Infância por meio de atividades que fortalecessem os direitos da criança. Em 2008, foi lançado o Prêmio Ludicidade dirigido para 250 Pontinhos de Cultura no valor de dezoito mil reais/cada. A partir da estadualização do Cultura Viva, os órgãos estaduais de cultura passaram a publicar editais para selecionar Pontinhos de Cultura.

A Ação Economia Viva se propunha a articular sistemas produtivos da cultura nas diversas manifestações e expressões de linguagens artísticas. Pretendia estimular a economia colaborativa e sustentável com objetivo de criar um sistema alternativo ao da indústria cultural. Contemplava práticas e modelos de negócios baseados nas premissas da Economia Solidária. Essa Ação almejava dar subsídios aos Pontos de Cultura para que eles pudessem comercializar seus serviços e produtos. Em 2010, foi publicado o edital “Prêmio Economia Viva” para apoiar iniciativas com esses objetivos.

Com o ingresso do Programa Mais Cultura, em 2007, novas ações foram incluídas, tais como Ponto de Difusão, Ponto de Leitura e Ponto de Memória. Essas ações serão descritas no terceiro capítulo dessa dissertação.

2.5 Desafios institucionais do Cultura Viva e do Projeto Ponto de Cultura

De acordo com o MinC, os Pontos de Cultura tinham liberdade para elaborar e executar seus projetos de acordo com suas aspirações:

No lugar de impor uma programação cultural ou chamar os grupos culturais para dizerem o que querem (ou necessitam), perguntamos como querem. (...) Invertemos a forma de abordagem dos grupos sociais e o Ministério da Cultura disse quanto podia oferecer e os proponentes definiam, a partir de seu ponto de vista e de suas necessidades, como aplicaríamos os recursos. (TURINO, 2009, p. 63 e 64).

Trata-se de um programa flexível, que se molda à realidade, em vez de moldar a realidade. Um programa que será não o que o governante pensa que é certo ou adequado, mas o que cidadão deseja e consegue tocar adiante. (GIL, 2004b).

Na prática, porém, havia restrições quanto à “liberdade” dos Pontos de Cultura em desenvolver seus projetos. Uma dessas restrições deveu-se às normas que regulamentava o Programa Cultura Viva; além disso, a gestão do Programa não conseguiu acompanhar a sua dinamicidade.

O Cultura Viva foi criado formalmente por meio da Portaria nº 156, de 06 de julho de 2004, que foi alterada pela Portaria nº 82 de 18 de maio de 2005.

De acordo com o art. 4º da Portaria nº 156/04, a execução do Programa aconteceria mediante editais dirigidos a organizações privadas (sem fins lucrativos) e instituições públicas, legalmente constituídas, de **caráter cultural e social**. Ou seja, o Programa incluía instituições que possuíam caráter social. A Portaria nº 82/05 fez modificações na redação desse artigo, que passou a ter a seguinte descrição:

Art. 4º - A execução do Programa proceder-se-á mediante editais de divulgação que convidem organizações privadas sem fins lucrativos e instituições públicas, legalmente constituídas que **desenvolvam ações culturais e sociais** (grifo nosso), a apresentar propostas de participação e parceria nas diferentes ações do mesmo.
Parágrafo Único - Projetos especiais que desenvolvam ações complementares ao Cultura Viva poderão ser escolhidos diretamente pela coordenação do Programa.

O fato de ter retirado a expressão “caráter cultural ou social” e inserir “que desenvolvam ações culturais e sociais” fez com que se ampliasse o universo das entidades aptas a participarem do Cultura Viva. Com a primeira expressão, somente instituições que tinham esse caráter descrito nos seus respectivos estatutos poderiam participar do processo. A partir da segunda Portaria, qualquer entidade, de caráter cultural/social ou não, poderiam integrar o Programa, bastando comprovar que desenvolviam atividades culturais e sociais. Essa mudança é importante para uma política que se propõe inclusiva e democratizante. Com essa abertura, muitas instituições, que anteriormente não poderiam ser selecionadas nos editais do Cultura Viva, passaram a concorrer igualmente com as de caráter cultural. Exemplo disso é a Associação das Prostitutas da Bahia (Aprobsa), que concorreu com o projeto “Rádio Ponto FM – Cidadania no Ar” e foi selecionada como Ponto de Cultura no terceiro edital. Essa alteração, em suma, tinha coerência com o discurso do Ministério de compreender a

cultura na sua dimensão mais ampliada e possibilitava a inclusão de organizações que não tinham a cultura como seu objeto principal de atuação.

Ainda na Portaria nº 82, no parágrafo único do artigo citado, foi acrescentada a possibilidade da coordenação do Programa selecionar “projetos especiais que desenvolvam ações complementares ao Cultura Viva”. A Portaria, no entanto, não esclarecia que tipos de ações eram essas, mas é possível compreender seus efeitos. Foi a partir dessa lacuna que o Ministério da Cultura pôde integrar ao Cultura Viva a Ação Griô, inspirada na experiência da Associação Grãos de Luz e Griô.

Outra mudança importante refere-se à aquisição dos equipamentos digitais. A Portaria nº 156/04, em seu art. 5º, afirmava que o responsável pelo repasse de recursos financeiros era o Ministério da Cultura, a quem caberia entregar o “kit de cultura digital” aos grupos selecionados. Esse artigo foi alterado pela Portaria nº 82/05 que retirou do Ministério essa obrigação e a transferiu para os Pontos de Cultura, que com parte da verba do convênio deveriam comprar os equipamentos digitais⁴⁵. Isso significa que os Pontos de Cultura podiam compor seus kits com os equipamentos que julgassem necessários e que não precisavam aguardar o seu envio por parte do Ministério. Além disso, os Pontos passaram a ter equipamentos mais atualizados, já que a entrega por parte dos fornecedores era quase imediata.

A transferência da compra do kit para os Pontos de Cultura implicou na obrigação destes em realizar licitação, procedimento em que a Administração Pública, ou instituições privadas conveniadas com esta, devem selecionar a proposta mais vantajosa para cumprir um determinado ato sob sua responsabilidade (construção, reforma, compra de bens, contratação de serviços etc). No caso em análise, havia obrigação em realizar licitação porque o valor total dos equipamentos que integravam o kit ultrapassava o valor mínimo permitido por lei para dispensar tal procedimento, que era de oito mil reais.

A regra da licitação foi aplicada aos Pontos de Cultura por conta da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Essa Lei institui normas para a realização de licitações e contratos da Administração Pública, regulamentando o art. 37, XXI da Constituição Federal, que obriga o Estado a cumprir os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Apesar de se referir prioritariamente a entidades e órgãos do poder público, em alguns casos essa Lei é aplicada também a instituições privadas sem fins lucrativos.

⁴⁵ Para garantir que os Pontos de Cultura adquirissem os equipamentos para o Kit, os editais passaram a indicar o valor mínimo a ser utilizado do convênio. Assim, no segundo edital, foi exigido que os Pontos investissem, ainda no primeiro repasse do recurso, o valor de vinte mil reais para essa finalidade.

Nos Pontos de Cultura, a relação jurídica que se dava entre eles e o Estado era regulamentada pelos princípios de um instrumento denominado convênio. Ele é utilizado quando há entre o poder público e as instituições (privadas ou públicas) um acordo para realizar objetivos comuns, mediante colaboração dos partícipes⁴⁶, quando "[...] o Estado deixa a atividade na iniciativa privada e apenas incentiva o particular que queira desempenhá-la, por se tratar de atividade que traz algum benefício para a coletividade." (DI PIETRO apud VIOLIN, 2004).

A previsão legal do convênio é uma demonstração da vontade da Administração Pública em compartilhar e descentralizar algumas de suas responsabilidades com a sociedade civil. Para o Programa Cultura Viva, esse instrumento era aplicado porque os objetivos, a serem alcançados pelos projetos das instituições da sociedade civil ou de órgãos públicos, eram de interesse comum com os do Estado brasileiro. O objetivo do Cultura Viva era: “promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, assim como de potencializar energias sociais e culturais, visando a construção de novos valores de cooperação e solidariedade.” (Art 1º da Portaria 156/2004). Essa descrição é condizente com a previsão dos direitos culturais a serem garantidos pelo Estado brasileiro. De acordo com o art. 215 da CF/88: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. Havia, portanto, uma conjunção de interesses e de objetivos entre os Pontos de Cultura e o Ministério da Cultura, entre sociedade e governo.

Parte das obrigações do poder público e das instituições que assinaram o convênio está descrita no art. 116 da Lei nº 8.666/93. É especialmente a esse artigo que os Pontos de Cultura estavam juridicamente submetidos. O seu reflexo está nos editais do Cultura Viva. É o que pode ser observado no quadro a seguir que compara o primeiro edital de seleção de Pontos de Cultura e o artigo referido.

⁴⁶ Quando não há interesse comum entre as partes, quando os objetivos dos partícipes são contrários ou diferentes, quando existe pagamento mediante uma contraprestação, dentre outros requisitos, aí cabe outro instrumento, o contrato.

Edital de Divulgação nº 1, de 16 de julho de 2004	Artigo 116 da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993
Item 4.1 a) O projeto deverá conter [...] plano de trabalho, com descrição detalhada, objetiva, clara e precisa do projeto que integrará o convênio.	Art 116, § 1º A celebração de convênio [...] depende de prévia aprovação de competente plano de trabalho proposto pela organização interessada [...].
Item 4.1 c) O projeto deverá conter [...] plano e cronograma de aplicação dos recursos a serem desembolsados pelo concedente e contrapartida do proponente.	Art 116, IV e V [...] o plano de trabalho proposto pela organização interessada [...] deverá conter [...] plano de aplicação dos recursos financeiros; e cronograma de desembolso.
Item 4.1 f) O projeto deverá conter [...] cronograma de metas a serem alcançadas dentro do prazo previsto neste Edital.	Art. 116, II, [...] o plano de trabalho proposto pela organização interessada [...] deverá conter [...] metas a serem atingidas.
Item 6.11. Os recursos, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados no mercado financeiro e a receita adicional deverá ser revertida integralmente para as atividades no Ponto de Cultura.	Art. 116, § 4º Os saldos de convênio, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial [...], ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, [...]. § 5º As receitas financeiras auferidas na forma do parágrafo anterior serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade [...].

Quadro 8 – Edital de seleção de Pontos de Cultura x Lei nº 8.666/93

Fonte: Elaboração própria a partir do Edital de Divulgação nº 1, de 16 de julho de 2004e da Lei 8.666/93.

Além da Lei nº 8.666/93, o Cultura Viva também foi orientado pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que instituía o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). O Fundo Nacional de Cultura (FNC), um dos mecanismos do Pronac, financiava o Cultura Viva e a este caberia seguir suas regras. Como essa pesquisa não pretende analisar o FNC, destaca-se apenas dois de seus aspectos. O primeiro é a consonância de seus objetivos com o Programa Cultura Viva. Segundo o art. 4º da Lei nº 8.313/91, o Fundo tem por objetivo captar e destinar recursos para projetos culturais compatíveis com as finalidades do Pronac, que são:

- I - estimular a distribuição regional equitativa dos recursos a serem aplicados na execução de projetos culturais e artísticos;
- II - favorecer a visão interestadual, estimulando projetos que explorem propostas culturais conjuntas, de enfoque regional;
- III - apoiar projetos dotados de conteúdo cultural que enfatizem o aperfeiçoamento profissional e artístico dos recursos humanos na área da cultura, a criatividade e a diversidade cultural brasileira;

IV - contribuir para a preservação e proteção do patrimônio cultural e histórico brasileiro;

V - favorecer projetos que atendam às necessidades da produção cultural e aos interesses da coletividade, aí considerados os níveis qualitativos e quantitativos de atendimentos às demandas culturais existentes, o caráter multiplicador dos projetos através de seus aspectos sócio-culturais e a priorização de projetos em áreas artísticas e culturais com menos possibilidade de desenvolvimento com recursos próprios.

A concepção do Projeto Ponto de Cultura coincidia com vários desses incisos, especialmente o primeiro e último. O problema em vincular o Cultura Viva ao FNC não estava, portanto, nos princípios e objetivos dos dois, mas na seguinte exigência da Lei nº 8.313/91:

Art. 6º O FNC financiará até oitenta por cento do custo total de cada projeto, mediante comprovação, por parte do proponente, ainda que pessoa jurídica de direito público, da circunstância de dispor do montante remanescente ou estar habilitado à obtenção do respectivo financiamento, através de outra fonte devidamente identificada, exceto quanto aos recursos com destinação especificada na origem.

Por conta desse artigo, os Pontos de Cultura necessitavam apresentar uma contrapartida no valor de 20% do total estipulado no convênio. Isso equivale, no caso do primeiro edital, a trinta mil reais. Ainda que a contrapartida pudesse ser dada também em bens ou serviços, “desde que possam ser medidos/avaliados economicamente”, o valor era alto diante das instituições que o Cultura Viva costumava integrar.

Outra norma que interferiu nas atividades dos Pontos de Cultura foi a Instrução Normativa nº 01, de 15 de janeiro de 1997, da Secretaria do Tesouro Nacional (IN 01/97). Essa Instrução disciplina convênios de natureza financeira firmados por órgãos públicos do governo federal. Ao lado da Lei nº 8.666/93, ela expõe uma série de condições que eram difíceis de serem atendidos pelos Pontos de Cultura. Para facilitar essa compreensão, o quadro a seguir descreve e comenta os principais artigos da IN 01/97 que se relacionavam com os convênios assinados entre o MinC e os Pontos de Cultura.

IN 01/97	Aspectos em análise	Comentários sobre dificuldades dos Pontos de Cultura
<p>Art. 8º É vedada a inclusão, tolerância ou admissão, nos convênios, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente, de cláusulas ou condições que prevejam ou permitam:</p> <p>I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;</p>	Taxa de administração	<p>Não era possível contratar serviços a serem realizados por administradores, contadores, advogados etc. Como parte dos Pontos não possuíam pessoas em suas entidades com conhecimento nessas áreas, o desenvolvimento do projeto e o cumprimento das obrigações do convênio ficavam prejudicados.</p>
<p>Art. 8º É vedada a inclusão, tolerância ou admissão, nos convênios, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente, de cláusulas ou condições que prevejam ou permitam:</p> <p>VII - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;</p>	Taxas bancárias	<p>O Ponto de Cultura deveria ter verba própria para custear as taxas bancárias que não podiam ser incluídas como contrapartida, nem podiam ser custeadas com o dinheiro do rendimento da aplicação financeira.</p>
<p>Art.15 O convênio, ou Plano de Trabalho, este quando se tratar de destinação por Portaria Ministerial, somente poderá ser alterado mediante proposta do conveniente, devidamente justificada, a ser apresentada em prazo mínimo, antes do término de sua vigência, que vier a ser fixado pelo Ordenador de despesa do concedente, levando-se em conta o tempo necessário para análise e decisão.</p> <p>§ 2º Excepcionalmente, quando se tratar apenas de alteração da programação de execução do convênio, admitir-se-á ao órgão ou entidade executora propor a reformulação do Plano de Trabalho, que será previamente apreciada pelo setor técnico e submetida à aprovação da autoridade competente do órgão ou entidade concedente. (grifo nosso)</p>	Alteração plano trabalho	<p>Como o projeto tinha duração de três anos, quase sempre era necessário efetuar modificações nos Planos de Trabalho, que seguindo esta Instrução Normativa, deveriam ser previamente autorizadas pelo Ministério da Cultura. Ocorre que como não havia equipe de funcionários suficientes no MinC para verificar as modificações, o processo de solicitação demorava muito tempo, atrasando e impedindo o desenvolvimento de atividades previstas no projeto.</p> <p>Vale lembrar que diversos Planos de Trabalho dos Pontos de Cultura foram aprovados pela SCC contendo violações à IN 01/97.</p>
<p>Art. 20 Os recursos serão mantidos em conta bancária específica somente permitidos saques para pagamento de despesas constantes do Programa de Trabalho ou para aplicação no mercado financeiro, nas hipóteses previstas em lei ou nesta Instrução Normativa, devendo sua movimentação realizar-se, exclusivamente, mediante cheque nominativo, ordem bancária, transferência eletrônica disponível ou outra modalidade de saque autorizada pelo Banco Central do Brasil, em que fiquem identificadas suas destinações e, no caso de pagamento, o credor.</p>	Movimentação bancária	<p>Em vários estabelecimentos comerciais não era mais aceito o pagamento com cheque nominal. Para os Pontos de Cultura do interior, a dificuldade era ainda maior, especialmente, os localizados em zona rural. Já que nem todo prestador de serviço tinha possibilidade de ir a um banco descontar o cheque.</p>

<p>Art. 21 A transferência de recursos financeiros destinados ao cumprimento do objeto do convênio obedecerá ao Plano de Trabalho previamente aprovado, tendo por base o cronograma de desembolso, cuja elaboração terá como parâmetro para a definição das parcelas o detalhamento da execução física do objeto e a programação financeira do Governo Federal.</p> <p>§ 2º Quando a liberação dos recursos ocorrer em 3 (três) ou mais parcelas, a terceira ficará condicionada à apresentação de prestação de contas parcial (grifo nosso) referente à primeira parcela liberada, composta da documentação especificada nos itens III a VII do Art. 28, e assim sucessivamente. Após a aplicação da última parcela, será apresentada a prestação de contas do total dos recursos recebidos;</p>	<p>Transferência de recursos e liberação de parcelas</p>	<p>Nos primeiros editais para seleção de Pontos de Cultura o repasse de verba era feito em cinco parcelas. Como a equipe do Ministério não conseguia verificar o cumprimento do objeto do convênio, devido à grande demanda, a liberação da parcela atrasava (ainda que a segunda independesse da aprovação da primeira). Para agilizar, o MinC passou a transferir o recurso em três parcelas. Ainda assim, os repasses constantemente eram interrompidos. Fosse por conta da verificação das contas ou mesmo por questão de retenção orçamentária.</p>
<p>Art. 27 O conveniente, ainda que entidade privada, sujeita-se, quando da execução de despesas com os recursos transferidos, às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, especialmente em relação à licitação e contrato, admitida a modalidade de licitação prevista na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, nos casos em que especifica. (Conforme item 9.2, do Acórdão TCU 1.070 - Plenário, de 06.08.2003).</p>	<p>Cumprimento da Lei de Licitação (8.666/93)</p>	<p>O processo licitatório possui uma série de regras técnicas que não são facilmente compreendidas e aplicadas. São necessárias várias etapas, tais como: abertura, habilitação, classificação, julgamento, homologação, adjudicação. Há também vários tipos de licitação: concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão, pregão. Sem autorização da própria IN para contratação de consultoria especializada em procedimentos administrativos, dificilmente um Ponto de Cultura poderia efetuar uma licitação seguindo rigidamente todas essas exigências.</p>

Quadro 9 – Instrução Normativa do STN nº 01/97 x Projeto Pontos de Cultura

Fonte: Elaboração própria a partir da Instrução Normativa 01/97

Com essas comparações é possível observar o arcabouço jurídico que regula as relações entre Estado e sociedade, revelando que a configuração do funcionamento do poder público não é adequada para o desenvolvimento de projetos como os Pontos de Cultura.

Por óbvio, que o estado, construído por mais de cinco séculos pelas elites brasileiras, não teve interesse, nem desejo de estabelecer tais relações universais. Pior que isto, ele não foi conformado para isto. Pelo contrário, sua tessitura trouxe imanente um caráter de classe. Esse estado existe tão somente estabelecendo relações umbilicais, muitas delas promíscuas, com os setores hegemônicos. No campo cultural, ele esteve sempre a serviço das classes dominantes. Para os subalternos restavam apenas: desqualificação; censura; repressão; violência e silenciamento. (RUBIM, 2009, p. 21).

De acordo com Eliete Braga (Apêndice B), gestora do Programa Cultura Viva, o Projeto Ponto de Cultura não era compreendido por setores do Estado.

Teve um Ponto de Cultura no Rio Grande do Sul que quem tomava conta era um casal de velhinhos. Quando eles receberam a primeira parcela, foram no banco, sacaram todo dinheiro e botaram dentro de um cofre lá no Ponto de Cultura. Quando os técnicos da Secretaria foram visitá-los, eles, entusiasmados, mostraram a pilha de dinheiro. Eles vinham gastando a verba do projeto da seguinte forma: pegavam o dinheiro do cofre, pagavam e não recebiam recibos. Você vai dizer que eles fizeram por maldade? Não, fizeram por inexperiência, porque nunca tinham trabalhado com dinheiro público, mas a Procuradoria não vê isso. Para a Procuradoria, só serve se tiver cheque, se tiver recibo e, às vezes, eles não têm esses recibos. Nesse interiorão aí, tem recibo? Tem recibo na aldeia? (2010).

Um exemplo do autoritarismo e elitismo do Estado pode ser visto na publicação do Acórdão 2492/2006, do Tribunal de Contas da União, que afirma:

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em: (...) determinar ao **Ministério da Cultura**, que: **abstenha-se de firmar convênios com entidades que não tenham condições de executar seu objeto** (grifo nosso), por contrariar o determinado no § 2º do art. 1º da IN/STN 01/1997.

Esse Acórdão foi resultado de um convênio entre o Ministério da Cultura e as Obras de Assistência e Serviço Social da Arquidiocese de Brasília para ampliação da Catedral de Brasília. Ainda que não diga respeito ao Projeto Ponto de Cultura, essa decisão indica a postura do Poder Judiciário, já que tecnicamente “O acórdão analisa apenas alguns aspectos da sentença, talvez os mais relevantes (...). Esses pontos destacados pelas partes tendem a ser repetidos em todos os recursos.” (FRAGA, 2004).

Pelo Acórdão, o Estado brasileiro não deve ter relações formais com “entidades que não tenham condições” de cumprir os acordos firmados. Este parecia ser o caso da maior parte dos Pontos de Cultura.

Essa dificuldade que o Programa deveria enfrentar já era observada pelo ex-secretário da SCC, Célio Turino.

O Estado não é neutro, expressa interesse de classe e a burocracia expressa a

consolidação desses interesses. Por isso é tão fácil transferir recursos do Estado para rentistas e financistas, basta um “clique no computador”. (...) Essa distinção também acontece entre entidades da sociedade; instituições consolidadas fazem convênios rapidamente e encontram poucas dificuldades para prestar contas, mas para um grupo de hip hop ou de índios kaingang a história é outra. (2009, p. 153).

De acordo com Turino (Ibid., p. 87), o programa enfrentou inúmeros problemas, tais como: burocratismo no processo de conveniamento, atraso no repasse de verba, normas em desacordo com a realidade dos Pontos, prestação de contas imperfeitas etc.

Como observa Marco Aurélio Nogueira (2005), o Estado é um aparato de dominação, mas é, ao mesmo tempo, um campo de disputa “no qual a correlação de forças, a movimentação social e a organização política dos interesses têm papel decisivo.” (p. 61). Por isso, a atuação das comissões que representavam os Pontos de Cultura e a participação desses em fóruns, conferências, consultas populares, enfim, em espaços públicos, eram imprescindíveis. Além disso, os estudos e pesquisas que foram realizados por pesquisadores e por institutos puderam colaborar para uma reflexão profunda sobre o Programa Cultura Viva e seus desdobramentos.

Contudo, é possível perceber, ainda que discretamente, alguns avanços no marco legal brasileiro, feitos durante esses oito anos. Uma das mudanças que afetou diretamente os Pontos de Cultura foi a vigência da Portaria Interministerial nº 127, de 29 de maio de 2008⁴⁷ que estabeleceu novas regras para os convênios firmados a partir desse ano. Alguns artigos permitem determinados gastos que até então eram vedados, tais como:

Art 39 [...] Parágrafo único. Os convênios ou contratos de repasse celebrados com entidades privadas sem fins lucrativos, **poderão acolher despesas administrativas** (grifo nosso) até o limite de quinze por cento do valor do objeto, desde que expressamente autorizadas e demonstradas no respectivo instrumento e no plano de trabalho.

O art. 42, §5, determina que não haja cobrança de tarifas bancárias para as contas especificamente abertas para receber e movimentar recursos do convênio e o art. 45 dispensa as instituições privadas sem fins lucrativos de realizarem o procedimento licitatório, ainda que o valor seja superior a oito mil reais.

Para aquisição de bens e contratação de serviços com recursos de órgãos ou entidades da Administração Pública federal, as entidades privadas sem fins lucrativos deverão realizar, no mínimo, **cotação prévia de preços no mercado** (grifo nosso) observados os princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade.

Essa Portaria e todos os atos administrativos vinculados a ela funcionam através do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv), que reúne on-line todos os

⁴⁷ Alterada pela Portaria Interministerial nº 342, de 05 de novembro do mesmo ano, e pela de nº 534, de 30 de dezembro de 2009.

procedimentos de um convênio, da elaboração do projeto à prestação de contas. Quando essas regras foram alteradas, contudo, os editais para selecionar Pontos de Cultura já estavam sendo realizados pelos órgãos estaduais ou municipais de Cultura. Além disso, vale lembrar que uma portaria não possui a mesma segurança jurídica que uma lei, que para ser revogada depende de um ato muito mais complexo.

Outra ação que alterou o desenvolvimento dos projetos dos Pontos de Cultura foi a estadualização do Programa Cultura Viva. Com o ingresso dos governos estaduais, não houve mais a exigência da contrapartida de 20% do valor do convênio por parte dos Pontos de Cultura. Essa alteração se deveu a uma das cláusulas do acordo de cooperação firmado para implantação do Programa Mais Cultura, no qual o governo estadual passou a apresentar essa contrapartida ao governo federal.

Além das dificuldades advindas do sistema legal brasileiro, o Programa Cultura Viva enfrentou uma série de dificuldades no campo da gestão.

“Gestão cultural compartilhada e transformadora”. Essa era uma das bandeiras mais destacadas do Programa Cultura Viva. Segundo Célio Turino (2009, p. 63), “a aplicação do conceito de gestão compartilhada e transformadora para os Pontos de Cultura tem por objetivo estabelecer novos parâmetros de gestão e democracia entre Estado e sociedade”. Tendo em vista o arcabouço jurídico em que o Programa estava inserido e a postura de alguns órgãos do poder público (como o TCU), em que medida seria possível desenvolver um projeto com “novos parâmetros de gestão e democracia”?

Para que a gestão de um programa nacional seja compartilhada por todos os sujeitos envolvidos em sua execução, é necessário que seus princípios, objetivos, sentidos e significados sejam compreendidos por todos e, fundamentalmente, que sejam construídos coletivamente. Para que a gestão compartilhada aconteça de forma democrática, é preciso que a rede da cultura viva seja tecida de forma autogestionária e participativa. A avaliação-piloto realizada pelo LPP/UERJ revela que ainda há um longo caminho para efetivar a participação dos Pontos de Cultura na gestão do programa Cultura Viva. 68% dos Pontos de Cultura entrevistados afirmaram não participar da gestão do programa, o que revela a ausência de mecanismos amplos, democráticos e participativos de gestão do programa como um todo, que definam conjuntamente as suas prioridades e os seus instrumentais para consolidação desse programa como política pública nacional de cultura. (VILUTIS, 2009, p. 116).

Tendo como destinatários de sua política “comunidades indígenas, rurais e remanescentes de quilombola; populações de baixa renda, habitando áreas com precária oferta de serviços públicos; adolescentes e jovens adultos em situação de vulnerabilidade social” (DOMINGUES, 2009, p. 45), como promover uma gestão compartilhada se os atores envolvidos estavam em condições tão diversas entre si e perante o Estado? Além disso, propor uma parceria entre Estado e sociedade com essa perspectiva poderia retirar a

possibilidade de contestação, de tensão que é própria dessa relação em um estado democrático.

A gestão do Cultura Viva e do Projeto Ponto de Cultura coube à Secretaria de Cidadania Cultural. De acordo com Célio Turino (2005), a SCC deveria focar sua ação na perspectiva de “localizar e formar mediadores na relação entre Estado e Sociedade, aproximando as diferentes formas de expressão e representação artística, bem como as diferentes visões de mundo.” (p. 137). Além disso, deveria ser evitada “uma estrutura fortemente institucionalizada e hierarquizada, pesada na forma de gestão e controle, muito comum na burocracia pública.” (Ibid., p. 137), o investimento deveria ser feito em “mais conexões de trabalho que respeitem a diversidade e a busca de microsoluções no fortalecimento de redes sociais.” (Ibid., p. 137).

Para sustentar a proposta da co-gestão, o Programa apontou três conceitos que deveriam se articular entre si: autonomia, protagonismo e empoderamento.

Autonomia se traduz pelo respeito à dinâmica local, um processo de modificação das relações de poder; o protagonismo diz respeito aos atores sociais se assumirem enquanto sujeitos de suas práticas e ao reconhecimento de que todos os grupos sociais, independentemente de suas origens, produzem conhecimentos e linguagem simbólica esteticamente elaborada; o empoderamento evoca o reconhecimento e a afirmação pelo qual os sujeitos transformam as relações econômicas e de poder. (DOUNIS, LABREA, RANGEL, 2009, p. 15).

Os três conceitos estruturantes da gestão do Cultura Viva foram inspirados nos ensinamentos de Paulo Freire. O educador acreditava que a vocação do ser humano de estar em movimento de transformação, de ser inconcluso, era distorcida em sua situação de opressão. Diante da existência de uma cultura da dominação, que é reproduzida na pedagogia planejada dos opressores e dos processos políticos culturais, é preciso que o oprimido se veja como sujeito, e não como objeto, acomodado. A partir da conscientização de se perceber como protagonista, o ser humano emerge nos processos de interação social como sujeito crítico, capaz de, coletivamente, modificar as relações instituídas de poder. Por outro lado, esse processo de transformação deve respeitar as relações em comunidade e ensinar a solidariedade, já que o ser humano é um ser cultural, portanto, é na relação com o outro que ele se constrói. (FER, 2009).

Internamente, a SCC enfrentou uma série de desafios para proporcionar uma co-gestão eficiente. O número de Projetos aumentou consideravelmente, crescimento que não foi acompanhado pelo tamanho da equipe de trabalho. Além do número reduzido de funcionários, como a maior parte deles não eram concursados, havia uma instabilidade grande nos setores da Secretaria. Essa situação se refletiu externamente. Na Teia de 2007, os Pontos de Cultura

apontaram a alta rotatividade e o número reduzido de funcionários na SCC (na época SPPC) como um dos principais fatores prejudiciais ao andamento do Programa. Outro aspecto verificado diz respeito à qualificação do serviço: “Planilhas orçamentárias que apesar de aprovadas pelo MinC na seleção e conveniamento dos projetos, foram constadas posteriormente pela SPPC como em desacordo com a Instrução Normativa 01/97” (Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, 2007). Os Pontos de Cultura também sinalizaram a falta de assessoria permanente na área de gestão financeira. Para eles, além do atendimento diário, seria preciso uma equipe que acompanhasse os Pontos de uma maneira mais próxima, para que a avaliação do Projeto não fosse feita apenas com base em prestações de contas e relatórios do cumprimento de atividades, que não eram suficientes para avaliar um projeto como esse⁴⁸.

Essas dificuldades também foram apontadas na pesquisa realizado pelo Ipea (2010):

No decorrer da execução e implementação das ações, surgiram inúmeras dificuldades referentes ao repasse de recursos, atrasos de pagamentos e opacidade das orientações referentes às regras de dispêndios. As maiores dificuldades apontadas pelos gestores de pontos foram os atrasos de repasses e ausências de recursos humanos e materiais. Também foram incluídas as dificuldades de comunicação com o Ministério da Cultura, as quais geram problemas para o esclarecimento das regras e critérios de aplicação dos recursos. (p. 99).

Inicialmente, a SCC procurou se estruturar dividindo parte de sua equipe em regiões, o que poderia facilitar o trabalho de acompanhamento e avaliação dos Projetos. Porém, o grupo de funcionários era pequeno e não conseguiu absorver a demanda. Durante algum tempo havia apenas um funcionário responsável por todos os Pontos de Cultura do Norte-Nordeste. Em 2006, a equipe responsável pela gestão direta do Programa era de apenas sete pessoas⁴⁹.

Além da equipe reduzida, não havia condições ideais de trabalho. De acordo com o relato de Eliete Braga (Apêndice B), gestora do Programa: “Para você ter uma idéia, em 2005, quando recebemos 200 inscrições do edital, nós não tínhamos mesa, não tínhamos cadeira. Quando um levantava, o outro sentava. Os processos foram analisados no salão, não tinha absolutamente nada [...]” (2010).

Em uma das etapas da pesquisa do Ipea sobre o Cultura Viva, os funcionários da SCC avaliaram os pontos positivos e negativos no Programa. Da avaliação, observa-se que as

⁴⁸ Há registro, por exemplo, de um Ponto de Cultura no interior da Bahia que apresentou todas as prestações de contas corretamente, participou dos encontros promovidos pelo MinC e comprovou a realização das suas atividades através de relatórios. Porém, através de denúncia, uma comissão (da qual fiz parte) verificou que após os três anos de projeto, a maior parte dos equipamentos encontrava-se na residência do presidente da associação, as vestimentas e instrumentos da fanfara ainda estavam sem uso, guardados em caixas, e a biblioteca se resumia a um pequeno armário trancado.

⁴⁹ Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/upload/Release%20Cultura%20Viva%20-%201_1143570832.pdf>. Acesso em fevereiro de 2010.

dificuldades encontradas pelos Pontos de Cultura para desenvolverem seus projetos, refletia diretamente na atuação da Secretaria (Quadro 10).

Elementos desfavoráveis	
Recursos Humanos	Insuficiência do quadro de pessoal envolvido diretamente com a gestão do Programa.
	Número baixo de servidores estáveis: alta rotatividade de terceirizados.
	Prejuízo em implantar procedimentos que se tornem rotinas e processos de qualificação.
Formalização de convênios	Interpretações divergentes de normas.
	Inadimplência dos proponentes.
	Não apresentação de documentos obrigatórios.
Relação Estado-sociedade civil	Inexistência de norma legal que fundamente especificamente a relação do Estado com a sociedade civil com baixo nível de organização/institucionalização.
Administração pública	Insuficiência e inadequação dos fluxos de recursos.
	Dificuldade da administração pública com as ações do Programa.
Elementos favoráveis	
Agentes Culturais	Legitimidade que o Programa possui entre os agentes culturais.
	Surgimento de novos atores no campo cultural que apóiam o programa.
Comunicação	Surgimento de novas tecnologias que favorecem a comunicação e o estabelecimento de redes.
Governo	Priorização do programa por parte do governo.

Quadro 10 – Avaliação dos funcionários da SCC

Fonte: Elaboração própria a partir da avaliação do Programa Arte, Educação e Cidadania (IPEA, 2010)

Com o decorrer dos anos, e especialmente com a reforma administrativa de 2009, a equipe de gestão da SCC passou a contar com 23 funcionários, um aumento de 328%. Em 2010, a estrutura da Secretaria contava com 63 funcionários distribuídos da seguinte maneira:

Setor	Número de Funcionário
Gabinete - Secretaria de Cidadania Cultural	3
Gabinete - chefia de gabinete/coordenação administrativa	3
Gabinete - diretoria de acesso à cultura	2
Orçamento	2
Coordenação-geral de gestão de Pontos de Cultura	23
Coordenadora-geral (2)	
Conveniamiento de Pontos de Cultura (5)	
Prestação de Contas (7)	
Rede de Pontos (1)	
Pontões (3)	
Gestão de Informação dos Pontos (3)	
Arquivo (2)	
Coordenação-geral de cultura e cidadania	8
Coordenação-geral de mobilização e articulação em rede	14
Subgerência de execução de acordos de cooperação internacional	4
Protocolo	4

Quadro 11 – Quadro de funcionários da Secretaria de Cidadania e Cultura (2009)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério da Cultura

O aumento da quantidade de funcionários e a estadualização do Programa parece ter contribuído para melhorar o desempenho da SCC. Com a estadualização, entes subnacionais passaram a acompanhar os Pontos de Cultura desde a fase de seleção à prestação de contas. O MinC, portanto, reduziu seu vínculo formal com os Pontos de Cultura. Para Eliete Braga (Apêndice B), sem a estadualização do Programa seria inviável ter o número de projetos que configurava a rede em 2010: “Você acha que com a quantidade de funcionários que temos aqui, nós teríamos condições de termos hoje 2.500 Pontos de Cultura? Não teríamos. Nós não temos funcionários suficientes para acompanhar essa quantidade de projetos.” (2010).

A estadualização do Cultura Viva, contudo, foi observada com cautela por parte de alguns Pontos de Cultura. De acordo com os resultados do grupo focal realizado na pesquisa do Ipea (2010):

A despeito do reconhecimento da necessidade de articulação com as secretarias estaduais e municipais, há um grande temor do que se refere às ingerências político-partidárias, o que denota ceticismo quanto ao processo de descentralização dos editais ou municipalidades. Além disso, a atual capacidade do MinC de

acompanhamento, avaliação e descentralização é vista como insuficiente para garantir autonomia, transparência e participação. Entende-se que, onde houver mecanismos de participação e controle social, a regionalização poderá ser um sucesso. (p.33).

Além dos problemas de acompanhar a execução dos convênios dos Pontos de Cultura, o MinC enfrentou dificuldades em implementar a Ação Cultura Digital – que seria fundamental para a existência e articulação da rede de Pontos de Cultura. Como foi relatado anteriormente, essa Ação foi prejudicada por conta dos limites que vários Pontos de Cultura tinham em acessar a internet, em compreender e utilizar o software livre, em manusear os equipamentos. Além disso, para as instituições, “cair na rede” significava gastos com telefonia, energia e, a depender, reforma no espaço físico que sediava as atividades. O Ministério tentou solucionar parte desses problemas através de um Termo de Cooperação com o Ministério das Comunicações. O projeto previa a “instalação de mil antenas Gesac para proporcionar o acesso a internet aos Pontos que não o dispõem, mas essa ação não se efetivou e muitos Pontos de Cultura sequer possuem conexão.” (VILUTIS, p. 88, 2009). Essa demanda foi confirmada na Teia de 2007, onde os Pontos solicitaram:

(...) liberação do FUST (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações)⁵⁰ de forma descentralizada e horizontal para ser usada na Cultura Digital garantindo, dentre outras, o acesso à banda larga e/ou antena GESAC e novas tecnologias utilizando software livre.

Como a parceria com o Ministério das Comunicações não deu certo e como o MinC não conseguiu solucionar os problemas decorrentes dessa Ação, foi publicado um edital exclusivo para selecionar Pontões de Cultura Digital. Desde 2007, dez Pontões de Cultura passaram a: cuidar do desenvolvimento técnico dos Pontos; criar ferramentas para a gestão compartilhada; articular Projetos e comunidades; e cuidar da comunicação e da publicação de resultados. (LIMA, 2010). Apesar de a proposta surgir como uma solução é preciso contrapor o fato de o Ministério ter transferido todas essas responsabilidades para um pequeno grupo de instituições. A rede era um dos principais aspectos do Programa Cultura Viva. E dada a quantidade, variedade e a descentralização espacial dos Projetos, a rede virtual precisava funcionar bem. Um simples atraso no repasse da parcela por parte do MinC ou o não cumprimento dos objetivos da Ação por parte de um dos Pontões, colocava em risco o funcionamento da rede.

⁵⁰ O Fust é formado a partir do recolhimento de 1% sobre o faturamento bruto das empresas de telecomunicações. A sua utilização deveria ser feita através da instalação de redes de comunicação em escolas, bibliotecas, hospitais e órgãos públicos com objetivo de facilitar serviços prestados para a população, especialmente, das regiões mais pobres do país.

Diante das análises, é possível observar que o programa possuía uma gestão frágil, incapaz de acompanhar o seu crescimento, e um conjunto de normas inadequado, que dificultava o cumprimento dos objetivos dos convênios. Apesar disso, era capaz de promover a articulação da SCC com vários órgãos, de envolver instituições diversas (sindicatos, associações, universidades, grupos culturais etc), de mobilizar um grande número de sujeitos culturais organizados em instâncias representativas (comissões, fóruns etc), de representar o Ministério no exterior, enfim, uma série de fatores que contribuíram para que o Cultura Viva fosse um dos principais programas do Ministério.

2.6 Análise do Cultura Viva no ciclo de políticas públicas

Partindo do conceito de política pública enquanto “[...] campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o ‘governo em ação’ e/ou analisar essa ação” (SOUZA, 2007, p. 69), é possível analisar o Programa Cultura Viva através da *policy analysis*, que articula três dimensões: *polity* (órgãos de cultura), *policy* (Programa Cultura Viva) e *politics* (processos de negociação envolvidos na implementação do Programa).

Para organizar a análise, essas três dimensões foram articuladas dentro do modelo *policy cycle* que envolve: definição de problemas, formulação, agenda setting/tomada de decisão, implementação, acompanhamento, controle e avaliação dos resultados.

Dito isso, e tendo como referência a trajetória do Cultura Viva dentro do Ministério da Cultura, inicia-se a primeira fase de análise na perspectiva do *policy cycle*. A etapa de “definição de problemas” pretende compreender como uma questão torna-se relevante o suficiente para se destacar dentre outras e ser percebida como um problema por diferentes atores, tendo em vista que “somente a convicção de que um problema social precisa ser dominado política e administrativamente o transforme em um problema de ‘policy’” (WINDHOFF-HÉRITIER, 1987, p. 68 apud FREY, 2000, p. 227). Ou seja, quais motivos levaram o governo a propor a criação do Programa Cultura Viva? Que tipo de problema precisava ser objeto de atuação do poder público? Respondendo a essas questões tem-se, como principal objetivo do Cultura Viva a aproximação de grupos historicamente alijados das políticas culturais organizadas pelo Estado.

Essa é a essência do Programa Cultura Viva, que nasceu em 2004: “desesconder” o Brasil, reconhecer e ampliar as manifestações, práticas e expressões culturais. Despertar, e projetar as forças atuantes na sociedade - incentivar a autonomia, formar redes e colocar cada indivíduo como sujeito protagonista da história. (GIL, 2007).

A necessidade de ter um projeto dirigido a “excluídos” enquanto ação relevante da

política cultural reflete, de maneira geral, o programa de um governo que buscou instituir políticas dirigidas a setores e grupos da sociedade menos favorecidos. No programa político para a cultura, havia concordância para que esse direcionamento fosse também acolhido pelo MinC:

Conjugar as Políticas Públicas de Cultura com as demais políticas de governo e redefini-las, em sintonia com o novo Projeto Nacional, de forma que venham a cumprir o papel de recuperar a auto-estima do nosso povo, contribuir para a inclusão social, romper com o *apartheid* cultural vigente e afirmar nossa imagem diante das demais culturas do mundo é a tarefa que a sociedade brasileira exige do novo governo. (PT, 2003, p. 2).

Nesse sentido, o Programa Cultura Viva foi pensado para envolver parte da sociedade brasileira que não era considerada relevante na consecução de políticas culturais. Formada por setores da sociedade civil que estavam afastados das políticas governamentais do Ministério, o Programa pretendia reconhecer a potencialidade da sociedade civil e fomentar diálogos entre esses grupos e o governo.

Na opinião do professor Albino Rubim (2002), a aproximação governo-sociedade é imprescindível para desenvolver uma política cultural democrática:

Em uma nação com enorme exclusão social, a sociedade civil, através de suas diferenciadas instituições, pode costurar um vínculo essencial entre cultura e excluídos, trabalhadores, minorias, enfim, grupos sociais o mais diferenciados. Os sindicatos, as associações de bairro, as associações em geral, os movimentos sociais, as ONGs, todos esses atores da sociedade civil têm um lugar de destaque para esta conexão, vital para uma política cultural que se pretenda democrática. (p. 33).

Nessa perspectiva, o Cultura Viva cumpriu um papel importante no projeto político que foi implementado a partir de 2003. Um projeto que se propunha a consolidar a democracia cultural no país. Na opinião de Giuseppe Cocco (2009), o Programa Cultura Viva foi um marco na proposta de desenvolver políticas culturais democráticas no País:

Trata-se de uma política de radicalização democrática, pensada e implementada para funcionar de maneira radicalmente horizontal: de baixo...para baixo (e não para cima!). O “fundo público” é mobilizado por meio de um mecanismo de editais (de concursos públicos) que não visa fomentar e/ou produzir segundo prioridades governamentais, mas reconhecer a produção cultural que já existe. [...] Trata-se de uma política do comum voltada ao reconhecimento da potência produtiva constituída pela multidão dos pobres [...]. (p. 34).

Outra análise que pode ser feita sobre o programa é quanto a sua relação com grupos já existentes. A base do Cultura Viva foi firmada sobre ações realizadas por grupos que existiam independentemente do poder público. Isso significa que, ainda que a proposta do Programa tenha surgido no Poder Executivo (MinC), a sua base estava na sociedade civil. Pode-se afirmar, então, que o Cultura Viva foi o resultado de demandas que vieram do próprio sistema político (*withinputs*), ainda que tivesse sua base no meio ambiente (*inputs*). Essas

demandas geradas com o Programa, por sua vez, podem ser consideradas, nas políticas culturais, como novas⁵¹, tanto em relação aos seus agentes políticos quanto pelo problema em si.

Novos atores são aqueles que já existiam antes mas não era organizados; quando passam a se organizar para pressionar o sistema político, aparecem como novos atores políticos. Novos problemas, por sua vez, são problemas que ou não existiam efetivamente antes (...) ou que existiam apenas como “estados de coisas”, pois não chegavam a pressionar o sistema e se apresentam como problemas políticos a exigirem solução. (RUA, 1998, p. 3).

Transpondo essa afirmação para o Cultura Viva, observa-se que os grupos culturais (atores políticos) já existiam em suas respectivas realidades, porém, não eram organizados e não se apresentavam enquanto sujeitos políticos capazes de participar dos processos de discussão e decisão. A organização desses grupos (comissões regionais, fóruns setoriais etc), contribuiu para transformar as suas demandas em “problemas”, exigindo do poder público respostas e soluções. Cabe destacar, nesse sentido, que a organização dos Pontos de Cultura, enquanto atores políticos, foi incentivada pelo próprio poder público. A iniciativa que o Ministério teve em organizar encontros regionais e nacionais, fomentar o princípio de trabalho em rede, estimular a organização política dos grupos através de comissões, fortaleceu as instituições individualmente e as relações entre essas. O caso da “Ação Griô” ilustra essa situação. Inicialmente, o projeto elaborado por uma instituição da sociedade civil concorreu e foi selecionado por meio de um edital público. O projeto – Ponto de Cultura Grãos de Luz e Griô – chamou atenção de gestores do Ministério, que decidiram transformá-lo em uma ação específica dentro do Programa Cultura Viva, daí instituiu-se a “Ação Griô”. Dando prosseguimento a essa proposta, foi publicado um edital específico para selecionar atividades que envolvessem o conceito griô. Esses projetos passaram a formar uma nova rede nacional articulada, sob a direção da Comissão Nacional dos Griôs e Mestres, contando com encontros presenciais financiados pelo governo. A articulação e a força dessa rede se expandiram ao longo dos anos e o grupo passou a pressionar o governo brasileiro para aprovação da Lei Griô Nacional.

Com um contexto favorável para identificar o Cultura Viva enquanto uma potencial *policy*, o “problema” foi transformado em uma “tomada de decisão” (*agenda setting*). “Para poder tomar essa decisão, é preciso pelo menos uma avaliação preliminar sobre custos e benefícios das várias opções disponíveis de ação, assim como uma avaliação das chances do tema ou projeto de se impor na arena política”. (FREY, 2000, p. 227). Nesse sentido, vale apontar que os problemas enfrentados inicialmente com o projeto das Bases de Apoio à

⁵¹ De acordo com Maria das Graças Rua, há três tipos de demandas: novas, recorrentes e reprimidas.

Cultura, possivelmente influenciaram na elaboração de uma proposta mais simples e com menor investimento financeiro, como se configurou o Projeto Ponto de Cultura. A proposta de construir equipamentos culturais, porém, não foi excluída da agenda do Ministério. Prova disso é o “Espaço Mais Cultura” que pretende construir, recuperar e/ou ampliar espaços que possam ser utilizados para a prática de atividades culturais nas periferias dos centros urbanos. Essa ação integrante do Programa Mais Cultura é uma das principais políticas culturais que integram a segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC II.

Superada a fase da “tomada de decisão”, cabe analisar a etapa de “formulação” do Programa Cultura Viva. O modelo adotado pode ser enquadrado no *Incremental*: “decisões que dizem respeito a ajustes ou a medidas experimentais de curto alcance no atendimento das demandas – envolvendo pequenas tentativas que admitem o ensaio, o erro e a correção dos rumos” (RUA, 1998, p.9). O Programa surgiu após problemas vivenciados por outra proposta (BACs), portanto, a sua formulação não poderia reproduzir os erros anteriores. Assim, o novo projeto deveria ser capaz de formular uma ação diferenciada. Nesse sentido, o Cultura Viva conseguiu atingir essa expectativa. O baixo custo do Programa se ajustou às possibilidades do Estado daquele momento. A formulação da principal ação do Cultura Viva – Projeto Ponto de Cultura – era simples e o investimento financeiro para cada projeto era pequeno.

A fase da “implementação” do Cultura Viva produziu alguns paradoxos. Ao mesmo tempo em que foi um dos programas que enfrentou mais dificuldades na sua execução (como foi descrito no item anterior), o Ponto de Cultura foi absorvido pelo MinC como uma das suas principais políticas culturais, tendo sido estadualizado em 2007. Com isso, a implementação do Programa tornou-se ainda mais complexa.

[...] quando uma política envolve diferentes níveis de governo – federal, estadual, municipal – ou diferentes regiões de um mesmo país, ou ainda, diferentes setores de atividade (...). Geralmente, quando a ação depende de um certo número de elos numa cadeia de implementação, então o grau necessário de cooperação entre as organizações para que esta cadeia funcione pode ser muito elevado (RUA, 1998, p. 13 - 14).

O crescimento do Programa Cultura Viva repercutiu de várias formas. Por um lado, o número de Pontos de Cultura aumentou (Quadro 7), ampliando a rede de contemplados e fortalecendo a distribuição territorial do Ministério. Por outro lado, a gestão não conseguiu acompanhar essa ascensão. Para Anita Simis (2007), os Pontos de Cultura representavam uma política desafiadora para o Estado.

Mas, como viabilizar esses Pontos de Cultura sem que a estrutura burocrática seja um impedimento para a participação de projetos ousados, do cotidiano ou experimentais, e de amplas camadas da população? Como ampliar os setores participantes das chamadas públicas sem atrelar estruturas burocráticas que absorvam parte do financiamento que deveria ser para a atividade fim? Por outro,

como facilitar o elo entre o governo e os participantes sem desproteger o dinheiro público? Como trazer equipamentos e financiamento para as comunidades sem tutelá-las, sem impor um modelo organizacional? (p. 148).

Porém, como ressalta Albino Rubim (2009), esses enfrentamentos podem ser observados como uma virtude do Programa que, “ao fazer interagir o estado com tais modalidades culturais e seus atores, expõe de modo contundente este caráter excludente e denuncia a grave inadequação existente no país entre estado e sociedade.” (p. 21). Por isso, o autor ressalta que “transformar esse sintoma em mera questão de ajustes formais e burocráticos é destruir seu potencial de rebeldia contra o estado elitista.” (Ibid.).

O reflexo desse “desajuste” experimentado especialmente na fase de “implementação” do Programa, influenciou o seu “acompanhamento” e “avaliação”, que, na opinião de Frey (2000), deve ser feita ao longo do ciclo político, acompanhando as diversas fases do processo para que seja capaz de conduzir a adaptações permanentes. (p. 229).

O Cultura Viva, enquanto programa dinâmico que alimentava e era alimentado por seus atores, foi sendo executado à medida que também era formulado, ou seja, os problemas foram aparecendo ao tempo em que o Programa foi avançando. A SCC/MinC implementou, ao longo desse processo, algumas mudanças, a exemplo da reestruturação da equipe de trabalho, da forma de disponibilizar a verba para os Pontos de Cultura (quantidade de parcelas transferidas) e do conveniamento que passou a ser feito diretamente com estados e municípios. Quanto ao acompanhamento dos Pontos de Cultura, não é possível afirmar que a SCC tenha conseguido êxito. O fato de o Ministério desconhecer a localidade e o número de Pontos de Cultura existentes são indícios dessa fragilidade. Outro aspecto que merece ser analisado é quanto à avaliação dos projetos desenvolvidos. O envio de prestação de contas e o relatório das atividades não eram suficientes para avaliar o desempenho de um Ponto de Cultura.

CAPÍTULO III – PROGRAMA MAIS CULTURA

3.1 Apresentação do Programa Mais Cultura

A partir do ano 2007, o Programa Cultura Viva foi redimensionado em alguns aspectos, tais como: orçamentário, alcance territorial e, especialmente, articulação com entes subnacionais. Essas mudanças ocorreram, substancialmente, por conta da instituição do Programa Mais Cultura, consequência da política do governo federal denominada Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Instituído no segundo mandato do presidente Lula, pode-se afirmar que o PAC foi uma inflexão na trajetória do governo federal. “O Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) surgiu como ponta-pé inicial do atual mandato do presidente Lula, sinalizando para uma mudança na direção da política econômica praticada até então.” (CARVALHO; LEPKSON, 2007). Após uma série de denúncias que levaram à renúncia em 2005 do então ministro da Casa Civil, José Dirceu, e, em 2006, do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, coube a ex-ministra das Minas e Energias, Dilma Rousseff, a direção da Casa Civil e o gerenciamento do PAC.

De acordo com alguns analistas, o primeiro mandato do governo Lula teve, como pretensão, o alcance da estabilidade econômica, a perspectiva da valorização do salário mínimo (Gráfico 8), a promoção de programas sociais, a exemplo do Bolsa Família, e o aumento do Produto Interno Bruto – PIB (Gráfico 9)

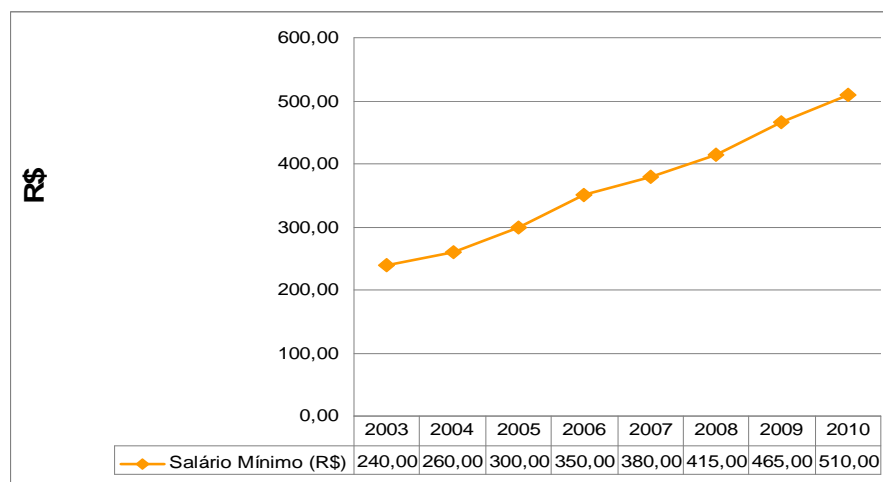


Gráfico 8 – Trajetória do salário mínimo de 2003 a 2010

Fonte: Elaboração própria através de dados do IBGE e do Guia Trabalhista⁵²

⁵² Disponível em: <http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo.htm>. Acesso em agosto de 2010.

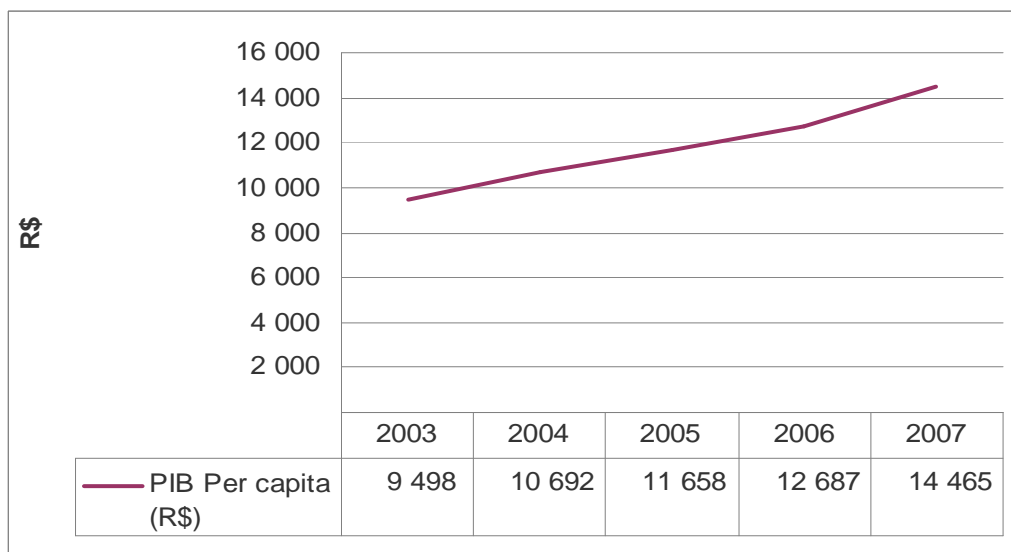


Gráfico 9 – Trajetória do PIB de 2003 a 2007

Fonte: Elaboração própria através de dados do IBGE⁵³.

Para Marco Aurélio Nogueira (2005), a opção dos primeiros anos do Partido dos Trabalhadores, em desenvolver uma política moderada e cautelosa, representou, por um lado, a prudência e a responsabilidade com o contexto em que o Brasil se encontrava e, por outro, uma declaração do desejo por justiça, democracia e reformas graduais, ao invés de uma posição radical contrária ao capitalismo. Sobre os primeiros anos do governo, o autor afirma que:

[...] optou-se por uma orientação categoricamente continuista, dedicada a gerir a economia do país com as mãos no freio. O governo se revelou radicalmente conservador: preservou não somente a política de seu antecessor, como também a visão de que o econômico tem vida autônoma, submete tudo a si e deve ser, por isso, tratado com deferência. (p. 28).

O aparente paradoxo de o governo manter uma política, especialmente econômica, semelhante a de seu antecessor, não significa que ele possa ser identificado com aquele.

O governo Lula, ainda que não tenha atacado diretamente a estrutura herdada de seu antecessor, mantendo forte a estabilidade da estrutura econômica herdada e a confiabilidade privada na institucionalidade do país, jamais se declarou filiado àquele projeto [neoliberal]. Ao contrário, sempre criticou a estrutura independente das agências reguladoras dos monopólios públicos sob concessão privada, defendeu empresas estatais e promoveu, sob as críticas dos variados matizes, uma política de inclusão social bem mais visível do que as anteriores. (SÔLHA, 2010, p. 218-219).

Um exemplo dessa política foi o PAC⁵⁴, que tinha o objetivo de:

⁵³ Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_est/>. Acesso em agosto de 2010.

⁵⁴ Em termos financeiros, a proposta do Programa era investir R\$ 503,9 bilhões em quatro anos, sendo que parte da verba viria do orçamento da União (R\$67,8 bilhões) e o restante dos demais entes federativos, de empresas

[...] estimular, prioritariamente, a eficiência produtiva dos principais setores da economia, impulsionar a modernização tecnológica, acelerar o crescimento nas áreas já em expansão e ativar áreas deprimidas, aumentar a competitividade e integrar o Brasil com seus vizinhos e com o mundo. (BRASIL, 2010).

Na opinião do economista José Álvaro Cardoso (2007), o PAC representou a rejeição do governo em considerar ser de responsabilidade absoluta do mercado o crescimento do país, e colocou o Estado como indutor e articulador desse crescimento, aspiração compartilhada pelo Ministério da Cultura, declaradamente favorável a um posicionamento mais ativo por parte do Estado.

Essa posição, marcada nos discursos do primeiro mandato de Gilberto Gil, foi reforçada na proposta do setor cultural para a campanha de reeleição de Lula. No documento intitulado “Lula presidente. Brasil: cultivar a memória, inventar o futuro. Programa setorial de cultura 2007/2010” era explícita a opção pela continuidade de uma política cultural que reafirmasse a presença do Estado.

Defendemos, neste documento, as Políticas Públicas de Cultura como direito básico dos cidadãos e como políticas de Estado integradas às políticas de Educação e Comunicação Públicas, a partir do entendimento de que a educação é o braço organizador das culturas e a comunicação pública deve cumprir um papel fundamental na garantia do direito à informação dos cidadãos. Defendemos, por fim, que um país não deve entregar ao mercado a formação dos seus filhos, dos seus cidadãos. O mercado não sabe de valores, sabe de preços. Não se constrói uma nação sem uma sólida referência construída sobre valores históricos, ético-políticos e culturais. As políticas públicas de cultura – democráticas e republicanas –, são indispensáveis para a consolidação desse novo projeto de país. (PT, 2006, p.6).

Para compreender o ingresso da cultura no PAC, é preciso registrar que ele não se deu através dos seus três grandes eixos estruturantes: 1) Infraestrutura Logística; 2) Infraestrutura Energética e 3) Infraestrutura Social e Urbana (saneamento, habitação, metrô, trens urbanos, universalização do programa Luz para Todos e recursos hídricos). A cultura, junto à educação, saúde e segurança pública, integrou o PAC através da Agenda Social do governo, que indicava eixos a serem observados pelos órgãos públicos com a pretensão de consolidar a garantia dos direitos, a redução da desigualdade social e o pacto federativo envolvendo União, estados e municípios. Nesse sentido, é possível afirmar que a inclusão da cultura no PAC indicou a posição estratégica que ela passou a ter nesse governo, demonstrando potencialidade de integrar ações com diversos segmentos sociais e entes federativos.

A expansão e a interessante articulação transversal com outros setores do governo também foram possibilitadas pela inscrição dos pontos de cultura no Programa Mais Cultura, versão do PAC para a área. Este programa expressa as mudanças de rumo acontecidas no segundo mandato do Presidente Lula com uma opção mais nítida pelo desenvolvimento com enfrentamento da distribuição de renda e das desigualdades sociais. As palavras do próprio Presidente no lançamento do

programa são elucidativas da nova dimensão assumida pela cultura em um patamar de governo. (RUBIM, 2010a, p. 20).

Para GIL (2007a), a Agenda Social “traz em si uma verdadeira revolução, no que diz respeito ao reconhecimento do papel da cultura como elemento de fortalecimento da cidadania e da autoestima, como elemento capaz de criar autonomia e assegurar o protagonismo das diversas comunidades”.

O lançamento do programa da cultura que absorveu as demandas da Agenda Social foi realizado utilizando, como base, a pesquisa produzida pelo IBGE⁵⁵, em 2006, que indicava uma série de desigualdades no país, daí o slogan: “Programa Mais Cultura: Promover o acesso à cultura e à diversidade é investir em um país de todos”.

Além disso, foram apresentados os territórios a serem atendidos prioritariamente pelo Programa: Territórios da Cidadania (coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA), áreas do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci (Ministério da Justiça - MJ), municípios com menores Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEBs) e Índices de Desenvolvimento Humano (IDHs), municípios que integravam o Semiárido, a Região do Rio São Francisco e a BR 163. Essa delimitação territorial refletiu a concepção do PAC em atingir determinadas regiões e grupos sociais que estavam em situação de desigualdade perante outros, assim, a proposta veio acompanhada de estratégias para reduzir essa disparidade. Nesse sentido, de acordo com dados do MinC⁵⁶, a previsão até 2010 era atingir: áreas de conflitos e disputas territoriais; periferias e áreas de precariedade habitacional; reservas indígenas; comunidades remanescentes dos quilombos; 53 municípios com os maiores índices de violência no país; 1.251 municípios com os menores IDEBs; e 120 territórios rurais e de cidadania. Isso significa que o Ministério não apenas dirigiu suas ações para determinadas regiões (Quadro 12 e Mapa 1), mas, também, para determinados públicos (Ilustração 2), pretensamente apontados como excluídos na pesquisa do IBGE.

⁵⁵ Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC).

⁵⁶ Texto apresentado pela Comunicação Social da Presidência da República no lançamento do Programa Mais Cultura, em 05 de outubro de 2007 e exibido nas apresentações em eventos.

Territórios de Urbanização	Territórios de Vulnerabilidade Social	Territórios de Identidade e de Culturas Tradicionais
11 regiões metropolitanas	53 municípios com os maiores índices de violência	120 territórios rurais de cidadania
27 capitais	Favelas, periferias e áreas de precarização habitacional	Reservas indígenas
Distrito Federal	1.251 municípios com os menores IDEBs	Comunidades remanescentes de quilombos
Municípios com até 50 mil habitantes	Áreas de conflito e disputas territoriais	Comunidades artesanais
67 sítios urbanos (áreas de patrimônio histórico)		

Quadro 12 – Territórios do Mais Cultura

Fonte: Elaboração própria feita através de dados do Ministério da Cultura



Mapa 1 – Distribuição territorial das ações do Mais Cultura

Fonte: Secretaria de Articulação Institucional/ Ministério da Cultura



Ilustração 2 – Foco de atuação do Mais Cultura

Fonte: Secretaria de Articulação Institucional/ Ministério da Cultura

Essa distribuição territorial, que orientou a ação do MinC, refletia a concepção desenvolvida pelo próprio PAC. É o que se pode observar no discurso de Dilma Rousseff (2007) no lançamento do Programa:

A expansão do investimento [...] é condição *sine qua non* para a aceleração do desenvolvimento sustentável, com a eliminação dos gargalos para o crescimento da economia. Além disso, ela também é responsável pelo aumento da produtividade e pela superação dos desequilíbrios regionais e sociais.

Ainda no mesmo discurso, é destacada a participação dos entes federativos e de empresas privadas na consecução do PAC: “Ao mesmo tempo, é fundamental que haja a possibilidade dessa sinergia entre o investimento público e o investimento privado e, também, é essencial a estruturação, a articulação entre os diferentes entes federativos”. Esse aspecto também se apresentou como indissociável no Programa Mais Cultura, instituído por meio do Decreto n.º 6.226, de 4 de outubro de 2007.

Para a execução das ações do Mais Cultura, foi previsto um investimento total de 4,7 bilhões de reais até 2010, sendo 2,2 bilhões do orçamento da União e 2,5 bilhões de reais vindos de parcerias, contrapartidas, financiamentos e patrocínios. As parcerias foram viabilizadas através da participação de órgãos públicos do governo federal, estadual e municipal, bem como da iniciativa privada. Para tanto, o Ministério estabeleceu diálogos com outros setores do governo federal e dos demais entes federativos.

A importância do MinC em construir essa articulação já havia sido ressaltada por Gilberto Gil (2003c) em um dos seus primeiros discursos como ministro:

Tenho para mim que a política cultural deve permear todo o Governo, como uma espécie de argamassa de nosso novo projeto nacional. Desse modo, teremos de atuar transversalmente, em sintonia e em sincronia com os demais ministérios.

Conforme orientação do PAC, o Mais Cultura previa o envolvimento de diversos parceiros (públicos e privados), tais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco do Brasil, Unesco, Petrobras, Serviço Social da Indústria (SESI), Fórum de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura (Ilustração 3 e 4). Essa transversalidade foi formalmente prevista no art 4.º do Decreto n.º6.226/07:

Para fins de execução do Programa Mais Cultura, o Ministério da Cultura firmará convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres com órgãos e entidades da administração pública federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assim como estabelecerá parcerias com consórcios públicos, entidades de direito público ou privado sem fins lucrativos, nacionais ou estrangeiras [...].

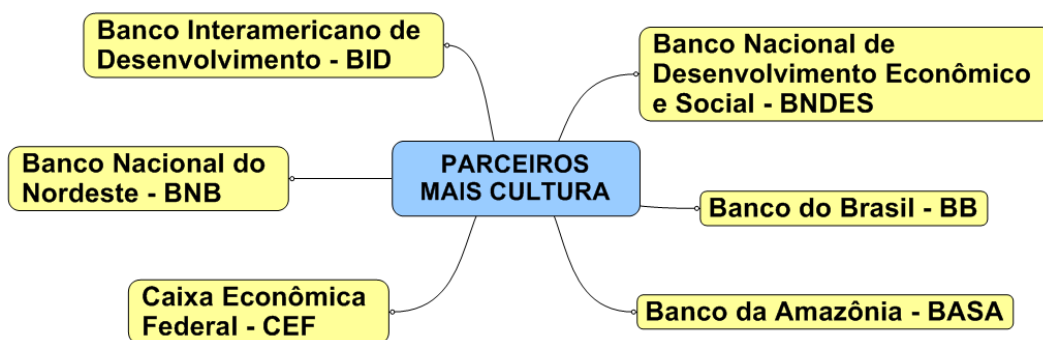


Ilustração 3 – Instituições financeiras parceiras do Programa Mais Cultura

Fonte: Ministério da Cultura

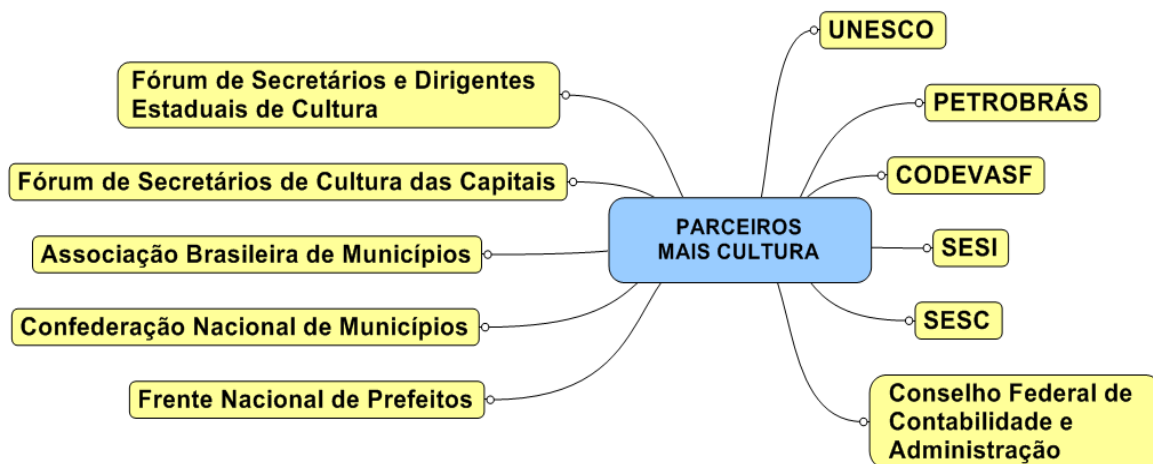


Ilustração 4 – Parceiros do Programa Mais Cultura

Fonte: Ministério da Cultura

Além da previsão de articulação externa, o Decreto, através do seu art 5.º, garantia a articulação interna no governo federal com a criação da Câmara Técnica, presidida pelo

MinC, a quem caberia propor e articular ações intersetoriais para o desenvolvimento do Mais Cultura⁵⁷. Essa Câmara compreendia diversos ministérios, secretarias e a Casa Civil da Presidência da República (Ilustração 5).

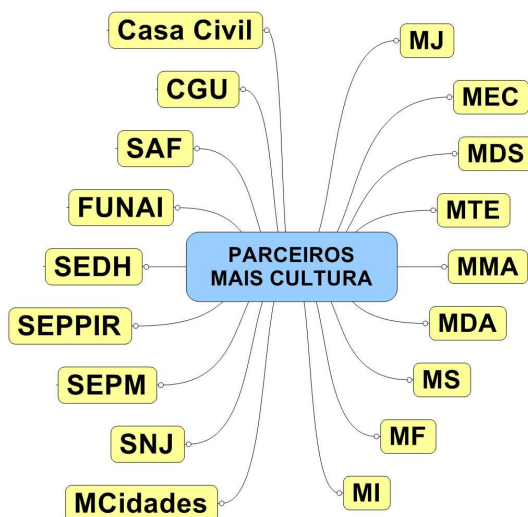


Ilustração 5 - Proposta de parcerias do Mais Cultura

Fonte: Ministério da Cultura

Além da Câmara Técnica, o Programa também era composto pelo Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), órgão colegiado integrante da estrutura básica do MinC que deveria acompanhar o Mais Cultura e o seu Comitê Executivo⁵⁸. Este, dirigido pela Secretaria de Articulação Institucional (SAI), era responsável pela coordenação, execução, acompanhamento e avaliação do Programa. Nesse sentido, vale lembrar que o Mais Cultura integrava plenamente a competência da SAI de desenvolver uma política de aproximação com outros ministérios, estados e municípios, bem como outras entidades e órgãos. (CALABRE, 2009).

De acordo com o Decreto que criou o Mais Cultura, esse tinha como objetivos:

I - ampliar o acesso aos bens e serviços culturais e meios necessários para a expressão simbólica, promovendo a auto-estima, o sentimento de pertencimento, a cidadania, o protagonismo social e a diversidade cultural; II - qualificar o ambiente social das cidades e do meio rural, ampliando a oferta de equipamentos e dos meios de acesso à produção e à expressão cultural; e III - gerar oportunidades de trabalho, emprego e renda para trabalhadores, micro, pequenas e médias empresas e empreendimentos da economia solidária do mercado cultural brasileiro.

⁵⁷ As reuniões da Câmara Técnica deveriam ocorrer uma vez por mês.

⁵⁸ Comitês estaduais foram implantados também nos estados signatários do Mais Cultura. Na Bahia, foi empossado em abril de 2009 durante o encontro dos Dirigentes de Cultura. (Anexo A).

Observa-se que os conceitos de cultura inseridos no Mais Cultura – cultura como expressão simbólica, como direito e cidadania, e como economia – reforçava a política que o Ministério da Cultura vinha desenvolvendo desde o início de 2003, conceito que foi defendido publicamente pelo próprio Presidente:

Para nós, a cultura está investida de um papel estratégico, no sentido da construção de um país socialmente mais justo e de nossa afirmação soberana no mundo. Porque não a vemos como algo meramente decorativo, ornamental. Mas como a base da construção e da preservação da nossa identidade, como espaço para a conquista da cidadania, e como instrumento para a superação da exclusão social – tanto pelo fortalecimento da auto-estima de nosso povo, quanto pela sua capacidade de gerar empregos e de atrair divisas para o país. Ou seja, encaramos a cultura em todas as dimensões, da simbólica à econômica. Vem daí o nosso entendimento da cultura como uma das preocupações centrais do Estado. (LULA, 2003).

Para atender seus objetivos, o Programa se estruturou sobre três grandes eixos: cultura e cidadania, cultura e cidades e cultura e economia. Cada um desses eixos possuía diretrizes e linhas de ações próprias a serem implementadas. (Quadro 13).

	I: Cultura e Cidadania	II – Cultura e Cidades (inicialmente chamado de Cidade Cultural)	III – Cultura e Economia (anteriormente denominado Cultura e Renda)
Diretrizes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover melhoria da qualidade de vida; ▪ Valorizar e fortalecer a diversidade cultural; ▪ Ampliar o acesso aos bens e serviços culturais. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Qualificar o ambiente social das cidades por meio da construção, reforma, modernização e adaptação de espaços culturais; ▪ Democratizar o acesso a equipamentos culturais e atrair, principalmente, as populações de áreas menos favorecidas. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gerar oportunidades de emprego e renda para trabalhadores, micro, pequenas e médias empresas do mercado cultural brasileiro; ▪ Incorporar progressivamente a parcela informal de trabalhadores da cultura na economia formal; ▪ Disponibilizar acesso a créditos e meios de circulação e veiculação de bens e serviços culturais.
Ações	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pontos de Cultura ▪ Pontos de Leitura ▪ Pontinhos de Cultura ▪ Cine Mais Cultura ▪ Produção de conteúdos para TV Pública ▪ Agente de Leitura ▪ Vale Cultura ▪ Periódicos de conteúdo Mais Cultura 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Bibliotecas ▪ Espaços Mais Cultura ▪ Pontos de Memória 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promoção do Artesanato de Tradição Cultural - Promoart ▪ Microcrédito Cultural ▪ Microprojetos Mais Cultura

Quadro 13 – Diretrizes e Ações do Mais Cultura

Fonte: Elaboração própria a partir de informações do Ministério da Cultura.

De acordo com o relatório do Programa Mais Cultura relativo ao ano de 2008, o Programa conseguiu, no seu primeiro ano de existência, a adesão de dezessete estados e a execução de 90% do orçamento previsto, atingindo um total de 199 milhões de reais. No ano seguinte, com as contrapartidas dos estados, esse orçamento aumentou ainda mais. Verificar, contudo, o investimento financeiro e de ações/atividades do Mais Cultura ao longo de seu exercício, é tarefa complicada tendo em vista que ele acrescentou valores e volume de atividades a programas já existentes e que, portanto, também dispunham de orçamento e metas próprias. Nesse sentido, a análise da prestação de contas do Ministério da Cultura no ano de 2009, por exemplo, não permite observar claramente o que foi aplicado através do Mais Cultura nos chamados “programas estruturantes da função cultura”. Essa dificuldade pode ser observada com o Programa Livro Aberto, que contemplava as ações de “Instalação de Bibliotecas Públicas” e “Modernização de Bibliotecas Públicas”, ambas integrantes das linhas de ação do Mais Cultura e que, de acordo com a prestação de contas do Ministério em 2009, empenharam respectivamente os valores de R\$ 18,1 milhões e R\$ 39,0 milhões. A dificuldade está em saber se esses valores podem ser atribuídos, em sua totalidade, ao Mais Cultura ou se isso é compartilhado com o orçamento do Programa Livro Aberto. Ainda segundo dados do MinC disponível no blog do Mais Cultura⁵⁹, entre 2003 e 2009, o Ministério aplicou mais de R\$ 286 milhões em políticas de incentivo ao livro e à leitura: “O aporte de recursos no setor, por meio do Mais Cultura, saltou de R\$ 6 milhões, em 2003, para R\$ 95 milhões, em 2009. Crescimento superior a 1.500%”.

De acordo com um estudo⁶⁰ desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), em parceria com o BID, que levou em consideração setores sociais no Brasil, o Mais Cultura contou, em 2008, com os seguintes investimentos/eixo: Cultura e Cidadania: R\$ 133 milhões do MinC, R\$ 3,6 milhões da Funai, R\$ 1,8 do Ministério da Saúde, R\$ 240 mil do Pronasci e mais aproximadamente R\$ 4 milhões de parceiros da TV Brasil, TV Pará e TVE (Bahia). Com isso, foram implantados 1.398 Pontos de Cultura, 205 Pontinhos de Cultura e 514 Pontos de Leitura. De acordo com o relatório:

O foco territorial do Cultura e Cidadania, assim como o conteúdo foram tratados transversalmente, priorizando regiões de maior vulnerabilidade, ou ações específicas para a promoção à saúde, a valorização da cultura indígena ou para mitigação do quadro de violência. Houve um esforço para a distribuição territorial

⁵⁹ Disponível em: < http://mais.cultura.gov.br/files/2010/02/informativo_08fevereiro.pdf>. Acesso em novembro de 2010.

⁶⁰ O objetivo desse estudo foi realizar um diagnóstico das áreas da saúde, educação e cultura para analisar riscos e dar recomendações para o estabelecimento de micro alianças público-privadas municipais nos setores sociais do país.

das ações, que ainda precisam encontrar soluções definitivas para reversão da tendência à concentração do acesso à cultura. (COSTA, 2009).

Quanto ao eixo Cultura e Cidade, o relatório afirma que o MinC aplicou em 2008, R\$ 62 milhões e o Ministério da Justiça, R\$ 2,7 milhões. O que, segundo o documento, fez com que todos os municípios brasileiros passassem a ter biblioteca pública e, modernizasse outras 444. Além disso, “O Espaço Mais Cultura selecionou projetos em sete capitais e os pontos de memória foram implantados em 14 regiões metropolitanas prioritárias atendidas pelo Programa Nacional de Segurança Pública em Cidadania (Pronasci).” (Ibid.).

O terceiro e último eixo – Cultura e Economia – consumiu do MinC o valor de R\$ 5,12 milhões e do BNDES R\$ 1,3 milhões, com o PromoArt. Além disso, o BNB injetou aproximadamente R\$ 226 milhões em programas de créditos. Já os Microprojetos Mais Cultura beneficiaram 1.128 municípios de 11 estados do semiárido. O diagnóstico apresenta ainda que 22 estados e o Distrito Federal assinaram o Acordo de Cooperação para implantação do Mais Cultura. Esta informação, entretanto, não coincide com o relatório anual de 2008 do Ministério. De acordo com esse documento, 17 estados assinaram o Acordo, sendo que “apontaram interesse em integrar o Mais Cultura os estados do Paraná, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Tocantins, além do Distrito Federal” (MINC, 2008). Nesse sentido, é possível observar que há informações que não coincidem no relatório do IBAM e do MinC. De acordo com uma funcionária da SAI⁶¹, esse conflito de informações deve-se ao fato de que vários entes assinaram o Acordo de Cooperação, porém, por diversos motivos, o mesmo não foi publicado. Portanto, até o final do ano de 2010 o balanço oficial do Ministério era de que: dos 26 estados brasileiros, seis não integravam o Mais Cultura: Tocantins, Roraima, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Espírito Santos e Goiás. O desencontro de dados e informações sobre o andamento do Mais Cultura é algo que merece ser observado atentamente, pois, o único relatório oficial do Programa disponível em novembro de 2010 pelo Ministério avaliou o ano 2008⁶², ou seja, faltando um mês para o encerramento do governo ainda não era possível analisar seguramente o Programa.

Na tentativa de fazer um panorama do desenvolvimento do Mais Cultura desde o seu primeiro ano, foi escolhido, como base para produzir o quadro abaixo, o relatório do MinC de 2008, as 78 edições do “Informativo Mais Cultura” referentes ao período de 05 de janeiro de

⁶¹ Contato feito por telefone em novembro de 2010.

⁶² Apesar de, conforme decreto que instituiu o Mais Cultura, a Câmara Técnica ser obrigada a apresentar relatórios anuais de avaliação do Programa ao Ministro da Cultura.

2009 a 02 de julho de 2010⁶³ (disponíveis no blog do Programa) e uma apresentação⁶⁴ da SAI que apresentava alguns números de 2009 e expectativas para 2010.

EIXO I: CULTURA E CIDADANIA⁶⁵			
Linha de ação	Conceito	Dimensão	Investimento/ Benefício
Pontos de Cultura	<p>Apoio a projetos culturais já desenvolvidos por instituições em comunidades e redes.</p> <p>Apoio realizado através de convênios com estados e municípios.</p>	<p>Até o final de 2008 foram apoiados 800 projetos. Em 2009 foram implantados 1.531 Pontos de Cultura. A previsão para 2010 era alcançar a marca de 2.615. O processo seletivo e de conveniamento era realizado através dos órgãos públicos de cultura dos estados e municípios.</p> <p>Em parceria com o Ministério da Saúde foram implantados dez Pontos de Cultura que atuavam na promoção à saúde.</p> <p>Em parceria com o Ministério da Justiça, foram repassados recursos para o Acre selecionar quatro Pontos de Cultura em áreas de vulnerabilidade social.</p> <p>Em parceria com a FUNAI, em 2009, foram destinados 30 Pontos de Cultura indígena para o Acre, Amazonas, Mato Grosso, Roraima e Rondônia. A proposta era implantar 150 Pontos Indígenas em todo país até 2010.</p>	<p>Cada Ponto de Cultura recebia ao longo de três anos o valor de R\$ 60.000,00.</p> <p>Na ação dos Pontos Indígenas foi investido cerca de R\$6,4 milhões.</p>
Pontões de Cultura e de Leitura	<p>Os Pontões (instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos) deveriam articular os Pontos de Cultura já existentes.</p> <p>Os Pontões de Leitura deveriam: atuar na área do livro, literatura e leitura; junto à formação de agentes de cultura vinculados aos Pontos de Leitura; e promover eventos para articular os Pontos de Leitura.</p>	<p>Em 2008 foram conveniados 14 Pontões nos seguintes estados:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Seis em São Paulo ▪ Dois no Rio de Janeiro ▪ Dois no Piauí ▪ Um no Mato Grosso ▪ Um no Paraná ▪ Um em Pernambuco ▪ Um no Ceará <p>Em 2009 foi publicado edital para selecionar 40 Pontões de Cultura, sendo cinco deles para o Livro e Leitura (um para cada região do país).</p>	<p>Investimento/MinC 2008: R\$ 5,2 milhões.</p> <p>Cada Pontão de Leitura deveria receber em torno de R\$ 1 milhão.</p>

⁶³ Por conta da Lei Eleitoral, a publicação do Informativo foi interrompida em julho.

⁶⁴ Disponível em: <http://mais.cultura.gov.br/files/2009/02/apresentacaomaiscultura-3.pdf>>. Acesso em novembro de 2010.

⁶⁵ De acordo com o MinC, aproximadamente nove mil iniciativas foram fomentadas até 2010, totalizando investimento de cerca de R\$ 700 milhões.

<p>Pontos de Leitura</p>	<p>Iniciativas que pudessem estimular, fortalecer e fomentar a leitura em diversos espaços, tais como bibliotecas comunitárias, associações de bairro, sindicatos e Pontos de Cultura.</p> <p>O objetivo principal era democratizar o acesso a materiais de leitura.</p>	<p>No período 2008/2009 foram apoiadas 514 iniciativas, sendo que 175 foram oriundas dos Territórios da Cidadania e 160 dos municípios prioritários do Pronasci.</p> <p>As 514 iniciativas foram assim distribuídas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ 204 no Sudeste ▪ 188 no Nordeste ▪ 48 no Sul ▪ 44 no Norte ▪ 30 no Centro-Oeste <p>Em 2010 foi instalado um Ponto de Leitura no Timor Leste, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores.</p> <p>Em 2010 foi lançado em Diadema/SP o “Ponto de Leitura nas fábricas”, envolvendo dez indústrias. A proposta era estimular a leitura no ambiente de trabalho.</p> <p>A previsão para 2010 era alcançar um total de 1.214 Pontos de Leitura.</p>	<p>Cada iniciativa contemplada recebia um kit contendo 650 livros, mobiliário e computador completo</p> <p>Investimento/MinC 2008: R\$ 15,26 milhões.</p> <p>Investimento para os Pontos de Leitura nas fábricas: R\$ 200.000,00.</p>
<p>Agentes de Leitura</p>	<p>Formação de agentes de leitura para atuarem na democratização do acesso ao livro e na formação leitora.</p> <p>As atividades envolveriam visitas domiciliares, empréstimos de livros, rodas de leitura, contação de histórias, criação de clubes de leitura e saraus literários.</p> <p>Os agentes deveriam ter ensino médio completo e idade entre 18 e 29 anos.</p> <p>Os agentes estariam integrados às bibliotecas públicas municipais e escolares, bem como aos Pontos de Leitura e ao projeto Arca das Letras do Ministério do Desenvolvimento Agrário.</p>	<p>O projeto foi iniciado em 2010 e pretendia selecionar e formar 4.574 agentes em parceria com nove estados, 21 prefeituras e três consórcios municipais, beneficiando cerca de 450 mil pessoas nessas localidades.</p>	<p>Cada agente recebia um kit contendo livros, mochila, uniforme, bicicleta e bolsa mensal de R\$ 350,00 pelo período de um ano.</p> <p>Investimento/MinC: R\$ 20,6 milhões</p> <p>Investimento/MEC: R\$ 3 milhões</p> <p>E contrapartida dos estados e municípios.</p> <p>Total da ação: R\$ 30,3 milhões</p>
<p>Pontinhos de Cultura/</p>	<p>Pretendia promover a política nacional de</p>	<p>Em 2008, 215 iniciativas foram contempladas, dessas 27</p>	<p>Cada Potinho de Cultura recebia um</p>

Espaços de Brincar Mais Cultura	transmissão e preservação da Cultura da Infância e da Adolescência, através de ações que fortalecessem os direitos da criança segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, sensibilizando e capacitando profissionais de instituições para a implantação e/ou continuidade de ações lúdicas.	concentravam-se nos Territórios da Cidadania e 93 em áreas do Pronasci. Em agosto de 2009 foi realizado o I Encontro Nacional dos Pontinhos de Cultura/Espaço de Brincar com o objetivo de promover discussões sobre a cultura da infância e da adolescência. Em 2009 foi planejado o lançamento de editais para contemplar 551 Pontinhos de Cultura. Para 2010 a expectativa era atingir 865 projetos.	prêmio no valor de R\$ 18.000,00. Investimento/MinC 2008: R\$ 3,87 milhões.
Cine Mais Cultura	Apoio a atividades cineclubistas que promovessem exibição de filmes em áreas rurais e urbanas, geralmente sem salas de cinema. Envolvia oficinas de capacitação cineclubista, com apoio para a formação dos oficinandos (conteúdos de introdução à história do cinema e linguagem cinematográfica); e oferecia informações sobre questões relevantes e atuais relativas à atividade exibidora, como direitos autorais e sustentabilidade.	Em 2008 foram realizadas seis oficinas que capacitaram 155 agentes de audiovisual, de 82 Cines Mais Cultura distribuídos em 22 estados e no Distrito Federal. Em 2009 foram selecionadas 100 propostas no país: <ul style="list-style-type: none"> ▪ 46% Nordeste ▪ 36% Sudeste ▪ 11% Sul ▪ 5% Norte ▪ 2% Centro Oeste Em novembro de 2009 foi publicado edital para selecionar 150 propostas elaboradas por prefeituras de municípios com até 20 mil habitantes. Em 2010, através de uma parceria com o IPHAN, foi elaborado um projeto para instalar o Cine Mais Cultura em 28 cidades históricas do Brasil. A expectativa para 2010 era atingir a marca de 1.600 Cines Mais Cultura.	Cada Cine recebia um kit contendo telão (4m X 3m), aparelho de DVD, projetor, equipamentos de som e filmes brasileiros selecionados pela Programadora Brasil, para exibições semanais. Investimento/MinC: R\$ 3,55 milhões
Conteúdos para TVs públicas	Produção de conteúdos audiovisuais para difusão nas emissoras públicas de TV com foco na inclusão social. O projeto pretendia envolver a realização de pesquisas dos segmentos-alvo, realização de seminários e seleção de projetos de produção independente.	Em 2008 foi realizada pesquisa sobre o perfil psicossocial da juventude das faixas C, D e E, articulada com o campo público de TV. No mesmo ano foi realizado o Seminário Juventude e Teledramaturgia. Em 2009, o Edital FICTV premiou oito projetos da primeira etapa (um do Rio Grande do Sul, três do Rio de Janeiro, três de São Paulo e um da Bahia). Em 2010, deveriam ser premiados três desses projetos	FICTV I Etapa : R\$ 250.000,00 II Etapa: R\$ 2,6 milhões. Investimento/MinC: R\$ 8 milhões

	<p>FICTV: pretendia selecionar projetos de desenvolvimento e produção de teledramaturgia seriada dirigidas a jovens das classes C,D e E , a serem veiculadas nas emissoras públicas.</p> <p>Tô Sabendo: game educativo entre estudantes com conteúdos voltados para o ENEM. Resultado da parceria com o IRDEB (Secult/Bahia)</p> <p>Nós na Tela – objetivo de desenvolver conteúdos educativos, culturais e teledramaturgia seriada que retratassem, problematizassem e apontassem perspectivas para o público juvenil. Tinha a parceria da Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCCom).</p>	<p>(segunda etapa). Cada um deveria apresentar 13 capítulos, com custo de cerca de R\$ 180 mil reais, por episódio.</p> <p>Programa Tô Sabendo: começou a ser transmitido no início de 2010 para todo o país através da TV Brasil.</p> <p>Nós na Tela - O edital premiou no final de 2009 a produção de 20 curtas-metragens sobre o tema <i>Cultura e Transformação Social</i>. Os trabalhos selecionados tiveram a seguinte distribuição:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Nove no Nordeste ▪ Quatro no Sudeste ▪ Três no Sul ▪ Três no Norte ▪ Um no Centro Oeste 	<p>Programa Tô Sabendo Investimento/MinC: R\$ 6,328 milhões Investimento/Secult (BA) R\$ 1,582 milhão</p> <p>Nós na Tela Prêmio de R\$ 30.000,00 Investimento: R\$600.000,00</p>
<p>Vale Cultura</p>	<p>A proposta integrava a reforma da Lei de Fomento e Incentivo a Cultura e ainda dependia de aprovação.</p> <p>Pretendia facilitar o acesso dos trabalhadores aos produtos e serviços culturais através de um vale de R\$ 50 por mês. Esse dinheiro poderia ser utilizado para ingressos em espetáculos, aquisição de livros, CDs, DVDs etc.</p>	<p>O funcionamento do Vale-Cultura envolveria o Governo federal (concederá renúncia fiscal de 30%), o empregador (arcará com 50%) e o trabalhador (contribuirá com 20%).</p>	<p>A expectativa era que o Vale-Cultura injetasse R\$600 milhões por mês na atividade cultural do país.</p>
<p>Periódicos de conteúdo Mais Cultura</p>	<p>Estímulo do hábito da leitura e do pensamento crítico através do acesso a periódicos.</p> <p>As publicações deveriam ser distribuídas para bibliotecas públicas, Pontos de Leitura e</p>	<p>Em 2009 foi publicado edital para selecionar publicações, com aquisição de sete mil assinaturas por periódico. Em março de 2010 foi publicado o resultado:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ São Paulo/SP: Brasileiro, Cult, Viração, Rolling Stones, Raça Brasil, Carta na Escola, Fórum Outro Mundo em Debate, Le 	<p>Os valores recebidos pelas publicações variaram de R\$ 294.000,00 a R\$ 524.160,00.</p> <p>Investimento/MinC: R\$ 2,1 milhões.</p>

	Pontos de Cultura.	<p>Monde Diplomatique, Caros Amigos, Almanaque Brasil de Cultura Popular</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Rio de Janeiro/ RJ: Piauí ▪ Curitiba/ PR: Jornal Rascunho 	
EIXO II: CULTURA E CIDADES			
Linha de ação	Conceito	Dimensão	Investimento / Benefício
Bibliotecas Mais Cultura	<p>Promoção da cultura do livro e da leitura através de implantação e modernização de bibliotecas públicas e de apoio a Pontos de Leitura.</p> <p>A ação envolvia parcerias com o Ministério das Comunicações através do “Telecentro Comunitário”, que pretendia levar computadores com internet a todas as bibliotecas públicas municipais.</p>	<p>Implantação</p> <p>Em 2008 foram distribuídos 300 kits, em 2009, mais 450 unidades.</p> <p>A soma desses kits deveria contemplar a totalidade de municípios sem biblioteca, identificados pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas.</p>	<p>Cada kit era composto de dois mil livros, mobiliário e equipamentos (computador, televisor, aparelho de DVD e som).</p> <p>O valor estimado de cada kit era de R\$65.000,00.</p> <p>Investimento/MinC: 2008 e 2009: R\$ 39,4 milhões.</p>
	<p>De acordo com o MinC, entre 2008 e 2009 foi investido R\$161,4 milhões para implantação e modernização de bibliotecas</p>	<p>Modernização</p> <p>Entre 2008 e 2009 foram adquiridos 444 kits para modernização de bibliotecas públicas municipais, sendo 299 localizadas nos Territórios da Cidadania.</p> <p>Em dezembro de 2009 foi publicado edital que selecionou 200 bibliotecas públicas municipais (cidades com até 20 mil habitantes) para receberem o kit. O estado com maior número de premiação foi Minas Gerais.</p> <p>Em 2010 foi publicado edital para premiar 300 bibliotecas públicas. A premiação foi dividida em três categorias: I – Apoio a bibliotecas públicas municipais; II – Implantação de bibliotecas de bairros, distritais e/ou rurais; III – Apoio a bibliotecas acessíveis. Os valores variavam de R\$ 85 mil a R\$ 115 mil para cada projeto.</p>	<p>Cada kit era composto por mil livros, mobiliário, almofadas, tapetes, pufes e telecentro digital com 11 computadores conectados em rede, com acesso à internet banda larga. O valor estimado de cada kit era de R\$55 mil reais.</p> <p>Investimento/MinC: 2008: R\$ 24,31 milhões.</p> <p>Investimento/MinC: 2009: 6,8 milhões</p> <p>Investimento/MinC: 2010: R\$ 30,6 milhões.</p>

		<p>Bibliotecas de Referência</p> <p>Modernização de bibliotecas públicas de grande porte envolvendo ampliação do acervo, digitalização de obras, capacitação e acesso a mídias diversas.</p> <p>Entre 2008 e 2010, foram selecionadas diversas bibliotecas de referência dentre elas a Biblioteca do Estado de Pernambuco, Biblioteca de São Paulo, Biblioteca Pública Estadual de Alagoas, Biblioteca Nacional (DF), Biblioteca de Referência Governador Menezes Pimentel (CE), Biblioteca Pública do Estado da Bahia, Biblioteca Parque de Manguinhos (RJ), Biblioteca Thiago de Mello (AM) e Biblioteca de Cruzeiro do Sul (AC).</p>	<p>O investimento do MinC ultrapassou os R\$ 23 milhões.</p>
		<p>Construção de bibliotecas</p> <p>Previa a construção de módulos de 150m² adaptáveis, que permitissem ampliações futuras. Terreno de 500m², acervo em torno de dois mil livros, mobiliário e telecentro.</p>	<p>Não foi declarado investimento no ano de 2008.</p>
		<p>Bibliotecas Comunitárias</p> <p>Apoio às iniciativas que atuavam como bibliotecas comunitárias e/ou populares.</p> <p>Os editais deveriam ser publicados pelos órgãos públicos de cultura estaduais.</p>	<p>Prêmio: R\$ 50.000,00 para cada iniciativa.</p>
<p>Espaço Mais Cultura</p>	<p>Construção, recuperação ou ampliação de espaços já existentes, tanto nas periferias quanto nos centros urbanos, para a prática de atividades culturais, de criação, lazer e convívio social.</p> <p>Ação desenvolvida em parceria com o Ministério das Cidades e com a Caixa Econômica Federal.</p>	<p>Em 2008 foram selecionados projetos em sete capitais:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Recife ▪ Natal ▪ São Luís ▪ Belém ▪ Curitiba ▪ Florianópolis ▪ Brasília <p>A primeira inauguração foi realizada em setembro de 2009 com o Espaço CUCA Che Guevara, em Fortaleza.</p> <p>Em 2009, Santos (SP) foi o primeiro município a assinar a implantação do Espaço Mais Cultura no Dique da Vila Gilda. O investimento foi de R\$ 1,5 milhões.</p>	<p>Investimento/MinC: R\$ 6,7 milhões.</p> <p>Foram liberados, em 2009, R\$ 18,5 milhões para a implantação de 19 Espaços Mais Cultura em 18 capitais e um em Santos.</p> <p>No edital de 2010, cada Espaço deveria receber R\$ 450.000,00. O investimento foi de R\$ 9 milhões.</p>

		<p>Em 2010 um edital selecionou 20 propostas para construção dos Espaços:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ 20 no Nordeste (quatro na Bahia; dois em Alagoas; dois em Pernambuco e um no Ceará) ▪ Cinco no Sudeste (quatro em Minas Gerais e um em São Paulo) ▪ Cinco no Sul (dois no Rio Grande do Sul; dois em Santa Catarina e um no Paraná) ▪ Um no Norte (Tocantins) 	
Pontos de Memória Mais Cultura	<p>Atuava na reconstrução e proteção da memória social e coletiva das comunidades a partir de seus moradores. O espaço seria também um ponto de dinamização das atividades culturais e socioeducativas locais.</p> <p>Tinha como parceiros o Instituto Brasileiro de Museus, o Ministério da Justiça e a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI).</p>	<p>Para 2009 foram selecionadas 11 regiões prioritárias para implantação do projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Maceió - Salvador - Fortaleza - Brasília - Belo Horizonte - Belém - Curitiba - Recife - Rio de Janeiro - Porto Alegre - São Paulo <p>Em 2010 foi noticiada a criação do museu em Brasilândia (São Paulo)⁶⁶ em Terra Firme (Belém do Pará)⁶⁷ e no Distrito Federal⁶⁸</p>	<p>O projeto deveria ter duração de três anos e previa investimento total no valor de R\$ 3,57 milhões.</p> <p>Investimento/MinC: R\$ 1 milhão (em três anos).</p> <p>Investimento/ MJ: R\$ 2,57 milhões.</p>
EIXO III: CULTURA E ECONOMIA			
Linha de ação	Conceito	Dimensão	Investimento / Benefício
Promoção do Artesanato de Tradição Cultural - PromoArt	<p>Incentivo à produção local e valorização dos trabalhos de artesões.</p> <p>O recurso deveria ser aplicado na qualificação dos espaços destinados à produção do artesanato no país e na realização de oficinas de capacitação,</p>	<p>Entre 2008 e 2009 foram selecionadas 65 comunidades nas seguintes regiões:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Norte (oito) ▪ Nordeste (32) ▪ Centro-Oeste (quatro) ▪ Sudeste (nove) ▪ Sul (três) ▪ Pólos Indígenas (seis) 	<p>Entre 2008 e 2009 foi repassado o montante de R\$ 1,3 milhão às 65 comunidades.</p> <p>Investimento/MinC: R\$ 5,12 milhões</p> <p>Investimento/</p>

⁶⁶ Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2010/06/08/direito-a-memoria/>>. Acesso em novembro de 2010

⁶⁷ Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2010/05/24/ponto-de-memoria/>>. Acesso em novembro de 2010

⁶⁸ Disponível em: <<http://becocultural.com.br/?p=8727/>>. Acesso em novembro de 2010

	<p>entre outras ações que estimulassem a geração de emprego e renda.</p> <p>Tinha parceria do BNDES e da Associação Cultural de Amigos do Museu de Folclore Edison Carneiro</p>	<p>A ação incluía diagnóstico realizado nos 65 pólos selecionados, construção de indicadores de avaliação, desenvolvimento de site e realização de exposição na Sala do Artista Popular (SAP).</p>	<p>BNDES: R\$ 1,3 milhão</p>
Microcrédito Cultural	<p>Fomento de microcrédito para empreendedores culturais por meio de linhas de crédito destinadas às micro, pequenas e médias empresas.</p> <p>O financiamento era feito por meio do Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, Caixa Econômica e Banco do Brasil.</p>	<p>Cresce Nordeste Cultura (BNB) Destinado às empresas jurídicas. Em 2008 foram desenvolvidas 282 operações.</p>	<p>Investimento de R\$ 9,9 milhões.</p>
		<p>Crediamigo (BNB) Dirigido às pessoas físicas do setor cultural. No primeiro semestre de 2008, financiou cerca de 216 mil iniciativas relacionadas à economia da cultura.</p>	<p>O valor médio unitário para cada atividade foi de R\$ 1 mil.</p>
		<p>Programa Amazônia + Cultura (Banco da Amazônia) Constituído de uma série de ações, dentre elas capacitação em projetos culturais, já realizada em todas as capitais da região Norte.</p>	<p>Até outubro de 2008 foi investido R\$ 9,9 milhões.</p>
		<p>CAIXA A partir de um projeto piloto em Porto Alegre, a CEF pretendia desenvolver cinco novos produtos de crédito para o mercado da cultura.</p>	<p>Sem informações sobre investimentos.</p>
		<p>Banco do Brasil O Banco do Brasil estudava a possibilidade da criação do Dia da Cultura no BB.</p>	<p>Até 2010, os investimentos do Banco do Brasil na cultura somavam R\$ 2 bilhões.</p>
Microprojetos Mais Cultura	<p>Objetivava promover a diversidade cultural por meio do fomento e incentivo aos artistas, grupos artísticos independentes e pequenos produtores culturais.</p> <p>Visa beneficiar jovens de 17 a 29 anos residentes na região</p> <p>Possuía parceria com a Funarte, o BNB e com as secretarias de cultura dos estados.</p>	<p>Em 2008 foi definida a região do Semiárido para implementação.</p> <p>Em 2009 foram beneficiados 1.200 municípios de 11 estados que integram a região do Semiárido:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Alagoas ▪ Bahia ▪ Ceará ▪ Espírito Santo ▪ Maranhão ▪ Minas Gerais ▪ Paraíba ▪ Pernambuco ▪ Piauí ▪ Rio Grande do Norte ▪ Sergipe 	<p>As iniciativas recebiam de um a 30 salários mínimos.</p> <p>O edital era realizado através dos órgãos públicos de cultura dos estados.</p> <p>Investimento/ 2009: cerca de R\$ 13,5 milhões.</p>

Quadro 14 – Panorama das Ações do Mais Cultura

Fonte: Elaborado a partir de informações do Ministério da Cultura.

A continuidade das ações do Mais Cultura foi negociada através do PAC II, anunciado pelo presidente Lula em 29 de março de 2010, que compreenderá o período 2011 a 2014. A manutenção do Programa para a próxima gestão pode ser um indício do espaço importante que ele ocupou nas políticas do governo federal. Nesse sentido, vale lembrar o discurso de Gilberto Gil no lançamento do Mais Cultura, em 2007: “O Mais Cultura cristaliza o novo patamar de importância que a cultura passou a ter na agenda social do Governo brasileiro. O Mais Cultura não é, portanto, um programa apenas do Ministério da Cultura, mas é um programa do governo Lula”. (GIL, 2007b). Com a eleição da candidata do PT, Dilma Rousseff, para a presidência do Brasil, o Programa de Aceleração do Crescimento será mantido.

No que tange à continuidade do PAC para a cultura, tudo indica que seu principal projeto deverá ser o “Espaço Mais Cultura”, com a parceria dos ministérios do Esporte, Justiça, Trabalho e Emprego, Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O Espaço Mais Cultura, como foi apresentado no Quadro 14, pretendia construir equipamentos multiuso (com biblioteca, cineteatro, telecentro, salas para exposições etc) em áreas de vulnerabilidade social. De acordo com o Ministério, o PAC II já prevê a construção de 800 praças com equipamentos culturais e esportivos, além da coexistência de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), num investimento total de R\$ 1,6 bilhão.

O PAC II garante uma visão mais humana do desenvolvimento, ao integrar investimentos em infraestrutura com políticas sociais. A população necessita de saneamento básico, habitação e rodovias. Mas também precisa ter acesso à cultura. A cultura combate a violência, dinamiza a economia e promove o desenvolvimento humano. (MEIRELLES, 2010).

A escolha do MinC em investir nessa ação remete, ainda que sem essa intenção, ao Programa Cidade Aberta/ Projeto Bases de Apoio à Cultura. Não apenas a ideia de construir equipamentos culturais em áreas de vulnerabilidade social é semelhante, como a intenção de envolver parceiros diversos também está presente em ambas as propostas.

3.2 O impacto do Mais Cultura no Projeto Ponto de Cultura

Observando as linhas de ação do Mais Cultura, é possível perceber que uma expressiva parte de suas atividades estava sustentada sobre o Programa Cultura Viva/Projeto Ponto de Cultura. Além dos Pontos, outras ações foram propostas, tais como: Pontinhos de Cultura, Pontos de Leitura e Pontos de Memória, conforme ilustração abaixo.

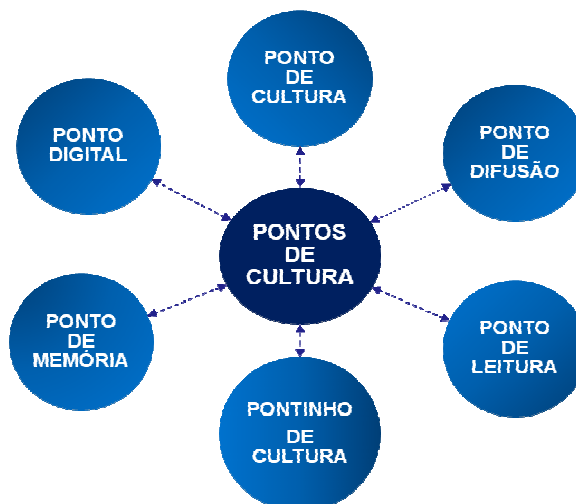


Ilustração 6 – Organograma do Mais Cultura
 Fonte: Ministério da Cultura/SAI

De acordo com o Ministério da Cultura⁶⁹, o Mais Cultura previu apoiar entre 2009 e 2010 aproximadamente nove mil iniciativas relacionadas a essas ações: “2.615 Pontos de Cultura (1.531 já apoiados); 1.214 Pontos de Leitura (514 já apoiados); 865 Pontinhos de Cultura (281 já apoiados); 1.600 Cines Mais Cultura (800 já apoiados)”. Como essas ações estavam sendo realizadas por meio de parcerias com órgãos públicos de cultura de estados e municípios, e o MinC não havia disponibilizado, até o encerramento dessa pesquisa, o relatório do andamento dessas atividades, é difícil averiguar se esses números foram de fato alcançados.

Vale esclarecer que a lógica de funcionamento do Projeto Ponto de Cultura não era similar à das demais ações. De imediato, há uma diferença substancial na relação jurídica que se estabeleceu entre o Estado e a sociedade civil. Se os Pontos de Cultura necessitavam convênios com o poder público e passavam a interagir com o sistema burocrático do Estado, nos outros casos isso não ocorria, porque o repasse, qualquer que fosse seu tipo – financeiro, de equipamentos ou de materiais – era feito através de premiação. Com isso, houve uma série de desdobramentos que, se inicialmente facilitaram a condução dos projetos (tendo em vista que o repasse de verba, a prestação de contas, o acompanhamento e a fiscalização na premiação são mais flexíveis), por outro lado, a longo prazo, fizeram com que esses grupos continuassem deslocados do Estado, e, uma vez que, desconhecendo o funcionamento da burocracia estatal, eram incapazes de questioná-lo, permaneceram numa espécie de zona de conforto.

Outra diferença significativa entre os Pontos de Cultura e as demais ações é que, se no

⁶⁹ Disponível em: < <http://mais.cultura.gov.br/files/2009/02/apresentacaomaiscultura-3.pdf>>. Acesso em novembro de 2010.

primeiro havia certa liberdade propositiva por parte dos proponentes, nas outras, isso era restrito. No Cine Mais Cultura, por exemplo, o prêmio de um kit contendo equipamentos (telão, som e filmes) deveria ser usado inicialmente para fomentar a exibição audiovisual; no Ponto de Leitura, o kit concedido (650 livros, mobiliário e computador completo) também conduzia o tipo de atividade que poderia ser empreendida; na ação Pontinho de Cultura, as atividades deveriam se limitar ao universo infanto-juvenil, ou seja, em todos esses casos, o Mais Cultura pré-determinou a atuação dos proponentes.

Como o Ponto de Cultura era uma ação que já existia antes da implantação do Mais Cultura, é através dele que se pode analisar melhor o impacto que esse Programa causou.

Desde que foi inaugurado, em outubro de 2007, o Programa Nacional de Aceleração do Crescimento do setor cultural aplicou nos Pontos de Cultura, entre editais, prêmios e concursos o montante de R\$ 111,2 milhões que representam aproximadamente 49% da verba aplicada pelo programa em 2008 que foi de R\$ 223 milhões. (MARQUES, 2009, p. 48).

O Programa Cultura Viva ganhou nova dimensão com o Programa Mais Cultura, que possibilitou que a Secretaria de Cidadania e Cultura, SCC-MinC, firmasse convênios com 24 estados e 16 municípios para implantação de Redes de Pontos de Cultura (dados de abril/2010), ampliando o alcance do Programa Cultura Viva e criando redes de Pontos de Cultura, que garantem que os pontos estejam em contato e trocando experiências. (MINC, 2010).⁷⁰

O aumento orçamentário do Projeto Pontos de Cultura foi contundente com o ingresso do Mais Cultura, conforme pode ser observado no quadro abaixo.

Cultura Viva	Limite liberado (R\$)	Executado (R\$)	Resultados Alcançados (Nº de Pontos de Cultura)
2004	4.073.738	4.073.733	72
2005	53.854.365	53.822.384	442
2006	45.621.413	45.621.413	654
2007	127.333.929	126.550.088	742
2008	120.600.000	119.713.542	2.446
2009⁷¹	120.080.500	119.547.737	2.517

Quadro 15 – Resumo do investimento no Programa Cultura Viva
Fonte: Elaborado a partir de dados da Controladoria Geral da União.

⁷⁰ Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/culturaviva/ponto-de-cultura/pontos-de-red/>>. Acesso em janeiro de 2011.

⁷¹ Segundo o texto do Ministério da Cultura de introdução à prestação de contas de 2009, os recursos aplicados na ação alcançaram R\$ 139,6 milhões. Ao verificar o detalhamento da prestação de contas, verifica-se que esse valor refere-se à dotação autorizada, e não à que foi empenhada. Neste caso, o valor confere com o declarado pela CGU. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2010/02/19/prestacao-de-contas-do-presidente-da-republica-pcpr-2009/>>. Acesso em novembro de 2010.

Para compreender a quantidade dos Pontos de Cultura contabilizados pelo Ministério da Cultura, é preciso esclarecer que essa contabilidade incluía: os Pontos e Pontões de Cultura conveniados diretamente com a União e os Pontos que integravam as redes estaduais e municipais. Assim, o ano de 2008 apresentou o total de 2.466 Pontos distribuídos da seguinte maneira: 1.820 Pontos de Cultura em parceria com estados, municípios e Distrito Federal, 575 Pontos de Cultura conveniados diretamente com o MinC e 71 Pontões de Cultura também conveniados com o Ministério.

O impacto do Programa Mais Cultura no Projeto Ponto de Cultura pode ser observado sob vários ângulos. Houve um desdobramento do Projeto quanto à sua distribuição territorial. Isso se deve, por um lado, ao aumento do número de contemplados e, por outro, pela presença dos governos estaduais e municipais nos processos seletivos, que estabeleceram cotas de distribuição nos seus territórios. Com isso, os Pontos de Cultura se expandiram territorialmente e passaram a ser um dos principais responsáveis pela articulação dos entes federativos. Pode-se creditar, nesse contexto, que a escolha do Projeto Ponto de Cultura como principal ação do Mais Cultura deveu a uma série de motivos, tais como: projeto que gerava impacto local e que poderia ser âncora para promover a política de acesso a bens culturais; que articulava outros programas do Ministério no seu interior, a exemplo do livro e da leitura; que possuía reconhecimento tanto dos órgãos públicos quanto da sociedade civil e certamente, deveria correr menos risco de resistência para ser multiplicado.

As consequências dessa intensificação não devem ser medidas apenas pela quantidade de projetos e por área de abrangência. Não se pode ignorar o impacto que as redes de Pontos já constituídas sofreram com o ingresso do Mais Cultura. Apesar de haver a proposta dos Pontos constituírem uma única rede, havia diferenças entre os Projetos que integravam o Ministério da Cultura e aqueles que faziam parte das secretarias estaduais e municipais de cultura. Os fóruns de discussão da rede de Pontos de Cultura também precisaram ser redimensionados, bem como os processos de representação nas comissões estaduais, regionais e nacional. Outro aspecto que não pode ficar ausente dessa discussão é o da gestão. É visível que a Secretaria de Cidadania Cultural – SCC não possuía mais condições de dar continuidade ao Projeto no modelo implementado até então. Para TT Catalão (APÊNDICE A), a estadualização, com dificuldades a ela inerentes, era uma necessidade.

Com a estadualização entraram as confrarias das secretarias da fazenda de cada estado e cada uma tem um entendimento diferente. Virou algo muito mais complexo do que era, muito mais difícil de se levar, mas era um salto que se tinha que dar, você não pode se negar a dar esse salto. (2010).

Com a estadualização, as secretarias estaduais e municipais de cultura passaram a gerir o Projeto e, com isso, além de fortalecer a relação direta com o governo federal (que poderia potencializar, inclusive, a formação do Sistema Nacional de Cultura), se aproximaram dos grupos culturais distribuídos nos seus respectivos territórios. Isso não significa, contudo, que as dificuldades de gestão do Projeto tenham diminuído. Se para o Ministério da Cultura houve a possibilidade de administrar com mais êxito o Programa Cultura Viva, os estados reproduziram e multiplicaram as dificuldades já vivenciadas pelo Ministério. Ou seja, apesar de todos os entraves que a execução do Programa possuía, ele continuou a ser um meio estratégico para a política ministerial.

3.3 A questão da descentralização no Ministério da Cultura

Entender a dimensão que o tema “descentralização” possui no desenvolvimento do Estado brasileiro, após a Constituição Federal de 1988, é fundamental para compreender o pacto federativo e o espaço que esse tipo de mecanismo de distribuição de poder, em última instância, ocupa nas políticas contemporâneas.

O federalismo pode ser entendido, em resumo, como um sistema de governo onde os entes – União, estados e municípios –, constituem uma aliança em prol da construção de uma nação, conservadas suas autonomias. Apesar de o federalismo já existir no Brasil, foi na década de 80 que o país passou por um processo de reforma no Estado com o intuito de (re)configurar um país democrático, processo que foi vivenciado por várias nações com objetivos diversos: transferir atribuições, delegar poderes, desconcentrar, privatizar ou desregular.

Há mais de um século, o Brasil adotou a forma federativa de divisão territorial de governo. Ao longo desse tempo, o país conviveu com grande variedade de arranjos federativos e experimentou períodos de autoritarismo e de regime democrático. [...] A redemocratização trouxe como uma de suas principais bandeiras a “restauração” do federalismo e a descentralização por meio da elaboração de uma nova constituição. (SOUZA, 2005, p. 105; 109).

Dado o contexto histórico no Brasil, pós-ditadura, a descentralização passou a ser sinônimo de democracia, fortalecida e consolidada com o aumento do controle social. Ao mesmo tempo, centralização passou a ser associada à impossibilidade de controle social, à falta de transparência das decisões, enfim, a práticas não-democráticas de decisão. (ARRECTHE, 1996).

A questão da descentralização é hoje uma das principais precondições para formular uma efetiva democratização do Estado. Do ponto de vista conceitual, o termo define uma transferência ou delegação de autoridade legal e política aos poderes locais para

planejar, tomar decisões e gerir funções públicas do governo central. Descentralização relaciona-se, pois, com a distribuição territorial do poder e implica delegação de autoridade. (JACOBI, 2000, p.35).

O conceito defendido por Pedro Jacobi não é consenso. Na visão de Marco Aurélio Nogueira (2005), a descentralização não pode ser confundida com democratização, apesar de "não ter como se viabilizar fora da democracia" (p. 73). Para Marta Arrecthe (1996), a crença de que a descentralização seja sinônimo imediato de democracia e de eficientes políticas públicas é questionável. A autora acredita que o ideal democrático depende mais "da possibilidade de que determinados princípios possam se traduzir em instituições políticas concretas do que da escala ou âmbito de abrangência de tais instituições." (p.4). O argumento é que se as instituições políticas de âmbito local não vivenciarem princípios democráticos, dificilmente haverá incentivo à participação política e ao controle da população sobre as ações e agendas desse governo. A autora pondera, inclusive, que a participação da sociedade nos processos decisórios só seria possível em uma dimensão restrita, já que questões de âmbito mais geral não poderiam ser decididas no "local", existindo, portanto, questões próprias de cada nível de governo. Ainda segundo Arrecthe (1996), mesmo que a descentralização implique no deslocamento de recursos, competências e/ou poder do "centro" para outras entidades, isso não significa que o sistema de dominação política tenha sido extinto:

[...] não existe uma garantia prévia - intrínseca ao mecanismo da descentralização de que o deslocamento desses recursos implique a abolição da dominação. Deslocar recursos do "centro" para subsistemas mais autônomos pode evitar a dominação pelo "centro", mas pode permitir essa dominação ao interior desse subsistema. (p.6).

Isso poderia ser reforçado, de acordo com Arrecthe, pela presença de elites de diferentes instâncias que se instalam no interior das instituições políticas e passam a ter um discurso favorável à descentralização.

Como pode ser observado, a complexidade do tema "descentralização e democratização" é grande e necessita de uma investigação profunda, visto especialmente que ele aciona outros aspectos inerentes à democracia, tais como a cidadania e participação popular nos processos decisórios. A propósito da questão da participação, Nogueira (2005), tece uma série de considerações sobre a falta de discussões mais críticas que busquem avaliar os impactos dos mecanismos participativos nas políticas. Para o autor, cinco reflexões podem ser organizadas nesse sentido:

[a] se a ênfase atual na participação não traz consigo uma simultânea desvalorização das instituições representativas e do próprio instituto da representação; [...] [b] se a gestão participativa [...] não estaria ajudando a que se embaralhe e se complique o processo decisório, com a ampliação do risco potencial de indefinições ou de vazios decisórios; [c] se a gestão participativa [...] não poderia funcionar, paradoxalmente, como um mecanismo de "despolíticação" [...],

como um fator que reduz a participação à condição de recurso gerencial; [d] se é factível um avanço em termos de gestão participativa sem um correspondente avanço em termos de cultura gerencial e de reforma do Estado; [e] que papel está reservado ao poder central e ao Estado da implementação dessa nova modalidade de gestão. (p. 128 e 129).

Marco Aurélio Nogueira questiona se em um país como o Brasil, com forte tradição do protagonismo estatal, a participação popular seria suficiente para empreender reformulações sem que haja uma ação indutora por parte dos organismos centrais de governo.

Nesse sentido, fazendo uma transposição para a política desenvolvida pelo Ministério da Cultura, desde 2003 o governo se empenhou em fomentar espaços de participação popular, a exemplo dos seminários “Cultura para Todos”, que reuniu cerca de 30 mil pessoas ao longo de vinte encontros; instalação de câmaras setoriais, para dialogar com os segmentos artísticos; debates presenciais nos “Diálogos Culturais”; consultas públicas na internet sobre a reforma da Lei Rouanet; instalação de ouvidoria, para recepção de críticas, sugestões e denúncias; duas conferências nacionais de cultura⁷²; instalação do Conselho Nacional de Política Cultural, dentre outras iniciativas. (CANEDO, OLIVEIRA, SALGADO e SOTO, 2010). Essas ações levam a crer que o Ministério não se comportou como “ausente” no processo de chamamento da participação pública, nem se propôs “menor” no seu tamanho e atribuições à medida que esses espaços avançavam como possibilidade de substituir a política do governo, posição defendida pelo neoliberalismo.

Contudo, essas instâncias de diálogos que foram fomentadas pelo Ministério nos últimos anos, ainda que envolvessem sujeitos diversos e de vários lugares do país, não são suficientes para balizar uma avaliação quanto à capacidade descentralizadora da sua gestão. Outros aspectos merecem ser observados, tais como: distribuição orçamentária, implemento de parcerias com órgãos locais, incremento ou constituição de espaços de interlocução do governo federal com a sociedade civil e com entidades privadas, ou seja, uma gama de posturas e ações no campo político, financeiro, social e administrativo.

Um dos aspectos que merecem ser observados nessa análise diz respeito à presença física de um órgão público em dada localidade. Quanto a essa questão, a partir de 2003, o MinC ampliou a sua presença em outras cidades que não Brasília. Até então havia quatro representações regionais do Ministério, número que foi inicialmente ampliado para sete e, com a criação em 2010 da regional Bahia, para oito. As representações, após serem

⁷² “De acordo com os relatórios disponibilizados pelos MinC [...], do total de 5.564 municípios brasileiros, a I CNC conseguiu mobilizar 1.192, enquanto que a II CNC contou com o envolvimento de 2.974 nas etapas locais, o que equivale a mais de 50% dos municípios brasileiros”. (CANEDO, OLIVEIRA, SALGADO e SOTO, 2010, p. 36).

regulamentadas por meio da Portaria nº 65, de 29 de junho de 2010, ficaram distribuídas conforme quadro a seguir.

Representação	Cidade/Sede
Regional do Espírito Santo e do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro/RJ
São Paulo	São Paulo/SP
Regional Nordeste (Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe)	Recife/PE
Bahia	Salvador/BA
Minas Gerais	Belo Horizonte/MG
Regional Norte ⁷³ (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima)	Belém/PA
Regional Sul	Porto Alegre/RS
Regional Centro Oeste (Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins)	Cuiabá/MT

Quadro 16 – Representações do Ministério da Cultura

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério da Cultura.

Além dessas representações, o MinC tinha quatro fundações – três no Rio de Janeiro (Fundação Casa de Rui Barbosa, Funarte e Fundação Biblioteca Nacional) e uma em Brasília (Fundação Cultural Palmares), sendo que a Funarte possuía três representações (Brasília, Minas Gerais e São Paulo) e a Fundação Palmares, outras três unidades (localizadas em Alagoas, Bahia e Rio de Janeiro); – e três autarquias – duas em Brasília (IPHAN e o IBRAM) e uma no Rio de Janeiro (Agência Nacional de Cinema), sendo que o IBRAM possuía uma representação no Rio e o IPHAN possuía 27 Superintendências e 25 Escritórios Técnicos, distribuídos pelas capitais e Distrito Federal.

A visível concentração das unidades institucionais do MinC no Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo é uma herança antiga. Mesmo após a sua constituição enquanto Ministério, em 1985, não houve um reequilíbrio da presença institucional entre as regiões do país. “As tentativas de reverter esta situação foram sempre ocasionais e não resultaram em sua efetiva descentralização e nacionalização. A exceção é o IPHAN, pois a partir da gestão de Aloísio Magalhães (1979-1980) foram criadas representações regionais em varias regiões do país.” (RUBIM, 2007c, p. 8-9). Nesse sentido, se as gestões de 2003 a 2010 investiram no

⁷³ Foi criada uma subunidade administrativa da Representação Regional do Norte em Rio Branco, Acre.

acréscimo de representações regionais, por outro lado, as instituições vinculadas ao Ministério continuaram concentradas como anteriormente.

Além da importância da descentralização, é preciso formular e implementar um conjunto de iniciativas que possam garantir uma política cultural mais distributiva e igualitária dentro de um contexto estável, que possibilite que essas ações possam perdurar para além de uma gestão de governo. Daí a necessidade de se implantar o Plano Nacional de Cultura (PNC), instituído por meio da Lei nº 12.343 de 02 de dezembro de 2010, e o Sistema Nacional de Cultura (SNC), que, apesar de se configurar como uma das primeiras preocupações da gestão Gil, não foi implementado até o final da gestão Juca. A PEC nº 416-A, de 2005, pretende inserir na Constituição Federal, o artigo 216 para viabilizar a construção de

[...] um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento - humano, social e econômico - com pleno exercício dos direitos culturais.

O SNC se propõe a acionar a criação de conselhos de cultura, fundos de financiamento e lei de incentivos fiscal, planos de cultura, programas de qualificação dos gestores culturais, sistemas de informações e indicadores culturais etc, elementos institucionais que podem fortalecer e propiciar um ambiente mais adequado para a construção de políticas públicas para a cultura, sem se afastar do desafio de reconhecer as heterogeneidades que marcam a dinâmica do poder nos municípios brasileiros e das formas de organização e participação da sociedade civil local.

3.4 A descentralização e o Programa Mais Cultura

Diante do contexto apresentado, interessa saber se o Mais Cultura pode ser considerado uma política descentralizadora, com todo o sistema acionado – delegação de poder para instâncias locais, incluindo espaço para avaliações e tomadas de decisões – ou uma iniciativa que buscou, essencialmente, uma descentralização financeira através do fomento de programas já existentes, interagindo com novos desdobramentos, seja de alcance territorial, seja de atores participantes.

No discurso realizado durante o lançamento do Programa, em 04 de outubro de 2007, Juca Ferreira, então secretário executivo, afirmou: “O Programa Mais Cultura vem ampliar a ação do Ministério da Cultura, dar escala, e não se chocar com as demais ações do MinC”. Na

mesma oportunidade, o presidente Lula destacou a importância do Programa por ser capaz de distribuir territorialmente as iniciativas do governo:

[...] sou cúmplice da vontade de fazer este programa, porque o Brasil, lamentavelmente, nunca teve uma política cultural. [...] Quando nós tentamos estender dinheiro da cultura para todo o território nacional, houve setores que reagiram porque, obviamente, o bolo ia só para um lado, e nós queremos que o bolo seja nacional. O estado de Roraima não vai receber a quantidade de dinheiro que vai receber o Rio de Janeiro ou São Paulo, mas ele tem direito, porque lá também tem cultura.

Diante dessas afirmações e do desenvolvimento do Programa ao longo de três anos, parece revelar-se que ele atuou mais como política desconcentradora e menos como descentralizadora, levando em consideração que o município é reconhecidamente o *locus* de uma política que se proponha descentralizada e que a trajetória que o Mais Cultura traçou pode ser indicativa da opção de não atuar diretamente com esses entes, prova disso é a quantidade de estados e municípios signatários do Acordo de Cooperação publicados até novembro de 2010: 20 estados e mais Distrito Federal, que corresponde a 77,7%, versus três municípios – Santos, Fortaleza e Itaobim – que significa 0,05% do total brasileiro.

Há, nesse sentido, um certo contra-senso entre o discurso e a prática, já que, na opinião de Isaura Botelho (2001a), uma política pública desenhada sob a dimensão antropológica deve valorizar a ação municipal.

Se é possível afirmar que a cultura, do ponto de vista antropológico, é a expressão das relações que cada indivíduo estabelece com seu universo mais próximo, em termos de uma política pública, ela solicita, por sua própria natureza, uma ação privilegiadamente municipal. Ou seja, a ação sociocultural é, em sua essência, ação micro que tem no município a instância administrativa mais próxima desse fazer cultural. (p. 75).

Os motivos que levaram o Ministério a eleger os estados como principais interlocutores no Mais Cultura não ficam claro nos documentos e falas oficiais publicadas. Uma atitude especulativa poderia indicar uma série de razões para tal atitude, tais como: interesse em fortalecer mais o vínculo com os órgãos estaduais e menos com os municipais; facilitar a gestão do Programa envolvendo menor quantidade de órgãos públicos (lembrando que o Brasil possui 5.564 municípios); ou mesmo evitar o confronto direto com os poderes locais e suas configurações.

A transferência do poder decisório aos municípios implica, por um lado, em responsabilidade e participação na estrutura do poder local, por outro, em processos de modernização gerencial da gestão pública. Essas duas dimensões da descentralização entre níveis de governo impactam fortemente as estruturas tradicionais do poder local. Por outro lado, as diferenças regionais na constituição dessas elites locais funcionam como balizadoras desses impactos. (KERBAUY, 2001, p. 55).

No caso do Programa Cultura Viva, o ingresso de outros entes federativos na gestão

apareceu, em alguns momentos, como risco a ser considerado no desenvolvimento de uma possível descentralização, visto que poderia haver má condução por parte do poder local. De acordo com o ex-secretário Célio Turino, quando da avaliação do ingresso do Mais Cultura no Projeto Ponto de Cultura:

Há muitas vantagens nesse processo: o primeiro é o fato de o Ponto de Cultura tornar-se política de Estado, realizada pelos diversos entes federados, independente de conveniências ou disputa entre governos e partidos (...). Pode haver problemas como a tentação da manipulação ou perseguição política (...) e o risco de burocratismo local também existe? Sim. Mas a garantia de que isto não aconteça está exatamente no empoderamento da rede de Pontos que já existe, na apropriação do conceito por parte da sociedade, no pacto federativo e na vigilância do governo federal. (2009, p. 167).

Essa desconfiança, quanto à participação dos entes subnacionais na execução de políticas, pode ser justificada pela tradição do clientelismo e manutenção de elites políticas locais, ao lado da baixa qualificação dos gestores, que vem marcando, essencialmente, os governos municipais no Brasil (KERBAUY, 2001). Para Francisco Fonseca (2007), há duas perspectivas que poderiam explicar uma recusa ou uma escolha por políticas de descentralização:

[...] o pensamento social brasileiro, que historicamente desconfiou do localismo, tendo em vista as raízes oligárquicas e patrimonialistas da formação social no país; e a experiência anglo-saxã, sintetizada conceitualmente por Tocqueville (1951), fortemente marcada pelo otimismo da comunidade local e também presente nos meios intelectuais nacionais. (p. 246).

Concomitante a essa consideração, está o fato de que, durante muitos anos, o desenvolvimento das políticas culturais esteve centralizado na União. Portanto, foi no âmbito do governo federal que as instituições culturais se formaram e se fortaleceram.

O que emerge dessas posições é que não se pode desconsiderar o lugar do município no processo de descentralização. O que não implica em desconsiderar a posição do estado enquanto mediador da relação entre União e municípios. Um governo que planeja desenvolver uma política pública deve discutir a maneira como serão enfrentadas as peculiaridades regionais, que são muitas no Brasil.

[...] os problemas atuais do federalismo e do constitucionalismo no Brasil apontam para três questões. A primeira, e mais importante, é que a federação está assentada em alto grau de desigualdade entre as regiões. [...] A segunda relaciona-se à tendência ao tratamento uniforme das esferas subnacionais, em particular os estados [...]. A terceira questão é a escassa existência de mecanismos de coordenação e cooperação intergovernamentais, tanto vertical como horizontal, coibindo a criação de canais de negociação que diminuam a competição entre os entes federados. (SOUZA, 2005, p. 118-119).

Há outro aspecto que merece ser ressaltado no caso do Mais Cultura: as ações contempladas pelo Programa foram compartilhadas com os demais entes federativos com

pouca possibilidade de alteração por parte desses. Aos entes subnacionais coube, na maior parte dos acordos, aceitar ou não o seu ingresso no Programa. Isso é um aspecto que precisa ser considerado na avaliação do Mais Cultura enquanto uma pretensa política de descentralização, mesmo porque ela reforçou o poder central do Ministério da Cultura que, com apoio dos órgãos estaduais de cultura, multiplicou suas idéias e propostas de atuação. Para Arretche (1996), o fortalecimento do poder central em políticas descentralizadas não é um equívoco, mesmo porque o sucesso dessas políticas provoca uma nova estratégia de ação por parte do governo federal, que exige “o fortalecimento de suas capacidades administrativas e institucionais na condução e regulação de políticas setoriais implementadas pelos governos subnacionais e do próprio processo de descentralização” (Ibid., p.22). Segundo a autora, em países como o Brasil, onde as disparidades intrarregionais são significativas, torna-se ainda mais importante o papel do poder central. Guardada as devidas proporções, parece ser essa a posição que o Ministério da Cultura adotou. Contudo, isso precisaria estar claro. Era preciso que o Estado expressasse como se propunha a atuar, que tipo de relação pretendia ter com outros entes federativos e com a sociedade civil. Ao que tudo indica, pareceu persistir no Ministério um problema detectado anteriormente por Isaura Botelho (2001): “Embora alguns segmentos importantes reconheçam a obrigatoriedade da participação do estado no desenvolvimento cultural, ainda falta clareza na determinação das instâncias em que essa participação deve se dar e quanto ao seu grau”. (p. 21).

O Mais Cultura , de acordo com o MinC⁷⁴, deveria privilegiar o lugar do município:

Ao trazer o município para o centro de gravidade das políticas de cultura, o Mais Cultura incorpora efetivamente à ação dos poderes públicos nosso ativo simbólico como um importante valor para o desenvolvimento do País e como elemento irrecusável da política estratégica de Estado para reduzir a pobreza e a desigualdade, além de favorecer, tanto a cooperação entre os entes federados, como a participação social na formulação, execução, gestão, monitoramento e avaliação das iniciativas. (2009).

Porém, como foi apresentado no decorrer desse texto, foram os estados, e não os municípios, os principais entes que cooperaram no Mais Cultura. Mesmo que a consequência desse acordo tenha repercutido nas cidades, institucionalmente o Programa dialogou predominantemente com os órgãos públicos de cultura estaduais e não municipais.

Ainda com base na declaração oficial anteriormente citada, que confirmou a participação social em várias fases do Programa – da formulação à avaliação –, é preciso averiguar como se deu essa participação. Houve instâncias de discussão, avaliação e

⁷⁴ Disponível em: <http://mais.cultura.gov.br/files/2009/11/espacos_mais_cultura.pdf>. Acesso em novembro de 2010.

deliberação das iniciativas propostas pela SAI? Como se deu a presença de representantes da sociedade civil? Para responder tais questões é necessário observar como o Decreto 6.226/2007, que criou o Mais Cultura, tratou do problema. De acordo com tal documento, ficou instituída: a Câmara Técnica, responsável por propor e articular ações intersetoriais do Mais Cultura, instância que declaradamente não contemplava representantes da sociedade civil, salvo se convidados para prestarem informações e emitirem pareceres (Art. 5º. §4); o Comitê Executivo, presidido pelo secretário-executivo do MinC, responsável por coordenar, executar, acompanhar e avaliar o Programa (Art. 6º); e deveria haver o acompanhamento do Conselho Nacional de Política Cultural⁷⁵, formado por 52 conselheiros, dentre eles representantes das três esferas do poder público, de áreas técnico-artísticas e de patrimônio cultural, de entidades acadêmicas, empresariais, fundações e institutos, além de personalidades de notório saber e de algumas instituições, tais como a Academia Brasileira de Letras e o Ministério Público Federal. A participação popular, portanto, não foi prevista diretamente no interior do Mais Cultura, mas poderia ser realizada através do CNPC. Cabia a esse, em consonância com o MinC e a Câmara Técnica do Programa, promover o “aperfeiçoamento dos mecanismos de controle social e de participação da sociedade civil na implementação, fiscalização, avaliação dos projetos e ações” do Mais Cultura. (art. 11 do Decreto 6.226/2007). O único fórum que indicava a representação popular no Programa não estava previsto no Decreto, mas pode ser encontrado nos Acordos de Cooperação que foram assinados com os entes subnacionais. Tratava-se do Comitê de Acompanhamento do Programa, instância consultiva que cada estado signatário era obrigado a instalar e que deveria ser composto de integrantes do governo federal, estadual e municipal, pelo Poder Legislativo estadual e pela sociedade civil de maneira paritária. O Comitê deveria auxiliar os órgãos públicos no planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação das execuções do Programa (Cláusula Quinta do Acordo de Cooperação)⁷⁶. Ainda assim, configurava-se como um fórum consultivo, e não deliberativo.

⁷⁵ O CNPC tinha por finalidade geral “propor a formulação de políticas públicas, com vistas a promover a articulação e o debate dos diferentes níveis de governo e a sociedade civil organizada, para o desenvolvimento e o fomento das atividades culturais no território nacional.” (CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL, 2005).

⁷⁶ Na Bahia, o Comitê foi instaurado em 13 de abril de 2009, conforme Anexo A, e até novembro de 2010 foram realizadas duas reuniões: uma em 8 de julho de 2009 e a outra em 14 de julho de 2010.

CAPÍTULO IV - Estadualização do Projeto Ponto de Cultura na Secretaria de Cultura da Bahia

4.1 A política cultural na gestão Márcio Meirelles

Em 2007, o Partido dos Trabalhadores assumiu o governo do Estado da Bahia com a eleição de Jaques Wagner para o cargo máximo. Essa eleição implicou na interrupção da gestão que o Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas, vinha desenvolvendo no Estado desde 1991.

O reflexo dessa ruptura para a política cultural da Bahia se deu de várias maneiras. Até 2006, havia, no Estado, um único órgão público que cuidava conjuntamente da cultura e do turismo que era a Secretaria de Cultura e Turismo (SCT). Criada em 1995, no Governo Paulo Souto, a SCT esteve ao longo de doze anos sob a direção de Paulo Renato Dantas Gaudenzi. A administração de duas áreas de interesses diversos, ainda que transversais, sob a orientação do mesmo órgão, implicou em algumas conseqüências. Para RUBIM (2007c), a cultura esteve, nesse período, subordinada ao turismo, o que ocasionou distorções, a exemplo da “afirmação de uma identidade forjada principalmente para vender o estado no mercado do turismo. Uma identidade que (...) desconheceu a diversidade cultural na construção da identidade baiana” (p. 11). Segundo o autor, a gestão dessa secretaria privilegiou um grupo pequeno de interlocutores e de pessoas que compartilhavam dos seus interesses. De opinião semelhante é Fernandes (2008), para quem a SCT desenvolveu uma política que submeteu a cultura à lógica economicista do turismo; não reconheceu a diversidade do estado, concentrando recursos e ações em Salvador e no Recôncavo Baiano; e defendeu “um projeto econômico que vendia a Bahia como terra da felicidade e negligenciava tudo aquilo que não se enquadrasse nesse discurso, a exemplo da cultura sertaneja” (2008, p. 189-190). Posição diferente sobre esse assunto possui Sérgio Sobreira Araújo (2007), para quem a SCT privilegiava mais a cultura do que o turismo, tanto que tinha na sua estrutura inicial mais órgãos⁷⁷ ligados à primeira – Conselho Estadual de Cultura (CEC), Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC), Fundação Cultural do Estado da Bahia (Funceb), Fundação Pedro Calmon (FPC) – do que ao segundo, que dispunha unicamente da Empresa de Turismo da Bahia (Bahiatursa)⁷⁸. Para o autor: “O

⁷⁷ Em 2002, o Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB), que integrava a estrutura da Secretaria de Educação, passou a fazer parte da SCT e o Arquivo Público migrou para a Fundação Pedro Calmon.

⁷⁸ A Bahiatursa pertencia anteriormente à Secretaria de Indústria e Comércio.

projeto de Gaudenzi buscava encetar um novo conceito de desenvolvimento que levasse em conta a cultura como elemento transversal a toda sociedade em privilégio dos processos de afirmação das identidades culturais.” (2007, p. 83). Na opinião do pesquisador, o desenvolvimento objetivado pela SCT tinha uma intenção:

Como já afirmamos, a criação da Secretaria da Cultura e Turismo configurou-se como um empreendimento político do grupo carlista que, atento aos fenômenos decorrentes das transformações ocorridas em escala global na tríade cultura-economia-política, imbricou cultura e turismo no centro de uma macroagenda de desenvolvimento para maximizar o aproveitamento do potencial mercadológico de tais setores. (Ibid., p.101).

Sobre essas considerações, vale lembrar que a existência de órgãos públicos de cultura, como o IPAC e o IRDEB, é de grande importância, por possibilitar identificação de competências, fomento na estruturação da área, reflexão sobre políticas setoriais etc. Entretanto, a simples existência, desacompanhada de um conjunto de pensamentos, posturas e medidas, não é suficiente para garantir que tal setor seja mais importante que outro. O caso em análise parece revelar que a Bahiatursa, ainda que fosse único setor do turismo na SCT, possuía mais importância do que os outros órgãos dirigidos para a cultura. Há um conjunto de fatores que permitem identificar essa importância, tais como: orçamento, estrutura física, quantidade e qualificação dos funcionários, peso político que o órgão possui dentro do governo e, especialmente, a concepção político-ideológica que orienta essa relação. Outro aspecto que merece ser discutido com mais atenção é a questão do desenvolvimento cultural com intuito de “maximizar o aproveitamento do potencial mercadológico” (Ibid.). Essa aspiração, da gestão Gaudenzi, reflete uma visão de cultura descrita por George Yúdice (2004):

A cultura é hoje vista como algo em que se deve investir, distribuída nas mais diversas formas, utilizada como atração para o desenvolvimento econômico e turístico, como mola propulsora das indústrias culturais e como uma fonte inesgotável para novas indústrias que dependem da propriedade intelectual. (p. 11).

Nesta concepção, como ficaria a produção cultural de grupos sem valor econômico? Seria possível admitir programas voltados, por exemplo, para quilombolas ou indígenas tendo como orientação o seu cotidiano? É possível imaginar que, para esses grupos serem admitidos na lógica da SCT, deveriam buscar ferramentas que possibilitasse a comercialização das suas expressões. Para Olivieri (2004), esse tipo de política privilegia as manifestações culturais capazes de se materializar em produto comercializável. O que vai de encontro a outro tipo de compreensão de desenvolvimento cultural que “torna imperativa a necessidade da criação de condições propícias ao aumento da diversidade das manifestações culturais e a promoção da inclusão, simultaneamente cultural, social e econômica, de novos e múltiplos agentes

criadores.” (MIGUEZ, 2009).

A própria relação entre cultura e turismo merece ser alvo de debates e reflexões mais tensionadas, especialmente quando ambos os setores são organizados por um mesmo órgão público. É preciso levar em conta, por exemplo, que “a massificação do turismo contribui para a divulgação de estereótipos que tentam representar a riqueza cultural de cada região e de cada povo escolhido como destino turístico.” (HAZIN, OLIVEIRA, MEDEIROS, 2001, p.7-8). Nesse caso, o uso do discurso de uma identidade baiana subjugada ao turismo desenvolvido pela SCT contribuiu para fortalecer esse estereótipo.

Em resumo, as ações culturais produzidas pela SCT ao longo dos dezesseis anos do governo PFL foram dirigidas para:

(...) infraestrutura, através da construção e da manutenção de equipamentos culturais (...), preservação do patrimônio material através do restauro de monumentos históricos e da aquisição de coleções para museus, (...) e dinamização do setor cultural. Privilegiou-se a consolidação de uma marca da identidade baiana, limitada aos recursos culturais da região do Recôncavo, em detrimento da diversidade cultural que caracteriza um Estado com 417 municípios. (CANEDO, 2008, p.71).

A continuidade dessa política da SCT foi interrompida em 2006 com a eleição do grupo coordenado pelo PT no governo estadual. O governo Jaques Wagner, tal qual ocorreu no governo Lula no âmbito do Ministério da Cultura, também teve que enfrentar, além das questões elencadas acima, as consequências do modelo de política de incentivo fiscal que foi implementado na Bahia e que gerou, segundo Canedo (2008), dois tipos de concentração: espacial e pessoal. O primeiro diz respeito à concentração de projetos aprovados em Salvador. De acordo com os dados apresentados na pesquisa de Daniele Canedo, 93,5% dos recursos do FazCultura foram destinados a proponentes de Salvador. O segundo tipo de concentração relaciona-se aos produtores culturais beneficiados: “Os dez maiores proponentes de 2006 ficaram com quase 41% do montante destinado ao programa. Os 20 maiores beneficiários eram da capital ou de Lauro de Freitas e ficaram com 57% dos recursos” (Ibid., p. 71). Esse tipo de concentração desenvolvida de 1991 a 2006 foi, inclusive, um dos principais aspectos a ser questionado pela gestão Márcio Meirelles no governo Jaques Wagner.

A primeira mudança com a posse do novo governo estadual foi a reestruturação dos órgãos do Poder Executivo por meio da Lei nº 10.549, de 28 de dezembro de 2006. Dentre essas mudanças, está a alteração da denominação da Secretaria de Cultura e Turismo, que passou a se chamar Secretaria de Cultura (Secult)⁷⁹, e a criação da Secretaria do Turismo

⁷⁹ Vale lembrar que o governo Waldir Pires criou a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, extinta posteriormente no governo Antonio Carlos Magalhães.

(Setur)⁸⁰. O anexo da lei da reforma administrativa descreve que a Setur passou a contar com 57 cargos, sendo 56 remanejados da SCT e apenas um recém-criado, enquanto que para a Secult foram remanejados 52 cargos da SCT e criados novos 23. Em termos organizacionais, foram mantidas na Secult as duas superintendências criadas em 2005 pela SCT: Superintendência de Promoção Cultural (Suprocult) e a Superintendência de Cultura (Sudecult), além das instituições vinculadas: Fundação Pedro Calmon, Fundação Cultural do Estado da Bahia, Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural e o Instituto de Rádio Difusão Educativa da Bahia.

Com esse redimensionamento, a Secult passou a ter o seguinte organograma (Ilustração 7): Secretário de Cultura, Chefe de Gabinete, Diretoria Geral (que incluía as diretorias Administrativa, Financeira e Orçamentária), Superintendência de Promoção Cultural (com as diretorias de Controle de Programas e Fundos, de Fomento à Economia Criativa e de Incentivo à Cultura), Superintendência de Cultura (com as diretorias de Integração Regional e de Projetos Especiais para o Desenvolvimento da Cultura) e cinco Assessorias (Comunicação, Cultura Digital, Cultura Popular, Planejamento/Articulação Institucional e Relações Internacionais), além das quatro instituições vinculadas.

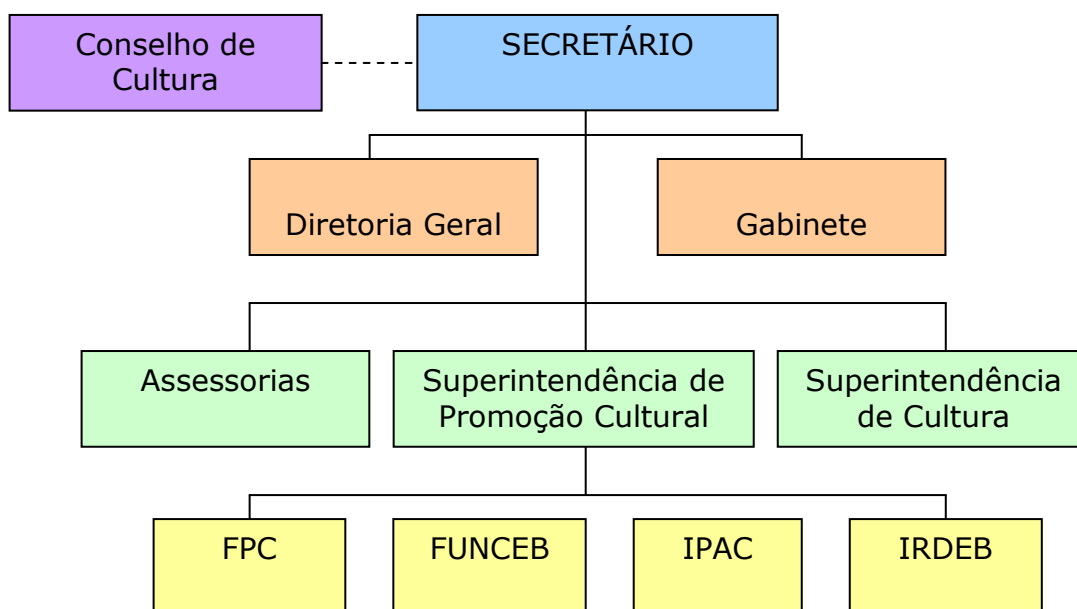


Ilustração 7- Organograma da Secult

Fonte: Adaptado pela autora através de ilustração da Secretaria de Cultura da Bahia.

Para dirigir a Secretaria de Cultura da Bahia foi nomeado Márcio Meirelles como

⁸⁰ Com a extinção da SCT a Bahiatursa, entidade da administração indireta, passou a pertencer à Setur.

secretário, então diretor artístico do Teatro Vila Velha⁸¹, e que trabalhou na direção do Teatro Castro Alves, no governo Waldir Pires.

De acordo com documentos oficiais⁸² da Secult, um dos seus principais desafios era alterar a concepção de cultura que vinha sendo utilizada e desenvolvida nos governos anteriores. Como missão, a Secretaria estabeleceu:

Formular e implementar, de forma articulada com a sociedade, políticas públicas que expressem a centralidade da cultura na transformação e no desenvolvimento social e valorizem a diversidade cultural da Bahia, nas suas dimensões territorial, simbólica, econômica e de cidadania.

Para guiar suas ações, foram estabelecidas quatro linhas conceituais: (I) diversidade, (II) desenvolvimento, (III) descentralização, (IV) democratização e diálogo/transparência. Dentre vários objetivos da gestão estavam: ampliar a oferta de espaços e equipamentos culturais nos ambientes urbano e rural; democratizar os meios de acesso, produção, difusão e distribuição dos bens e serviços culturais; e territorializar as políticas de cultura, visando contemplar a diversidade cultural e regional da Bahia reconhecendo e valorizando as diferentes identidades. Dentre esses três objetivos, o último foi especialmente objeto da ação da Superintendência de Cultura, dirigida por Ângela Maria Menezes de Andrade – funcionária aposentada da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que havia trabalhado no Ministério da Cultura no início da gestão Gilberto Gil.

Na Secult, a Superintendência de Cultura era responsável, dentre outras ações, pelas políticas de descentralização e integração regional e pelo desenvolvimento territorial. Observando a trajetória que essa Superintendência percorreu entre 2007 e 2010, é possível destacar a relação próxima que ela teve com a política desenvolvida pelo Ministério da Cultura. Foi a Sudecult quem coordenou, na Bahia, a implantação do Mais Cultura; produziu as duas Conferências Estaduais de Cultura, tendo articulado a participação do estado na Conferência Nacional; estimulou a formação de instâncias de fortalecimento dos municípios, como o Fórum de Dirigentes Municipais de Cultura; e trabalhou para a constituição do Sistema Estadual de Cultura, coordenando as assinaturas dos Protocolos de Intenção entre Estado e municípios⁸³ e estimulando a criação de órgãos públicos exclusivos para a cultura, conforme diretrizes do Sistema Nacional de Cultura.

O alinhamento da política de cultura estadual com a nacional foi intenso nessa gestão.

⁸¹ O Vila Velha era Ponto de Cultura conveniado com o Ministério em 2006 e desenvolvia o projeto: “Sol movimento da cena - centro de pesquisa para o desenvolvimento cultural”.

⁸² Informações disponíveis no site da instituição: < www.cultura.ba.gov.br >. Acesso em agosto de 2010.

⁸³ Nesse documento constam as competências, os compromissos e os deveres que os entes devem ter em relação ao sistema de cultura.

Foram realizadas diversas parcerias entre os dois órgãos. É preciso ressaltar que os programas e projetos federais implementados em parceria com a Secult foram adaptados seguindo a orientação do governo estadual, daí o estabelecimento de critérios próprios em alguns editais publicados através do Mais Cultura, a exemplo do sistema de cotas de projetos por município ou por território de identidade⁸⁴.

A imposição de determinados critérios, como o sistema de cotas, refletia, na prática, o atendimento às cinco linhas conceituais estabelecidas como guias para essa gestão, em especial, a questão da descentralização, que pretendia diminuir a disparidade entre capital e interior. Para promover esse movimento de descentralizar a política cultural, a Secult⁸⁵ utilizou o conceito de territórios de identidade, que deveria ser capaz de promover a interiorização das políticas e a articulação entre os municípios.

Antes, o Estado estava dividido em 15 regiões econômicas. Entretanto, na prática, cada órgão público tinha autonomia para criar subdivisões em conformidade com a execução de seus programas. Tais subdivisões certamente se tornavam uma primeira barreira para a elaboração de programas intersecretarias. Em 2007, o governo reconheceu a existência de 26 Territórios de Identidade (...), que foram cunhados por arranjos sociais e locais. A adoção da nova territorialização teve como justificativa o desenvolvimento de todas as regiões da Bahia, através da atuação governamental de acordo com as características locais e as necessidades de cada território. Os municípios que fazem parte do mesmo território estariam ligados por traços culturais e sentimentos de pertencimento, o que também facilita a realização de arranjos institucionais. (CANEDO, 2008, p. 73).

A divisão do Estado em 26 territórios de identidade orientou as ações da Secult, incluindo a do edital Pontos de Cultura da Bahia. A atuação de parte dos funcionários da Secretaria também foi norteada por essa distribuição⁸⁶. Nesse sentido, foi instituído os “representantes territoriais de cultura”, funcionários contratados pela Secult por tempo determinado dentro do Regime Especial de Direito Administrativo (REDA). Para cada

⁸⁴ Denominação dada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e adotada pela Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan) e Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) a partir de um estudo que reuniu informações e estatísticas econômicas e sociais do Estado. Segundo definição encontrada no site da Seplan, território é “um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial”. Em 25 de agosto de 2010 o governo publicou através do decreto n.º 12.354 o Programa Territórios de Identidade com objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social dos territórios e instituiu o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial com intuito de “articular e propor ações que promovam o desenvolvimento territorial sustentável do Estado em diálogo permanente com instituições públicas, entidades da sociedade civil e colegiados territoriais”, dentre as secretarias que integravam o Conselho estava a Secult. (Informações: <<http://www.seplan.ba.gov.br/exibePrincipal.php?varCodigo=3070>> Acesso em setembro de 2010.)

⁸⁵ Não apenas a Secult, mas todo o governo Jaques Wagner foi orientado a trabalhar a questão territorial sob o conceito dos territórios de identidade.

⁸⁶ Além da Secult, a Seplan também possuía funcionários distribuídos pelos territórios de identidade.

território de identidade, foi contratado um funcionário⁸⁷ para atuar como representante da Secretaria. De acordo com Saliha Rachid (Apêndice C), representante territorial de cultura da Região Metropolitana de Salvador:

O trabalho [do representante territorial] consiste na representação das ações da Secretaria nos municípios que compõe o território; articulação junto ao poder público municipal para a implantação do Sistema Municipal de Cultura; visita aos pontos de cultura do território; mobilização da sociedade para participação nos editais públicos, nas conferências e audiências públicas. (2010).

Além da importância política que a presença de funcionários da Cultura proporcionou para os territórios de identidade, foi especialmente através deles que os projetos da Secult foram acompanhados presencialmente, o que, certamente, deve ter contribuído para fortalecer o vínculo de instituições e de pessoas relacionadas à área cultural com a política desenvolvida pelo Estado.

Nesse contexto de criação e desenvolvimento da política cultural no governo da Bahia, foi iniciada a implantação do Projeto Ponto de Cultura no Estado.

4.2 O Edital Pontos de Cultura da Bahia

Através da parceria entre os governos federal e estadual dentro das ações do Programa Mais Cultura, a Secult lançou o Edital Pontos de Cultura da Bahia no dia 26 de março de 2008, em Vitória da Conquista, durante o II Encontro de Dirigentes Municipais de Cultura.

Por meio do convênio nº 427/2007, publicado no Diário Oficial da União de 14 de janeiro de 2008, a estadualização do Programa Cultura Viva no Estado da Bahia se concretizou, inicialmente, com a realização do Projeto Piloto de Pontos de Cultura, que consistia em:

(...) assistência técnica, desenvolvimento de atividades de integração, acompanhamento e apoio financeiro individual de, no mínimo, R\$180.000,00 (cento e oitenta mil reais), pelo período de 36 (trinta e seis) meses a projetos provenientes de entidades da sociedade (...) a serem selecionadas por meio de edital público, conforme modelo a ser disponibilizado pelo Ministério da Cultura.

O objeto do convênio previu, portanto, mais do que o repasse de verba aos Pontos de Cultura, já que a Secretaria deveria oferecer assistência técnica, acompanhar os Pontos e promover ações de integração entre os projetos selecionados.

O convênio delimitava também os proponentes do Edital: instituições da sociedade civil sem fins lucrativos, impossibilitando a concorrência de organizações públicas. Vale ressaltar que o modelo do edital seria fornecido pelo MinC o qual deveria ser submetido para

⁸⁷ Para a Região Metropolitana de Salvador foram contratados dois representantes territoriais, tendo em vista a demanda de trabalho dos municípios que a compõe.

aprovação. Na prática, esse modelo sofreu várias alterações, especialmente com a determinação de cotas de projetos por territórios de identidade. Mudanças que foram aceitas pelo Ministério.

De acordo com o mesmo convênio, o Ministério se obrigava a acompanhar o processo de divulgação do edital, indicar membros para as comissões de avaliação, dar assistência para o processo de chamamento público da seleção, e

Definir o conjunto de informações qualitativas e quantitativas sobre as atividades desenvolvidas pelos Pontos de Cultura no âmbito dos projetos apoiados, produção realizada e público-alvo atendido a ser armazenado em banco de dados pelos Estados e periodicamente atualizado.

No mesmo documento, há definição de que a Secult deveria

[...] manter informações qualitativas e quantitativas dos projetos em arquivo (...), de forma a manter um banco de dados para consulta, integrado ao sistema de gerenciamento de dados do Ministério da Cultura, conforme modelo a ser definido pelo CONCEDENTE [sic].

As informações qualitativas e quantitativas, todavia, não foram definidas pelo MinC e, até setembro de 2010, faltando três meses para o encerramento da gestão estadual e federal, não havia sido disponibilizado para a Secult um modelo de gerenciamento de dados, o que, inclusive, provocou atraso no desenvolvimento de um sistema de banco de dados próprio do órgão estadual, tendo em vista que esse sistema deveria ser compatível com o do governo federal. Tudo isso reforça a dificuldade que o Ministério enfrentou em gerar instrumentos e processos de acompanhamentos aptos a suportar a dinâmica do Projeto Ponto de Cultura.

Em resumo, o objeto principal do convênio MinC – Secult consistia na publicação do edital para selecionar projetos de 150 instituições da sociedade civil sem fins lucrativos para receberem apoio no valor de sessenta mil reais por ano, durante três anos consecutivos, no total de 180 mil reais por projeto. No primeiro ano, cada Ponto de Cultura deveria aplicar vinte mil reais na aquisição de um kit multimídia composto por equipamentos digitais.

O investimento total para a implantação dos 150 novos Pontos de Cultura foi de 27 milhões e 100 mil reais em três anos, sendo 18 milhões e 100 mil reais do Ministério da Cultura e nove milhões de reais da Secretaria de Cultura da Bahia. O investimento financeiro do governo estadual implicou na dispensa da contrapartida por parte das instituições que foram selecionadas a partir desse Edital, o que conduziu a uma diferenciação entre esses Pontos de Cultura e os demais conveniados com o MinC. Os Pontos conveniados com o Ministério tinham obrigação de apresentar uma contrapartida no valor de 20% do convênio⁸⁸,

⁸⁸ Vale ressaltar que a primeira publicação do Edital Piloto continha essa exigência. O equívoco foi corrigido em portaria publicada posteriormente.

o que, para muitos, representava dificuldade. Com o ingresso da Secretaria, essa obrigação perante a União passou a ser do estado, não sendo mais necessária a contribuição das entidades⁸⁹.

Enquanto instrumento jurídico que possibilitou a prática da estadualização do Programa Cultura Viva, é interessante observar algumas regras e condições trazidas no edital piloto Pontos de Cultura da Bahia: a instituição participante do edital poderia ser registrada enquanto pessoa jurídica a qualquer tempo, bastando comprovar que desenvolvia atividades culturais por, no mínimo, dois anos⁹⁰; Ponto de Cultura conveniado com o Ministério poderia concorrer, desde que estivesse finalizando suas atividades e, quando da publicação do resultado final do Edital, apresentasse uma carta do MinC comprovando o encerramento oficial do projeto, com a respectiva aprovação da prestação de contas final do convênio⁹¹; obrigatoriamente deveria constar uma verba para o envio de dois representantes do Ponto de Cultura a fim de participarem de duas reuniões com a Secult, durante três anos, no Plano de Trabalho do projeto inscrito⁹²; o Ponto de Cultura teria o prazo de um ano para implantar o uso de software livre nos equipamentos multimídia, com apoio da Coordenação Nacional da Ação Cultura Digital do MinC e da Assessoria para a Cultura Digital da Secult⁹³; a Secretaria deveria incluir “sempre que possível, a interlocução com os Pontos de Cultura apoiados diretamente pelo Ministério da Cultura”, com o objetivo de fortalecer a rede estadual dos Pontos.

O processo de seleção do edital também possuiu lógica própria, inspirada na política de descentralização territorial da Secult. Tal dinâmica foi realizada através de duas ferramentas: estabelecimento de cotas de projetos por território de identidade⁹⁴ (Gráfico 10 e

⁸⁹ Alguns Pontos de Cultura argumentavam que a contrapartida imposta no convênio não deveria existir já que as atividades desenvolvidas por eles eram suficientes para justificar o financiamento do Projeto por parte do poder público. Por outro lado, outros Pontos de Cultura acreditavam que essa obrigatoriedade os fizeram procurar parcerias que contribuíssem para a sustentabilidade da instituição.

⁹⁰ No Edital de seleção para Pontos de Cultura do Maranhão era exigido que as instituições tivessem registro como pessoa jurídica há no mínimo um ano. Isso excluía entidades registradas recentemente, ainda que existissem informalmente há mais tempo.

⁹¹ Duas instituições se enquadraram nesse item: Instituto Casa Via Magia e Associação Cultural Beneficente de Apoio ao Trabalhador da Bahia.

⁹² Essa verba pretendia garantir a presença dos Pontos de Cultura em reuniões, encontros, cursos e capacitações, bem como facilitar a articulação entre eles. Uma reclamação frequente entre os Pontos conveniados com o MinC era a impossibilidade de participarem de atividades e reuniões não custeadas pelo próprio Ministério e que não constavam nos seus planos de trabalho como atividade do Ponto.

⁹³ Nesse sentido, foi feito um planejamento de cursos e capacitações por parte da Assessoria da Secult. Ainda assim, da mesma maneira que acontecia com os Pontos conveniados com o MinC, as dificuldades do uso do software livre também estava presentes entre os Pontos conveniados com a Secretaria.

⁹⁴ O território Oeste Baiano também vinha sendo chamado de Rio Grande Oeste. Oficialmente, segundo informações da Seplan, essa mudança só poderia ser efetivada no próximo PPA.

Anexo C)⁹⁵ e pontuação para o projeto que fosse realizado nos territórios prioritários do Programa Mais Cultura: Território de cidadania; Território de vulnerabilidade social; Território de indígenas, quilombolas ou artesanais; Bacia Hidrográfica do São Francisco; Semiárido; e Sítio Urbano (Anexos B e D)⁹⁶.

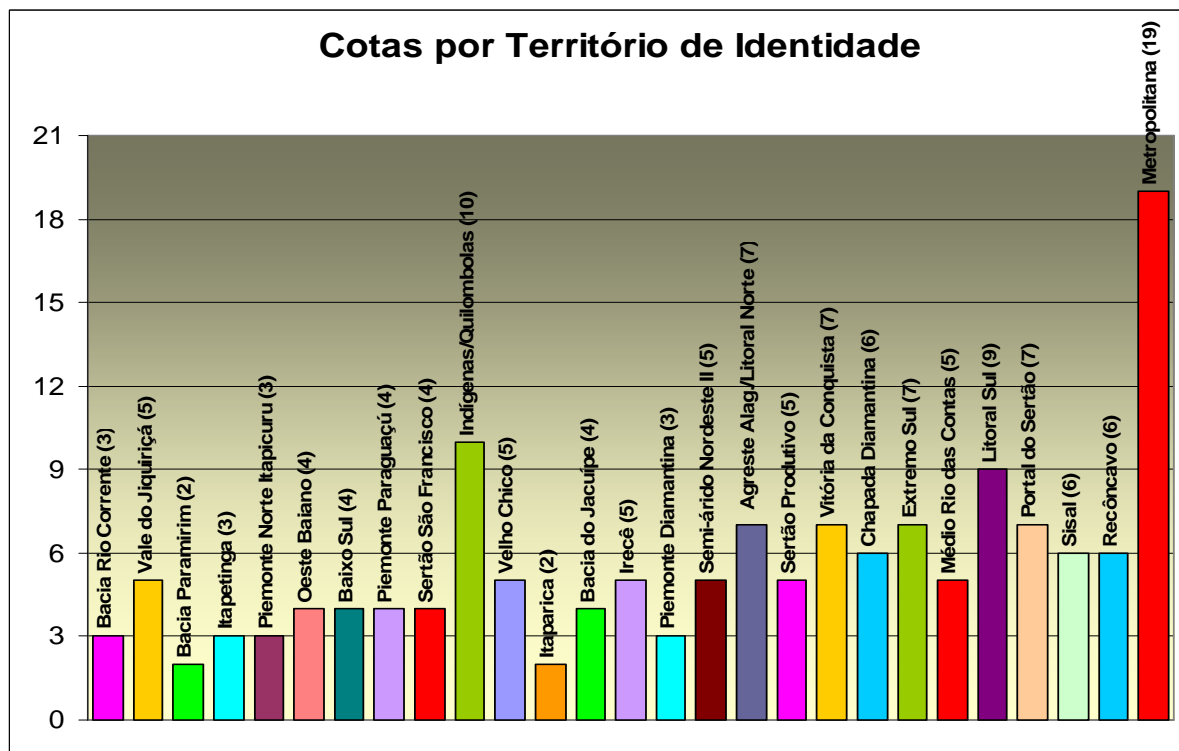


Gráfico 10 – Distribuição das cotas de Pontos de Cultura por Território de Identidade

Fonte: Superintendência de Cultura/Secretaria de Cultura da Bahia.

Para que instituições de todos os territórios de identidade pudessem participar do processo seletivo, a Secretaria investiu na divulgação do Edital através de vários meios de comunicação. Foi transmitida via Embratel, no dia 14 de maio de 2008, a teleconferência *Oficina de Capacitação: Edital Ponto de Cultura*, que teve como público alvo moradores do interior do Estado, tendo em vista que muitas residências possuíam antena parabólica, além da presença desse equipamento nas escolas públicas estaduais. Em seguida, no dia 27 de maio, foi realizada uma videoconferência, transmitida por meio da rede do Instituto Anísio Teixeira com objetivo de atingir moradores da Região Metropolitana de Salvador. Essas duas atividades possibilitaram que pessoas de vários municípios do Estado pudessem conhecer o

⁹⁵ A indicação da quantidade de Pontos de Cultura por território de identidade foi feita através da ponderação de número de habitantes e número de municípios. Vale destacar que esse cálculo levou em conta cento e quarenta vagas, já que as dez restantes estavam direcionadas a comunidades indígenas e quilombolas.

⁹⁶ A identificação dos municípios onde as ações dos projetos seriam realizadas foi possível devido a um campo específico para essa questão que integrava o formulário de inscrição do Edital.

edital sem necessidade de se deslocarem até a capital ou de ter contato presencial com funcionários da Secult. Além das transmissões, foram realizadas também oficinas presenciais em 15 municípios com a participação de 471 ouvintes (Quadro 17).

Município	Território de Identidade	Data da oficina	Nº de Participantes
1. Vitória da Conquista	Vitória da Conquista	27 de março	82
2. Irará	Portal do Sertão	18 de abril	20
3. Taperoá	Baixo Sul	30 de abril	13
4. Pintadas	Bacia do Jacuípe	11 de maio	21
5. São Francisco do Conde	Recôncavo	21 de maio	39
6. Euclides da Cunha	Semi-Árido Nordeste II	23 de maio	54
7. Ilhéus	Litoral Sul	23 de maio	22
8. Paulo Afonso	Itaparica	24 de maio	21
9. Porto Seguro	Extremo Sul	24 de maio	34
10. Seabra	Chapada Diamantina	28 de maio	21
11. Morro do Chapéu	Chapada Diamantina	29 de maio	22
12. Jacobina	Piemonte da Diamantina	29 de maio	20
13. Camaçari	Região Metropolitana de Salvador	06 de junho	27
14. Salvador/ Nordeste de Amaralina	Região Metropolitana de Salvador	10 de junho	13
15. Antas	Semi-Árido Nordeste II	19 de junho	52
Total de participantes			461

Quadro 17 – Oficinas de elaboração de projetos para o Edital Pontos de Cultura da Bahia

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Superintendência de Cultura/ Secretaria de Cultura da Bahia.

A divulgação contou ainda com publicações distribuídas nos 417 municípios (Caderno 3, Caderno Especial do Diário Oficial do Estado – que circula em todos os municípios da Bahia, cartaz e folheto), veículos de comunicação de massa (duas campanhas em rádio - interior e capital, em TV - TVE, TV Bahia e TV Aratu –, jornal impresso e mídia espontânea – rádio, tv e jornal), e mídia eletrônica (site da Secretaria de Cultura (www.cultura.ba.gov.br/pontosdecultura), site do Ministério da Cultura www.cultura.gov.br, e mailing).

As inscrições para o edital ficaram abertas no período de 26 de março a 30 de junho de 2008 e teve 394 projetos inscritos, de 180 municípios, dos 26 territórios de identidade, conforme gráfico a seguir.

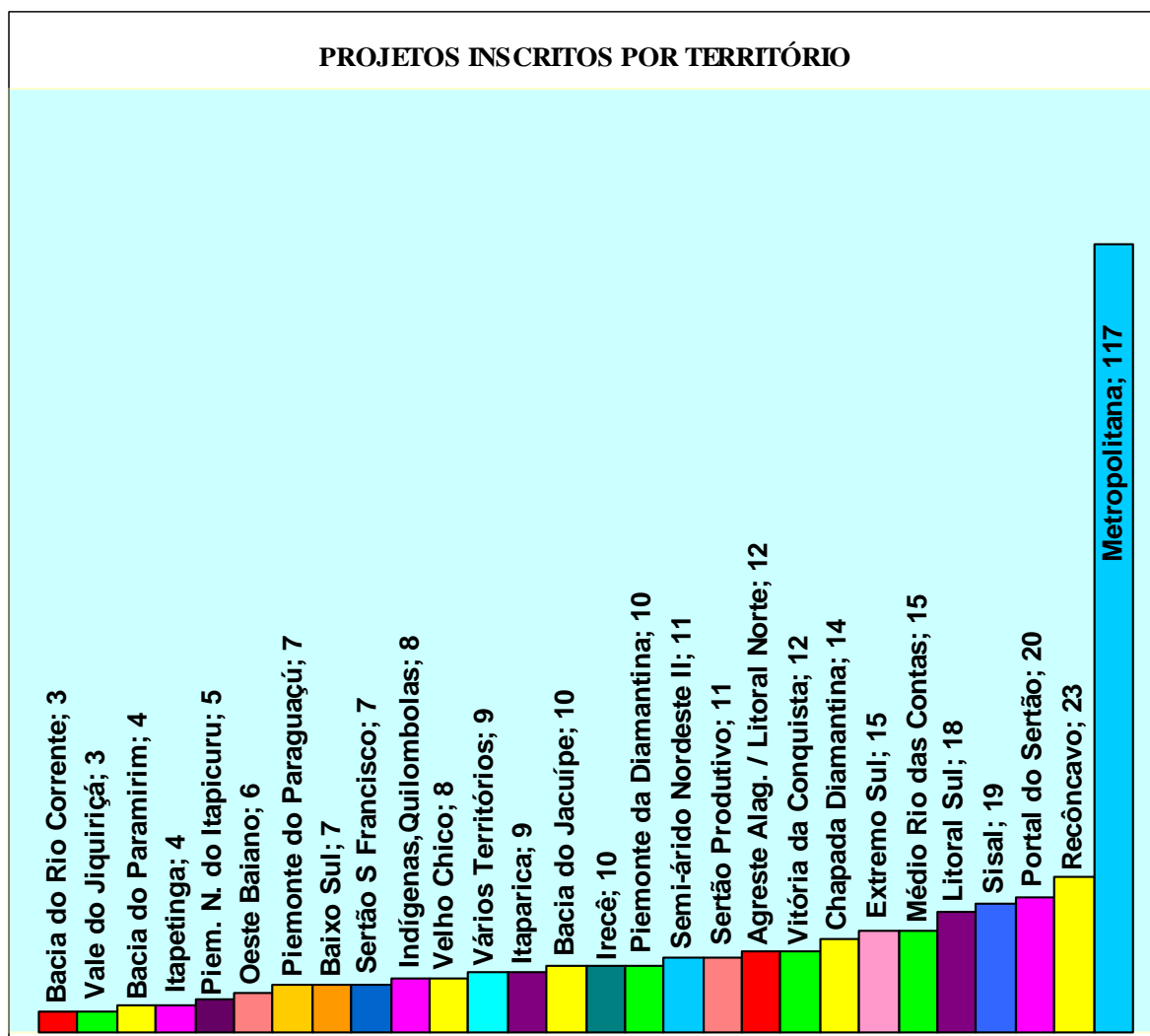


Gráfico 11 – Distribuição territorial dos Projetos inscritos no Edital

Fonte: Adaptado pela autora a partir de gráficos da Superintendência de Cultura/ Secretaria de Cultura da Bahia.

O processo seletivo aconteceu em três etapas⁹⁷. A primeira foi a de análise documental, que consistiu na verificação de documentos/formulários e conferência de pendência da instituição junto à administração pública estadual. Nessa fase, dos 394 inscritos, 310 foram considerados habilitados e passaram para a fase seguinte (Gráfico 12).

⁹⁷ Essa dinâmica já estava prevista no convênio que deu origem ao Edital.

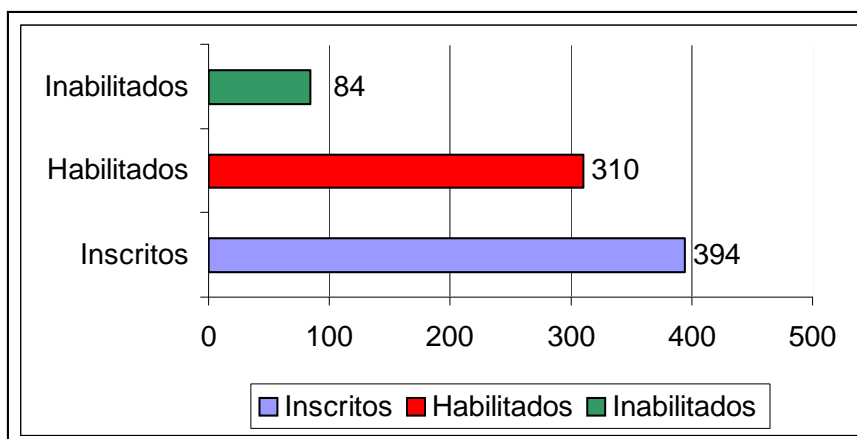


Gráfico 12 - Panorama numérico das três etapas seletivas do Edital

Fonte: Superintendência de Cultura/ Secretaria de Cultura da Bahia.

Na análise técnica, segunda etapa, os projetos inscritos foram distribuídos entre 28 pareceristas (funcionários da Secult e profissionais contratados) que compuseram sete comissões divididas por áreas temáticas, inspiradas na mesma divisão da II Conferência Estadual de Cultura (Quadro 18). Cada comissão foi composta por um coordenador do órgão vinculado à Secult e por pareceristas⁹⁸ (essas comissões também foram acompanhadas por representantes da Sudecult e do MinC⁹⁹). A distribuição dos 310 projetos pelas áreas temáticas pode ser observada no Gráfico 13.

⁹⁸ Coordenadores: Ângela de Andrade, Hirton Fernandes, Jorge Lavigne, Jussara Nascimento, Lúcia Matos, Mário Sartorello e Ney Wendel. Membros da Secult: Ana Cláudia Ornelas, Ana Elizabeth Brandão, Denize de Lucena, Gilberto Gil Santiago, Lúcia Carvalho, Maria Cristina dos Santos, Paulo Henrique de Almeida e Vanda Machado. Membros Especialistas Externos: Ana Rita Ferraz, André Luiz Oliveira, Angela Luhning, Célida Mendonça, Cilene Canda, Edna Diniz, Iuri Rubim, Isabel Cristina Reis, Leonardo Costa, Meran Vargens, Roberto Rabelo, Sáula Chequer e Sérgio Guedes.

⁹⁹ Oswaldo Henrique Farias, então representante da região Norte-Nordeste.

Áreas temáticas	Órgão responsável
Pensamento, Memória e Leitura	Fundação Pedro Calmon
Culturas Populares e Culturas Indígenas	Assessoria de Culturas Populares
Patrimônio Material e Grupos Étnicos-Culturais	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultura
Audiovisual, Radiodifusão e Culturas Digitais	Instituto de Radiodifusão da Bahia
Expressões Artísticas	Fundação Cultural do Estado da Bahia
Gestão e Formação Artística	Fundação Cultural do Estado da Bahia
Gestão, Formação, Economia da Cultura e Ações Transversais	Superintendência de Cultura e Superintendência de Promoção à Cultura

Quadro 18 – Comissões de análise técnica

Fonte: Elaboração própria a partir de informações do Edital Pontos de Cultura da Bahia/Secult.

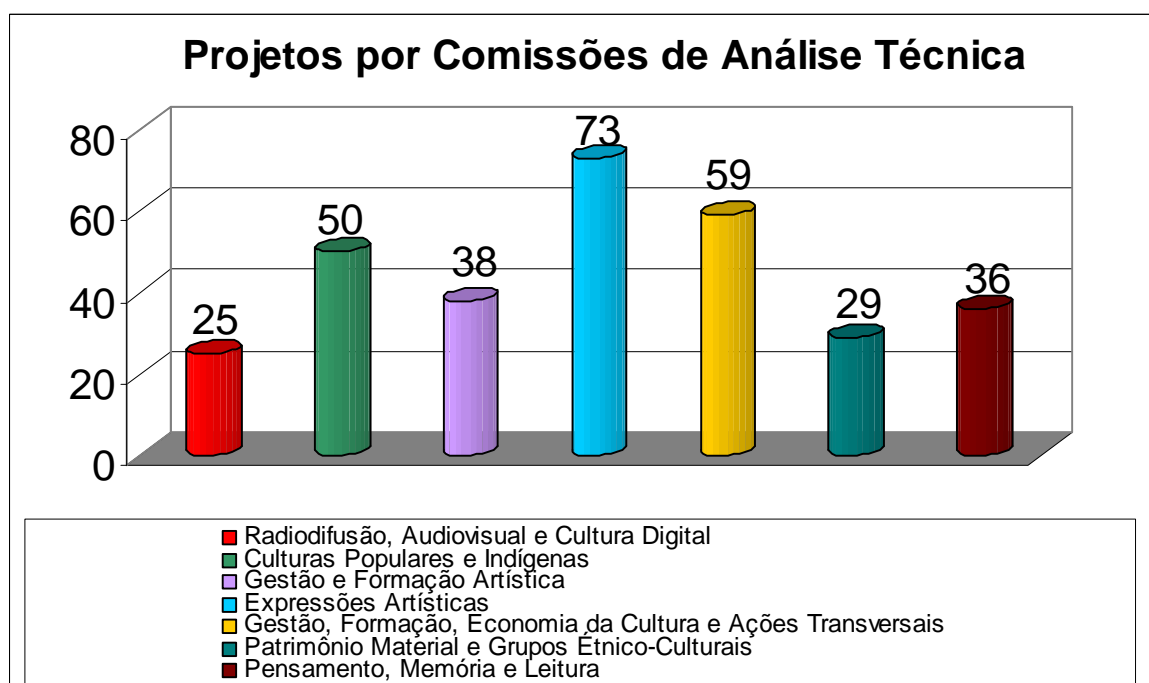


Gráfico 13 – Distribuição temática dos projetos encaminhados para análise técnica

Fonte: Superintendência de Cultura/ Secretaria de Cultura da Bahia.

Na etapa de análise técnica, os pareceristas concederam nota de 0 a 100 por projeto, seguindo critério estabelecido em Edital (Anexo B). Dos 310 projetos habilitados, 252 foram classificados, ou seja, receberam pontuação mínima de 50 pontos. A distribuição territorial nessa segunda etapa forneceu o seguinte gráfico:

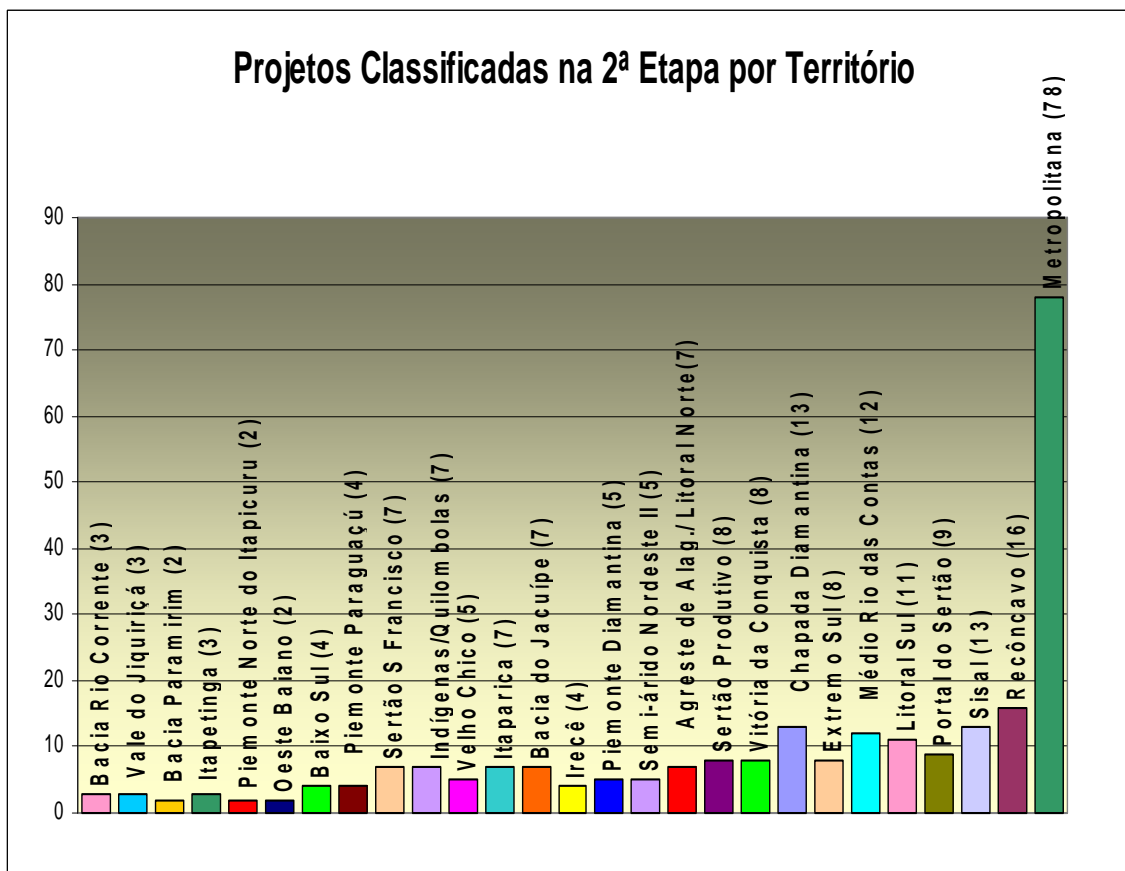


Gráfico 14 – Distribuição territorial dos projetos classificados no Edital
 Fonte: Superintendência de Cultura/ Secretaria de Cultura da Bahia.

Os projetos classificados passaram para a terceira e última etapa – análise de mérito – onde 150 foram selecionados, respeitando a pontuação de cada projeto e as cotas territoriais. A comissão de análise de mérito foi composta por representantes do Ministério da Cultura (Paulo Brum Ferreira e Tarciana Gomes Portela), da Secult (Márcio Meirelles e Ângela Andrade) e da sociedade civil (Luiz Marfuz e Paulo Costa Lima).

Vale destacar que, em alguns territórios de identidade, não foi possível preencher a sua cota prevista no Edital. Neste caso, a vaga foi preenchida por outro projeto classificado de qualquer território, seguindo a ordem de pontuação.¹⁰⁰ No quadro seguinte, é possível comparar o preenchimento das cotas por cada território, destacando a diferença entre a quantidade de Pontos previstos no Edital e aqueles que foram conveniados, e no Gráfico 15, a distribuição final desses projetos.

¹⁰⁰ Um dos motivos para essa desclassificação foi a não apresentação dos seguintes documentos: Certidão de Quitação de Tributos Municipais, Certidão de Quitação de Tributos Estaduais, Certidão Conjunta de Quitação de Tributos Federais e Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos INSS, Certidão Negativa de Débitos FGTS e comprovante de abertura de Conta Corrente exclusiva para o projeto.

Territórios de Identidade	Cota	Pontos Conveniados	Diferença
Metropolitana	19	28	9
Indígenas / Quilombolas	10	6	-4
Litoral Sul	9	9	
Agreste Alagoinhas/Litoral Norte	7	5	-2
Extremo Sul	7	7	
Portal do Sertão	7	7	
Vitória da Conquista	7	6	-1
Chapada Diamantina	6	10	4
Recôncavo	6	7	1
Sisal	6	8	2
Irecê	5	3	-2
Médio Rio das Contas	5	5	
Semi-árido Nordeste II	5	5	
Sertão Produtivo	5	5	
Vale do Jiquiriçá	5	3	-2
Velho Chico	5	5	
Bacia do Jacuípe	4	4	
Baixo Sul	4	3	-1
Oeste Baiano	4	2	-2
Piemonte Paraguaçu	4	3	-1
Sertão do São Francisco	4	5	1
Bacia do Rio Corrente	3	3	
Itapetinga	3	2	-1
Piemonte Norte do Itapicuru	3	2	-1
Piemonte Diamantina	3	3	
Bacia do Paramirim	2	2	
Itaparica	2	2	
Total	150	150	

Quadro 19 – Comparativo entre a cota prevista e as vagas preenchidas após a seleção dos projetos
 Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Superintendência de Cultura/ Secretaria de Cultura da Bahia.

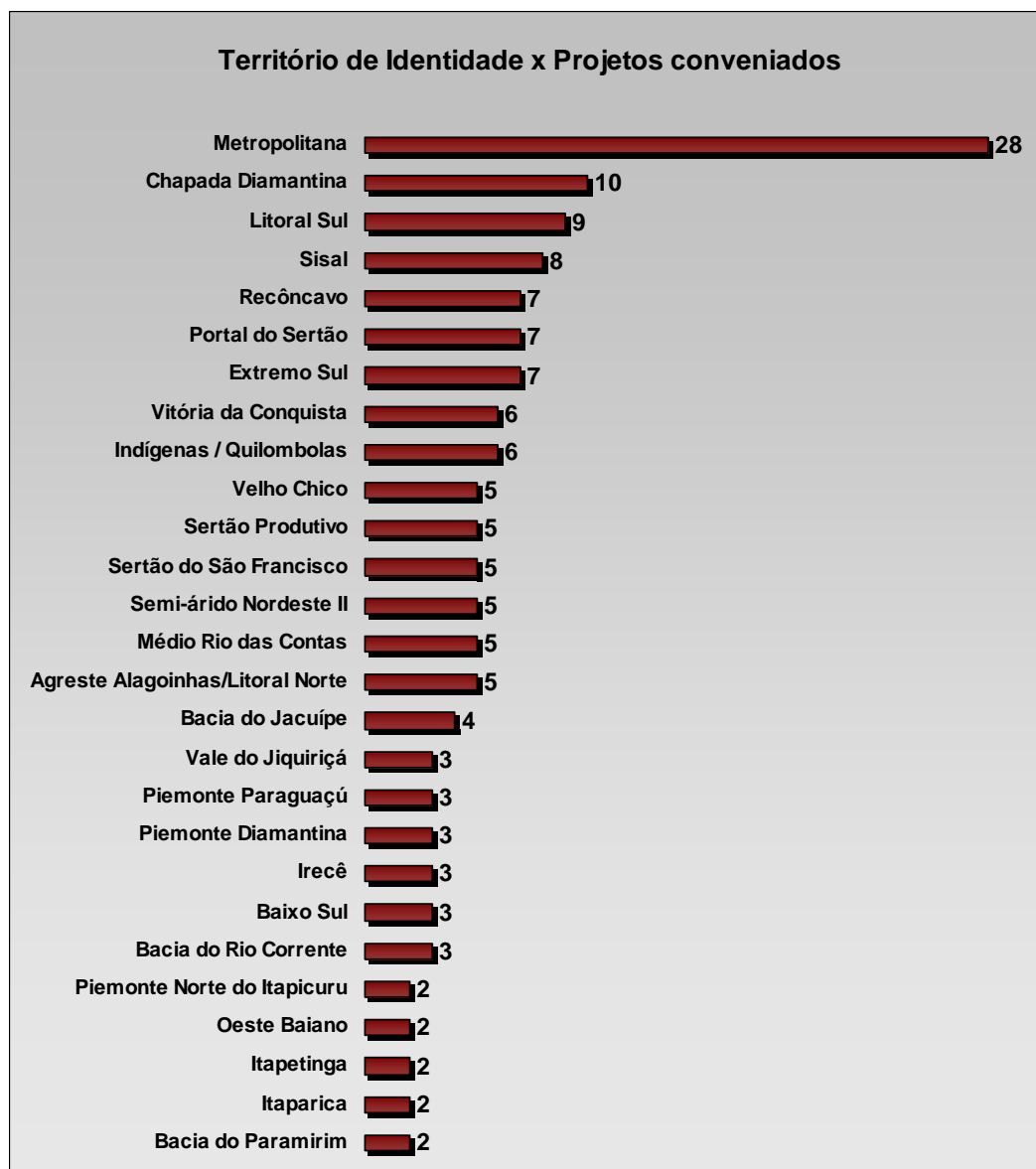


Gráfico 15 – Distribuição territorial dos projetos selecionados

Fonte: Adaptado pela autora a partir de gráfico da Superintendência de Cultura/Secretaria de Cultura da Bahia.

Para finalizar a descrição do Edital e seus desdobramentos mais imediatos, vale informar que, após a seleção dos 150 Pontos de Cultura, a Secult organizou uma oficina de revisão de Plano de Trabalho¹⁰¹ e de planilha orçamentária para reajustá-los antes da publicação dos convênios. A programação da oficina apresentou: panorama da política cultural do estado; conceitos do Programa Cultura Viva, do Projeto Ponto de Cultura e do Programa Mais Cultura; Ação Cultura Digital, destacando a importância do uso do software livre e da aquisição do kit multimídia; e dedicou especial atenção aos requisitos que

¹⁰¹ Realizada no Conselho Estadual de Cultura, em Salvador, durante os meses de outubro e novembro. As oficinas foram realizadas ao longo de dois dias e para atender ao número de projetos selecionados, foram necessários dois meses de encontros.

integravam os convênios, a exemplo dos cuidados em utilizar verba pública. O objetivo da oficina era apresentar o ambiente onde as instituições passariam a conviver durante os três anos e diminuir alguns equívocos que constavam nos projetos, a exemplo da previsão de custeio de despesas administrativas e ausência da previsão do recolhimento do INSS. Junto às cópias dos convênios, foi entregue um CD contendo as logomarcas do projeto e um guia de prestação de contas, e um DVD com programas em software livre, fruto da parceria entre as secretarias estaduais de Cultura e de Ciência, Tecnologia e Inovação.

4.3 A gestão do projeto na Secretaria de Cultura

A gestão dos projetos conveniados pelo Estado coube à Superintendência de Cultura, especificamente, à Diretoria de Integração Regional, que contemplava a Coordenação dos Pontos de Cultura. A esta Coordenação coube, em parceria com outros setores da Sudecult e da Secult, a elaboração do Edital, sua divulgação e seu processo de seleção e os procedimentos para realizar o conveniamento com as cento e cinquenta instituições selecionadas. Após a fase de conveniamento, a Coordenação dos Pontos deveria ser responsável pela promoção de cursos e oficinas de capacitações; organização de encontros entre os Pontos de Cultura; implantação do sistema de informação e acompanhamento dos Pontos (que seria fornecido pelo MinC); disponibilização de dados sobre os projetos para serem inseridos no site da Secult; e o acompanhamento e avaliação dos Pontos de Cultura.

O modelo de acompanhamento, inicialmente, foi previsto no Edital da seguinte maneira:

- a) A Superintendência de Cultura e a Diretoria Geral da Secretaria de Cultura supervisionarão as questões administrativas;
- b) As entidades vinculadas competentes da Secretaria de Cultura, a saber, Fundação Cultural do Estado da Bahia, Fundação Pedro Calmon, Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia e Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural, acompanharão o desenvolvimento das atividades fins;
- c) Os representantes da Secretaria de Cultura e do Ministério da Cultura, através da Secretaria de Programas e Projetos Culturais e de órgãos de controle do Ministério ficarão responsáveis pelas visitas técnicas e auditorias a qualquer tempo.

Eram questões administrativas os assuntos relacionados à execução do convênio assinado entre o Estado e as instituições selecionadas no Edital. A Sudecult e a Diretoria Geral (DG) seriam responsáveis, portanto, pelo suporte necessário para consecução dos objetivos previstos no convênio por parte dos Pontos de Cultura garantindo, ao mesmo tempo, o cumprimento dos assuntos relacionados à estadualização do Programa Cultura Viva. Uma das obrigações desses setores era cuidar do repasse financeiro aos Pontos de Cultura no valor

de 180 mil reais ao longo de 36 meses, que teve, inicialmente, o seguinte desenho:

- a) 02 (duas) parcelas no exercício 2008 / 2009, no valor total de R\$60.000,00 (sessenta mil), sendo R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil) para despesas de capital e R\$35.000,00 (trinta e cinco mil) para custeio;
- b) 02 (duas) parcelas no exercício 2009 / 2010, no valor total de R\$60.000,00 (sessenta mil), sendo R\$15.000,00 (quinze mil) para despesas de capital e R\$45.000,00 (quarenta e cinco mil) para custeio;
- c) 02 (duas) parcelas no exercício 2010 / 2011, no valor total de R\$60.000,00 (sessenta mil), sendo R\$15.000,00 (quinze mil) para despesas de capital e R\$45.000,00 (quarenta e cinco mil) para custeio.

As despesas do tipo capital previstas no repasse financeiro foram dirigidas, prioritariamente, para aquisição de equipamentos digitais que compuseram o kit multimídia. No início do Projeto Ponto de Cultura, o kit era entregue diretamente pelo Ministério. A partir do segundo edital, os Pontos passaram a adquirir os equipamentos, o que os obrigou a realizar licitação. Essa obrigação que os Pontos de Cultura conveniados com o MinC possuíam, não foi estendida àqueles conveniados com o Estado da Bahia. Por meio do Parecer PGE-SECULT-Z-396/2008, assinado pela Procuradora Geral do Estado da Bahia, Alzemerri Martins Ribeiro de Britto, foi garantido a dispensa da licitação, prevendo em seu lugar, a cotação de preços:

O Assessor Jurídico do MinC menciona em seu opinativo que a aplicabilidade da Normativa Federal, em relação ao convênio objeto da transferência de recursos da União ao Estado, atrairia a incidência da obrigatoriedade de licitação para as entidades que vierem a se tornar Pontos de Cultura. Deixando aqui de lado os argumentos da absoluta maioria da doutrina administrativista brasileira, a inaplicabilidade prática de tal exigência para grande parte dos convenientes em todas as áreas de fomento estatal, além própria contradição da União Federal ao admitir, em grande parte dos seus ajustes, que apenas sejam obedecidos os princípios constitucionais sem a necessidade de fazer uso do processo licitatório enquanto tal, tenho a afirmar que, no caso em tela, a exigência em apreço ter-se-ia por afastada se tão somente se previsse a possibilidade da aplicação da legislação estadual na relação Estado-Ponto de Cultura. (...) Se havidos por insubsistentes os argumentos ora colacionados, resta a alternativa mais simples a ambos os entes federados, em prol da eficiência e da legalidade, que é, aditivando o convênio originário, prever-se sua alteração para aplicar-se a Lei Estadual n. 9433/2005 (art. 170/183) nas relações dele derivadas, o que porá fim à controvérsia e permitirá à entidade conveniente que, para aplicar os princípios jurídico-administrativos, realiza apenas cotação de preços.

A decisão da PGE Bahia refletiu tanto para os Pontos, isentos de prover a licitação, como para a Secretaria de Cultura, que teria que acompanhar/fiscalizar o processo licitatório. Avanço que pode ser identificado como o reflexo de uma tensão provocada pela aplicação da legislação federal no âmbito da cultura, como relatou a pesquisa do Ipea (2010) sobre o Cultura Viva: “Embora a segurança jurídica seja indispensável como valor e meta, ela deve também se ajustar às heterogêneas capacidades e necessidades dos grupos, sob pena de ter como consequência resultados contrários aos desejados.” (p. 16-17).

Outra diferença no convênio entre MinC-Pontos de Cultura e Secult-Pontos de Cultura

diz respeito à quantidade e periodicidade no repasse da verba. No início do Projeto, o Ministério da Cultura transferia o recurso em cinco parcelas, o que implicava na interrupção dos projetos tendo em vista que a verificação da prestação de contas e do cumprimento do objeto do convênio demoravam um certo tempo, interrupção que não era prevista nos planos de trabalho dos Pontos de Cultura e que terminava por prejudicar a dinâmica das atividades. Segundo a pesquisa do Ipea (2010), o atraso no repasse das verbas foi apontado pelos Pontos de Cultura como umas das questões mais críticas do Programa.

Os maiores problemas apontados se referem à questão dos repasses de recursos, que sofrem descontinuidades e atrasos frequentes por razões diversas, entre as quais contingenciamentos, condicionamento a complicada prestação de contas, e mudanças constantes das regras que definem quais gastos podem ser realizados. (p. 37).

Ainda de acordo com essa pesquisa, os atrasos nas atividades desenvolvidas pelos Pontos de Cultura tiveram como consequências: impossibilidade de iniciar as atividades, evasão do público, perda de educadores e dificuldades de realizar pagamentos e produzir eventos (Ibid., p. 101). Para diminuir esse desgaste, o MinC passou a transferir a verba anualmente para os Pontos.

Tal procedimento não foi adotado, a princípio, pela Secult sob o argumento de que o acompanhamento processual do repasse financeiro poderia promover maior controle da aplicação da verba pública, fomentar a orientação sobre prestação de contas e fazer eventuais correções ao longo da execução dos projetos. Se, por um lado, existiu essa intenção por parte da Secult, por outro lado foram observados atrasos na verificação das contas e na liberação das parcelas. Os atrasos foram motivados por vários fatores, dentre eles a inobservância por parte dos Pontos de Cultura em cumprir alguns critérios legais no gasto do dinheiro público e à reduzida equipe de trabalho da Sudecult e da DG, responsáveis por avaliar a prestação de contas (que envolvia conferência de notas-fiscais, recibos, relatórios, contratos etc) e realizar diligências para sanar equívocos. Diante do grande volume de documentos e processos de prestação de contas (projeção de 900 processos ao longo de três anos), e objetivando prover exequibilidade da gestão dos convênios, a Secretaria alterou a forma de liberação dos recursos financeiros. Por meio de Termo Aditivo, aprovado pela PGE em julho de 2010¹⁰², os Pontos de Cultura passaram a receber a verba anualmente em parcela única.

O acompanhamento dos projetos, porém, não se reduzia à prestação de contas. Portanto, mesmo havendo uma redução da quantidade desses processos, a equipe que integrava a Coordenação da Sudecult continuou com grande demanda de trabalho, tanto que,

¹⁰² Parecer-PGE-PA-SEPROMI-CCS 225/2010, assinado pela procuradora Célia Costa dos Santos, em 19 de julho de 2010.

diante do quadro reduzido de funcionários, constantemente eram contratadas pessoas para apoiarem o setor. De acordo com a então coordenadora Renata Camarotti (Apêndice D):

Atualmente, o atendimento contínuo oferecido pela equipe da Coordenação dos Pontos de Cultura, na sede da Superintendência de Cultura, é realizado por três técnicos e três estagiários. Além destes profissionais, ocorre a contratação de prestadores de serviço para atividades específicas, a exemplo de pareceristas técnicos, profissionais para apoio na área de prestação de contas e outras ações [...]. (2010).

Quanto ao acompanhamento das atividades fins dos Pontos de Cultura, no Edital estava previsto que esse deveria ser feito por meio das entidades vinculadas da Secult, que contribuiriam para qualificar as atividades propostas pelos Pontos. Assim, os Projetos que trabalhassem com expressões artísticas, seriam acompanhados pela Funceb; os que desenvolvessem atividades com rádio, pelo Irdeb; os que atuassem com patrimônio imaterial ou material, pelo Ipac etc. Porém, ao contrário do previsto, essas entidades vinculadas não acompanharam os Projetos nas suas atividades finalísticas. Isso acabou sendo realizado, em parte, pelos representantes territoriais. De acordo com Saliha Rachid (Apêndice C), representante no território Região Metropolitana de Salvador:

A minha função é visitar, pelo menos uma vez ao ano, os pontos de cultura dos municípios que represento (Camaçari, Dias D'Ávila, Candeias, Lauro de Freitas, Simões Filho e Salvador – nessa cidade a representação é dividida com Renata Reis). A visita é fiscalizadora, pois visa confirmar se o ponto está realizando as atividades de acordo com o cronograma e orçamento apresentado a SECULT. Mas também é formativa, uma vez que esclareço dúvidas acerca dos procedimentos da SECULT, divulgo editais que os pontos podem participar, conversamos sobre gestão de projetos, possibilidades de parcerias para a sustentabilidade das ações, etc. (2010).

Na opinião de Rachid, a maior dificuldade dos Projetos estava relacionada com a gestão e prestação de contas, o que, porém, não os desestimulava e nem retirava a importância dada ao Projeto Ponto de Cultura.

Vale ressaltar que as visitas realizadas pelos representantes territoriais eram seguidas de um relatório encaminhado para a Coordenação dos Pontos de Cultura. De acordo com Renata Camarotti (Apêndice D):

O acompanhamento também tem ocorrido através da realização de visitas às entidades proponentes pelos Representantes Territoriais de Cultura, iniciadas no ano de 2009. Para isso foram realizadas visitas introdutórias com o preenchimento de um formulário padrão, onde constam: informações sobre contexto político, social e econômico em que está inserido o Ponto de Cultura; as instalações físicas; equipamentos; recursos humanos; atividades desenvolvidas; ações de cultura digital realizadas; público-alvo; sustentabilidade; inserção em políticas públicas e participação em redes. (2010).

A primeira visita dos representantes foi para a entrega de uma placa de identificação com a marca do Projeto (produzida pela Secult) para ser exposta na sede ou no local de

realização do projeto, prevendo, assim, a divulgação da existência do Ponto de Cultura para a comunidade local.

A presença dos representantes territoriais nos municípios pode ser avaliada como relevante para a articulação do poder público com os Pontos, assunto que foi apontado na pesquisa do Ipea (2010) como um dos gargalos do Programa Cultura Viva.

As maiores dificuldades apontadas pelos gestores de pontos foram os atrasos de repasses e a ausência de recursos humanos e materiais. Também foram incluídas as dificuldades de comunicação com o Ministério da Cultura, as quais geraram problemas para o esclarecimento das regras e critérios de aplicação de recursos. Outra questão foi a distância do MinC em relação a necessidades concretas de capacitação, esclarecimento de dúvidas, indefinições de procedimentos e critérios, etc. (p. 99).

Certamente, a presença de funcionários da Secult nos territórios de identidade diminuiu alguns dos problemas citados acima, contudo, essa ação não conseguiu substituir a idealizada inicialmente no Edital. Parte das críticas feitas ao Cultura Viva está justamente na qualidade do conteúdo trabalhado nos Pontos. Na opinião do ex-secretário da Cidadania Cultural – TT Catalão (Apêndice A) – os Pontos de Cultura precisavam ser desenvolvidos mais nesse sentido: “O Programa precisa se afirmar também esteticamente, não é só juridicamente, com marco-regulatório.” (2010).

A Sudecult também apresentou tal preocupação. Segundo Camarotti (Apêndice D), havia perspectiva de desenvolver

[...] ações de formação que ultrapassem a temática da gestão, e enfatizem outros aspectos cruciais para o desenvolvimento do Programa, a exemplo de formações avançadas em cultura digital e em linguagens artísticas, que busquem estimular a integração da Rede de Pontos de Cultura da Bahia a outras redes existentes. [...] Entretanto, a implementação de ações mais estruturantes e qualitativas tem sido dificultada pelo pequeno quadro de funcionários existentes na Superintendência de Cultura e pela necessidade de responder prioritariamente à situação dos Pontos no que se refere à prestação de contas, o que tem deixado a implantação de ações de formação em segundo plano. (2010).

Se a Sudecult não pôde investir, até o final de 2010, na qualificação das atividades desenvolvidas nos projetos, houve um esforço em preparar os Pontos de Cultura no aspecto mais formal, daí a realização de cursos para elaboração de projetos e oficinas para revisão dos Planos de Trabalho.

Além disso, em abril de 2009, a Secult ofereceu suporte para que o Pontão de Cultura Comunidade Santo Antônio, de Minas Gerais, viabilizasse, em Salvador, o curso de Formação em Gestão Cultural¹⁰³, que contou com a participação de sessenta representantes de Pontos de

¹⁰³ O curso incluiu ações formativas presenciais e processos complementares de educação à distância. O conteúdo presencial do curso incluiu “Gestão Cultural e Planejamento Estratégico”, ministrado por Maria Helena Cunha, “Economia da Cultura: oferta, distribuição, fruição, monitoramento e avaliação”, sob responsabilidade de

Cultura da Bahia, conveniados com o MinC ou Secult. A qualificação dos gestores dos projetos integrava o planejamento da Coordenação dos Pontos de Cultura, conforme relato de Camarotti (Apêndice D).

Outra ação formativa proposta pela Sudecult, em parceria com a Assessoria de Cultura Digital da Secult, foi a realização de oficinas dirigidas para fomento da Ação Cultura Digital. Houve um planejamento programático¹⁰⁴ apresentado aos Pontos de Cultura que incluía as etapas descritas no quadro a seguir.

Etapas	Conteúdo
1 ^a .	Mapeamento das tendências, talentos, campos de atuação de cada Ponto de Cultura para configurar blocos temáticos e mapear lideranças/professores para replicar os cursos.
2 ^a .	Eleição de tecnologias em bloco para cada tendência (produção musical, documentação, radiodifusão, etc), escolha de softwares livres aplicáveis para cada uma delas e implemento de cursos de produção em conteúdos eletrônicos-digitais.
3 ^a .	Aplicação dos conteúdos através de workshops e seminários padrões; produção e distribuição de CD/DVD com softwares livres – a serem livremente copiados; criação de redes de comunicação (lista de discussão e fóruns) com a participação dos articuladores dos Pontos de Cultura.
4 ^a .	Realização do curso básico, com carga horária de 21 horas, com os conteúdos: “Introdução ao uso do kit de multimídia (tecnologias)”, “Cultura digital (cultura em rede, moodle, soft livre, e-governo, uso da internet)” e “Ferramentas de escritório (texto, planilha e apresentação em slide)”.
5 ^a .	Realização do curso avançado, com carga horária de 30 horas, contemplando: “Produção de áudio para podcast e documentação sonora”, “Produção e tratamento de imagem estática”, “Produção de vídeo” e “Produção de Blog”.

Quadro 20 – Planejamento da Secult para Ação Cultura Digital na Bahia

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Secult

A execução do planejamento teve início com a produção do DVD “Este você pode copiar” (Ilustração 8), contendo uma série de programas em software livre com o objetivo de estimular e divulgar o seu uso e a sua reprodução.

Ana Carla Fonseca e “Gestão Jurídico - Financeira e Prestação de Contas”, organizada por Otávio Túlio Pedersoli Rocha. Na plataforma do ensino à distância foram tratados conteúdos, tais como “Redes Sociais e Comunicação”, “Economia Solidária e Sustentabilidade” e “Política Cultural”.

¹⁰⁴ Elaborado por Cláudio Manoel Duarte, então assessor de Cultura Digital da Secult.



Ilustração 8 – DVD produzido pela Secti e Secult
Fonte: Secult/Secti

A produção desse DVD foi resultado da parceria entre as secretarias de Cultura e de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti), responsável pelo Programa de Inclusão Sócio-Digital do Estado da Bahia. A formalização da parceria foi realizada por meio da assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica, em 2009, que tinha o objetivo de: “Implantar projeto de capacitação em softwares livres, propiciando a interação entre os Centros Digitais de Cidadania e os Pontos de Cultura da Bahia, estruturando e convertendo esses Centros/Pontos para atuarem como pólos irradiadores de inclusão sócio-digital”¹⁰⁵. Para iniciar essa parceria foi feita uma capacitação em abril de 2009, em Lauro de Freitas, com 20 monitores dos CDCs de diversos municípios, que deveriam replicar o conteúdo apreendido para os Pontos de Cultura, tanto da Secult, quanto do MinC, distribuídos nos territórios de identidade, de acordo com disposição descrita no quadro a seguir¹⁰⁶.

¹⁰⁵ Os CDCs eram espaços que possibilitavam o acesso da população às tecnologias da informação e da comunicação utilizando exclusivamente softwares livres. Até agosto de 2010 havia mais de mil Centros instalados no Estado. Esses Centros podiam funcionar em escolas, centros comunitários, igrejas etc. Havia Pontos de Cultura que também eram CDCs, a exemplo do Ponto de Cultura Clube de Mães Guerreiras da Luz, de Juazeiro.

¹⁰⁶ Os Territórios com poucos Pontos de Cultura foram integrados a outros.

Território de Identidade	Município de realização do curso	Quantidade de Pontos de Cultura
Litoral Sul	Ilhéus	22
Extremo Sul		
Sertão Produtivo	Brumado	15
Bacia do Paramirim		
Vitória da Conquista		
Bacia do Rio Corrente	Serra Dourada	6
Oeste Baiano		
Chapada Diamantina	Wagner	14
Velho Chico	Bom Jesus da Lapa	7
Baixo Sul	Cairu	13
Médio Rio das Contas		
Vale do Jiquiriçá		
Itapetinga		
Bacia do Jacuípe	Baixa Grande	9
Piemonte do Paraguaçu		
Recôncavo	Santo Antônio de Jesus	11
Portal do Sertão	Feira de Santana	9
Metropolitana I	Lauro de Freitas	12
Metropolitana II	Salvador	19
Piemonte da Diamantina	Capim Grosso	6
Piemonte Norte do Itapicuru		
Sisal	Valente	12
Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte	Mata de São João	5
Irecê	Irecê	7
Semiárido Nordeste II	Ribeira do Pombal	8
Itaparica		
Sertão do São Francisco	Juazeiro	5

Quadro 21 - Distribuição das turmas para curso em Cultura Digital

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Coordenação Pontos de Cultura/ Sudecult.

A indicação dos municípios e dos CDCs foi feita pela Secti, enquanto que a Secult organizou as turmas de Pontos de Cultura de acordo com a sua proximidade territorial e divulgou as datas e os locais dos cursos. Os conteúdos trabalhados no curso dirigido aos monitores dos CDCs foram: Conceitos da Cultura Digital (cultura em rede, software livre, e-governo, uso da internet e pós-mídias); Ferramentas de escritório (texto, planilha e apresentação em slide); Introdução ao uso do kit de multimídia (tecnologias); Produção e tratamento de imagem estática (Gimp e Flickr); Produção de blog (Wordpress). O curso, que

agregou conteúdos do módulo básico e do avançado do programa para a Ação Cultura Digital, foi ministrado por funcionários da Secti e da Secult e contou com a presença de Ricardo Ruiz, representante da Casa Brasil. Após o treinamento, com duração de quatro dias, os monitores dos CDCs retornaram aos municípios de origem e, nos meses de junho e julho do mesmo ano, iniciou-se a multiplicação dos cursos com os Pontos de Cultura. De acordo com os relatórios dos monitores, os representantes dos Pontos de Cultura que participaram das oficinas, ressaltaram a importância do aprendizado das ferramentas flicker, gimp e, especialmente, da elaboração de blogs e, por outro lado, relataram problemas em instalar, configurar e utilizar o software livre.

A dificuldade relatada pelos Pontos que participaram da capacitação revelou uma impressão nacional. Segundo a pesquisa do Ipea (2010): “Nas visitas, a ação [Cultura Digital] foi reportada frequentemente como muito importante, mas também foram apontados muitos problemas, entre eles as dificuldades de acompanhamento, assistência técnica inadequada, e outros inerentes ao uso de ferramentas livres.” (p. 68). No caso da Bahia, a produção de materiais, como o DVD, e a capacitação feita através dos CDCs, foram insuficiente para implementar a Ação Cultura Digital, mesmo porque não houve continuidade no programa planejado pela Secult. Além disso, o suporte que deveria ser oferecido pelos governos, inclusive pelos Pontos de Cultura Digital, não conseguiu se efetivar na ponta. A repetição dos problemas dessa Ação na estadualização do Cultura Viva indica a complexidade de sua implementação.

A ideia de cultura digital envolve a autonomização das capacidades de lidar com equipamentos multimídia e com as linguagens por eles disponibilizadas. Por esta razão, os processos de formação são complexos e implicam desde o contato com equipamentos, passando pelo aprendizado de linguagens artísticas e pela metarreciclagem, até a disseminação dos resultados destas interações criativas. (BARBOSA; ARAÚJO; IPEA, 2010, p.68).

Para TT Catalão (APÊNDICE A), a dificuldade em utilizar software livre ocorria dentro do próprio Ministério.

Essa coisa do software livre mesmo... perdemos uma batalha dentro do Estado. O pessoal diz que eu sou o único diretor que tenho software livre instalado na máquina, é uma luta muito árdua e persistente porque a Cultura Digital é muito importante. Temos um Ministério que trouxe muitas questões que nem a sociedade acadêmica estava discutindo... (2010).

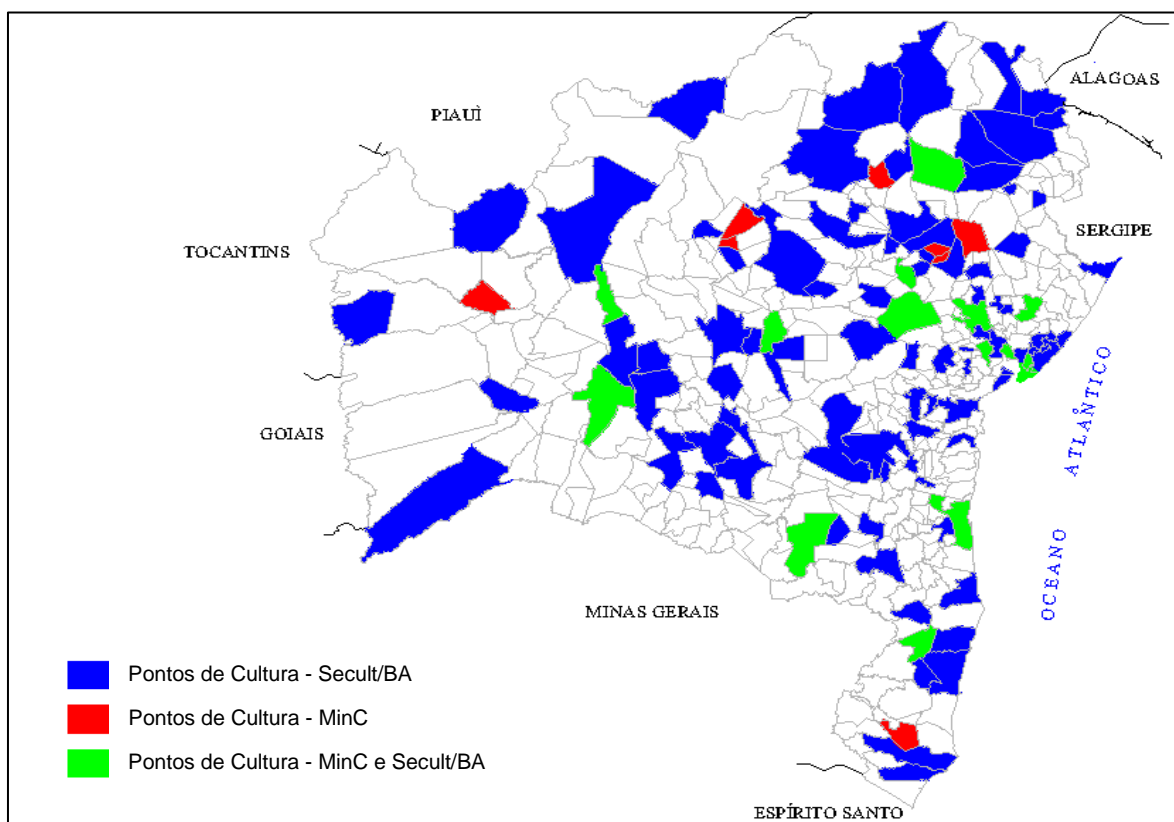
Quanto ao sistema de informação para acompanhamento dos projetos, a Sudecult não avançou no aguardo do modelo que seria disponibilizado pelo Ministério da Cultura. Os dois sistemas de acompanhamento deveriam dialogar. Para tanto, era preciso que o MinC desenvolvesse um modelo a ser multiplicado nos estados.

4.4 A rede de Pontos de Cultura na Bahia

A rede de Pontos de Cultura na Bahia começou a ser formada a partir do primeiro edital do Cultura Viva publicado pelo MinC. Do primeiro ao último processo seletivo organizado pelo Ministério, organizações da Bahia foram selecionadas. Vale ressaltar que o segundo edital, lançado em março de 2005, foi dirigido exclusivamente para grupos de capoeira atuarem como Pontos de Cultura no estado.

Numericamente, a rede de Pontos de Cultura da Bahia contemplava, até agosto de 2010, 205 Projetos distribuídos em 108 municípios do Estado, representando 25,88% do território. Desses 205 Pontos de Cultura, 55 eram conveniados com o Ministério, de acordo com os dados fornecidos pelo órgão em agosto de 2010¹⁰⁷, e 150 com a Secult.

No mapa abaixo é possível observar os municípios que possuíam Pontos de Cultura conveniados com o MinC (cor vermelha), com a Secult (em azul) e aqueles que possuíam Pontos conveniados tanto com o MinC quanto com a Secult (em verde).



Mapa 2 – Distribuição territorial dos Pontos de Cultura da Bahia

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério da Cultura/Secretaria de Cultura da Bahia.

¹⁰⁷ Informações obtidas através de correio eletrônico.

Além dos Pontos, a rede do MinC incluía cinco Pontões de Cultura (um em Lençóis, um em São Francisco do Conde e três em Salvador) e duas Redes de Pontos de Cultura: Fundação Gregório de Mattos (FGM), que administrava a rede municipal integrando 11 projetos de instituições culturais selecionadas em Salvador¹⁰⁸ e a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, que coordenava a rede estadual.

A análise da localização dos Pontos de Cultura conveniados com o MinC permite averiguar que 50,9% deles estavam localizados em Salvador, percentual que representa mais que o dobro da concentração populacional, levando em conta que a Bahia possui cerca de 14.637.364 milhões de habitantes¹⁰⁹, e desses, aproximadamente três milhões moram em Salvador, o que significa 20,50% da população total.

Se na esfera federal não havia dados e informações devidamente organizados sobre os projetos, o mesmo acontecia com a rede de Salvador/FGM. No site da Fundação Gregório de Mattos, na página relativa a “programas”, era possível encontrar apenas a lista das 11 instituições que integravam a rede municipal. Quanto à rede da Bahia/Secult, além do *hotsite* utilizado para divulgar o Edital, no seu portal havia apenas uma breve explicação (dois parágrafos) sobre Pontos de Cultura e um link para identificação dos projetos (nome da instituição, título do projeto, nome do responsável legal, endereço, e-mail e telefone).

As informações relativas ao Projeto Ponto de Cultura concentravam-se, especialmente, em algumas organizações da sociedade civil, tais como o Pontão de Cultura Digital JuntaDados e o Instituto de Pesquisas e Projetos Sociais e Tecnológicos (IPSO) que disponibilizava, através do site *Mapas das Redes*,¹¹⁰ informações sobre os Pontos de Cultura do Brasil, incluindo os Pontões e as Redes. Por meio do site da IPSO era possível identificar a quantidade de Pontos por região, estado ou município; o perfil de atividades dos Projetos de acordo com treze categorias (artes cênicas, artes plásticas, artesanato, audiovisual, dança, folclore, fotografia, gastronomia, jornalismo, literatura, memória, música, rádio e tv); o público alvo dos projetos (afrodescendentes, caiçara, crianças e jovens, glbt, índios, mulheres, necessidades especiais, risco social, rural, terceira idade, urbano); os tipos de Ação (Ação Griô, Agente Cultura Viva, Cineclubes, Cultura Digital, Escola Viva); bem como o endereço, contato telefônico, o resumo das atividades e do plano de trabalho de cada Ponto de Cultura. O problema, nesse caso, é que, apesar de disponibilizar essas informações, os dados

¹⁰⁸ No site da Fundação Gregório de Mattos constava a seguinte informação: “Houve a seleção de 12 Projetos Culturais em bairros populares da cidade nos quais 11 desses Projetos participam”. Essa diferença era devida à solicitação do Ilê Axé Opô Afonjá de se retirar dessa rede.

¹⁰⁹ População estimada pelo Censo 2009.

¹¹⁰ Disponível em: < <http://www.mapasdarede.org.br/mapa/> >. Acesso em setembro de 2010.

fornecidos pelo IPSO nem sempre coincidiam com os do Ministério da Cultura. Por exemplo, enquanto o MinC contabilizava na Bahia 55 Pontos de Cultura, cinco Pontões e duas Redes, o IPSO identificava 49 Pontos de Cultura, sete Pontões e 14 Redes. Algumas dessas diferenças numéricas podem ser esclarecidas. As 14 Redes identificadas pelo IPSO incluíam os dois órgãos públicos - FGM e Secult – e mais os 12 projetos que teoricamente integravam a rede da Gregório de Mattos que, como já foi dito anteriormente, contabilizava apenas 11 projetos. Por essa lógica, os 150 projetos que integravam a rede da Secult deveriam constar no site do IPSO, o que não ocorria. Quanto aos Pontões de Cultura, segundo a Coordenação de Pontões da Secretaria da Cidadania Cultural, havia duas indicações no site da IPSO que ainda estava em fase de conveniamento – Sindicato dos Empregados do Comércio de Irecê e a Casa de Artes Ilê Aio – não podendo ser considerados projetos conveniados com o MinC¹¹¹. Ocorre que, de acordo com informações prestadas por outro setor da própria SCC¹¹², o Sindicato dos Empregados do Comércio de Irecê era formalmente Ponto de Cultura, tendo participado do terceiro edital, com convênio publicado em 28 de dezembro de 2007 e recebido duas parcelas. Diante de tais afirmações, pode-se concluir que a gestão de informação relativa aos Pontos de Cultura era frágil. O problema enfrentado pela SCC em reunir e disponibilizar as informações do Programa Cultura Viva foi reconhecida pelo ex-secretário TT Catalão (Apêndice A):

Essa seria outra grande batalha para uma nova gestão: sistematizar, criar um banco de dados, qualificar as informações porque, na verdade, só temos dados e isso não é informação. Poderia existir um grande projeto, como uma Ação de Sistematização de Informações. A gente nunca sabe quantos Pontos tem, toda hora sai e entra Projeto, é um rolo, isso não é legal. (2010).

Outra dificuldade que se apresentava para quem buscava informações sobre o Cultura Viva era localizar geograficamente os Pontos de Cultura. Quando se questionava o local de atuação de um Ponto era necessário observar diversas variáveis, sendo insuficiente verificar apenas a sede da instituição que respondia legalmente pelo Projeto. Havia organizações sediadas em algumas cidades que atuavam em outra. É o caso da Fundação ADM, que estava sediada em Salvador mas desenvolvia trabalho em Irecê (Ponto de Cultura Ciberparque Anísio Teixeira). Havia outras que não restringiam sua atuação em determinado município, expandindo seu raio de ação para outras cidades do estado ou do país, a exemplo do Movimento de Organização Comunitária, registrada na cidade de Feira de Santana e com atuação como Ponto de Cultura em Retirolândia; da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado da Bahia, com sede em Salvador e atuação em Monte Santo; da União Nacional dos Estudantes, registrada em São Paulo, mas com atividade em Salvador (e em

¹¹¹ Informação obtida através de e-mail enviado pela coordenadora do setor de Pontões da SCC.

¹¹² Informação concedida pelo Setor de Gestão de Informações do Ponto da SCC.

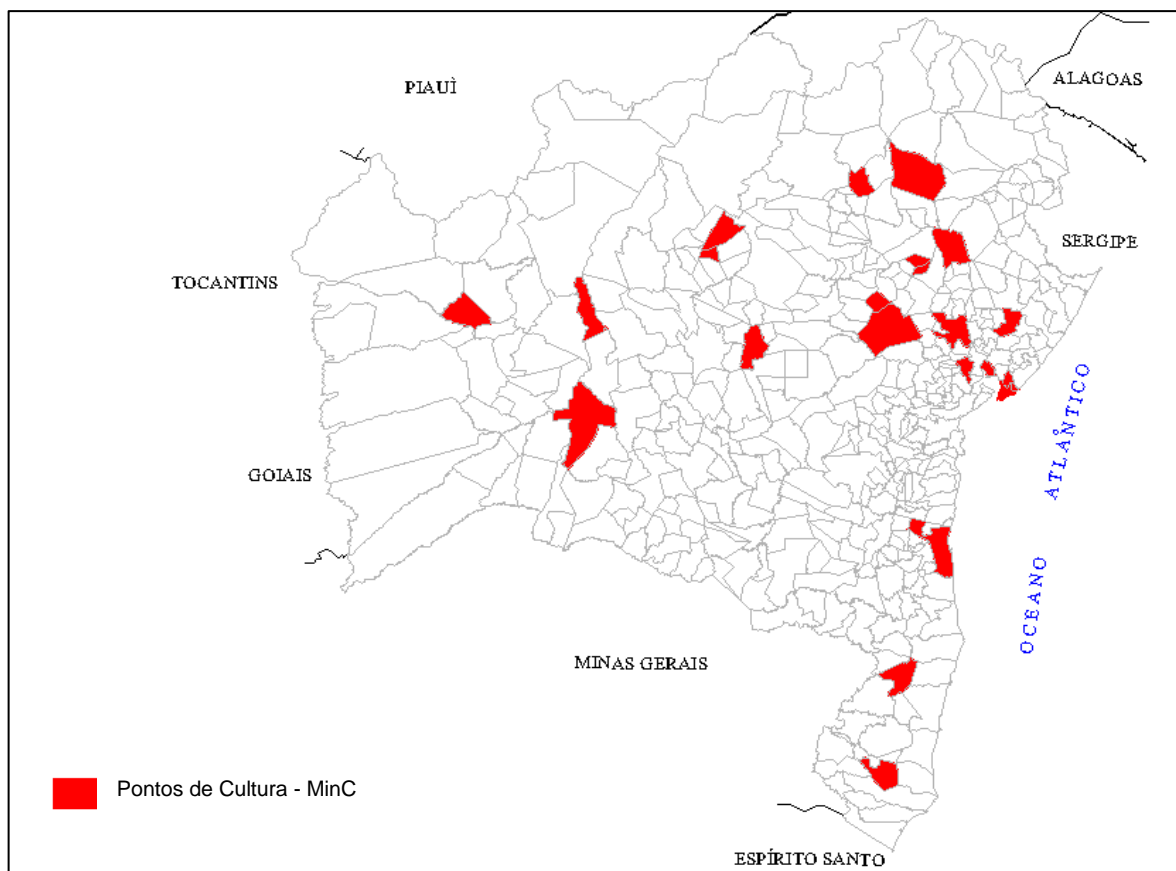
outras cidades) por meio do Ponto de Cultura Espaço Cuca. Havia, também, instituições que possuíam mais de um Projeto conveniado com o MinC, tais como a Associação Grãos de Luz, de Lençóis, que possuía o Ponto de Cultura Grãos de Luz Griô e o Pontão de Cultura Ação Griô Nacional, e a ONG Thydêwá com os Pontos de Cultura Índios On-line e o Mais Índios On-line. Essa preocupação emerge porque alguns dados consideravam apenas o registro da instituição, independente do número de convênios que ela possuía com o MinC, o que provocava uma distorção na quantidade de projetos existentes.

O quadro e o mapa abaixo permitem visualizar a distribuição dos projetos conveniados com o Ministério por município, levando em consideração as informações concedidas estritamente por esse órgão. Com a análise dos números, é possível verificar que, dos quatrocentos e dezessete municípios do Estado, vinte e quatro possuíam Pontos de Cultura conveniados com o governo federal, o que corresponde a 5,75% do total de municípios.

Municípios	Quantidade de Ponto de Cultura	Quantidade de Pontão de Cultura	Quantidade de Rede de Pontos de Cultura
Alagoinhas	1		
Angical	1		
Araci	1		
Bom Jesus da Lapa	1		
Cachoeira	2		
Eunápolis	1		
Feira de Santana	2		
Ibotirama	1		
Ilhéus	1		
Ipirá	1		
Irecê	2		
Lauro de Freitas	1		
Lençóis	3	1	
Monte Santo	1		
Pintadas	1		
Retirolândia	1		
Salvador	26	3	2
São Francisco do Conde		1	
São Gabriel	1		
Senhor do Bomfim	1		
Simões Filho	2		
Teixeira de Freitas	1		
Valente	1		
Vitória da Conquista	2		
Total	55	5	2

Quadro 22 – Distribuição dos Pontos de Cultura da Bahia conveniados com o MinC

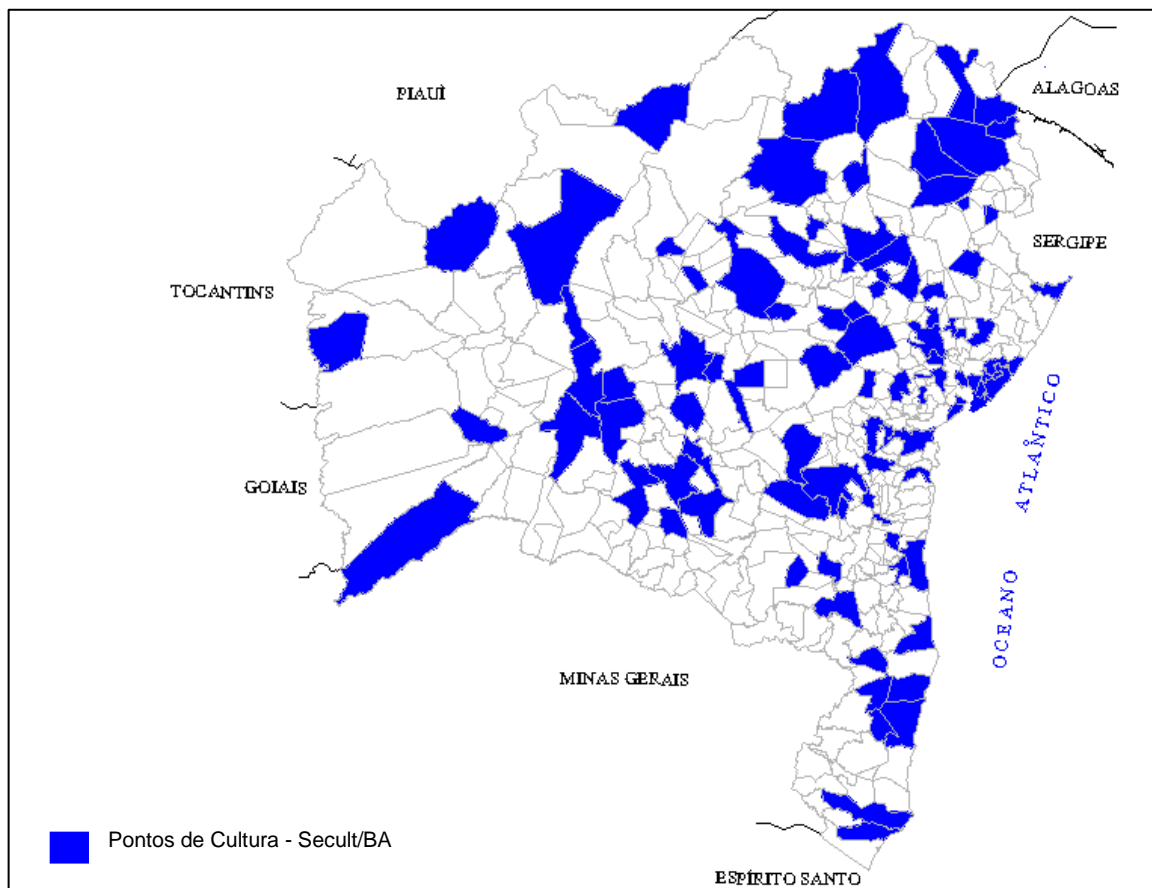
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Setor de Gestão de Informações do Ponto da Secretaria de Cidadania Cultural/ Ministério da Cultura, obtidos em 09 de agosto de 2010.



Mapa 3 - Distribuição dos Pontos de Cultura conveniados com o MinC

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Setor de Gestão de Informações do Ponto da Secretaria de Cidadania Cultural/ Ministério da Cultura.

Com a estadualização do Cultura Viva, a configuração da distribuição territorial do Projeto sofreu algumas modificações: todos os 26 territórios de identidade passaram a contar com, pelo menos, um Ponto de Cultura; dos 417 municípios, 100 sediavam Pontos, o que representa 23,9%. Vale ressaltar que a concentração de Projetos em Salvador diminuiu, se no MinC ela era de 50,9%, na Secult caiu para 18,66%.



Mapa 4 - Distribuição dos Pontos de Cultura conveniados com a Secult

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Superintendência de Cultura/ Secretaria de Cultura da Bahia.

A estadualização do Programa trouxe consequências também para o campo da organização política dos Pontos de Cultura. A divisão territorial que o governo do Estado adotou foi absorvida pela representação estadual dos Pontos. A partir de 2009, com o I Encontro Estadual da rede, foi acordado que a Bahia teria duas instâncias de representação assim denominadas: G26 e G8 (Quadros 23 e 24). O primeiro contemplava um representante por cada território de identidade e, o segundo, a comissão que representava a Bahia nos encontros nacionais. Segundo relato de Cristina Maria Alves (Apêndice E), integrante do G8, essas comissões se organizavam da seguinte maneira: “Temos uma agenda de encontros, uma agenda de reuniões e um sistema de comunicação via net. Na base, os responsáveis acompanham os pontos de cultura de seus respectivos territórios trazendo e levando informações.” (2010). Ainda de acordo com Cristina, o modelo de comissões estaduais que possuía mais de um representante, com respectivo suplente, não era exclusividade da Bahia. Outros estados também estavam se organizando da mesma maneira.

GRUPO 26		
TERRITÓRIO	MUNICIPIO	PONTO CULTURA/INSTITUIÇÃO
Agreste Alagoinhas	Alagoinhas	Associação Cultural Euterpe Alagoinhense
Bacia do Jacuípe	Pintadas	Associação das Entidades de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Pintadas
Bacia do Paramirim	Boquira	Associação Senzala Capoeira de Boquira
Bacia do Rio Corrente	Santa Maria da Vitoria	Biblioteca Eugênio Lyra
Baixo Sul	Itabará	Instituto de Tecnologia Sócio-Ambiental do Baixo-Sul da Bahia
Chapada Diamantina	Lençóis	Associação Grãos de Luz
Extremo Sul	Eunápolis	Viola de Bolso Arte e Memória Cultural
Irecê	Irecê	Sindicato dos Empregados no Comércio de Irecê e Região
Itaparica	Paulo Afonso	Associação Pauloafonsina de Dança e Teatro
Itapetinga	Itapetinga	Fundação Movimento de Corais Canto das Artes
Litoral Sul	Itabuna	Associação do Culto Afro- Itabunense
Médio Rio de Contas	Itagi	Associação de Apoio a Educação, Cultura e Ação Comunitária
Metropolitana Salvador	Salvador	Espaço Cacto e Trevo
Oeste Baiano (Rio Grande Oeste)	Luiz Eduardo Magalhães	Instituto de Inclusão Social e Desenvolvimento Cultural Recicla
Piemonte da Diamantina	Saúde	Associação Orquídea Negra
Piemonte do Paraguaçu	Itaberaba	Fundação Paraguaçu
Piemonte Norte do Itapicuru	Campo Formoso	Grupo Culturart
Portal do Sertão	Feira de Santana	Centro de Apoio aos Trabalhadores Rurais da Região de Feira de Santana
Recôncavo	Santo Amaro	Associação de Capoeira Arte e Recreação Berimbau de Ouro
Semiárido Nordeste II	Euclides da Cunha	Associação Cultural Euclides da Cunha
Sertão do São Francisco	Curaçá	Sociedade de Desenvolvimento Educacional, Cultural e Cidadania

Sertão Produtivo	Rio do Antônio	Associação Comunitária de Pequenos Produtores de Rio do Antonio
Sisal	Serrinha	Sociedade Recreativa e Cultural Filarmônica 30 de junho
Vale do Jiquiriçá	Maracás	Associação Comunitária Filarmônica de Maracás
Velho Chico	Barra	Fundação de Capoeira Eu Negro
Vitória da Conquista	Vitoria da Conquista	Grupo de Economia Popular de Vitória da Conquista e Região Sudoeste

Legenda: cor azul – Pontos de Cultura conveniados com a Secult; cor vermelha – Pontos de Cultura conveniados com o MinC.

Quadro 23 – Pontos de Cultura integrantes do G26

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Comissão Estadual dos Pontos de Cultura.

GRUPO 8		
TERRITÓRIO	MUNICÍPIO	PONTO CULTURA/INSTITUIÇÃO
Bacia do Rio Corrente	Santa Maria da Vitoria	Biblioteca Eugênio Lyra
Chapada Diamantina	Lençóis	Associação Grãos de Luz
Extremo Sul	Eunápolis	Viola de Bolso Arte e Memória Cultural
Litoral Sul	Itabuna	Associação do Culto Afro- Itabunense
Metropolitana Salvador	Salvador	Espaço Cacto e Trevo
Semiárido Nordeste II	Euclides da Cunha	Associação Cultural Euclides da Cunha
Velho Chico	Barra	Fundação de Capoeira Eu Negro
Vitória da Conquista	Vitória da Conquista	Grupo de Economia Popular de Vitória da Conquista e Região Sudoeste

Legenda: cor azul – Pontos de Cultura conveniados com a Secult; cor vermelha – Pontos de Cultura conveniados com o MinC.

Quadro 24 – Pontos de Cultura integrantes do G8

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Comissão Estadual dos Pontos de Cultura.

A formação da rede da Bahia e sua estruturação foi sendo construída desde o primeiro grupo de Pontos de Cultura selecionados no edital de 2005. Ao que tudo indica, a mobilização da rede estadual girou, inicialmente, em torno da Ação Cultura Digital. Os primeiros eventos que reuniram presencialmente Pontos de Cultura na Bahia foram aqueles que tinham como foco a promoção dessa Ação. Nesse sentido, ocorreu em novembro de 2005, o Encontro de

Conhecimentos Livres, no Ponto de Cultura Terreiro Cultural, em Cachoeira, que reuniu aproximadamente 110 participantes¹¹³; em agosto do ano seguinte, outro Encontro de Conhecimentos Livres, desta vez em Salvador, que reuniu cerca de 100 jovens de 32 Pontos de Cultura dos estados da Bahia, Sergipe e Alagoas e que contou com a realização de uma Oficina de Gestão Compartilhada, ministrada por membros do Instituto Paulo Freire¹¹⁴. Contudo, a organização oficial de uma comissão de representantes de Pontos de Cultura do Estado só foi iniciada com o II Encontro Sub-regional Nordeste de Pontos de Cultura¹¹⁵, que envolveu os estados da Bahia, Sergipe e Alagoas, realizado entre os dias 13 e 15 de julho de 2007. O evento, acontecido na Faculdade de Direito da UFBA, em Salvador, foi organizado pela Regional Nordeste do MinC. Um dos objetivos desse Encontro foi a eleição de representantes estaduais para participação na Plenária Nacional dos Pontos de Cultura que se reuniria durante a segunda TEIA, planejada para o mês de novembro, em Belo Horizonte. Essa organização regional foi proposta pelo MinC, financiador do encontro e que pautou a necessidade de os estados indicarem representantes na escala de um para cada dez Pontos de Cultura, proposta acatada por esses. Assim, foram indicados cinco representantes da Bahia, três de Alagoas e um de Sergipe. Esses representantes se juntaram aos dos demais estados nos dias 25, 26 e 27 de agosto, em Belo Horizonte, para que, a partir daí, se elegeisse a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPC), a ser composta por nove regionais, com um representante e um suplente cada. No caso da Regional Nordeste BA/SE/AL, o titular escolhido foi Lú Cachoeira (Ponto de Cultura Terreiro Cultural/ Bahia) com a suplência de uma pessoa de Alagoas.

O que se pode perceber desse movimento inicial é que o Ministério foi decisivo para a articulação da rede não apenas da Bahia, mas de todo o Brasil. “Para o Encontro da TEIA de 2007, o MinC organizou encontros preparatórios nos estados e regiões do país, o que contribuiu para a articulação de redes e fóruns estaduais dos Pontos de Cultura.” (VILUTIS, 2009, p. 88). A importância dessa participação para a gestão do Programa foi reconhecida pelo Ministério.

A Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPC) contribui com uma reflexão crítica e ampla sobre o desenvolvimento do Programa, o que permite à equipe coordenadora reconhecer os problemas apontados e buscar sua solução em conjunto com os representantes dos pontos (MINC/ Relatório da Gestão ano base 2007).

¹¹³ Informações obtidas através do site: <<http://estudiolivre.org/tiki-index.php?page=Cachoeira%20BA>>. Acesso em agosto de 2010.

¹¹⁴ Informações obtidas através do site: <<http://www.inclusaodigital.gov.br/noticia/conhecimentos-livres-na-bahia/?searchterm=None>>. Acesso em agosto de 2010.

¹¹⁵ O I Encontro Sub-Regional organizado pelo MinC envolveu outros estados que não esse três.

Três meses após o Encontro Sub-regional, ocorreu o I Encontro Baiano de Pontos de Cultura, organizado pelo Ponto de Cultura Terreiro Cultural, em Cachoeira, entre os dias 12 e 14 de outubro de 2007. Segundo relato de Chicco Assis (Apêndice F), coordenador do Cine-Teatro Solar Boa Vista, participaram do Encontro mais de vinte representantes de Pontos de Cultura, além de convidados da Universidade Federal do Recôncavo Baiano, da Secult, do MinC e da TV Brasil. A proposta do Encontro era “possibilitar uma maior interação entre os Pontos baianos, motivar o compartilhamento de idéias e práticas e ainda apresentar ações em voga como o Cultura Digital e TV Brasil” (Ibid., 2010), além de promover debates sobre assuntos que seriam tratados na TEIA de Belo Horizonte. Outra questão debatida foi a falta de suporte técnico do Ministério para solucionar problemas referentes ao uso de software livre, obrigatório a todos os Pontos de Cultura. Uma das deliberações importantes desse Encontro foi a de criar um fórum baiano dos Pontos de Cultura.

No mês seguinte ao Encontro Baiano, aconteceu o Encontro Nacional dos Pontos de Cultura, em Belo Horizonte, no período de 07 a 11 de novembro de 2007. Dentre as várias deliberações da TEIA, houve a solicitação para que as redes estaduais indicassem, até o dia 30 de novembro, um delegado para a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura. Nesse sentido, em 24 do mesmo mês, reuniram-se no Ponto de Cultura do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), em Salvador, representantes de dez Pontos de Cultura (sete presencialmente e três on-line), para discutir a representação da Bahia na Comissão e fazer uma avaliação da TEIA. Uma das críticas feitas pelos presentes foi a falta de comunicação entre a Comissão Nacional e os Pontos de Cultura, além da dinâmica do Fórum Nacional que, feito paralelamente à programação da TEIA, acabou esvaziado. Quanto à indicação de um representante do Estado para a Comissão Nacional, não houve definição por conta das ausências dos Pontos. Essa decisão foi remetida para a realização de um fórum estadual que poderia ser um espaço mais legítimo para isso.

Somente um ano depois, entre os dias 6 e 8 de novembro de 2008, no Pavilhão de Aulas do Canela na UFBA, reuniu-se o I Fórum dos Pontos de Cultura da Bahia. De acordo com o relatório do Fórum, 23 Pontos estiveram presentes (todos conveniados com o MinC¹¹⁶), além de um representante da Coordenação do Fórum Nacional dos Pontos de Cultura, Alexandre Santini, e da Superintendente de Cultura, Ângela Andrade. As discussões do encontro foram pautadas especialmente na perspectiva da TEIA, programada para Brasília. Além da eleição e indicação da representação da Bahia nas comissões e fóruns nacionais, a reunião debateu quatro temas programados para serem desdobrados no Encontro Nacional:

¹¹⁶ Nesse período, a Secult estava em fase de conveniamento com os Pontos selecionados pelo seu Edital.

- 1) Situação administrativa dos pontos, resolução de problemas com o MinC, situação dos pontos cujos convênios acabaram; 2) alternativa para a crise financeira dos PC's, editais e outras fontes de financiamentos, produção colaborativa e compartilhada; 3) políticas públicas culturais, propostas: municipais, estaduais e federais; 4) organização do encontro pós-teia, comunicação e demandas internas.

A partir desses temas, foram feitas propostas, a exemplo de: “garantir visitas dos técnicos do MinC nos Pontos de Cultura”, “criação de instrução normativa própria que regulamente os convênios com os Pontos de Cultura”, “garantir a participação ou representação política nos fóruns estaduais e nacionais e nas teias dos pontos cujos convênios venceram e dos pontos conveniados pelo estado”, “propor ao estado a criação de um edital específico, que garanta a continuidade dos convênios firmados entre o MinC e os pontos de cultura”, “buscar junto ao instituto IPSO informações sobre a construção do portal de interação e relacionamento entre os pontos, viabilizando assim a troca de informações e produtos”, “garantir nos orçamentos das três esferas governamentais uma rubrica específica para a manutenção das atividades do ponto de cultura”.

A terceira TEIA, ocorrida entre os dias 12 e 16 de novembro de 2008, em Brasília, contou com a presença de Pontos de Cultura frutos da estadualização do Programa. Participaram do Encontro representantes de 51 Pontos de Cultura que estavam em estágio avançado de conveniamento com a Secult, além dos Pontos conveniados com o MinC. Para viabilizar a presença dos novos Pontos de Cultura que participaram do Encontro na condição de ouvinte, a Secretaria de Cultura financiou o transporte interestadual de cinco grupos selecionados para participar da Mostra Artística na TEIA,¹¹⁷ e, em contrapartida, o MinC respondeu pela hospedagem e alimentação dos Pontos indicados pela Secult.

No ano seguinte, em 2009, a Secult organizou o I Encontro Estadual dos Pontos de Cultura/ II Fórum dos Pontos de Cultura da Bahia. O Encontro, realizado nos dias 8, 9 e 10 de julho, no Hotel Fiesta em Salvador, contou com as presenças de Jaques Wagner, Célio Turino, Márcio Meirelles, Normelita Oliveira (presidente do Fórum dos Dirigentes Municipais de Cultura da Bahia), além de outras autoridades. A dinâmica do Encontro reuniu tanto a organização por territórios de identidade, como por grupos temáticos¹¹⁸ e, com relação à rede, teve como inovação os dois grupos que passaram a representar os Pontos do Estado (G8 e G26). Nesse encontro foi anunciada a publicação do edital Caminhos das Águas-Pontos de

¹¹⁷ Vozes do Engenho, Opaxorô, Grão de Luz e Griô, Coletivo Musical, Centro do Teatro do Oprimido/BA e Bando de Teatro Sem Nome.

¹¹⁸ Manifestações Culturais; Artesanato e Economia Solidária; Expressão Artística; Formação Artística e Cultural; Culturas Negras; Patrimônio Ambiental, Pensamento, Memória e Leitura; Audiovisual, Radiodifusão e Cultura Digital e Culturas Indígenas.

Cultura¹¹⁹, dirigido para os Pontos da Bahia (MinC e Secult). Apesar de o preparativo para a quarta TEIA ter acompanhado esse Encontro, essa não foi realizada em 2009, tendo sido programada para março de 2010¹²⁰.

A quarta TEIA, cujo tema foi “Tambores Digitais”, aconteceu em Fortaleza, entre os dias 25 e 31 de março de 2010. A participação dos representantes da Bahia no III Fórum Nacional dos Pontos de Cultura, intitulado “Nós Desatamos os Nós”, foi dada através do G26 e do G8 que, como foi visto anteriormente, incluía Projetos conveniados com o MinC e com a Secult.

A organização dos Pontos da Bahia de acordo com seu pertencimento territorial refletiu-se na realização de encontros. De acordo com Camarotti (Apêndice D): “[...] há realização de “Encontros Territoriais de Pontos de Cultura”, por iniciativa dos próprios Pontos em articulação com os Representantes Territoriais de Cultura, tendo sido promovidos até o momento encontros em 5 distintos territórios de identidade” (2010), a exemplo do I Seminário dos Pontos de Cultura do Litoral Sul, I Encontro de Pontos de Cultura de Vitória da Conquista¹²¹, I Encontro de Conhecimentos Livres da Chapada Diamantina¹²² e o Encontro dos Pontos de Cultura do Sisal. Além dos encontros territoriais, estava ocorrendo eventos por área de interesse, tais como I Mostra de Audiovisual dos Pontos de Cultura da Bahia (organizada pelo Teatro Vila Velha, em 2010).

Outra ferramenta utilizada para articular a rede de Pontos de Cultura da Bahia era o blog¹²³ <http://pontoapontobahia.wordpress.com/> que divulgava eventos relativos à cultura e

¹¹⁹ Publicado em abril de 2010, fruto da parceria da Secult com o Instituto de Gestão das Águas e Clima- INGÁ, que selecionou onze propostas de educação ambiental que tivessem por objetivo conceber, implantar e apoiar a disseminação de informações, estudos e/ou práticas referente à compatibilização do uso da água com os objetivos estratégicos da promoção social, do desenvolvimento regional e da sustentabilidade ambiental.

¹²⁰ Vale ressaltar que no período que antecedeu a essa TEIA, aconteceu outro Encontro Sub-Regional Nordeste de Pontos de Cultura, em Maragogi/AL, no período de 02 a 06 de março de 2010. Ao contrário do que ocorreu em 2007, a Bahia não fez parte do Encontro, tendo participado apenas os estados de Sergipe e Alagoas. De acordo com Catarina Sales, superintendente de formação e difusão cultural da Secult/AL, o que aconteceu foi que Alagoas já estava preparando a sua pré-Teia, e como Sergipe estava desarticulada, a Regional Nordeste do Ministério solicitou que eles integrassem o estado no Encontro. “(...) sugeriram fazermos o encontro em Alagoas convidando Sergipe para participar junto. Sergipe aceitou a proposta e o encontro aconteceu em Maragogi-AL, contando com a participação e apoio do Minc. Foram 4 dias de articulação, exposições, fóruns estadual e sub-regionais, exhibições, capacitações de tecnologia (comunicação e articulação em rede) e pedagógica (elaboração da cartografia dos pontos de cultura). Além da articulação entre os PCs dos estados, várias decisões estaduais aconteceram neste encontro. Posteriormente, esta rede AL-SE se fortaleceu no evento "Teia 2010 - Tambores Digitais" em Fortaleza, quando os estados lutaram juntos por decisões políticas culturais estabelecidas no Encontro (Carta Maragogi). Os dois estados se articulam por suas características e ainda pela forte influência de articulação traçada pelo viés geográfico que, além dos limites territoriais, confluem ações culturais delimitadas pela pertinência de políticas culturais referentes ao Rio São Francisco.” (SALES, 2010). (Apêndice G).

¹²¹ Mais informações: <<http://www.juntadados.org/node/151>>.

¹²² Parceria entre o Pontão de Cultura JuntaDados e o Ponto de Cultura Circo do Capão.

¹²³ Para apoiar essa iniciativa, a Coordenação do Cultura Digital da Secult montou uma Tenda Digital no I Encontro Estadual dos Pontos de Cultura da Bahia. Esse espaço interativo tinha o objetivo de produzir conteúdos

disponibilizava o endereço de blogs de quase todos os Pontos de Cultura do estado. Nas redes sociais da internet também era possível observar o movimento dos Pontos.

A trajetória da constituição e funcionamento da rede de Pontos de Cultura da Bahia revelam que, por mais dificuldades que a rede tenha encontrado para se estabelecer, foi sendo formada a partir de um esforço que partiu do poder público e dos próprios Projetos. Para o ano de 2011, foi previsto um aumento no número de Pontos na Bahia, já que a Secult convocou, no final de 2010, mais 50 projetos selecionados no primeiro edital e havia previsão de publicar, em parceria com o MinC, outro processo seletivo para mais 100 Pontos no Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre 2003 e 2010, o governo federal contribuiu para reconfigurar a relação entre poder público e sociedade civil a partir da ampliação e intensificação dos processos de participação popular nos espaços públicos. Contudo, ainda não é possível afirmar que políticas públicas foram consolidadas, de uma maneira geral, nesse período. Para tanto, será preciso observar a continuidade das políticas no próximo governo.

Na cultura, alguns avanços foram produzidos, dentre eles a implantação de mecanismos de participação da sociedade civil nos processos políticos. As conferências nacionais, as câmaras setoriais, os debates presenciais, as consultas públicas e a instalação de ouvidoria são exemplos de mecanismos de participação que o Ministério da Cultura utilizou entre 2003 e 2010. Entretanto, ao que tudo indica, essa abertura foi insuficiente para garantir que o conjunto das principais ações desse período tenha se tornado política pública de Estado, não tendo garantia de continuidade nos próximos governos. Nesse sentido, o MinC não conseguiu consolidar instrumentos e estratégias que assegurassem a estabilidade das suas ações. Exceto pela aprovação do Plano Nacional de Cultura, sancionado pelo Presidente em dezembro de 2010 (somente ao final do governo), o Sistema Nacional de Cultura, que pretendia articular uma série de elementos fundamentais para estruturar o campo da cultura, e a PEC 150, que previa a fixação orçamentária para a cultura, não foram instituídas até o término da gestão Juca Ferreira.

Apesar de não ter conseguido avançar na perspectiva citada, o Ministério produziu programas e projetos inovadores, a exemplo do Programa Cultura Viva e do Projeto Ponto de Cultura. Havia no Cultura Viva a presença de um público que até então não costumava dialogar com o MinC; o programa envolvia comunidades que produziam cultura “em guetos”, que não contavam com apoio público, uma produção substancial, mas invisível.

O Cultura Viva também colaborou para que o Ministério diminuísse a concentração territorial de suas ações. Até 2003, os principais beneficiários das políticas culturais eram integrantes do eixo Rio-São Paulo, precisamente suas capitais, fato confirmado com a pesquisa do IBGE; e os programas e projetos eram voltados, basicamente, para área do patrimônio e das artes. Com o Cultura Viva, o governo passou a investir em projetos desenvolvidos por organizações da sociedade civil dispersas no território nacional e com temáticas distintas, ainda que tenha havido o predomínio de projetos da região Sudeste e Nordeste e que as atividades tenham sido, majoritariamente, relacionadas à manifestações da cultura popular.

Observa-se, nesse Programa, o intuito de democratizar e descentralizar o acesso à produção, fruição e difusão da cultura, uma obrigação que é do Estado brasileiro, conforme prevê a Constituição Federal de 1988. Isso significa que uma das principais políticas do Ministério esteve dependente, essencialmente, da atuação de instituições da sociedade civil. Estava nas mãos dos Pontos de Cultura o desenvolvimento de um dos programas mais importantes do MinC. O Cultura Viva foi o primeiro objeto de estadualização, obteve um dos maiores orçamentos dentre os programas finalísticos do Ministério, contribuiu para a articulação do MinC com outros ministérios, órgãos e instituições (ministérios da Saúde, da Justiça, das Relações Exteriores, Funai, secretarias de cultura de estados e municípios etc), envolveu diversas entidades (universidades, grupos artísticos, sindicatos, associações de bairro, terreiros de candomblé etc) e mobilizou um expressivo número de pessoas que passaram a se organizar em instâncias representativas.

Entretanto, a projeção que o Programa Cultura Viva foi adquirindo ao longo dos anos não refletiu os problemas que o ambientou. Ao analisar as normas que regulamentavam a relação entre os Pontos de Cultura e o Ministério, verificou-se uma série de incompatibilidade entre as exigências do Estado e a capacidade das instituições em cumpri-las. Aparentemente, poderia ser dito que isso se deveu ao despreparo administrativo dos Pontos de Cultura. Apesar de ter dentre seus beneficiários organizações sociais e culturais que possuíam qualificação técnica para operacionalizar recursos públicos, ou ainda a presença de sindicatos e organizações estudantis, que se relacionavam há certo tempo com o Estado, é preciso registrar que a maior parte dos Pontos de Cultura eram instituições que estavam afastadas do poder público e que desconheciam “as regras do jogo”. Porém, a incapacidade técnica das instituições é insuficiente para explicar o motivo dos entraves do Programa. A resposta poderia ser, justamente, a inversa: por não terem sido objeto de políticas culturais que as colocassem como protagonistas, é que elas não estavam aptas a conhecer as regras do Estado. Essa proposição poderia acusar uma parte do problema. Mas a questão é maior e mais profunda.

O que se percebe é que o Estado brasileiro não está preparado para absorver projetos como o Ponto de Cultura, ou seja, mesmo que um governo reconheça a importância da participação popular nos processos políticos e estimule a implementação de políticas públicas, a execução de programas que possam aproximar a sociedade e o Estado é difícil de ser realizada, caso essa sociedade não seja hegemônica, não pertença a determinados grupos sociais. O Projeto Ponto de Cultura refletiu essa situação. Grupos alijados das políticas culturais eram “convidados” a desenvolver seus projetos dentro das regras do Estado. Como

este não estava estruturado para absorver propostas daqueles, houve o estranhamento, a inadequação. Isso significa que os problemas enfrentados pelos Pontos de Cultura e pelo Ministério da Cultura ultrapassaram o campo da gestão. Independente da vontade do dirigente, da qualidade do corpo de funcionários e da condução dos processos administrativos, os Pontos de Cultura continuaram trabalhando com regras semelhantes às do início do Programa, de 2004, ainda que essas regras fossem inadequadas, como era do conhecimento dos Pontos e do próprio Ministério. Nesse sentido, o governo não foi capaz de conduzir reformas mais profundas, capaz de proporcionar o adequado desenvolvimento de programas como esse.

Por esse motivo, a estadualização do Cultura Viva não solucionou os problemas vivenciados na esfera federal. Pelo contrário, houve a tendência de reproduzir esses impasses e inaugurar novas tensões com o ingresso de um novo ente. A partir da estadualização, os órgãos públicos de cultura estaduais passaram a se articular diretamente com o órgão federal, seguindo as diretrizes de um Programa já constituído. Daí surgiu outro desafio, o de integrar a rede de Pontos de Cultura já existente com a nova rede de Projetos ligados aos órgãos estaduais.

Ao analisar o processo de implantação do edital piloto Pontos de Cultura da Bahia foi possível perceber relevantes avanços feitos pela Secretaria de Cultura da Bahia, tais como: presença de projetos dos 26 territórios de identidade; dispensa de licitação e não apresentação de contrapartida por parte dos Pontos de Cultura; acompanhamento dos projetos por meio da presença *in loco* dos representantes territoriais da cultura; distribuição de DVDs com programas em software livre; entrega de placa de identificação para os Pontos de Cultura exporem na sede ou no local de realização do projeto; parceria com outros órgãos do estado (Secti e Ingá). Apesar disso, problemas continuaram ocorrendo na execução dos projetos, tal como acontecia com os Pontos conveniados com o MinC. Tanto que o esforço que a Secult empreendeu foi voltado prioritariamente aos aspectos formais do convênio. A Secretaria se dedicou, fundamentalmente, a realizar oficinas de revisão de planilha orçamentária e a acompanhar o envio de relatórios e de prestações de contas por parte dos Pontos de Cultura. Outros aspectos ficaram em segundo plano, a exemplo do fomento para qualificar as atividades desenvolvidas pelos Pontos; organização de dados e informações sobre os projetos; estímulo para o intercâmbio entre as instituições. Quanto à rede de Pontos, essa foi reconfigurada com o ingresso dos projetos estadualizados. A organização política absorveu o conceito dos territórios de identidade e os Pontos passaram a se organizar em duas comissões: um grupo formado por vinte e seis representantes (um de cada território de identidade) e outro

formado por oito (que representava o estado nos encontros nacionais). Em ambos os grupos havia representantes dos Pontos conveniados com o MinC e com a Secult. Além disso, encontros territoriais de Pontos de Cultura foram realizados no estado. Percebe-se, portanto, que havia uma aproximação entre novos e antigos Pontos de Cultura na Bahia.

A pesquisa também apontou que a “gestão compartilhada e transformadora” proposta pelo Ministério não se consolidou ao longo dos sete anos do Programa Cultura Viva. Isso se deveu a uma série de fatores, a exemplo da dificuldade das organizações em se articularem entre si. Como havia certa variedade na tipologia dos Pontos de Cultura (ONGs, sindicatos, associações de moradores, grupos de capoeira, comunidades indígenas etc), as estruturas e condições de desenvolvimento dos projetos eram diferentes. Isso configurou uma rede desigual que não conseguiu se estruturar independente do poder público. Tanto que as reuniões dos Pontos de Cultura, fosse para realização de fóruns ou para encontros setoriais, na maioria das vezes, eram organizadas, coordenadas e convocadas pelo governo. Também o Ministério promoveu iniciativas de fomentar a rede de Pontos, com promoção de prêmios (Interações Estéticas), e da concessão de bolsas (Intercâmbio Cultura Ponto a Ponto). Outro aspecto averiguado na proposta da gestão compartilhada é que a relação entre Estado e sociedade civil não deve ser construída na perspectiva de um ser parceiro do outro. É necessário que os espaços de tensão sejam preservados e que as atribuições de funções e competências para os atores sejam determinadas sem que se configure como “troca de favores”. A independência precisa ser garantida para que uma política democrática se desenvolva. Portanto, há limites na parceria poder público-sociedade civil. No caso do Cultura Viva, houve avanços no relacionamento entre Ministério e sociedade civil. Reconhece-se a importância da participação de representantes dos Pontos de Cultura, organizados em comissões e reunidos em fóruns. A participação política dos Pontos contribuiu para formar um espaço público de debate no Programa, importante para constituí-lo na perspectiva de uma política pública, nesse sentido, a gestão do programa pode ser considerada como participativa, não podendo ser confundida como uma “gestão transformadora”.

Outra questão que emergiu da análise do Programa Cultura Viva foi a dificuldade em obter informações seguras. Os dados disponíveis eram dispersos e, em alguns momentos, se contradiziam. Com isso, estudos, pesquisas e avaliações ficam incertas. Esse foi um problema que acompanhou as gestões de 2003 a 2010, demonstrando que o Ministério não foi capaz de desenvolver instrumentos, metodologias, estratégias de acompanhamento de suas ações. No Cultura Viva, foi observado que não havia um sistema gerencial para o MinC acompanhá-lo. Apesar disso, havia no convênio assinado com os estados, indicação de o Ministério

disponibilizar um modelo de banco de dados a ser alimentado pelas secretarias estaduais. Os sistemas federal e estadual deveriam trabalhar com elementos comuns, que possibilitasse o diálogo, porém, isso não foi realizado. A ausência de um sistema gerencial pode ser compreendida como reflexo da dificuldade dos órgãos públicos em dispor de ferramentas adequadas para o acompanhamento de projetos diferenciados, tendo em vista o perfil dos atores que envolve, a configuração territorial que possui, a duração da execução das atividades, enfim, uma série de elementos presentes nos Pontos de Cultura.

Havia, nesse sentido, certa contradição entre o discurso do Ministério e aquilo que foi implementado. O Programa Cultura Viva pretendia estimular a troca de informações, o compartilhamento de dados, de metodologias de trabalho e a utilização de práticas comunicativas entre os Pontos, porém o MinC não disponibilizou de maneira organizada esses e outros conhecimentos sobre os projetos, o que poderia ter contribuído, não só para a comunicação entre os Pontos, como também facilitar o seu acompanhamento.

A Secretaria de Cultura da Bahia também não conseguiu desenvolver um sistema de acompanhamento e de informação acerca dos Pontos estadualizados. Como foi relatado, a atuação da equipe gestora se deu, prioritariamente, no âmbito da verificação do cumprimento das formalidades dos convênios. Essa situação foi agravada pelo pequeno quadro de funcionários que a Secretaria possuía. Apesar de o governo estadual ter promovido a separação dos órgãos de turismo e cultura, não foi realizado concurso para funcionário público; ao longo dos quatro anos da gestão Márcio Meirelles, o número de cargos comissionados não foi acrescido na Superintendência de Cultura, praticamente apenas a contratação de profissionais através de REDA foi realizada.

Se na esfera estadual observam-se limitações estruturais e orçamentárias para desenvolver projetos em parceria com o governo federal, essas dificuldades são ainda mais contundentes no âmbito municipal, onde, geralmente, não há órgão exclusivo da cultura, o orçamento é reduzido, ações culturais são restritas aos calendários de festas da cidade (São João e Carnaval), os profissionais envolvidos não têm qualidade técnica para desenvolverem programas e projetos, enfim, não há política cultural. Fatos como esses revelam que a descentralização política não é simples e possui uma série de obstáculos a serem ultrapassados. Nesse sentido, a opção do Ministério da Cultura em fomentar o pacto federativo a partir dos governos estaduais é compreensível. Essa postura, porém, não ficou clara nos discursos do MinC. Há diversos textos que enfatizam o Programa Mais Cultura enquanto política que destacava a importância dos municípios, porém, os acordos de cooperação foram assinados, majoritariamente, com os estados. Esse Programa, que

expressou o reconhecimento do papel da cultura para o desenvolvimento humano e social, se apresentou como uma política que fomentava o pacto federativo brasileiro e que enfrentava as desigualdades territoriais no País a partir da estratégia de priorizar ação em determinados territórios, a exemplo do semi-árido e de vulnerabilidade social. Entretanto, afirmá-lo como uma política descentralizadora seria reduzir o pacto federativo para dimensão governo federal-governos estaduais, indo de encontro à consideração de diversos autores que ressaltam a presença dos governos municipais. Nesse sentido, o Mais Cultura pode ser observado como uma política desconcentradora.

Um dos aspectos interessantes do Mais Cultura é que ele estava alicerçado em ações do Cultura Viva, ou seja, mesmo com os problemas reconhecidos tanto pelo governo, quanto pelos grupos culturais, o investimento no Cultura Viva cresceu por conta do ingresso do Mais Cultura, transformando-o em um programa com muito dinheiro, com uma frente ampla de atuação, mas com reduzida capacidade de execução. Essa experiência, inclusive, precisa ser avaliada como um esboço para implantação de projetos no âmbito do Sistema Nacional de Cultura. Nesse sentido, a estadualização do Cultura Viva deveria ser acompanhada com atenção e com metodologias de avaliação dos processos e dos resultados. O que, ao que tudo indica, não foi realizado pelo Ministério. O relatório disponível sobre o Mais Cultura data de 2008.

Isso pode ser entendido como uma dificuldade do Ministério em avaliar e acompanhar suas ações. É possível apontar algumas razões para tanto, a exemplo da impossibilidade de ter um orçamento que possibilitasse o desenvolvimento de tecnologias de gestão e de dispor de um quadro de funcionários que absorvessem a quantidade de trabalho. De fato, a demanda do MinC cresceu intensamente nos últimos oito anos e não era tarefa fácil acompanhá-las. As gestões Gil e Juca recolocaram o Estado como indutor das políticas culturais e assumiram trabalhar a cultura em uma dimensão ampliada. Os programas e projetos implementados nesse período caminharam nesse sentido. Com isso, o Ministério passou a atuar em territórios, em áreas temáticas e com públicos que não integravam o seu raio de ação. A demanda advinda desse processo foi, conseqüentemente, expressiva. Apesar de a inegável contribuição que esse posicionamento trouxe para a cultura, o Ministério não conseguiu configurar o seu limite de atuação, ou seja, não projetou a sua capacidade de instituir e acompanhar as políticas culturais desenvolvidas.

Entretanto, isso não desqualifica a implementação de projetos inovadores, ainda que sejam acompanhados de diversos problemas e entraves. Nesse sentido, a inegável contribuição do Programa Cultura Viva para o avanço das políticas culturais no Brasil

ultrapassou o campo da cultura. Talvez o aspecto mais importante resida, por mais contraditório que possa aparecer, nos incontáveis problemas enfrentados na sua gestão. O estudo deixou transparecer que se não houver reformas estruturais capaz de alterar o modelo de relação entre o Estado brasileiro e a sociedade civil, pouca coisa poderá ser feita na tentativa de ter um país mais justo e menos desigual. E é exatamente por deixar emergir a precariedade desse Estado em se relacionar com o seu povo, que o Cultura Viva ultrapassou as fronteiras de uma política cultural e expressou os limites de uma gestão que tentou ser democrática e popular tendo que se equilibrar sobre uma estrutura elitista e conservadora.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. Gestão ou gestação pública da cultura: algumas reflexões sobre o papel do Estado na produção cultural contemporânea. In: RUBIM, Albino; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 61-86.

ARAÚJO, Sérgio Sobreira. **Cultura, política e mercado na Bahia: a criação da Secretaria da Cultura e Turismo**. Dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2007

ARRETCHE, Marta. Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas? In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, nº. 31, ano 11, junho de 1996. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_31/rbcs31_03.htm>. Acesso em novembro de 2010.

ASSOCIAÇÃO GRÃOS DE LUZ E GRIÔ. **Relatório do III Encontro Nacional de Planejamento da Ação o Griô NACIONAL 2009**. Abril de 2009, Lençóis/BA.

BAHIA. **Lei nº 10.549 de 28 de dezembro de 2006**. Modifica a estrutura organizacional da Administração Pública do Poder Executivo Estadual e dá outras providências.

_____. Governo do Estado. Secretaria de Cultura da Bahia. **Edital de Seleção nº 01 de 26 de março de 2008**. Seleciona instituições da sociedade civil sem fins lucrativos para atuarem como Pontos de Cultura na Bahia. Publicado no Diário Oficial do Estado em 27 de março de 2008.

_____. Governo do Estado. Secretaria de Cultura da Bahia. **Portaria nº 104 de 10 de junho de 2008**. Altera o Edital de Seleção para Pontos de Cultura da Bahia nº 01, de 26 de março de 2008, publicado no Diário Oficial do Estado em 27 de março de 2008.

_____. Governo do Estado. Secretaria de Cultura da Bahia. **Portaria nº 135 de 25 de julho de 2008**. Institui as Comissões de Avaliação Técnica previstas no Edital nº 001/2008 – Pontos de Cultura da Bahia e dá outras providências.

_____. Governo do Estado. Secretaria de Cultura da Bahia. **Portaria nº 141 de 31 de julho de 2008**. Altera comissão instituída pela Portaria nº 135 de 25/05/2008. Publicado no Diário Oficial do Estado de 1º de agosto de 2008.

_____. Governo do Estado. Secretaria de Cultura da Bahia. **Portaria nº 145 de 06 de agosto de 2008**. Homologa os resultados das decisões da etapa de análise documental do Edital Nº 0001 / 2008 – Pontos de Cultura da Bahia e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial do Estado de 7 de agosto de 2008.

_____. Governo do Estado. Secretaria de Cultura da Bahia. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação da Bahia. **Acordo de cooperação técnica**. 2009. Implanta projetos de capacitação em software livre para Pontos de Cultura da Bahia.

_____. Procuradoria Geral do Estado. **Parecer N. PGE-SECULT-Z-396/2008**. Análise da Procuradoria Geral do Estado da Bahia sobre a aplicabilidade da Lei Estadual n. 9433/2005 para reger as relações Estado-entidades Pontos de Cultura. Proferido em 05 de junho de 2008.

_____. **Parecer N. PGE-PA-SEPROMI-CCS-225/2010**. Termo aditivo que altera a quantidade de parcelas a serem liberadas para os Pontos de Cultura da Bahia. Proferido em 19 de julho de 2010.

BARBALHO, Alexandre. Estado autoritário brasileiro e cultura nacional: entre a tradição e a modernidade. Texto disponibilizado no **Curso de Formação de Gestores Culturais do Sistema Nacional de Cultura**. Promovido pelo Ministério da Cultura em parceria com a Secretaria de Cultura da Bahia e com o Serviço Social do Comércio. Salvador, 21 de setembro de 2009.

_____. **Políticas culturais no Brasil: primórdios (1500-1930)**. Texto apresentado no V Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador, 2009a. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19193.pdf>>. Acesso em dezembro de 2010.

BARBOSA, Frederico; ARAÚJO, Herton (Orgs). **Cultura Viva: avaliação do programa arte educação e cidadania**. Brasília: IPEA, 2010.

BARROS, José Márcio. Políticas públicas e a proteção e promoção da diversidade cultural. Palestra proferida durante o **Curso de Formação de Gestores Culturais do Sistema Nacional de Cultura**. Promovido pelo Ministério da Cultura em parceria com a Secretaria de Cultura da Bahia e com o Serviço Social do Comércio. Salvador, 21 de setembro de 2009.

_____. **Processos (trans) formativos e a gestão da diversidade cultural**. Apresentação realizada no 4º Seminário Políticas Culturais: reflexões e ações promovida pela Fundação Casa de Rui Barbosa entre os dias 23, 24 e 25 de setembro de 2009a. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas_Culturais/FCRB_Processos_%28trans%29formativos_e_a_gestao_da_diversidade_cultural.pdf>. Acesso em: março de 2010.

BAYARDO, Rubens. ¿Cultura & Desarrollo: nuevos rumbos y más de lo mismo?. In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (Org). **Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 67-94.

BOTELHO, Isaura. **Romance de formação: FUNARTE e política cultural 1976-1990**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2001.

_____. Dimensões da cultura e políticas públicas. In: São Paulo em Perspectiva. Vol 15, n.2. São Paulo: abril-junho 2001a. p.73-83.

_____. A política cultural & o plano das ideias. In: RUBIM, Albino; BARBALHO, Alexandre. (Orgs.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 109-132.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em fevereiro de 2010.

_____. **Proposta de Emenda à Constituição Nº 416-A, de 2005.** Acrescenta o art. 216-A à Constituição para instituir o Sistema Nacional de Cultura. Disponível em: <<http://blogs.cultura.gov.br/snc/files/2009/10/PEC-416-SUBSTITUTIVO-APROVADO-DEP-PAULO-RUBEM-5.pdf>>. Acesso em novembro de 2010.

_____. **Lei nº 8.313 de, 23 de dezembro de 1991.** Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/04/lei-8313-de-1991-atualizada.pdf>>. Acesso em fevereiro de 2010.

_____. **Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993.** Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L8666cons.htm>>. Acesso em fevereiro de 2010.

_____. **Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.** Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2009 e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/L11768.htm>. Acesso em outubro de 2010 e dá outras providências.

_____. **Decreto nº 4.805, de 12 de agosto de 2003.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério da Cultura, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4805.htm>. Acesso em fevereiro de 2010.

_____. **Decreto nº 4.889 de 20 de novembro de 2003.** Dá nova redação aos Anexos I e II do Decreto no 4.805, de 12 de agosto de 2003, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério da Cultura. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto/2003/D4889.htm>>. Acesso em março de 2010.

_____. **Decreto nº 5.036 de 07 de abril de 2004.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Cultura, e dá outras providências. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=238551>>. Acesso em março de 2010.

_____. **Decreto n. 5.520, de 24 de agosto de 2005.** Institui o Sistema Federal de Cultura - SFC e dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC do Ministério da Cultura, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5520.htm>. Acesso em novembro de 2010.

_____. **Decreto nº 5.711 de 24 de fevereiro de 2006.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Cultura, e dá outras providências. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=253833>>. Acesso em março de 2010.

_____. **Decreto n.º 6.226, de 4 de outubro de 2007.** Institui o Programa Mais Cultura. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6226.htm>. Acesso em outubro de 2010.

_____. **Decreto n.º 6.835, de 30 de abril de 2009.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Cultura, e dá outras providências. Disponível em: <www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2009/.../decreto-6835-2009.pdf>. Acesso em março de 2010.

_____. Ministério da Cultura. **Portaria n.º 525, de 18 dezembro de 2003.** Cria o Programa Cidade Aberta e o Projeto Bases de Apoio à Cultura.

_____. Ministério da Cultura. **Portaria n.º 156, de 06 de julho de 2004.** Cria o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 6 jul. 2004. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/cultura_viva/catalogo/cat17.php>. Acesso em fevereiro de 2010.

_____. Ministério da Cultura. **Portaria n.º 82, de 18 de maio de 2005.** Altera o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 maio de 2005.

_____. Ministério da Cultura **Portaria n.º 65 de 29 de junho de 2010.** Regulamenta as Representações Regionais do Ministério da Cultura e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=13&data=30/06/2010>> . Acesso em novembro de 2010.

_____. **Acordo de Cooperação entre o Ministério da Cultura e os entes subnacionais para implementar o Programa Mais Cultura.** Disponível em: < <http://mais.cultura.gov.br/>> Acesso em novembro de 2010.

_____. Ministério da Cultura. **Extrato de Convênio 00427/2007.** Publica a assinatura do convênio entre o Ministério da Cultura e a Secretaria de Cultura da Bahia para implantação da Rede de Pontos de Cultura da Bahia. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 de janeiro de 2008.

_____. Ministério da Cultura. Edital de Divulgação n.º 01, de 16 de julho de 2004. In: **Programa nacional de arte, educação, cidadania e economia solidária.** 2ª. Edição. Brasília: Ministério da Cultura, 2004.

_____. Ministério da Cultura. Edital de Divulgação n.º 02, de 29 de março de 2005. In: **Programa nacional de arte, educação, cidadania e economia solidária.** 2ª. Edição. Brasília: Ministério da Cultura, 2004.

_____. Ministério da Cultura. Edital de Divulgação n.º 03, de 20 de abril de 2005. In: **Programa nacional de arte, educação, cidadania e economia solidária.** 2ª. Edição. Brasília: Ministério da Cultura, 2004.

_____. Ministério da Cultura. Edital de Divulgação nº 04, de 20 de abril de 2005. In: **Programa nacional de arte, educação, cidadania e economia solidária**. 2ª. Edição. Brasília: Ministério da Cultura, 2004

_____. Ministério da Cultura. Edital de Divulgação nº 8, de 15 de setembro de 2009. **Bolsa Agente Cultura Viva**. 2009. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2009/09/editalagenteulturaviva.pdf>> Acesso em março de 2010.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Portaria nº 127, de 29 de maio de 2008**. Estabelece normas para execução do disposto no Decreto no 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.convenios.gov.br/portal/arquivos/PortariaInterministerial127-2008-CONVENIOS.pdf>>. Acesso em março de 2010.

_____. _____. **Portaria nº 342, de 05 de novembro de 2008**. Altera a Portaria Interministerial nº 127/MP/MF/CGU, de 29 de maio de 2008, que estabelece normas para as transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse. <<https://www.convenios.gov.br/portal/arquivos/PortariaInterministerial127-2008-CONVENIOS.pdf>>. Acesso em março de 2010.

_____. Presidência da República. **O PAC, a Agenda Social e os Municípios**. 2008. Disponível em: <http://www.portalfederativo.gov.br/pub/Inicio/Publicacoes/revista_municipios_29.01.08.pdf>. Acesso em Maio de 2010.

_____. _____. **Balanco da Cultura 2003-2010**. Brasília, DF. p. 280-340.

_____. _____. **Balanco do governo Lula**. Disponível em: <www.balancodegoverno.presidencia.gov.br>. Acesso em janeiro de 2011.

_____. _____. **Programa de Aceleração do Crescimento**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/pac/o-pac/>>. Acesso em maio de 2010

_____. _____. **Metas prioritárias do Plano Plurianual 2008-2011**. Brasília, DF.

_____. Secretaria do Tesouro Nacional. **Instrução Normativa Nº 01, de 15 de janeiro de 1997**. Disciplina a celebração de convênios de natureza financeira que tenham por objeto a execução de projetos ou realização de eventos e da outras providências. Disponível em: <<http://www.conveniosfederais.com.br/instrunorma.htm>>. Acesso em: fevereiro de 2010.

_____. Tribunal de Contas da União. **Acórdão 2492, de 05 de Setembro de 2006**. Trata sobre um convênio entre o Ministério da Cultura e as Obras de Assistência e Serviço Social da Arquidiocese de Brasília. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/774422/dou-secao-1-08-09-2006-pg-101>>. Acesso em fevereiro de 2010.

CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: RUBIM, Albino; BARBALHO, Alexandre. (Orgs.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 87-107.

_____. Desafios à construção de políticas culturais: balanço da gestão Gilberto Gil. In: **Proa - Revista de Antropologia e Arte** [on-line]. Ano 01, vol. 01, n. 01, ago. 2009. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/proa/debates/debatelia.html>>, acesso em novembro de 2010.

_____. Conselhos de cultura no Brasil: algumas demandas. In: RUBIM, Albino; FERNANDES, Taiane; RUBIM, Iuri. (Orgs). **Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura**. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 289-304.

CANEDO, Daniele Pereira. **Cultura, democracia e participação social: um estudo da II Conferência Estadual de Cultura da Bahia**. Dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2008

_____; OLIVEIRA, Gleise; SALGADO Julia; SOTO, Cecília. Políticas públicas de cultura: os mecanismos de participação popular. In: **Políticas culturais no governo Lula**. RUBIM, Albino (Org.). Salvador: EDUFBA/CULT, 2010.

CARDOSO, Fernando Henrique. Texto de abertura. In: WEFFORT, Francisco & SOUZA, Mário (Orgs). **Um olhar sobre a cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Associação de Amigos da FUNARTE, 1998.

CARDOSO, José Álvaro Lima. **O PAC e o desenvolvimento econômico do Brasil**. 2007. Disponível em: <<http://www.saesc.org.br/OPACEdesenvolvimentoeconomicodoBrasil.pdf>>. Acesso em maio de 2010

CARVALHO, Everton Freire de; LEPIKSON, João Augusto. **PAC e a nova concepção de política econômica do governo Lula**. 2007. Disponível em: <http://www.nec.ufba.br/artigos/Inflacao_Politica_Monetaria_e_Fiscal/2007/2007.02%20-%20PAC%20e%20a%20nova%20concep%C3%A7%C3%A3o%20de%20pol%C3%ADtica%20econ%C3%B4mica%20do%20governo%20Lula.pdf>. Acesso em maio de 2010.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

COCCO, Giuseppe. Os Pontos de Cultura: um novo léxico para uma política dos pobres e do amor!. In: **Seminário Internacional do Programa Cultura Viva: novos mapas conceituais**. Brasília: Ministério da Cultura, 2009. p. 34-35.

COMISSÃO NACIONAL DE PONTOS DE CULTURA. **Carta ao Fórum de Pontos de Cultura 2007**. Disponível em <<http://forumPontosdeCultura.blogspot.com/2008/01/carta-da-comisso-nacional-de-pontos-de.html>>. Acesso em março de 2010.

_____. **Síntese das Cartas dos Pontos de Cultura elaboradas nos Encontros Preparatórios da Teia 2007**. Disponível em: <<http://www.teia2007.com.br/plenaria/download/5otvym02tm>>. Acesso em março de 2010.

_____. **Regimento interno da CNPC.** Disponível em: <<http://culturadigital.br/cnpdc/>> Acesso em agosto de 2010.

_____. **Carta ao Exmo Sr. Ministro Juca Ferreira.** Mimeo Brasília: 15 de novembro de 2008.

COMUNIDADE SANTO ANTÔNIO S/A. Disponível em: <<http://www.comuna.org.br/>> Acesso em 29 de agosto de 2010.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Relatório Sobre os Orçamentos e Atuação Governamental Ano 2004.** Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/PrestacaoContasPresidente/2004/Volume1/C%20-%202005.pdf>>. Acesso em outubro de 2010.

_____. **Relatório Sobre os Orçamentos e Atuação Governamental Ano 2005.** Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/PrestacaoContasPresidente/2005/Volume%201/Capitulo%205/V.04.pdf>>. Acesso em outubro de 2010.

_____. **Relatório Sobre os Orçamentos e Atuação Governamental Ano 2006.** Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/PrestacaoContasPresidente/2006/VOLUME%20I-V-5.pdf>>. Acesso em outubro de 2010.

_____. **Relatório Sobre os Orçamentos e Atuação Governamental Ano 2007.** Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/PrestacaoContasPresidente/2007/Tomo_I/arquivos/parteVI/6.5.pdf>. Acesso em outubro de 2010.

_____. **Relatório Sobre os Orçamentos e Atuação Governamental Ano 2008.** Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/PrestacaoContasPresidente/2008/ParteV/5.4.pdf>>. Acesso em outubro de 2010.

_____. **Relatório Sobre os Orçamentos e Atuação Governamental Ano 2009.** Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/PrestacaoContasPresidente/2009/Arquivos/515.pdf>>. Acesso em outubro de 2010.

COSTA, Laís. **Diagnóstico, análise de risco e recomendações para o estabelecimento de micro alianças público-privadas municipais nos setores sociais: análise de saúde, educação e cultura.** IBAM, Rio de Janeiro, setembro de 2009. Disponível em: <http://187.45.219.123/DotNetNuke/Portals/0/images/setores_potenciais_desenvolvimento_social.pdf>. Acesso em novembro de 2010.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político.** 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DAGNINO, Evelina. Políticas culturais, democracia e o projeto neoliberal. In: **Revista Rio de Janeiro**, n. 15, jan-abr. 2005. Fórum do Rio de Janeiro: UERJ, 2005. p. 45 – 65.

DOMINGUES, João Luiz Pereira. **Programa Cultura Viva: políticas culturais para a emancipação das classes populares**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

_____. Cultura Viva e a cultura da participação. Por que avançar neste processo? In: **Programa Cultura Viva: análises e observações**. Brasília: Ministério da Cultura, 2009.

DOUNIS, Sumaya; LABREA, Valéria; RANGEL, Antonia. Seminário Internacional do Programa Cultura Viva: a tradução intercultural como metodologia. In: **Programa Cultura Viva: análises e observações**. Brasília: Ministério da Cultura, 2009

DUARTE, Raquel e WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Eleições este ano serão mais ideológicas**. Entrevista com Márcio Pochmann. Publicada em 08 de junho de 2010. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/artigos-e-boletins/artigos/entrevista-marcio-pochmann-eleicoes-este-ano-serao-mais-ideologicas>>. Acesso em janeiro de 2011.

FARIA, Hamilton. Conselhos de cultura: novos e antigos desafios da cidadania cultural. In: RUBIM, Albino; FERNANDES, Taiane; RUBIM, Iuri. (Orgs). **Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura**. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 267-288.

FELIX, Paula. **Políticas culturais do governo Lula: análises do Sistema e do Plano Nacional de Cultura**. 2008. 138f. Dissertação. (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

FER, Ester. A fundamentação teórica do Programa Cultura Viva à luz de uma pesquisa em comunicação. In: **Programa Cultura Viva: análises e observações**. Brasília: Ministério da Cultura, 2009

FERNANDES, Taiane. **A Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia 1995-2006**. Dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2008

FERREIRA, Juca. **Pronunciamento do secretário executivo Juca Ferreira durante o lançamento do Programa Mais Cultura**. Brasília, 04 de outubro de 2007.

FONSECA, Francisco. Democracia e participação no Brasil: descentralização e cidadania face ao capitalismo contemporâneo. In: **Revista Katálysis**. Florianópolis. V. 10, n.2, p 245-255, jul/dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10n2/a13v10n2.pdf>>. Acesso em novembro de 2010.

FÓRUM DE PONTOS DE CULTURA DO BRASIL. **Carta Viva a Cultura**. Apresentada por ocasião do Encontro Nacional de Pontos de Cultura – Teia/2007, realizada em agosto de 2007, em Belo Horizonte. Disponível em: <<http://forumPontosdecultura.blogspot.com/2007/12/carta-viva-cultura.html>>. Acesso em março de 2010.

FRAGA, Ricardo Carvalho. **Jurisprudência e Revisão**. 2004. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6119>>. Acesso em fevereiro de 2010.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: **Planejamento e políticas públicas**. Brasília: IPEA, vol 21, Jun-2000. p. 211 – 259.

FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATTOS. <<http://www.culturafgm.salvador.ba.gov.br/>> Acesso em agosto de 2010.

GAVENTA, John. Prefácio. In: COELHO, Vera Schattab; NOBRE, Marcos (Orgs.). **Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Editora 34, 2004. p. 7-9.

GIL, Gilberto. **Discurso do Ministro da Cultura, Gilberto Gil, na abertura da Conferência Nacional de Cultura do PT**. São Paulo, 29 de novembro de 2003. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2003/11/29/ministro-da-cultura-gilberto-gil-na-abertura-da-conferencia-nacional-de-cultura-do-pt/>>. Acesso em dezembro de 2010.

_____. Discursos do Ministro da Cultura Gilberto Gil. **Cadernos do Do-In Antropológico**. Brasília, DF, n. 01, dez. 2003a.

_____. **Discurso do ministro Gilberto Gil empossando sua equipe no Ministério da Cultura**. Brasília, 15 de Janeiro de 2003b. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/?p=1164>>. Acesso em fevereiro de 2010.

_____. **Discurso do ministro Gilberto Gil na solenidade de transmissão do cargo**. Brasília, 2 de janeiro de 2003c. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2003/01/02/discorso-do-ministro-gilberto-gil-na-solenidade-de-transmissao-do-cargo/>>. Acesso em agosto de 2010.

_____. **Nota de Esclarecimento**. Documento sobre a exoneração de Roberto Pinho do cargo de secretário de Desenvolvimento de Programas e Projetos Culturais do MinC. Brasília, 18 de fevereiro de 2004. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2004/02/18/nota-de-esclarecimento-6/>>. Acesso em fevereiro de 2010.

_____. **Discurso sobre o Programa Nacional Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva, durante encontro com artistas em Berlim**. 2004. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2004/09/02/ministro-da-cultura-gilberto-gil-sobre-o-programa-nacional-cultura-educacao-e-cidadania-cultura-viva-durante-encontro-com-artistas-em-berlim/>>. Acesso em fevereiro de 2010.

_____. **Pronunciamento do ministro Gilberto Gil na abertura do Seminário Internacional Políticas Públicas de Cultura**. Rio de Janeiro, UERJ, 09 de maio de 2005. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2005/05/09/pronunciamento-do-ministro-gilberto-gil-na-abertura-do-seminario-internacional-politicas-publicas-de-cultura-na-uerj/>>. Acesso em dezembro de 2010.

_____. **Discurso do ministro da Cultura, Gilberto Gil na entrega do Prêmio Cultura Viva**. Brasília, 18 de dezembro de 2007. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2007/12/18/discorso-do-ministro-da-cultura-gilberto-gil-na-entrega-do-premio-cultura-viva/>>. Acesso em dezembro de 2010.

_____. **Pronunciamento do Ministro Gilberto Gil na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados.** Brasília, 12 de setembro de 2007a. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2007/09/12/pronunciamento-do-ministro-gilberto-gil-na-comissao-de-educacao-e-cultura-da-camara-dos-deputados/>>. Acesso em agosto de 2010.

_____. **Discurso do ministro Gilberto Gil no lançamento do Programa Mais Cultura.** Brasília, 04 de outubro de 2007b.

GOMES, Karina Cristina Sena. Entre as fronteiras on/off line. In: **Programa Cultura Viva: análises e observações.** Brasília: Ministério da Cultura, 2009.

GUIA TRABALHISTA. **Tabela dos valores nominais do salário mínimo.** Disponível em: <http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo.htm>. Acesso em agosto de 2010.

GUIMARÃES, Juarez. A democratização das decisões. Entrevista com Luiz Dulci. **Revista Teoria e Debate**, n. 89, jul/ago 2010. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/sites/default/files/TD89-Dulcientrevista.pdf>>. Acesso em janeiro de 2011.

HAZIN, Ana Lúcia; OLIVEIRA, Cleide Galiza de; MEDEIROS, Rejane Pinto de. **Cultura e turismo: interação ou dominação?** Trabalhos para Discussão. N.121/2001. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/tpd/121.html>>. Acesso em agosto de 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema de informações e indicadores culturais: 2003-2005.** Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

_____. **Produto Interno Bruto.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_est/>. Acesso em agosto de 2010.

_____. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais.** 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/default.shtm>>. Acesso em agosto de 2010.

_____. **Perfil dos municípios brasileiros.** Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ba>>. Acesso em agosto de 2010

INSTITUTO DE PESQUISAS E PROJETOS SOCIAIS E TECNOLÓGICOS. **Mapas da Rede.** Disponível em: <<http://www.mapasdarede.org.br/mapa/>>. Acesso em setembro de 2010.

JACOBI, Pedro Roberto. **Políticas sociais e ampliação da cidadania.** Rio de Janeiro, FGV, 2000.

KERBAUY, Maria Teresa. Federalismo, Descentralização e Democracia. In: **Estudos de Sociologia**, V. 6, N°. 10 (2001). Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/viewFile/180/177>>. Acesso em novembro de 2010.

LIMA, Hanayana Brandão G Fontes. **Quantas redes cabem num ponto? Análise da gestão em rede no Programa Cultura Viva.** Artigo apresentado no Encontro Nacional dos Pontos

de Cultura – Teia, em Fortaleza, março de 2010.

LODY, Raul. Entrevista realizada com Célio Turino em julho de 2009. In: **Almanaque Cultura Viva**. Brasília: MINC; São Paulo: SESC, 2009.

LULA DA SILVA, Luis Inácio. Programa Brasileiro de Cinema e Audiovisual. In: **Cadernos do Do-In Antropológico**, n.º1, Brasília, 2003.

_____. **Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na cerimônia de lançamento do Programa Mais Cultura**. Brasília, 04 de outubro de 2007. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2007/10/05/discurso-do-presidente-lula-da-silva-na-cerimonia-de-lancamento-do-programa-mais-cultura/>>. Acesso em novembro de 2010.

MARANHÃO. Governo do Estado. **Edital de Seleção nº 01, de 10 de setembro de 2008**. Seleciona instituições da sociedade civil sem fins lucrativos para atuarem como Pontos de Cultura no Maranhão. Disponível em: <http://portal.cnm.org.br/sites/9300/9340/leis_e_programas/editais/edital-maranhao.pdf>. Acesso em agosto de 2010.

MARQUES, Carolina. **Pontos de Cultura da Bahia: uma análise temática sob a luz da diversidade cultural**. Monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso, da Faculdade de Comunicação da UFBA. Salvador, 2009.

MATA-MACHADO, Bernardo. Participação política e conselhos de cultura: uma proposta. In: RUBIM, Albino; FERNANDES, Taiane; RUBIM, Iuri. (Orgs). **Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura**. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 255-266.

MATTOS, Fabrício Santos de. **Os traços da rede: Pontos de cultura e usos da cultura na Amazônia contemporânea**. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2010.

MEIRELES, Silvana. **Espaços Mais Cultura no PAC II**. 2010. Disponível em: http://mais.cultura.gov.br/files/2010/03/informativo_29marco2010.pdf>. Acesso em novembro de 2010.

MIGUEZ, Paulo César. **Cultura e Desenvolvimento**. 2009. Disponível em: <<http://politicasculturais.wordpress.com/2009/11/04/cultura-e-desenvolvimento>>. Acesso em agosto de 2010.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Programa nacional de arte, educação, cidadania e economia solidária**. 2ª. Edição. Brasília: Ministério da Cultura, 2005.

_____. **Programa Cultura Viva valoriza a diversidade da cultura brasileira**. 2006. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/upload/Release%20Cultura%20Viva%20-%201143570832.pdf>>. Acesso em: fevereiro de 2010.

_____. **Relatório da Gestão ano base 2007**. Brasília, DF.

_____. **Programa Mais Cultura**. Disponível em: <<http://mais.cultura.gov.br/>> Acesso em

novembro de 2010.

_____. **Relatório anual do Programa Mais Cultura, ano 2008.** Disponível em: <http://mais.cultura.gov.br/files/2009/10/relatorio_cultura3_05_11_2009.pdf> Acesso em outubro de 2010.

_____. **Prestação de Contas, ano 2009.** Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2010/02/prestacao-de-contas-2009.pdf>>. Acesso em outubro de 2010.

_____. **Espaço Mais Cultura: conceito e descrição da ação 2009.** Disponível em <http://mais.cultura.gov.br/files/2009/11/espacos_mais_cultura.pdf>. Acesso em novembro de 2010.

_____. **Cultura Viva: Ponto de Cultura pulsando o Brasil.** Brasília: Ministério da Cultura, 2010.

_____;SESC. **Almanaque Cultura Viva.** Brasília: MINC; São Paulo: SESC, 2010a.

_____. **Conferencia Nacional de Cultura 2010b** Disponível em: <<http://blogs.cultura.gov.br/cnc/files/2010/03/Propostas-32-finais.pdf>>. Acesso em janeiro de 2011.

_____. **Pontos de Rede.** Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/culturaviva/ponto-de-cultura/pontos-de-red/>>. Acesso em janeiro de 2011.

MOISÉS, José Álvaro. Estrutura institucional do setor cultural no Brasil. In: MOISÉS, José Álvaro et al. **Cultura e democracia.** Rio de Janeiro: Edições Fundo Nacional de Cultura. 2 v. Cadernos do nosso tempo – nova série, 2001.

NOBRE, Marcos. Participação e deliberação na teoria democrática: uma introdução. In: COELHO, Vera Schattab; NOBRE, Marcos (Orgs.). **Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo.** São Paulo: Editora 34, 2004. p. 21-40.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVERI, Cristiane Garcia. **Cultura neoliberal: leis de incentivo como política pública de cultura.** São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **A imaginação a serviço do Brasil.** São Paulo, PT, 2003.

_____. Lula presidente. Brasil: cultivar a memória, inventar o futuro. **Programa setorial de cultura 2007/2010.** Brasil, 2006.

_____. **Programa de governo 2011/2014: uma cultura do tamanho do país, para o Brasil seguir mudando.** São Paulo, PT, 2010.

PONTOS DE CULTURA DA BAHIA. **Rede dos Pontos de Cultura da Bahia**. Disponível em: <<http://pontoapontobahia.wordpress.com/>>. Acesso em dezembro de 2010.

ROUSSEFF, Dilma. **Discurso da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, no lançamento do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento)**. Em 22 de janeiro de 2007. Disponível em: <<http://www.casacivil.planalto.gov.br/?p=3710>>. Acesso em maio de 2010

RUA, Maria das Graças. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. In: RUA, Maria das Graças; CARVALHO, Maria (Orgs.). **O estudo da política: tópicos selecionados**. Brasília: Paralelo 15, 1998. Disponível em: <http://vsites.unb.br/ceam/webceam/nucleos/omni/observa/downloads/pol_publicas.PDF>. Acesso em novembro de 2010.

RUBIM, Albino. Política cultural na contemporaneidade. In: **Comunicação & Educação**. São Paulo, jan/abr 2002. p. 26 – 36.

_____. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, Albino (Org.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007a. p.11-36.

_____. Políticas culturais entre o possível e o impossível. In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (Org). **Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares**. Salvador: EDUFBA, 2007b. p. 139-158.

_____. **Políticas públicas de cultura no Brasil e na Bahia**. Texto produzido em 2007c. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/pesquisas_polit_cult_brasil.html>. Acesso em novembro de 2010.

_____. Políticas culturais do governo Lula / Gil: desafios e enfrentamentos. In: **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo, v. 31, n. 1, jan./jun 2008. p. 183 – 203.

_____. Programa Cultura Viva – projeto Pontos de Cultura. In: **Seminário Internacional do Programa Cultura Viva: novos mapas conceituais**. Brasília: Ministério da Cultura, 2009. p. 21-22.

_____. (Org). **Políticas Culturais no governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010a.

_____. Conselhos de Cultura: atribuições, caráter, composição e democracia. In: RUBIM, Albino; FERNANDES, Taiane; RUBIM, Iuri. (Orgs). **Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura**. Salvador: EDUFBA, 2010b. p. 147-165

_____. Políticas culturais nos governo FHC e Lula. Texto publicado no blog **Movimento Cultura Brasil**, 2010c. Disponível em: <<http://www.movimentoculturabrasil.com.br/blog/?p=2429>>. Acesso em janeiro de 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SECRETARIA DE CULTURA DA BAHIA. www.cultura.ba.gov.br. Acesso em agosto e

setembro de 2010.

SECRETARIA ESTADUAL DO PLANEJAMENTO. www.seplan.ba.gov.br. Acesso em setembro de 2010.

SILVA, Enid Rocha Andrade da. Participação social e as conferências nacionais de políticas públicas: reflexões sobre os avanços e desafios no período de 2003-2006. In: **Texto para Discussão**. N°1378, Rio de Janeiro: fev. 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1378.pdf>. Acesso em janeiro de 2011.

SIMIS, Anita. A política cultural como política pública. In: RUBIM, Albino (Org.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 133-155.

SÔLHA, Hélio Lemos. A Conferência Nacional de Comunicação: da liberdade de expressão à censura mediática. In: SEL, Susana (Org.). **Políticas de comunicación en el capitalismo contemporáneo: América Latina y sus encrucijadas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2010. p. 211 – 230.

SOUZA, Celina. Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988. In: **Revista de sociologia e política**. N. 24, jun/2005. Curitiba, 2005. p. 105-121.

_____. Políticas públicas: uma revisão da literatura. In: **Sociologias**. Ano 08, n. 16, jul/dez 2006. Porto Alegre, 2006. p. 20-45.

_____. Celina. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: ARRETCHE, Marta; HOCHMAN, Gilberto; MARQUES, Eduardo (Orgs.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: editora Fiocruz, 2007. p. 65 – 86.

TURINO, Célio. Por uma cultura viva desescondendo o Brasil profundo. In: **Revista Rio de Janeiro**, n. 15, jan.-abr. 2005 p. 135 a 139.

_____. **Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

UNESCO. Declaração universal sobre a diversidade cultural. In: BRANDT, Leonardo (Org.) **Diversidade cultural, globalização e culturas locais: dimensões, efeitos e perspectivas**. São Paulo, Escrituras/ Instituto Pensarte, 2005, p. 207-214.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

VILUTIS, Luana. **Cultura e Juventude: A formação dos jovens nos Pontos de Cultura**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

VIOLIN, Tarso. **Peculiaridades dos convênios administrativos firmados com as entidades do terceiro setor**. 2004. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7421>> Acesso em fevereiro de 2010.

WEFFORT, Francisco; SOUZA, Mário (Orgs.). **Um olhar sobre a cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Associação de Amigos da FUNARTE, 1998.

ENTREVISTAS REALIZADAS

ALVES, Cristina Maria. Entrevista concedida a Sophia Cardoso Rocha em 02 de setembro de 2010

ASSIS, Chicco. Entrevista concedida a Sophia Cardoso Rocha em 11 de agosto de 2010

BRAGA, Elite. Entrevista concedida a Sophia Cardoso Rocha em 22 de abril de 2010.

CATALÃO, TT. Entrevista concedida a Sophia Cardoso Rocha em 22 de abril de 2010.

RACHID, Saliha. Entrevista concedida a Sophia Cardoso Rocha em 20 de agosto de 2010.

SALES, Catarina. Entrevista concedida a Sophia Cardoso Rocha em 29 de agosto de 2010.

ANEXO A – COMITÊ DO PROGRAMA MAIS CULTURA NA BAHIA

4 SALVADOR, BAHIA, TERÇA-FEIRA,
14 DE ABRIL DE 2009
ANO XCIII - Nº 19.961

Executivo

REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL
ESTADO DA BAHIA

DIÁRIO
OFICIAL

DECRETOS SIMPLES

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

nomear, para compor o Comitê Estadual de Acompanhamento do Programa Mais Cultura - Comitê Mais Cultura Bahia, instituído pelo Decreto nº 11.482, de 13 de abril de 2009, os membros a seguir indicados:

MÁRCIO MEIRELLES, representante da Secretaria de Cultura
Suplente: ÂNGELA MARIA MENEZES DE ANDRADE

TARCIANA PORTELLA, representante do Ministério da Cultura
Suplente: CARLOS ANTÔNIO AMORIM

ROBERTO DUARTE, representante do Conselho Estadual de Cultura da Bahia
Suplente: NÁDIA ACAUÁ

HAMILTON FERREIRA DE OLIVEIRA, representante do Conselho de Desenvolvimento das Comunidades Negras
Suplente: MIGUEL ARCANJO DOS SANTOS

MARIA IVANILDE FERREIRA NOBRE, representante da Secretaria da Educação
Suplente: CLÁUDIA CRISTINA SANTOS DE ANDRADE

EDUARDO JORGE GOMES DE BRITO SANTOS, representante da Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional
Suplente: MILENA GUERREIRO FERREIRA

LOURIVAL SOARES GUSMÃO, representante da Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário
Suplente: GILDETE CALUMBI DA SILVA MOURA

RAIMUNDO BONFIM DOS SANTOS, representante da Regional Nordeste do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
Suplente: MARIA HELENA DA ROCHA BESNOSIK

UBIRAMAR BISPO DE SOUZA, representante da Coordenação Estadual de Territórios de Identidade
Suplente: EDILTON OLIVEIRA SOARES

CLÁUDIA MONTEIRO FERNANDES, representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF
Suplente: ANDRÉIA NÉRI

PAULO BARRETO DE ARAÚJO MANSO CABRAL, representante do Serviço de Apoio às Pequenas e Médias Empresas da Bahia - SEBRAE
Suplente: RICHARD MICHAEL ALVES

TÂNIA MARIA DO NASCIMENTO BISPO, representante do Serviço Social do Comércio - SESC
Suplente: RAMON REVERENDO SANTOS

FERNANDO JOSÉ AMORIM MARINHO, representante do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Diversões do Estado da Bahia - SATED
Suplente: JOSÉ CARLOS DA SILVA

MÁRCIO CÁIRES CHAVES, representante da Rede de Pontos de Cultura da Bahia
Suplente: MARIA APARECIDA RIBEIRO DA CRUZ

GILDELSON FELÍCIO DE JESUS, representante do Fórum de Dirigentes Municipais de Cultura
Suplente: NORMELITA DA SILVA

AURECY COSTA LEITE, representante da Petróleo do Brasil S/A - Petrobras
Suplente: ADOLFO ELIAS MITOUZO VIEIRA

considerar nomeados, com efeito a partir de 24.03.2009, WALTER DE FREITAS PINHEIRO e LUIZ HENRIQUE PEREIRA para, na condição de titular e suplente, respectivamente, comporem o Conselho de Política de Recursos Humanos - COPE, vinculado à Secretaria de Administração, em substituição a RONALD DE ARANTES LOBATO e PAULO HENRIQUE DE ALMEIDA.

nomear ROBERTO RISERIO D'ALMEIDA para, na condição de titular, compor o Conselho de Administração do Instituto de Artesanato Visconde de Mauá, da estrutura da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, como representante da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração, em substituição a ANTÔNIO CELSO PEREIRA ALVES FILHO.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 13 de abril de 2009.

JAQUES WAGNER
Governador

Retificações

Na nomeação para a Secretaria de Segurança Pública, publicada no Diário Oficial do Estado de 04 e 05.04.2009:

ONDE SE LÊ:
...Cristiano Garrido...

LEIA-SE:
...Cristiano Santos Garrido...

Na exoneração da Polícia Militar, publicada no Diário Oficial do Estado de 09.04.2009:

ONDE SE LÊ:
...Jorge Ricardo Albuquerque...

LEIA-SE:
...Jorge Ricardo Albuquerque...

DESPACHOS

DESPACHO DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO

Em 13/04/2009

Processo nº 1400090005164

Órgãos: Assembleia Legislativa, Procuradoria Geral do Estado, Secretaria de Administração, Secretaria de Cultura, Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Secretaria do Meio Ambiente

Objeto: Suplementação de Crédito

Despacho: Autorizo. Para efeito do que dispõe o artigo 62, inciso III, da Lei nº 2.322/66, com a redação da Lei nº 2.588/68, considero de interesse público a despesa decorrente da suplementação solicitada neste processo.

CASA CIVIL

PORTARIA Nº 38 DE 13 DE ABRIL DE 2009

A SECRETÁRIA DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

considerar sem efeito a Portaria nº 28, publicada no Diário Oficial do Estado de 28 e 29.03.2009, que designou a servidora FERNANDA PASSOS LAGO, cadastro nº 14.474.935-4, para substituir MARIA FERNANDA YANASE, Coordenador 1, símbolo DAS-2C, cadastro nº 14.447.636-7, da Coordenação de Articulação e Monitoramento, da Casa Civil, no período de suas férias, de 30.03.2009 a 28.04.2009.

GABINETE DA SECRETÁRIA, em 13 de abril de 2009.

EVA MARIA CELLA DAL CHIAVON
Secretária

PORTARIA Nº 39 DE 13 DE ABRIL DE 2009

A SECRETÁRIA DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições, e à vista do disposto no art. 25 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 11.431, de 06 de fevereiro de 2009,

RESOLVE

designar VANDA LIMA DOS SANTOS, cadastro nº 14.361.428-9, para substituir CLAUDIA MEIRE CUNHA DE SALLES, Assessor Técnico, símbolo DAS-3, cadastro nº 14.477.199-5, da Coordenação de Acompanhamento de Políticas Governamentais, da Casa Civil, no período de suas férias, de 01.05.2009 a 30.05.2009.

GABINETE DA SECRETÁRIA, em 13 de abril de 2009.

EVA MARIA CELLA DAL CHIAVON
Secretária

PORTARIA Nº 40 DE 13 DE ABRIL DE 2009

A SECRETÁRIA DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições, e à vista do disposto no art. 31 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 11.431, de 06 de fevereiro de 2009,

RESOLVE

ANEXO B - Critérios de seleção e julgamento da Comissão Técnica

CRITÉRIOS		Distribuição de pontos				Pontuação máxima
		A	P	S	M	
1.	Atendimento à filosofia do Programa Mais Cultura					28,0 pontos
a.	Contribui para o acesso à produção de bens culturais	0,0	2,3	4,7	7,0	
b.	Promove a auto-estima, o sentimento de pertencimento e a cidadania	0,0	2,3	4,7	7,0	
c.	Dinamiza os espaços culturais dos municípios	0,0	2,3	4,7	7,0	
d.	Gera oportunidades de Emprego e Renda	0,0	2,3	4,7	7,0	
2.	Atendimento às prioridades de territorialização do Programa Mais Cultura	Sim		Não		24,0 pontos
a.	Território de cidadania	4,0		0,0		
b.	Território de vulnerabilidade social (educação e violência)	4,0		0,0		
c.	Território de indígenas, quilombolas ou artesanais	4,0		0,0		
d.	Bacia Hidrográfica do São Francisco	4,0		0,0		
e.	Semi-árido	4,0		0,0		
f.	Sítio Urbano (patrimônio histórico, cultural e ambiental)	4,0		0,0		
3.	Impactos artístico-culturais, econômicos e/ou sociais	A	P	S	M	18,6 pontos
a.	Desenvolve processos criativos continuados	0,0	1,0	2,1	3,1	
b.	Desenvolve ações de formação cultural	0,0	1,0	2,1	3,1	
c.	Promove ações da cultura digital em software livre	0,0	1,0	2,1	3,1	
d.	Desenvolve ações de documentação e registro nas comunidades em que atuam	0,0	1,0	2,1	3,1	
e.	Propõe a integração entre culturas de tradição oral e educação formal e/ou novas tecnologias culturais, sociais e científicas	0,0	1,0	2,1	3,1	
f.	Propõe integração da cultura com outras esferas do conhecimento e da vida social	0,0	1,0	2,1	3,1	
4.	Abrangência da proposta considerando público alvo participante	Sim		Não		16,1 pontos
a.	Estudantes da rede pública de ensino;	2,3		0,0		
b.	Crianças em situação de vulnerabilidade social;	2,3		0,0		
c.	Adolescentes e jovens adultos em situação de vulnerabilidade social;	2,3		0,0		
d.	Idosos em situação de vulnerabilidade social;	2,3		0,0		
e.	Populações de baixa renda, habitando áreas com precária oferta de serviços públicos e de cultura, tanto nos grandes centros urbanos, como nos pequenos municípios;	2,3		0,0		
f.	Portadores de deficiência;	2,3		0,0		
g.	Outros grupos minoritários	2,3		0,0		
5.	Avaliação do proponente	A	P	S	M	8,5 pontos
a.	Adequação da experiência da entidade ao objeto da proposta	0,0	0,6	1,1	1,7	
b.	Realização comprovada de projetos relevantes para a área cultural	0,0	0,6	1,1	1,7	
c.	Capacidade de agregar parcerias	0,0	0,6	1,1	1,7	
d.	Desenvolve gestão compartilhada	0,0	0,6	1,1	1,7	
e.	Apresenta estratégias de sustentabilidade	0,0	0,6	1,1	1,7	
6.	Adequação do orçamento e viabilidade do Plano de Trabalho	Sim		Não		4,8 pontos
a.	Coerência entre as ações do projeto e os custos apresentados	1,6		0,0		
b.	Viabilidade do projeto no prazo proposto	1,6		0,0		
c.	Razoabilidade dos itens de despesas e seus custos	1,6		0,0		

Legenda: **A** é Ausente / **P** é Pouco / **S** é Suficiente / **M** é Muito

ANEXO C - Distribuição de Cotas por Território de Identidade

Territórios de Identidade	População 2007	Proporção População 2007	Nº municípios	Proporção Nº Municípios	Coefficiente	140 cotas	IDH (2000)
Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte	596.917	0,04239	22	0,05276	0,04758	7	0,61
Bacia do Jacuípe	239.966	0,01704	14	0,03357	0,02531	4	0,623
Bacia do Paramirim	159.020	0,01129	9	0,02158	0,01644	2	0,626
Bacia do Rio Corrente	201.488	0,01431	11	0,02638	0,02034	3	0,634
Baixo Sul	321.139	0,02281	14	0,03357	0,02819	4	0,616
Chapada Diamantina	360.955	0,02563	23	0,05516	0,04040	6	0,626
Extremo Sul	711.535	0,05053	21	0,05036	0,05045	7	0,653
Irecê	400.346	0,02843	20	0,04796	0,03820	5	0,606
Itaparica	158.546	0,01126	6	0,01439	0,01282	2	0,633
Itapetinga	254.215	0,01805	13	0,03118	0,02461	3	0,627
Litoral sul	851.484	0,06047	27	0,06475	0,06261	9	0,627
Médio Rio das Contas	367.991	0,02613	16	0,03837	0,03225	5	0,614
Metropolitana de Salvador	3.582.799	0,25445	10	0,02398	0,13921	19	0,731
Oeste Baiano	370.926	0,02634	14	0,03357	0,02996	4	0,624
Piemonte da Diamantina	200.455	0,01424	9	0,02158	0,01791	3	0,595
Piemonte do Paraguaçu	295.038	0,02095	14	0,03357	0,02726	4	0,612
Piemonte Norte do Itapicuru	255.713	0,01816	9	0,02158	0,01987	3	0,612
Portal do Sertão	871.922	0,06192	17	0,04077	0,05135	7	0,652
Recôncavo	557.750	0,03961	20	0,04796	0,04379	6	0,668
Semi-árido Nordeste II	409.529	0,02908	18	0,04317	0,03612	5	0,574
Sertão do São Francisco	520.782	0,03699	10	0,02398	0,03048	4	0,616
Sertão Produtivo	434.056	0,03083	19	0,04556	0,03819	5	0,646
Sisal	570.717	0,04053	20	0,04796	0,04425	6	0,6
Vale do Jequiçá	323.100	0,02295	21	0,05036	0,03665	5	0,628
Velho Chico	367.365	0,02609	16	0,03837	0,03223	5	0,623
Vitória da Conquista	696.900	0,04949	24	0,05755	0,05352	7	0,614
Total	14.080.654	1,00000	417	1,00000	1,00000	140	0,626538

Fonte:População: IBGE; Nº de Municípios: SEPLAN/SPE

ANEXO D - Territorialização do Programa Mais Cultura

TERRITÓRIO 01 - IRECÊ							
Nº	MUNICÍPIO	Território de Cidadania	Território de Vulnerabilidade e Social	Território de Indígenas, Quilombolas ou Artesanais	Bacia do São Francisco	Semi-árido	Sítio Urbano
1	AMÉRICA DOURADA			X	X	X	
2	BARRA DO MENDES			X	X	X	
3	BARRO ALTO				X	X	
4	CAFARNAUM				X	X	
5	CANARANA			X	X	X	
6	CENTRAL				X	X	
7	GENTIO DO OURO				X	X	
8	IBIPEBA				X	X	
9	IBITITÁ				X	X	
10	IPUPIARA				X	X	
11	IRECÊ			X	X	X	
12	ITAGUACÚ DA BAHIA				X	X	
13	JOÃO DOURADO			X	X	X	
14	JUSSARA				X	X	
15	LAPÃO			X	X	X	
16	MULUNGU DO MORRO				X	X	
17	PRESIDENTE DUTRA				X	X	
18	SÃO GABRIEL			X	X	X	
19	UIBAÍ				X	X	
20	XIQUE-XIQUE			X	X	X	
TOTAL		0	0	8	20	20	0

TERRITÓRIO 02 - VELHO CHICO							
Nº	MUNICÍPIO	Território de Cidadania	Território de Vulnerabilidade e Social	Território de Indígenas, Quilombolas ou Artesanais	Bacia do São Francisco	Semi-árido	Sítio Urbano
1	BARRA	X		X	X	X	
2	BOM JESUS DA LAPA	X		X	X	X	
3	BROTAS DE MACAÚBAS	X			X	X	
4	CARINHANHA	X		X	X	X	
5	FEIRA DA MATA	X			X	X	
6	IBOTIRAMA	X		X	X	X	
7	IGAPORÃ	X		X	X	X	
8	MALHADA	X		X	X	X	
9	MATINA	X			X	X	
10	MORPARÁ	X			X	X	
11	MUQUÉM S. FRANCISCO	X		X	X	X	
12	OLIVEIRA DOS						
13	BREJINHOS	X			X	X	
13	PARATINGA	X			X	X	

14	RIACHO DE SANTANA	X		X	X	X	
15	SERRA DO RAMALHO	X		X	X	X	
16	SÍTIO DO MATO	X		X	X	X	
TOTAL		16	0	10	16	16	0

TERRITÓRIO 03 - CHAPADA DIAMANTINA							
Nº	MUNICÍPIO	Território de Cidadania	Território de Vulnerabilidade e Social	Território de Indígenas, Quilombolas ou Artesanais	Bacia do São Francisco	Semi-árido	Sítio Urbano
1	ABAÍRA	X				X	
2	ANDARAÍ	X		X		X	x
3	BARRA DA ESTIVA	X		X		X	
4	BONINAL	X			X	X	
5	BONITO	X			X	X	
6	IBICOARA	X		X		X	
7	IBITIARA	X		X	X	X	
8	IRAQUARA	X				X	
9	ITAETÉ	X		X		X	
10	JUSSIAPE	X				X	
11	LENÇÓIS	X		X		X	x
12	MARCIONÍLIO SOUZA	X				X	
13	MORRO DO CHAPÉU	X		X	X	X	x
14	MUCUGÊ	X		X		X	x
15	NOVA REDENÇÃO	X				X	
16	NOVO HORIZONTE	X			X	X	
17	PALMEIRAS	X			X	X	
18	PIATÃ	X		X		X	x
19	RIO DE CONTAS	X		X	X	X	x
20	SEABRA	X		X	X	X	x
21	SOUTO SOARES	X		X	X	X	
22	UTINGA	X				X	
23	WAGNER	X				X	
TOTAL		23	0	12	9	23	7

TERRITÓRIO 04 - SISAL							
Nº	MUNICÍPIO	Território de Cidadania	Território de Vulnerabilidade e Social	Território de Indígenas, Quilombolas ou Artesanais	Bacia do São Francisco	Semi-árido	Sítio Urbano
1	ARACI	X				X	
2	BARROCAS	X				X	
3	BIRITINGA	X				X	
4	CANDEAL	X				X	
5	CANSANÇÃO	X				X	
6	CONCEIÇÃO DO COITÉ	X				X	
7	ICHU	X				X	
8	ITIÚBA	X		X		X	
9	LAMARÃO	X				X	
10	MONTE SANTO	X				X	x

11	NORDESTINA	X				X	
12	QUEIMADAS	X				X	
13	QUIJINGUE	X		X		X	
14	RETIROLÂNDIA	X				X	
15	SANTALUZ	X				X	
16	SÃO DOMINGOS	X				X	
17	SERRINHA	X		X		X	
18	TEOFILÂNDIA	X				X	
19	TUCANO	X				X	
20	VALENTE	X				X	
TOTAL		20	0	3	0	20	1

TERRITÓRIO 05 - LITORAL SUL							
Nº	MUNICÍPIO	Território de Cidadania	Território de Vulnerabilidade e Social	Território de Indígenas, Quilombolas ou Artesanais	Bacia do São Francisco	Semi-árido	Sítio Urbano
1	ALMADINA	X					
2	ARATACA	X					
3	AURELINO LEAL	X					
4	BARRO PRETO	X					
5	BUERAREMA	X		x			
6	CAMACAN	X		x			
7	CANAVIEIRAS	X					
8	COARACI	X					
9	FLORESTA AZUL	X					
10	IBICARAÍ	X					
11	IBIRAPITANGA	X					
12	ILHÉUS	X		X			x
13	ITABUNA	X		X			
14	ITACARÉ	X		X			
15	ITAJU DO COLÔNIA	X		X			
16	ITAJUÍPE	X					
17	ITAPÉ	X					
18	ITAPITANGA	X					
19	JUSSARI	X					
20	MARAÚ	X		X			
21	MASCOTE	X					
22	PAU BRASIL	X		X			
23	SANTA LUZIA	X					
24	SÃO JOSÉ DA VITÓRIA	X					
25	UBAITABA	X					
26	UNA	X		X			
27	URUÇUCA	X					
TOTAL		27	0	9	0	0	1

TERRITÓRIO 06 - BAIXO SUL							
Nº	MUNICÍPIO	Território de Cidadania	Território de Vulnerabilidade e Social	Território de Indígenas, Quilombolas ou Artesanais	Bacia do São Francisco	Semi-árido	Sítio Urbano

1	ARATUIPE						x
2	CAIRU			X			
3	CAMAMU			X			
4	GANDU						
5	IGRAPIÚNA			X			
6	ITUBERÁ			X			
7	JAGUARIPE						
8	NILO PEÇANHA			X			
9	PIRAI DO NORTE						
10	PRES.TANCREDO NEVES						
11	TAPEROÁ			X			
12	TEOLANDIA						
13	VALENÇA			X			x
14	WENCESLAU GUIMARÃES			X			
TOTAL		0	0	8	0	0	2

TERRITÓRIO 07 - EXTREMO SUL							
Nº	MUNICÍPIO	Território de Cidadania	Território de Vulnerabilidade e Social	Território de Indígenas, Quilombolas ou Artesanais	Bacia do São Francisco	Semi-árido	Sítio Urbano
1	ALCOBAÇA			X			
2	BELMONTE			X			
3	CARAVELAS			X			
4	EUNÁPOLIS						
5	GUARATINGA						
6	IBIRAPUÃ						
7	ITABELA						
8	ITAGIMIRIM						
9	ITAMARAJÚ			X			
10	ITANHÉM						
11	ITAPEBI						
12	JUCURUÇU						
13	LAJEDÃO						
14	MEDEIROS NETO						
15	MUCURI						
16	NOVA VIÇOSA			X			
17	PORTO SEGURO			X			x
18	PRADO			X			
19	SANTA CRUZ CABRÁLIA			X			x
20	TEIXEIRA DE FREITAS			X			
21	VEREDA						
TOTAL		0	0	9	0	0	2

TERRITÓRIO 08 - ITAPETINGA							
Nº	MUNICÍPIO	Território de Cidadania	Território de Vulnerabilidade e Social	Território de Indígenas, Quilombolas ou Artesanais	Bacia do São Francisco	Semi-árido	Sítio Urbano
1	CAATIBA					X	

2	FIRMINO ALVES						
3	IBICUÍ						
4	IGUAÍ					X	
5	ITAMBÉ					X	
6	ITAPETINGA					X	
7	ITARANTIM					X	
8	ITORORÓ			X		X	
9	MACARANI					X	
10	MAIQUINIQUE					X	
11	NOVA CANAÃ					X	
12	POTIRAGUÁ					X	
13	SANTA CRUZ DA VITÓRIA						
TOTAL		0	0	1	0	10	0

TERRITÓRIO 09 - VALE DO JIQUIÇÁ							
Nº	MUNICÍPIO	Território de Cidadania	Território de Vulnerabilidade e Social	Território de Indígenas, Quilombolas ou Artesanais	Bacia do São Francisco	Semi-árido	Sítio Urbano
1	AMARGOSA					X	
2	BREJÕES					X	
3	CRAVOLÂNDIA					X	
4	ELISIO MEDRADO					X	
5	IRAJUBA					X	
6	IRAMAIA					X	
7	ITAQUARA			X		X	
8	ITIRUCÚ					X	
9	JAGUAQUARA					X	
10	JIQUIÇÁ						
11	LAFAYETE COUTINHO					X	
12	LAJE						
13	LAJEDO DO TABOCAL					X	
14	MARACÁS					X	
15	MILAGRES			X		X	
16	MUTUÍPE						
17	NOVA ITARANA					X	
18	PLANALTINO					X	
19	SANTA INÊS					X	
20	SÃO MIGUEL DAS MATAS						
21	UBAÍRA					X	
TOTAL		0	0	2	0	17	0

TERRITÓRIO 10 - SERTÃO DO SÃO FRANCISCO							
Nº	MUNICÍPIO	Território de Cidadania	Território de Vulnerabilidade e Social	Território de Indígenas, Quilombolas ou Artesanais	Bacia do São Francisco	Semi-árido	Sítio Urbano
1	CAMPO ALEGRE DE LOURDES				X	X	

2	CANUDOS					X	
3	CASA NOVA			X	X	X	
4	CURAÇÁ			X	X	X	
5	JUAZEIRO				X	X	
6	PILÃO ARCADO			X	X	X	
7	REMANSO			X	X	X	
8	SENTO SÉ				X	X	
9	SOBRADINHO				X	X	
10	UAUÁ				X	X	
TOTAL		0	0	4	9	10	0

TERRITÓRIO 11 - OESTE BAIANO							
Nº	MUNICÍPIO	Território de Cidadania	Território de Vulnerabilidade e Social	Território de Indígenas, Quilombolas ou Artesanais	Bacia do São Francisco	Semi-árido	Sítio Urbano
1	ANGICAL			X	X		
2	BAIANÓPOLIS				X		
3	BARREIRAS			X	X		
4	BURITIRAMA				X	X	
5	CATOLÂNDIA				X		
6	COTEGIPE				X		
7	CRISTÓPOLIS				X		
8	FORMOSA DO RIO PRETO			X	X		
9	LUIS EDUARDO MAGALHÃES				X		
10	MANSIDÃO				X		
11	RIACHÃO DAS NEVES			X	X		
12	SANTA RITA DE CÁSSIA			X	X		
13	SÃO DESIDÉRIO				X		
14	WANDERLEY			X	X		
TOTAL		0	0	6	14	1	0

TERRITÓRIO 12 - BACIA DO PARAMIRIM							
Nº	MUNICÍPIO	Território de Cidadania	Território de Vulnerabilidade e Social	Território de Indígenas, Quilombolas ou Artesanais	Bacia do São Francisco	Semi-árido	Sítio Urbano
1	BOQUIRA			X	X	X	
2	BOTUPORÃ			X	X	X	
3	CATURAMA				X	X	
4	ÉRICO CARDOSO			X	X	X	x
5	IBIPITANGA				X	X	
6	MACAÚBAS			X	X	X	
7	PARAMIRIM			X	X	X	
8	RIO DO PIRES				X	X	
9	TANQUE NOVO			X	X	X	
TOTAL		0	0	6	9	9	1

TERRITÓRIO 13 - SERTÃO PRODUTIVO							
Nº	MUNICÍPIO	Território de Cidadania	Território de Vulnerabilidade e Social	Território de Indígenas, Quilombolas ou Artesanais	Bacia do São Francisco	Semi-árido	Sítio Urbano
1	BRUMADO			X		X	
2	CACULÉ					X	
3	CAETITÉ			X	X	X	x
4	CANDIBA				X	X	
5	CONTENDAS DO SINCORÁ			X		X	
6	DOM BASÍLIO					X	
7	GUANAMBI			X	X	X	
8	IBIASSUCÉ			X		X	
9	ITUAÇU					X	x
10	IUIÚ				X	X	
11	LAGOA REAL			X		X	
12	LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA					X	x
13	MALHADA DE PEDRAS PALMAS DE MONTE ALTO			X		X	
14	PINDAÍ			X	X	X	
16	RIO DO ANTONIO SEBASTIÃO					X	
17	LARANJEIRAS				X	X	
18	TANHAÇU					X	
19	URANDI				x	X	
TOTAL		0	0	8	8	19	3

TERRITÓRIO 14 - PIEMONTE DO PARAGUAÇÚ							
Nº	MUNICÍPIO	Território de Cidadania	Território de Vulnerabilidade e Social	Território de Indígenas, Quilombolas ou Artesanais	Bacia do São Francisco	Semi-árido	Sítio Urbano
1	BOA VISTA DO TUPIM			X		X	
2	IAÇU			X		X	x
3	IBIQUERA			X		X	
4	ITABERABA					X	x
5	ITATIM					X	
6	LAJEDINHO					X	
7	MACAJUBA					X	
8	MIGUEL CALMON				X	X	
9	MUNDO NOVO					X	
10	PIRITIBA					X	
11	RAFAEL JAMBEIRO					X	x
12	RUY BARBOSA			X		X	x
13	SANTA TEREZINHA					X	
14	TAPIRAMUTÁ					X	
TOTAL		0	0	4	1	14	4

TERRITÓRIO 15 - BACIA DO JACUÍPE							
Nº	MUNICÍPIO	Território de Cidadania	Território de Vulnerabilidade e Social	Território de Indígenas, Quilombolas ou Artesanais	Bacia do São Francisco	Semi-árido	Sítio Urbano
1	BAIXA GRANDE					X	
2	CAPELA DO ALTO ALEGRE					X	
3	GAVIÃO					X	
4	IPIRÁ					X	
5	MAIRI					X	
6	NOVA FATIMA					X	
7	PÉ DE SERRA					X	
8	PINTADAS					X	
9	QUIXABEIRA.					X	
10	RIAÇHÃO DO JACUÍPE					X	
11	SÃO JOSÉ DO JACUÍPE					X	
12	SERRA PRETA					X	
13	VÁRZEA DA ROÇA			X		X	
14	VÁRZEA DO POÇO					X	
TOTAL		0	0	1	0	14	0

TERRITÓRIO 16 - PIEMONTE DA DIAMANTINA							
Nº	MUNICÍPIO	Território de Cidadania	Território de Vulnerabilidade e Social	Território de Indígenas, Quilombolas ou Artesanais	Bacia do São Francisco	Semi-árido	Sítio Urbano
1	CAÉM					X	
2	CAPIM GROSSO					X	
3	JACOBINA			X	X	X	x
4	MIRANGABA				X	X	
5	OUROLÂNDIA				X	X	
6	SAÚDE			X		X	
7	SERROLÂNDIA					X	
8	UMBURANAS				X	X	
9	VÁRZEA NOVA				X	X	
TOTAL		0	0	2	5	9	1

TERRITÓRIO 17 - SEMI ÁRIDO NORDESTE II							
Nº	MUNICÍPIO	Território de Cidadania	Território de Vulnerabilidade e Social	Território de Indígenas, Quilombolas ou Artesanais	Bacia do São Francisco	Semi-árido	Sítio Urbano
1	ADUSTINA					X	
2	ANTAS					X	
3	BANZAE			X		X	
4	CÍCERO DANTAS					X	
5	CIPÓ					X	
6	CORONEL JOÃO SÁ					X	

7	EUCLIDES DA CUNHA.			X		X	
8	FÁTIMA					X	
9	HELIÓPOLIS					X	
10	JEREMOABO			X	X	X	
11	NOVA SOURE					X	
12	NOVO TRIUNFO					X	
13	PARIPIRANGA					X	
14	PEDRO ALEXANDRE				X	X	
15	RIBEIRA DO AMPARO					X	
16	RIBEIRA DO POMBAL					X	
17	SANTA BRÍGIDA				X	X	
18	SÍTIO DO QUINTO					X	
TOTAL		0	0	3	3	18	0

TERRITÓRIO 18 - AGRESTE DE ALAGOINHAS / LITORAL NORTE							
Nº	MUNICÍPIO	Território de Cidadania	Território de Vulnerabilidade e Social	Território de Indígenas, Quilombolas ou Artesanais	Bacia do São Francisco	Semi-árido	Sítio Urbano
1	ACAJUTIBA						
2	ALAGOINHAS			x			x
3	APORÁ						
4	ARAÇÁS						
5	ARAMARI						
6	CARDEAL DA SILVA						
7	CATU			X			
8	CONDE						x
9	CRISÓPOLIS					X	x
10	ENTRE RIOS						
11	ESPLANADA						
12	INHAMBUPE					X	
13	ITANAGRA						
14	ITAPICURU					X	x
15	JANDAÍRA						
16	MATA DE SÃO JOÃO						
17	OLINDINA					X	
18	OURIÇANGAS						
19	PEDRÃO.						
20	POJUCA						
21	RIO REAL			X			
22	SÁTIRO DIAS					X	
TOTAL		0	0	3	0	5	4

TERRITÓRIO 19 - PORTAL DO SERTÃO							
Nº	MUNICÍPIO	Território de Cidadania	Território de Vulnerabilidade e Social	Território de Indígenas, Quilombolas ou Artesanais	Bacia do São Francisco	Semi-árido	Sítio Urbano
1	AGUA FRIA			X		X	
2	AMÉLIA RODRIGUES						

3	ANGUERA					X	
4	ANTONIO CARDOSO					X	
5	CONCEIÇÃO DA FEIRA						
6	CONCEIÇÃO DO JACUÍPE						
7	CORAÇÃO DE MARIA						
8	FEIRA DE SANTANA			X		X	x
9	IPECAETÁ					X	
10	IRARÁ			X			x
11	SANTA BÁRBARA					X	
12	SANTANÓPOLIS					X	
13	SANTO ESTEVÃO					X	
14	SÃO GONÇALO DOS CAMPOS						
15	TANQUINHO					X	
16	TEODORO SAMPAIO						x
17	TERRA NOVA			X			
TOTAL		0	0	4	0	9	3

TERRITÓRIO 20 - VITÓRIA DA CONQUISTA							
Nº	MUNICÍPIO	Território de Cidadania	Território de Vulnerabilidade e Social	Território de Indígenas, Quilombolas ou Artesanais	Bacia do São Francisco	Semi-árido	Sítio Urbano
1	ANAGÉ			X		X	
2	ARACATU					X	
3	BARRA DO CHOÇA						
4	BELO CAMPO					X	
5	BOM JESUS DA SERRA					X	
6	CAETANOS					X	
7	CÂNDIDO SALES					X	
8	CARAÍBAS					X	
9	CONDEÚBA			X		X	
10	CORDEIROS					X	
11	ENCRUZILHADA					X	
12	GUAJERU					X	
13	JACARACI				X	X	
14	LICÍNIO DE ALMEIDA			X		X	
15	MAETINGA					X	
16	MIRANTE					X	
17	MORTUGABA				X	X	
18	PIRIPÁ					X	
19	PLANALTO					X	
20	POÇÕES					X	
21	PRÉSIDENTE JÂNIO QUADROS					X	
22	RIBEIRÃO DO LARGO					X	
23	TREMEDAL					X	
24	VITÓRIA DA CONQUISTA			X		X	x
TOTAL		0	0	4	2	23	1

TERRITÓRIO 21 - RECÔNCAVO							
Nº	MUNICÍPIO	Território de Cidadania	Território de Vulnerabilidade e Social	Território de Indígenas, Quilombolas ou Artesanais	Bacia do São Francisco	Semi-árido	Sítio Urbano
1	CABACEIRAS DO PARAGUAÇU						
2	CACHOEIRA			X			x
3	CASTRO ALVES						x
4	CONCEIÇÃO DO ALMEIDA					x	
5	CRUZ DAS ALMAS						x
6	DOM MACEDO COSTA						
7	GOVERNADOR MANGABEIRA						
8	MARAGOGIPE			X			x
9	MUNIZ FERREIRA					x	
10	MURITIBA						
11	NAZARÉ						x
12	SANTO AMARO			X			x
13	SANTO ANTONIO DE JESUS			X			x
14	SÃO FELIPE						
15	SÃO FÉLIX			X			x
16	SÃO FRANCISCO DO CONDE						x
17	SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ						x
18	SAPEAÇU						
19	SAUBARA			X			x
20	VARZEDO						
TOTAL		0	0	6	0	2	11

TERRITÓRIO 22 - MÉDIO RIO DE CONTAS							
Nº	MUNICÍPIO	Território de Cidadania	Território de Vulnerabilidade e Social	Território de Indígenas, Quilombolas ou Artesanais	Bacia do São Francisco	Semi-árido	Sítio Urbano
1	AIQUARA						
2	APUAREMA						
3	BARRA DO ROCHA						
4	BOA NOVA					X	
5	DÁRIO MEIRA						
6	GONGOGI	X					
7	IBIRATAIA						
8	IPIAÚ						
9	ITAGI					X	
10	ITAGIBÁ						
11	ITAMARI						
12	JEQUIÉ					X	
13	JITAÚNA						
14	MANOEL VITORINO					X	

15	NOVA IBIÁ						
16	UBATÃ	X					
TOTAL		2	0	0	0	4	0

TERRITÓRIO 23 - BACIA DO RIO CORRENTE							
Nº	MUNICÍPIO	Território de Cidadania	Território de Vulnerabilidade e Social	Território de Indígenas, Quilombolas ou Artesanais	Bacia do São Francisco	Semi-árido	Sítio Urbano
1	BREJOLÂNDIA				X	X	
2	CANÁPOLIS				X		
3	COCOS				X	X	
4	CORIBE				X	X	
5	CORRENTINA				X		
6	JABORANDI				X		
7	SANTA MARIA DA VITÓRIA			X	X		
8	SANTANA				X	X	
9	SÃO FÉLIX DO CORIBE				X	X	
10	SERRA DOURADA				X	X	
11	TABOCAS DO BREJO VELHO				X	X	
TOTAL		0	0	1	11	7	0

TERRITÓRIO 24 - ITAPARICA							
Nº	MUNICÍPIO	Território de Cidadania	Território de Vulnerabilidade e Social	Território de Indígenas, Quilombolas ou Artesanais	Bacia do São Francisco	Semi-árido	Sítio Urbano
1	ABARÉ			X	X	X	
2	CHORROCHÓ				X	X	
3	GLÓRIA			X	X	X	
4	MACURURÉ			X	X	X	
5	PAULO AFONSO			X	X	X	
6	RODELAS			X	X	X	
TOTAL		0	0	5	6	6	0

TERRITÓRIO 25 - PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU							
Nº	MUNICÍPIO	Território de Cidadania	Território de Vulnerabilidade e Social	Território de Indígenas, Quilombolas ou Artesanais	Bacia do São Francisco	Semi-árido	Sítio Urbano
1	ANDORINHA					X	
2	ANTONIO GONÇALVES			X		X	
3	CALDEIRÃO GRANDE			X		X	
4	CAMPO FORMOSO			X	X	X	
5	FILADÉLFIA			X		X	
6	JAGUARARI				X	X	
7	PINDOBAÇU					X	
8	PONTO NOVO					X	
9	SENHOR DO BONFIM			X		X	x
TOTAL		0	0	5	2	9	1

TERRITÓRIO 26 - REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR							
Nº	MUNICÍPIO	Território de Cidadania	Território de Vulnerabilidade e Social	Território de Indígenas, Quilombolas ou Artesanais	Bacia do São Francisco	Semi-árido	Sítio Urbano
1	CAMAÇARI		X				x
2	CANDEIAS			X			
3	DIAS D'AVILA						
4	ITAPARICA						x
5	LAURO DE FREITAS		X				x
6	MADRE DE DEUS						
7	SALINAS DA MARGARIDA						
8	SALVADOR		X	X			x
9	SIMÕES FILHO		X	X			
10	VERA CRUZ						
TOTAL		0	4	3	0	0	4

Território de Cidadania	Fonte: Ministério da Cultura
Território de Vulnerabilidade Social Educação e Violência	Fonte: Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep
Território de Indígenas, Quilombolas ou Artesanais	Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI / Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária - Seagri / Programa de Apoio as Comunidades Artesanais - PACA
Bacia Hidrográfica do São Francisco	Fonte: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e da Paraíba - Codevasf
Semi-árido	Fonte: Ministério da Integração Nacional
Sítio Urbano (Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental)	Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN / Instituto do Patrimônio Artístico Cultural - IPAC

ANEXO E - Territórios de Identidade da Bahia

Nº	TERRITÓRIO	MUNICÍPIOS
1	IRECÊ	América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipeba, Ibititá, Ipupiara, Irecê, Itaguacú da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibaí, Xique-Xique
2	VELHO CHICO	Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Matina, Morpará, Muquém do São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho, Sítio do Mato
3	CHAPADA DIAMANTINA	Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iraquara, Itaetê, Jussiape, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga, Wagner
4	SISAL	Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santa Luz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano, Valente
5	LITORAL SUL	Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacã, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Ibirapitanga, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Maraú, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Una, Uruçuca
6	BAIXO SUL	Aratuípe, Cairu, Camamu, Gandu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Pirai do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolandia, Valença, Wenceslau Guimarães
7	EXTREMO SUL	Alcobaça, Belmonte, Caravelas, Eunápolis, Guaratinga, Ibirapuã, Itabela, Itagimirim, Itamarajú, Itanhém, Itapebi, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Porto Seguro, Prado, Santa Cruz Cabrália, Teixeira de Freitas, Vereda
8	ITAPETINGA	Caatiba, Firmino Alves, Ibicuí, Iguai, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Itororó, Macarani, Maiquinique, Nova Canaã, Potiraguá, Santa Cruz Da Vitória
9	VALE DO JIQUIRIÇÁ	Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elisio Medrado, Irajuba, Iramaia, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafayette Coutinho, Lagedo do Tabocal, Laje, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas, Ubaíra
10	SERTÃO DO SÃO FRANCISCO	Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho, Uauá
11	OESTE BAIANO	Angical, Baianópolis, Barreiras, Buritirama, Catolândia, Cotegepe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luis Eduardo Magalhães, Mansidão, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério, Wanderley
12	BACIA DA PARAMIRIM	Boquira, Botuporã, Caturama, Érico Cardoso, Ibipitanga, Macaúbas, Paramirim, Rio do Pires, Tanque Novo
13	SERTÃO PRODUTIVO	Brumado, Caculé, Caetité, Candiba, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Guanambi, Ibiassucê, Ituaçu, Iuiu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Rio do Antonio, Sebastião Laranjeiras, Tanhaçu, Urandi
14	PIEMONTE DO PARAGUAÇU	Boa Vista do Tupim, Iaçú, Ibiquera, Itaberaba, Itatim, Lajedinho, Macajuba, Miguel Calmon, Mundo Novo, Piritiba, Rafael Jambeiro, Rui Barbosa, Santa Terezinha, Tapiramutá
15	BACIA DO JACUIPE	Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Quixabeira, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta, Várzea da Roça, Várzea do Poço
16	PIEMONTE DA DIAMANTINA	Caem, Capim Grosso, Jacobina, Mirangaba, Ouroândia, Saúde, Serrolândia, Umburanas, Várzea Nova
17	SEMI-ÁRIDO NORDESTE II	Adustina, Antas, Banzaê, Cícero Dantas, Cipó, Coronel João Sá, Euclides da Cunha, Fátima, Heliópolis, Jeremoabo, Nova Soure, Novo Triunfo, Paripiranga, Pedro Alexandre, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Santa Brígida, Sítio do Quinto
18	AGRESTE DE ALAGOINHAS / LITORAL NORTE	Acajutiba, Alagoinhas, Aporá, Araçás, Aramarí, Cardeal da Silva, Catu, Conde, Crisópolis, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Itanagra, Itapicuru, Jandaíra, Mata de São João, Olindina, Ouriçangas, Pedrão, Pojuca, Rio Real, Sátiro Dias
19	PORTAL DO SERTÃO	Água Fria, Amélia Rodrigues, Anguera, Antonio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estevão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho, Teodoro Sampaio, Terra Nova
20	VITÓRIA DA CONQUISTA	Anagé, Aracatu, Barra Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cândido Sales, Caraíbas, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Guajeru, Jacaraci, Licínio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piripá, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal, Vitória da Conquista
21	RECÔNCAVO	Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, D. Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antonio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara, Varzedo
22	MÉDIO RIO DAS CONTAS	Aiquara, Apuarema, Barra do Rocha, Boa Nova, Dário Meira, Gongogi, Ibirataia, Ipiaú, Itagi, Itagiba, Itamari, Jequié, Jitaúna, Manoel Vitorino, Nova Ibiá, Ubatã
23	BACIA DO RIO CORRENTE	Brejoândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, São Félix do Coribe, Serra Dourada, Tabocas d Brejo Velho
24	ITAPARICA (BA/PE)	Abaré, Chorrochó, Glória, Macururé, Paulo Afonso, Rodelas
25	PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU	Andorinha, Antonio Gonçalves, Caldeirão Grande, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari, Pindobaçu, Ponto Novo, Senhor do Bonfim
26	METROPOLITANA DE SALVADOR	Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salinas das Margaridas, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho, Vera Cruz

ANEXO F - Prioridades eleitas nos Encontros Territoriais de Cultura

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	Prioridade 01	Prioridade 02	Prioridade 03
AGRESTE DE ALAGOINHAS/LITORAL NORTE	Formação Cultural	Cooperação e Intercâmbio Cultural	Culturas Populares
BACIA DO JACUÍPE	Culturas Populares	Formação Cultural / Sistemas Culturais / Teatro	Bibliotecas
BACIA DO PARAMIRIM	Música	Bens Culturais	Teatro
BACIA DO RIO CORRENTE	Teatro	Cinema	Música
BAIXO SUL	Dança	Afro-descendentes / Culturas Populares / Sistemas Culturais	Planos de Cultura
CHAPADA DIAMANTINA	Culturas Populares	Educação Patrimonial	Teatro
EXTREMO SUL	Bens Culturais	Cooperação e Intercâmbio Cultural	Afro-descendentes
IRECÊ	Culturas Populares / Museus	Planos de Cultura	Bibliotecas/Culturas Digitais
ITAPARICA (BA/PE)	Teatro	Culturas Populares	Música
ITAPETINGA	Culturas Populares	Museus	Afro-descendentes
LITORAL SUL	Teatro	Sistemas Culturais	Bens Culturais
MEDIO RIO DE CONTAS	Culturas Populares	Sistemas Culturais	Artes visuais
METROPOLITANA DE SALVADOR	Planos de Cultura	Formação Cultural	Sistemas Culturais
OESTE BAIANO	Teatro	Bibliotecas	Bens Culturais
PIEMONTE DA DIAMANTINA	Culturas Populares	Sistemas Culturais	Música
PIEMONTE DO PARAGUAÇU	Teatro	Culturas Populares	Sistemas Culturais
PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU	Teatro	Sistemas Culturais	Culturas Populares
PORTAL DO SERTÃO	Culturas Populares	Bibliotecas	Cooperação e Intercâmbio Cultural
RECÔNCAVO	Culturas Populares	Teatro	Planos de Cultura
SEMI-ARIDO NORDESTE II	Culturas Populares	Teatro	Afro-descendentes/Música
SERTÃO DO SÃO FRANCISCO	Sistemas Culturais	Teatro	Culturas Populares
SERTAÕ PRODUTIVO	Teatro / Bibliotecas	Culturas Populares	Sistemas Culturais
SISAL	Culturas Populares	Formação Cultural	Teatro
VALE DO JIQUIRICA	Culturas Populares	Afro-descendentes	Culturas Digitais
VELHO CHICO	Culturas Populares	Biblioteca	Formação Cultural / Sistemas Culturais
VITÓRIA DA CONQUISTA	Música	Formação Cultural / Rádio Pública/Comunitária	Teatro

APÊNDICE A - Transcrição de entrevista com TT Catalão, secretário da Cidadania Cultural do Ministério da Cultura

Local: Brasília

Data: 22 de abril de 2010

Gostaria que falasse um pouco sobre sua trajetória no Ministério.

A minha trajetória no Programa vem desde o início como consultor na gestão Gil. A gente tinha uma ligação muito forte de valores e de entendimento da arte e da cultura brasileira, anteriores ao momento MinC, que é um estágio.

Eu sempre trabalhei como consultor, nunca com cargo, e no Cultura Viva – eu sou jornalista – eu sempre vinha atuando na área de comunicação. Eu sempre trabalhei muito com isso, buscando os conceitos com as imagens, tanto que eu escrevia discursos, algumas frases que viraram pára-choques de caminhão do Programa...

Enfim, foi uma construção inicial, de formato, de idéia e de potencializar mais isso e firmar mais em relação ao Programa Cultura Viva. A gente tinha um documento, mesmo no tempo que havia a tendência de se trabalhar com o programa de construção, que era as BACs, que era o desejo do presidente Lula. Um projeto que se mostrou equivocado, Juca fez bastantes críticas em relação a isto, e era realmente equivocado pela construção física. Foi o início de um projeto bastante polêmico. Neste período, eu fiz um documento que se chamava “A fim de querer, a fim de fazer”. Isto foi na época das BACs, o Gil até me pediu para procurar um lugar em Brasília, mas isto tudo acabou.

Tudo isso bateu muito quando eu conheci o Célio.

Você não conhecia o Célio antes?

Não, eu não conhecia. Eu não tenho filiação partidária, eu sou bastante livre neste sentido, apesar de ter uma militância forte de esquerda, uma trajetória de contestação fortíssima, mas não tenho filiação partidária. O Célio era e é ligado à questão de partido, foi ligado à gestão de Marta, ao PCdoB. Enfim, eu fui conversar com ele sobre questão do “A fim de querer, a fim de fazer”, e ele tem uma visão bastante crítica em relação às BACs, de construção, de tudo que era o programa, e aí eu disse: “é o cara”, porque ele veio com a formatação de tudo isto que vem a ser hoje.

Você sabe como Célio chegou até o Ministério?

Não sei, acho que foi indicação de alguém do Ministério que era ligado ao PCdoB, faz parte de uma base aliada.

Nos tornamos amigos e tem uma identidade fortíssima com a idéia profunda dos Pontos de Cultura, que é o protagonismo, a autonomia, todos os valores do Ponto de Cultura que ele vem formando dentro de um bojo, um caldeirão de um Ministério que permitia acolher essas figuras. Tinha uma conspiração do bem, uma energia legal, foi um ímã positivo, aleatório. Tem uma trajetória de acidentes, de incidentes, do momento.

O MinC, neste momento, sempre me encantou e me fazia ficar ligado, mesmo sem um cargo. Eu só vim ter um cargo agora em outubro, como diretor do Programa, que era exatamente para fazer a transição para fechar o ciclo, eu vejo este momento como apenas de aparar as arestas, investir mais na linguagem estética que é minha praia, é minha raiz como poeta, fotógrafo. O Programa precisa se afirmar também esteticamente, não é só juridicamente, com marco-regulatório. Eu venho percebendo isso, uma predisposição que a gente tem da ruptura com a tradição, ter mais provocações no sentido direto com interações estéticas.

Aí vem esse bojo do Ministério, este caldeirão rico, principalmente do entendimento da cultura no sentido antropológico, amplo, cultura como processo, e isto é um mérito da chegada de Gil, com a valorização do cotidiano, do fazer, do vestir, do cabelo, da comida, do pensar, da roupa. Tem a cultura no sentido da economia criativa, o Ministério pela primeira vez começa a criar índices da cultura, números que os pragmáticos sempre cobravam, tudo isso está incorporado na história de Gil, ele traz isso com força, que é fundamental para tudo acontecer. Para o Programa, o Célio veio dar os formatos, ele estruturou, deu o pensamento, a força de trabalho, tudo para fazer acontecer o que aconteceu.

A gente sabe de todos os problemas, as dificuldades do programa na gestão, na continuidade, mas neste momento de instalação, de sementeira, foi perfeito, foi quase perfeito. Têm todos seus defeitos, esses riscos, essas ousadias, até abusos institucionais, quase uma espécie de loucura. O Estado não assimilando direito que Programa é este, que é quase anárquico. Quando queriam e querem nos criticar até hoje dizem: “ah, é uma ONG ministerial”. Até que o Programa foi crescendo, ganhando força e mostrou que não é nenhuma maluquice. Na verdade, o Estado brasileiro é que tem que se preparar, se qualificar para desenvolver um programa como esse, é o Brasil que precisa avançar.

Você acredita que há perspectivas para essa mudança?

Sim, eu acredito. Sou um otimista, não uma Polyana encantada, mas o Programa te dá essa força. Eu nunca quis crachá, este crachá que eu estou usando agora é como uma missão. Sentaram comigo e falaram: “olha, não tem nem recursos”, passaram o mancho do boing para eu aterrissar, e eu estou levando...mas eu sei da força do Programa. E eu sei que o meu papel principal é nestas coisas da construção da narrativa simbólica.

E tem também minha atuação como jornalista. É comum o dirigente dizer “a imprensa tem má vontade”. Eu nunca fui partidário desta grande mídia, mas sempre defendi o trabalho do jornalista de tornar claro, mais acessível. A maneira como você elabora a pauta, contextualiza, como seduz, desperta o interesse. E precisa de uma autocrítica por parte dos dirigentes...e o Programa estava neste impasse, ninguém entendia o que era direito...e a imprensa, do jeito que está hoje, de coisinhas leves, de *fast-food*, nada aprofundado, pouquíssima reflexão...mas, como jornalista, eu perguntei o que tem que ser feito com o Programa. Primeiro o nome é Cultura Viva e depois não adianta ficar fazendo relatório, release, notinha dizendo: “hoje o Cultura Viva vai inaugurar...”, inaugurar o quê? o que é aquilo? Por quê?

Aí eu comecei esse trabalho de campo que é minha paixão. Em cada Ponto de Cultura tem muita história. Eu comecei a fazer levantamento dessas histórias, fotografando, fazendo imagens, inserindo no relatório para ficar mais completo, e isso foi crescendo. Aí quem me deu um toquei foi o Emanuel Araújo e o Walter Firmo, dois gurus, que chegaram para mim e falaram “o cara tem olho, mas não tem máquina”. O Emanuel precisava fazer um livro chamado “Viva a Cultura Viva”, que tem até um texto meu, do Gil, do Célio e do Emanuel, e aí precisava de fotos de Pontos e quem tinha muita coisa era eu, e foi assim, com estas histórias vivas...

Minha primeira viagem foi para Recife e eu fui vendo o impacto do Programa nas comunidades. Tudo isso virou o Cultura Ponto a Ponto, o manifesto Raiz, a Teia, enfim, a gente precisava criar emblemas. A Teia era uma provocação, tinha aquele manifesto Raiz que era um texto com várias frases, como se fossem de pára-choque de caminhão, uma coisa bruta, que acabou sendo publicado. A primeira Teia era uma discussão nossa, precisava ter um primeiro encontro dos Pontos e foi um ato político que deu nessas Teias todas, e na revista Raiz e no Ponto a Ponto. E agora tem a Programadora Brasil e o Laboratório de Comunicação que reúne essas experiências em outras plataformas, com suporte de internet, TV a Cabo, uma evolução que se tem no momento.

Como é a relação da SCC com outras secretarias? Não tem havido alguns sombreamentos?

Tem uns sombreamentos sim com a SID e SAI, mas é normal.

A SAI criou o Mais Cultura, e tem a estadualização dos Pontos que para a gente é uma angústia muito forte porque tem o problema do diálogo com os estados, e a gente tem que fazer a mediação. Ainda mais com esta coisa de campanha eleitoral, vira uma ferramenta ideológica. Tem estados que chegam hostis com o governo, já tinham má vontade e agora caminham para a hostilidade porque se acirra com a campanha e os Pontos não têm culpa. Isso a gente está procurando mediar, para que os Pontos, apesar de não conveniarem mais direto com a Secretaria, não fiquem abandonados.

Assim como há tensão na gestão, na prestação de contas, que é extremamente difícil para os Pontos. Rigorosamente, a pessoa quando participa do Edital, mais ou menos ela entende, mas só vai entender realmente quando estiver dentro, e aí, quando está dentro, tem alguns que se arrependem, se desesperam, “é uma máquina de triturar gente”, “é brutal, é cruel”, “eu estou tão arrependido” “eu não quero mais ser Ponto de Cultura” e ficam desesperados porque não conseguem mais digerir uma planilha, apesar de a gente ter abertura e do Programa ter se aperfeiçoado, ele foi se ajustando aos pouquinhos, com muita luta.

Os primeiros Pontos sofreram muito mais, eles foram cobaias de uma experiência dentro de uma máquina de Estado que não é bem Estado, que quer dar protagonismo para a sociedade. A história do estados brasileiros não é generosa, os estados são autoritários, controladores, até eles perceberem a delicadeza de descobrir que o povo pode ser protagonista, é uma coisa difícil, uma mudança estrutural e o caminho é esse.

A gente acredita que o aperfeiçoamento vai caminhar com a força da sociedade, ou seja, com qual governo, com qual partido vença, tem um amadurecimento, quer dizer, um MinC de balcão, uma Lei Rouanet “bondosa” com dinheiro, gente fazendo festa com dinheiro público, essas coisas não voltam, podem interromper, retroagir um pouquinho, mas voltar, eu não acredito, isso é próprio do aperfeiçoamento da democracia do país. Se tiver mudança não será uma ruptura brutal, uma ditadura obscura, tenebrosa, será algo dentro dos trâmites das jogadas.

A gente acredita numa sociedade mais forte, com mais argumentação, ela já está mais dialética, não é mais uma coisa boba, ingênua. Agora, claro, que em governos mais progressistas que queiram avançar, isso será mais fácil, porque o caminho já está pavimentado, a gente quer uma autocrítica, sei perfeitamente que não estamos na sétima maravilha do mundo, tem muita coisa para ajustar, a capacidade da gestão, da orientação, da informação, da circulação da informação, canais de comunicação mais ágeis e tudo, os mecanismos jurídicos...

Com a estadualização entraram as confrarias das secretarias da fazenda de cada estado e cada uma tem um entendimento diferente. Virou algo muito mais complexo do que era, muito mais difícil de se levar, mas era um salto que se tinha que dar, você não pode se negar a dar esse salto e, quando você salta, é que descobre se tem pára-quedas, depois que pulou do avião, então vai inventando esse pára-quedas. É isso que a gente está fazendo um pouco, trocando o pneu do carro no meio da corrida ou com ele em movimento, mas tem algo que nos deixa entusiasmado, a gente acredita muito na força do Programa. Eu posso estar destruído psicologicamente, chateado, não agüentando mais com essa coisa de carimbo, mas quer ver tudo isso se apagar? Eu vou para uma Teia regional no Piauí, por exemplo, uma pré-Teia, e aí fico sabendo de um samba de cumbuca lá no Quilombo Salinas, um samba matriarcal. Pego um carro duas horas da madrugada, ando mais de 500 km para fotografar o Quilombo e fico lá no terreiro com eles, e você volta outro! É isso que alimenta o Programa, essa coisa que o Célio também tinha, eu dizia: “como é que esse cara agüenta?” e era isso, era alimentado por essa força. E se os caras que ficam nos gabinetes acham que a vida se restringe dentro daquelas quatro paredes, com ar condicionado ligado (que eu chamo de conspiração dos ácaros), com assessores “geniais” dando

palpites, carpetes, essas coisas todas perniciosas, perversas para a saúde mental, se o cara fica na Esplanada iludido, não abre a janela para o sol, para as coisas ...enfim, não é demagogia, é que é isso que retroalimenta o processo.

Então, o Programa é muito forte, ele tem um lado pastoso, uma coisa que parece mas não é, e aquilo não anda, e vai e volta, e o outro não entendeu, e o papel sumiu, tudo muito penoso, muito árduo, mas ele tem uma força. Então, uma Teia daquelas tem um fluxo de vida, não que aquilo lhe aliene, mas é uma certeza de que os sonhos, as formulações ideológicas caminham para se estratificarem como políticas públicas, a história da busca da lei...Ficou muito claro a nossa posição com relação à Lei Cultura Viva, assim como com a Lei Griô: “Olha, institucionalmente nós pertencemos ao sistema MinC, que é ligado a um partido, que é ligado a um governo, que é ligado a um presidente da república. Há um governo que está fazendo a consolidação das leis sociais e o Programa Cultura Viva está contemplado na minuta que está na Casa Civil junto com todas as ações do MinC, no conjunto das consolidações”. Ainda não tivemos retorno, mas está lá, e foi acolhida, enfim, esse é o nosso caminho institucional. Agora, em nenhum momento a gente desestimulou, disse “não faça isso porque o governo está encaminhando...”, não... a Teia foi toda Lei Cultura Viva. Na Conferência Nacional de Cultura, a terceira proposta mais votada foi a da Lei Cultura Viva, quer dizer, isso é uma força que a sociedade tem, e é importante porque o Programa é legitimado.

O Programa já tem uma configuração de política de Estado, já saiu das intempéries de um governo. Pode vir um governo que queira mudar, e aí o programa vai deixar de se chamar Cultura Viva para ser Viva Cultura, porque sempre tem estas mesquinhas. Agora, a gente sabe que comprometimento mesmo vai depender de um certo escopo.

Pela pesquisa do Ipea, que foi um recorte pequeno e crítico, a gente percebe o impacto que o Programa tem na região e os seus valores como a Cultura Digital, Escola Viva, e tudo isso dentro do Estado, é uma grande novidade.

A gente sempre fez questão de trabalhar com o universo estético. A primeira Teia foi feita no prédio da Bienal, em São Paulo, e estávamos entrando pela porta da frente, junto com a economia solidária, que foi outro impacto. Juntar a fome com a vontade de comer, mostrando que a arte, a cultura, o meio-ambiente estão interligados. A primeira Teia, para mim, foi o manifesto, a segunda Teia, em Belo Horizonte, foi mais na busca da consolidação do Programa, é quando se tem uma idéia mais clara do momento do Programa, é quando acontece o Fórum Nacional dos Pontos de Cultura; a terceira, em Brasília, saiu pela política mais explícita, fizemos a Re-proclamação da República pela cultura, teve uma caminhada festiva, exposição “Nem é erudito Nem é popular”, que deu em um catálogo de Bené Fonteles com a discussão da rupturaCONtradição, que é o Brasil mesmo. E na Teia de Fortaleza, a gente fez mais radicalmente uma provocação, a nossa missão maior é instalar o discurso alinhado com a estética popular, isto que está marcado, registrado. E esta seja talvez a única coisa nova com minha presença no fechamento da gestão, tem que fechar as pontas, tem muitas frentes abertas, tem essas interlocuções com os estados e esses caminhos estéticos.

Todos os Pontos têm equipamentos digitais, têm máquinas fotográficas e um dedo frouxo, então podemos trabalhar melhor o olhar, seria interessante residência de fotógrafos nos Pontos.

Na verdade, continua a mesma questão colocada com Gil quando ele chegou, a cultura como narrativas simbólicas, como cidadania e como economia criativa, são os itens que permitiram esse angulo, essa feijoada, esse vatapá cósmico. O Cultura Viva é o mais radical, é a ponta, porque ele foi para a sociedade.

É possível afirmar que a estadualização do Programa foi pensada na perspectiva do Sistema Nacional de Cultura?

Não estrategicamente pensada desta forma, acho que não, ela acabou sendo referência de uma

experiência.

Se você pegar rigorosamente o Programa, o Nordeste, até porque ficou tanto tempo sem um canal de expressão, foi o que mais explodiu. Ele tinha mais apetite, por isto que o Programa é forte no Norte e Nordeste e nas periferias, e a Teia é legal nisto porque desloca o centro para a periferia e a periferia para o centro.

Claudio Prado falava que o Programa Cultura Viva precisa rackear o Estado para poder ser um ponto de partida. Você acha que o Programa conseguiu algo nesse sentido?

Isso é uma frase de efeito. E os Pontos têm amadurecimento com relação a isso, quer dizer “viver de mesada e odiar o pai”. É uma coisa da autonomia, é você ter estrutura para bancar essa autonomia. Então, se tem gente pagando sua conta, é porque tem um grau de dependência. O que a gente está fazendo é qualificando uma dependência que não extravie para a chantagem sobre as pessoas. Então, rackear nesse sentido tem acontecido, mas com diversas gradações, não apenas por um ato pseudo-heróico. A gente está dentro do Estado e tem que trabalhar dentro das regras. O sentido de rackear é criar elementos novos de transgressão dentro. Agora, tem que ser com as regras do jogo, não é para ser um roubo juvenil. O buraco é mais embaixo, o caminho é meio lento. Essa coisa do software livre mesmo... perdemos uma batalha dentro do Estado. O pessoal diz que eu sou o único diretor que tenho software livre instalado na máquina, é uma luta muito árdua e persistente porque a Cultura Digital é muito importante. Temos um Ministério que trouxe muitas questões que nem a sociedade acadêmica estava discutindo...

Tem a grande mídia, mas tem, também, as outras grandes mídias formadas por blogs, twitter, o Pontos de Mídia Livre. Cada Ponto tem sua máquina, registra... Essa seria outra grande batalha para uma nova gestão: sistematizar, criar um banco de dados, qualificar as informações porque, na verdade, só temos dados e isso não é informação. Poderia existir um grande projeto, como uma Ação de Sistematização de Informações. A gente nunca sabe quantos Pontos tem, toda hora sai e entra Projeto, é um rolo, isso não é legal.

APÊNDICE B - Transcrição de entrevista com Eliete Braga, coordenadora de gestão de Pontos de Cultura da Secretaria da Cidadania Cultural/MinC

Data: 22 de abril de 2010

Entrevista concedida em Brasília

Querida primeiro que você se apresentasse.

Eliete Braga, pedagoga.

Você trabalhou com o quê até chegar aqui?

Nunca trabalhei com pedagogia, só na época do estágio mesmo. Eu já era funcionária pública quando me formei.

Quando você começou a trabalhar no Ministério da Cultura?

Eu sou do tempo do Ministério da Educação e Cultura, quando se separou, eu optei em ficar na Cultura.

Você trabalhava com o quê lá no MEC?

Quando eu entrei no Ministério, ainda estava terminando o segundo grau. Entrei como secretária do diretor de administração. Quando separou [a Cultura da Educação], fui para o Instituto Nacional do Livro, que era ligado à Fundação Biblioteca Nacional, uma vinculada do Ministério. Até que quando na entrada do Collor – que acabou com o INL – fui convidada pelo chefe de gabinete do Ipojuca Pontes para ir trabalhar com ele. O Ipojuca Pontes gostou muito de mim e me puxou para trabalhar com ele, aí eu fui ser uma das suas secretárias. Fiquei nessa função até a gestão do Weffort. Fui secretária de todos os ministros, do Ipojuca Pontes ao Weffort, depois deixei de ser secretária para ser assessora. Quando Gilberto Gil entrou, eu falei: “chega! Eu não quero mais trabalhar em gabinete”. É muito desgastante, eu não vi meus filhos crescerem. Meus filhos já estavam adolescentes, eu não parava dentro de casa, eram viagens toda semana, uma viagem atrás da outra porque como assessora do ministro eu acompanhava ele em todas as viagens, então era muito complicado. Quando o ministro Weffort saiu eu pedi para ele “eu não quero mais ficar aqui, quero ir para um lugar tranquilo”. Foi quando o Gilberto Gil entrou, eu tirei férias e, quando retornei, eu vim para a SPPC, que tinha como secretário Roberto Pinho. Fiquei com ele um ano, até quando ele saiu, aí ficamos mais de seis meses sem secretário, foi quando o Dr. Célio assumiu a Secretaria.

Neste período sem secretário, como ficou a SPPC?

Parada. Completamente. Parou, acabou tudo. Não teve nenhum encaminhamento. Ficou tudo completamente parado.

Na época de Roberto Pinho havia alguma proposta relacionada à Cultura Digital?

Não, não... no final do mandato dele foi que começou. Quando Cláudio Prado começou a aparecer. Mas isso não era ligado a SPPC, era ligado ao Gabinete, era uma coisa muito vaga ainda.

Neste primeiro ano que você conviveu com Pinho, tinha algum projeto, algo sendo encaminhado?

Tinha. No início, foram as BACs, mas elas não atenderiam à grande população, às periferias. O Ministério iria construir os centros culturais, era uma obra monumental e isto não iria dar certo de jeito nenhum, não ia atender às grandes massas, como o Ponto de Cultura atingiu.

Célio fala que quando ele foi convidado para assumir o cargo da SPPC, ainda tinha a proposta de dar continuidade às BACs. Você se lembra como foi a transição até o projeto Ponto de Cultura?

Estes acertos eram feitos lá no gabinete com o ministro e o secretário, isso não chegava até a gente. Quando ele assumiu, ele já veio com os Pontos de Cultura.

Nessa época, teve alguma reestruturação na equipe?

Não, na época não tinha reestruturação porque só tinha de funcionários eu, Oswaldo, Rosângela, Célia e Francisca.

Todos funcionários públicos?

Não, desses, apenas eu, Oswaldo e Célia. Rosângela e Francisca eram cargos de comissão. Para você ter idéia, em toda Secretaria, nós tínhamos, eu acho, quatro cargos de comissão, então, eram pouquíssimos funcionários. Ficávamos no quarto andar, lá na sede, mas como o ministro queria reformar o Ministério, então pegou a SPPC e transferiu para o setor comercial. Então, foi lá que, em 2005, tudo começou.

Dr. Célio assumiu em julho de 2004 e o primeiro edital saiu em 2005. A Cultura Digital foi para lá e foi montada uma equipe através do PNUD, do IPC, da patrimonial. Então, o Dr. Célio conseguiu montar uma equipe, mas uma muito reduzida ainda. No início era tudo muito difícil. Para você ter idéia, em 2005, quando recebemos 200 inscrições do edital, nós não tínhamos mesa, não tínhamos cadeira. Quando um levantava, o outro sentava. Os processos foram analisados no salão, não tinha absolutamente nada, então o que nós fizemos: pegamos umas mesas quadradas, juntamos uma na outra (tudo caindo aos pedaços). A gente tinha que amarrar as mesas, as pernas das cadeiras, porque elas eram todas bambas, para poder montar uma mesa para eles [os pareceristas] analisarem os processos.

Era analisado pela equipe interna, tinha só gente do quadro ou tinha gente de fora?

Tinha gente de fora.

E naquela época você tinha idéia do potencial do Programa?

A gente sonhava com isso, óbvio. Não queríamos que o Programa ficasse só naquilo, a nossa meta era aprovar 100 projetos, mas foram aprovados 204 projetos, em 2005. Foi quando veio à tona. O Presidente viu o trabalho que estava sendo feito, gostou e o próprio Palácio do Planalto começou a nos ajudar. O ministro Gil, inclusive, conseguiu mais verba para o Ministério, por causa do Programa Cultura Viva.

Em relação ao Programa Cultura Viva, como é que foi para a Procuradoria Geral entender a sua lógica, sua dinâmica?

Olha, até hoje eles não aceitaram. O Dr. Célio fala que os Pontos de Cultura tinham que ter uma lei diferenciada. Porque tem Pontos de Cultura muito humildes. Teve um Ponto de Cultura no Rio Grande do Sul que quem tomava conta era um casal de velhinhos. Quando eles receberam a primeira parcela, foram no banco, sacaram todo dinheiro e botaram dentro de um cofre lá no Ponto de Cultura. Quando os técnicos da Secretaria foram visitá-los, eles, entusiasmados, mostraram a pilha de dinheiro. Eles vinham gastando a verba do projeto da seguinte forma: pegavam o dinheiro do cofre, pagavam e não recebiam recibos. Você vai dizer que eles fizeram por maldade? Não, fizeram por inexperiência, porque nunca tinham trabalhado com dinheiro público, mas a Procuradoria não vê isso. Para a Procuradoria, só serve se tiver cheque, se tiver recibo e, às vezes, eles não têm esses recibos. Nesse interiorzão aí, tem recibo? Tem recibo na aldeia?

E o processo licitatório para compra dos equipamentos?

Pois é, como é que vai fazer licitação lá no fim do mundo? Tem lugar que para você chegar tem que andar de barco o dia e a noite toda. Como é que vão fazer uma licitação, um pregão, para comprar um equipamento?

A SCC vem sendo cobrada pelo Tribunal de Contas da União? Como vem sendo feita as análises dos projetos?

A análise técnica é feita pelos técnicos da Secretaria e a análise financeira é feita pelos técnicos da Diretoria de Gestão Interna, mas, com a nova estrutura, a partir de julho, a DGR já vem para a Secretaria.

A SCC já tem funcionários capacitados para fazer essas análises?

Não, não temos funcionários capacitados para fazer essa análise financeira. Quando eu assumi aqui a Coordenação, estava em processo a contratação de dez consultores para fazer análises financeiras e estava tudo muito enrolado. Eu consegui tirar isso da gaveta e contratar os dez, que estão trabalhando na DGI, e deu uma boa melhorada.

Quando começou a aparecer as dificuldades dos Pontos de Cultura havia alguma intenção de se fazer um programa de formação voltado para a questão do conveniamento e da prestação de contas?

Olha, isso está em estudo. O ministro tem se empenhando muito. Vai ter uma capacitação para os Pontos e para os gestores. Isso é uma proposta do ministro Juca Ferreira. O TT me falou isso, mas pediu que eu não comentasse, porque o ministro já separou uma verba para esse treinamento. Eu acho ótimo que o ministro tenha pensado nisso, maravilha. Mas eu acho que essa capacitação teria que ter sido feita logo no início, nós teríamos evitado vários problemas.

Por que não foi feita na época?

Porque o Ministério não tinha estrutura, o orçamento era muito pouco. E graças ao ministro Gil, e agora, ao Juca, conseguiram elevar o nosso orçamento e com o Mais Cultura, nos deu um bom fôlego.

Como é a divisão de trabalho na gestão do Cultura Viva e do Mais Cultura?

A SAI mantém o contato com os prefeitos, com os secretários e passa a demanda para cá. O Cultura Viva é da SCC, o Mais Cultura é da SAI, está com Silvana Meirelles, e o orçamento já passa o dinheiro das redes estaduais e municipais direto para a SCC.

Você acha que a estadualização e a municipalização do Programa estão contribuindo?

Claro que estão contribuindo, e muito. Você acha que com a quantidade de funcionários que temos aqui, nós teríamos condições de termos hoje 2.500 Pontos de Cultura? Não teríamos. Nós não temos funcionários suficientes para acompanhar essa quantidade de projetos.

Com o Mais Cultura e com a descentralização do Cultura Viva, a equipe da SCC já se mostra suficiente ou ainda tem muita demanda? Qual é a área que tem mais problemas para resolver?

Tem muita demanda ainda. No conveniamento, eu tenho quatro funcionários, que são: Álvaro, o coordenador, Stela, Eroneide e Carlos, e agora me pediram Célia para ficar no setor de emendas parlamentares do Ministério por quatro dias, então, quer dizer, o setor de conveniamento com cinco funcionários para fazer convênio com 2.500 Pontos seria inviável.

É essa equipe que faz convênio com os estados?

Com os estados, com municípios, com os Pontos, com os Pontões, todos os convênios são com essa equipe.

E quanto aos prêmios, os contratos também são feitos por essa equipe?

Não, os prêmios a gente manda empenhar, não tem convênios. É feita uma análise financeira e manda pagar direto.

O Programa Cultura Viva foi o que mais avançou em termos orçamentários. Se você pegar o gráfico dele do início e comparar com o de hoje, foi o que mais cresceu. Como ele é visto pelas outras secretarias? Há uma articulação ou cobrança pelo crescimento?

Cobrança nenhuma. A cobrança que há é a do dia a dia, normal, não digo nem cobrança, mas demanda. Como o Programa cresceu muito, a Secretaria tem muita demanda. Não é só o

Ministério da Cultura que demanda, o Palácio do Planalto, a Casa Civil, os ministérios de um modo geral, o MEC, o Ministério do Planejamento, do Transporte, até a USP tem nos demandado com relação aos Pontos. Os ministérios sabem muito bem do nosso empenho, da nossa boa vontade, porque a gente não tem funcionários, mas se precisar, a equipe fica aqui até dez, onze horas da noite trabalhando. Quantas e quantas vezes a gente tem que trabalhar final de semana. Até no final de ano a equipe trabalha. Tem gente que trabalha aqui o dia 24 de dezembro todo para a gente conseguir fazer as coisas, atender a todos na medida do possível.

Quantos funcionários, em média, tem a Coordenadoria Geral dos Pontos de Cultura?

Bem, porque não é só funcionários, nós temos que contar também os nossos consultores porque eles também fazem o trabalho. A partir do momento que eu consegui colocar esses consultores, eles começaram a fazer visitas aos Pontos de Cultura. Para receber o prêmio Asas, tem que estar com análise financeira aprovada. E para a análise financeira ser aprovada, tem que ter a visita *in loco*, então são esses consultores que fazem as visitas. Mas eu devo ter aqui uns 30 funcionários.

Como é a relação entre as coordenadorias? Há uma função maior, um papel mais importante entre elas?

Olha, eu acho que todos os papéis aqui são importantes. Porque o conveniamento é superimportante, a coordenação das redes também é importante porque se não tiver a coordenação, as redes não serão pagas, e tem a coordenação financeira/técnica, que tem como coordenador Oswaldo, e todas as análises técnicas de todos os processos são feitas aí, não importa se é Ponto, se é Pontão, se é Pontinho, é tudo feito pelo Oswaldo.

Dentre os Pontões, tem algum que trabalha com gestão? E eles estão atuando na ponta?

Temos vários que já estão atuando com os Pontos de Cultura. Nós temos um que está fazendo o mapeamento dos Pontos de Cultura, o Lidas, acho que é do Rio de Janeiro. Inclusive tem até uma demanda agora que foi pelo MEC. O Ministro pediu uma demanda bem complicada e o Lidas nos deu uma boa mão. Mesmo eles não tendo sido conveniados ainda.

Com a saída do Célio e a chegada de TT, há uma perspectiva de mudança no trabalho? Ou na equipe?

Não mesmo, TT fez questão de manter as coisas. A única alteração foi que TT era o nosso diretor e teve que sair para assumir a Secretaria. Para o seu cargo antigo, de diretor, foi nomeado Oswaldo Reis que está vindo da Esplanada, era o chefe de gabinete do Ministro. Para você ter uma idéia da compreensão do Ministro: ele liberou o chefe de gabinete dele para assumir a diretoria. Porque eu acredito, ele não me falou isso, que o Ministro achou que nesse momento não valeria a pena trazer uma pessoa de fora. Teríamos que colocar uma pessoa daqui mesmo do Ministério, que já conheça o nosso trabalho para poder dar prosseguimento ao trabalho que o Dr. Célio deixou.

Como vocês estão se preparando para a mudança do governo? Corre o risco de o Programa não continuar? O que poderia ser feito?

Olha, acabar o Programa, eu acho que não acaba, eu acho o seguinte: para nós, que somos funcionários do quadro, não interessa quem está comandando o Ministério. O que interessa para a gente é o nome do Ministério e nós vamos respeitar qualquer ministro que assumir, seja ele de que partido for. Nós, funcionários, não temos partidos. Nós estamos aqui para zelar pelo nome do Ministério e do ministro que está na pasta no período. Então, eu acredito que quem assumir não vai acabar com o Programa, ele está fortalecido, é um Programa que já existe no Brasil, que está bem conceituado fora do Brasil também, eu não acredito que o próximo presidente acabe com o Programa.

Você está acompanhando a questão da Lei Cultura Viva? Qual a proposta dela?

Não, não tenho muitos detalhes. Essa Lei não foi feita por nós, foi feita pelos Pontos, então a gente só acompanha. Eu, inclusive, não peguei a Lei ainda para ler.

Tem assessoria jurídica da SCC?

Não, não é do Ministério.

Foi feita alguma proposta paralela à Lei Cultura Viva para facilitar a relação do Estado com a sociedade civil com relação às formalidades (convênios, prestação de contas etc)?

Não, eu acredito que não.

Eu queria que você fizesse uma avaliação rápida do Programa. Quais as maiores dificuldades, os limites, os avanços. Você está aqui desde o tempo do MEC, já acompanhou diversos programas, então, qual o diferencial do Cultura Viva para outros que passaram?

Um Programa como este, o Ministério não tinha tido ainda. Este foi um programa único no Ministério da Cultura, e olha que eu acompanho o MinC em todas suas gestões. Nós temos o programa da SEFIC, mas não atingia a população da periferia, a população carente, porque eles não tinham condições de montar um projeto como era exigido pela SEFIC. Por isso que a Lei Rouanet sofreu alterações, para tentar se aproximar um pouco e não ficar no eixo Rio-São Paulo, porque antes só ficava aí, e agora, não. Agora está atingindo o restante do país, pelo menos é isso que a gente espera.

Você é a décima gestora do Programa. Como foi para você assumir esse cargo?

Todos os nove não conseguiram permanecer aqui um ano e sempre quem ficava como interino era Oswaldo. O Dr. Célio, quando a Rosilene saiu, já estava muito cansado porque não é fácil essa Coordenação, é muita pressão. O Dr. Célio ia fazer uma viagem internacional, me chamou e falou: “Eliete, eu estou cansado, eu não quero mais ninguém de fora para assumir a gerência dos Pontos de Cultura. Eu estou pensando em você”. Quando ele falou isso me deu uma tremedeira, uma dor de barriga porque eu sabia que isso aqui não era fácil. Ele me falou: “eu não quero que você fale nada agora, eu quero que você pense. Eu vou ficar 15 dias fora, eu quero que você pense”.

Nesta época você trabalhava em que setor?

Eu era assistente dele desde quando ele assumiu a Secretaria. Quando ele chegou, eu já estava no gabinete e no gabinete eu fiquei. Ele viajou e eu conversei com meu marido: “o que eu vou dizer ao Dr. Célio, porque ele já tentou de todas as maneiras, já trouxe pessoas de fora e não deu certo, ele já pegou pessoas do Ministério e não deu certo, ele já pegou pessoas das representações [regionais] e não deu certo, então eu não sei, estou morrendo de dó dele, se eu falar para ele “não”, como é que ele vai fazer, ele não tem mais coragem de trazer ninguém”. Quando ele chegou, me chamou e falou para mim: “olha Eliete, eu pensei bem e decidir botar você na coordenação. Para você não vai ser difícil, porque você conhece todo o mecanismo, conhece toda a secretaria, você tem um bom relacionamento com os Pontos, você tem um bom relacionamento com o Ministério e você tem uma experiência muito grande. Depois de ser assessora de vários ministros, você tem uma bagagem muito grande”. E eu disse: “bem, Dr. Célio, nesse ponto você tem razão. Eu conheço o Ministério como a palma da minha mão. Eu fico mais tempo no Ministério do que na minha casa, mas, para mim, vai ser um desafio muito grande, você sabe que lá não é fácil, vou precisar muito do Senhor, tem personalidades ali dentro que eu não conheço”. Ele falou: “qualquer coisa, a qualquer hora, você tem total liberdade comigo, você sabe disso, você pode me ligar se eu não estiver aqui” e aí eu assumi, e tive todo apoio dele desde o início, todas as minhas dúvidas eu o procurava, e ele sempre esclarecia para mim. Mas uma coisa é ser assessora de Ministro, ter uma equipe reduzida. Aqui, não. Da Secretaria, a maior Coordenação é a minha, então é muita responsabilidade. Mas eu consegui arrumar a coordenação. Quando eu cheguei estava muito bagunçada, era uma briga entre os funcionários, não tinha um banco de dados dos Pontos de Cultura, cada vez que um pedia informação era um sufoco, e era uma coisa muito mal feita. Agora não, nós temos o setor de informação, nós temos já catalogados 2.500 Pontos, fora os municípios que ainda estão conveniando. Consegui fazer com que os funcionários parassem com essa briga. Nosso grande problema eram os pareceristas, nós só tínhamos dois, que venceu o contrato em fevereiro. Agora a SEFIC fez um banco de pareceristas que foi ótimo para nós. Agora nós temos

quase 400 pareceristas para todo o Ministério. A secretaria que mais demanda é a SCC e a SEFIC, então conseguimos resolver esse problema, as coisas já estão mais tranquilas.

APÊNDICE C – Entrevista com Saliha Rachid, representante territorial de Cultura da Região Metropolitana de Salvador

Data: 20 de agosto de 2010

Entrevista concedida através de correio eletrônico.

Nome completo:

Saliha Araújo Rachid Alves

Profissão:

Publicitária

Grau de escolaridade:

Superior completo

Cargo/Função na Secretaria de Cultura:

Representante Territorial de Cultura da RMS

Data de Ingresso na Secult:

Dezembro/2008

Relate rapidamente sobre sua experiência profissional.

Sou graduada em publicidade e propaganda pela UCSAL e especialista em produção cultural e mídia pela UNIJORGE. Trabalhei durante quatro anos na ONG CIPÓ – Comunicação Interativa. Atuei em 03 núcleos: Avaliação e Disseminação – onde realizei uma pesquisa com os jovens egressos dos projetos da ONG; CIPÓ Produções – agência publicitária que atende clientes do terceiro setor; e Kabum! Novos Produtores – espécie de produtora que foca a sua atuação na inserção dos jovens egressos no mercado de trabalho. Atuei na área de audiovisual, sempre na área de produção. Destaco o trabalho na produtora VPC – trabalhava com a inserção de projetos cinematográficos em leis de incentivo, a exemplo do filme “Dawson Isla 10” de Miguel Littin. Integrei também a equipe de alguns curtas da Plano 3, a exemplo de “Pornographic” dirigido por Paula Gomes e Haroldo Borges. Atualmente atuo como Representante Territorial de Cultura da SECULT na Região Metropolitana de Salvador.

O que faz um Representante Territorial?

O trabalho consiste na representação das ações da Secretaria nos municípios que compõem o território; articulação junto ao poder público municipal para a implantação do Sistema Municipal de Cultura; visita aos Pontos de Cultura do território; mobilização da sociedade para participação nos editais públicos, nas conferências, audiências públicas.

Qual sua função em relação aos projetos de Pontos de Cultura conveniados com o MinC?

Não possuo nenhuma função com relação aos pontos conveniados com o MinC. Visitei a Terra Mirim, em Simões Filho, quando fiz o mapeamento cultural do município, já que é um projeto relevante para o mesmo e a ONG possui uma boa atuação na comunidade em que atua.

Como é feito o processo de acompanhamento por parte dos Representantes Territoriais?

A minha função é visitar, pelo menos uma vez ao ano, os Pontos de Cultura dos municípios que represento (Camaçari, Dias D’Ávila, Candeias, Lauro de Freitas, Simões Filho e Salvador – nessa cidade a representação é dividida com Renata Reis). A visita é fiscalizadora, pois visa confirmar se o ponto está realizando as atividades de acordo com o cronograma e orçamento apresentado à Secult. Mas, também, é formativa, uma vez que esclareço dúvidas acerca dos procedimentos da Secult, divulgo editais que os pontos podem participar, conversamos sobre gestão de projetos, possibilidades de parcerias para a sustentabilidade das ações etc.

Quantos Pontos de Cultura você visitou e onde estavam localizados?

São 16 ao todo. No quadro abaixo tem o nome da instituição e sua localidade.

Camaçari (localizado na zona rural)	Associação Beneficente Casa de Oxalá
Candeias (outras, em vários territórios)	União dos Amadores Cênicos da Bahia
Dias D'Avila	Associação Beneficente Educavida
Lauro de Freitas (localizado na zona rural)	Associação Comunitária Ideal
Lauro de Freitas (localizado em Itinga)	Associação Cultural Tupã
Salvador (Centro Histórico)	Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico de Salvador- AMACH
Salvador (Mussurunga)	Grupo Cultural Akidára
Salvador (Nazaré)	Academia de Letras da Bahia
Salvador (Centro Histórico)	Cipó Comunicação Interativa
Salvador (Ondina)	Associação de Capoeira Arte e Luta ACAL
Camaçari (Arembepe, atua em outros distritos do município)	Associação Cultural Abolição Capoeira
Salvador (Rio Vermelho)	Núcleo de Resgate e Preservação da Cultura Afro- Brasileira Omi- Dudu Artes
Salvador (Vasco da Gama)	Sociedade Beneficente e Recreativa São Jorge do Engenho Velho - Terreiro da Casa Branca
Salvador (Vasco da Gama)	Associação Beneficente, Cultural e Educativa Ilê Axé Ewé
Simões Filho	Sociedade Cultural Fanfarra Simõesfilhense Integração da Bahia
Salvador (Litoral Sul, Extremo Sul, Itaparica) a sede fica no Centro Histórico	Associação Nacional de Ação Indigenista- ANAI

Quais são as principais dificuldades relatadas pelos Pontos de Cultura que você visitou?

As principais dúvidas, principalmente na segunda visita, foi com relação à prestação de contas e gestão dos projetos.

Na sua avaliação, qual a importância da presença de funcionários do Estado nos Pontos de Cultura?

Acredito que a presença, quando tem o caráter formativo e de colaboração, tende a fortalecer a ação do ponto. Durante o processo, acontece uma aproximação com os proponentes e cria-se uma relação de confiança e parceria. Muitos pontos entram em contato para saber sobre o seu pagamento, para tirar dúvidas dos processos exigidos pela SECULT. Solicitam, também, indicação de profissionais para atuarem tanto na parte artística, como na administrativa. Acho essencial as visitas, pois nesses momentos é possível presenciar as atividades, conversar com as

pessoas que atuam no ponto e as que são atendidas por ele.

Há algum aspecto do projeto Ponto de Cultura ou algo de sua experiência no acompanhamento desses projetos que você gostaria de ressaltar?

Eu, particularmente, sou apaixonada pelo projeto ponto de cultura.

A visita a esses 16 pontos é bem enriquecedora e as dificuldades e soluções apresentadas aos problemas são bem diversas. Os Pontos Educavida, em Dias D' Ávila, e Abolição Capoeira, em Camaçari, conseguiram potencializar as suas ações, não só por causa do recurso, mas, após serem contemplados, assumiram outro papel em seus municípios, e conseguiram fechar parcerias com as empresas que estão fixadas nessas cidades e adquiriram maior respeito da sociedade civil e do poder público municipal.

Alguns pontos apresentaram muita dificuldade na gestão do recurso, durante a primeira parcela, e algumas instituições já haviam recebido recursos financeiros do Estado.

Desses 16 projetos, praticamente 90% deles afirmam ser muito importante ser ponto de cultura e acham que, com o “título” de ponto de cultura, o seu trabalho se torna mais sério e importante. Alguns pontos já estão inserindo jovens no mercado de trabalho. Todos reclamam da burocracia do Estado e da dificuldade de prestar contas.

Os proponentes, geralmente, são líderes nas comunidades em que estão inseridos. Nos demais municípios da RMS, eles são referência para a sociedade e influenciam outros projetos.

APÊNDICE D – Entrevista com Renata Camarotti, coordenadora do Projeto Ponto de Cultura na Secretaria de Cultura da Bahia

Data: 18 de outubro de 2010

Entrevista concedida através de correio eletrônico.

Nome completo: Renata Lucia Camarotti Camara Escorel Ribeiro

Profissão: Graduação em Psicologia / Universidade Federal da Bahia

Grau de escolaridade: Pós Graduação – Mestrado em Ciências Sociais / Universidade Federal da Bahia

Cargo/Função na Secretaria de Cultura: Coordenadora de Pontos de Cultura

Data de Ingresso na Secult: 17/07/2009

Relate rapidamente sobre sua experiência profissional.

Sou graduada em Psicologia e, desde o início da minha formação profissional, me interessei pela vertente da Psicologia Social Comunitária e pelo trabalho com grupos. Por isso, desde 1998, a minha prática profissional sempre esteve ligada ao desenvolvimento de projetos relacionados à educação, cultura e ao desenvolvimento comunitário. Ainda durante os estágios e, posteriormente, após a conclusão da graduação, realizei trabalhos junto a organizações da sociedade civil, a exemplo da coordenação do Projeto Mestre Pastinha, desenvolvido em uma escola do Centro Histórico de Salvador; do Projeto Axé, com atividades ligadas ao núcleo de saúde; da realização de trabalhos de desenvolvimento pessoal e social junto aos jovens atendidos pela Avante – Educação e Mobilização Social; e da coordenação de projetos de desenvolvimento e articulação comunitária através da Organização de Auxílio Fraternal – OAF. A partir de 2005, além dos trabalhos vinculados a organizações não governamentais, passei a atuar na Universidade Salvador como professora e supervisora de estágio das disciplinas Psicologia Social e Psicologia Social Comunitária, além de atuar como coordenadora do Setor de Psicologia Social Comunitária do Núcleo de Estudos e Práticas Psicológicas na referida instituição. Assumi a coordenação dos Pontos de Cultura em 2009, passando a me dedicar exclusivamente a esta função a partir do início de 2010.

Quantos Pontos de Cultura estão conveniados atualmente com a Secult? Há previsão de aumentar esse número?

Atualmente estão conveniados com a Secult 150 Pontos de Cultura. Já foi assinado um Termo Aditivo que prevê o conveniamento de 150 novas entidades: 50 já foram convocadas em setembro de 2010 (selecionadas pelo Edital 001/2008) e encontram-se em fase de capacitação e conveniamento; as outras 100 devem ser conveniadas em 2011, através do lançamento de novo edital.

Como é a dinâmica de acompanhamento dos Pontos de Cultura conveniados com a Secult? Quantos funcionários estão envolvidos no acompanhamento dos projetos? De quais setores são?

No caso da Bahia, a gestão dos Pontos de Cultura foi marcada, desde o início, pela preocupação em abarcar todo o estado. A opção por atuar territorialmente continua sendo o principal eixo norteador na gestão da Rede de Pontos de Cultura da Bahia. Tal concepção traduz-se na preocupação em promover ações que articulem os grupos existentes a partir do seu pertencimento territorial e da principal atividade por eles desenvolvida, a exemplo:

- da atuação estruturada a partir de 26 Territórios de Identidade, com a existência de um Representante Territorial da Secretaria para acompanhamento *in loco* das atividades realizadas e fortalecer a comunicação com as entidades conveniadas;
- da realização de “Encontros Territoriais de Pontos de Cultura”, por iniciativa dos próprios Pontos em articulação com os Representantes Territoriais de Cultura, tendo sido promovidos até o momento encontros em 5 distintos territórios de identidade.

- da interlocução com o Fórum de Pontos de Cultura da Bahia, que possui um representante em cada Território de Identidade, e do estímulo à sua participação em outras iniciativas de âmbito estadual, como as Conferências Territoriais e Estadual de Cultura, o 1º Encontro de Pontos de Cultura da Bahia e o Encontro do Fórum de Dirigentes de Cultura da Bahia, bem como de abrangência nacional, a exemplo da Teia – Encontro Nacional de Pontos de Cultura e da Conferência Nacional de Cultura.

Atualmente, o atendimento contínuo oferecido pela equipe da Coordenação dos Pontos de Cultura, na sede da Superintendência de Cultura, é realizado por três técnicos e três estagiários. Além destes profissionais, ocorre a contratação de prestadores de serviço para atividades específicas, a exemplo de pareceristas técnicos, profissionais para apoio na área de prestação de contas e outras ações, como o Catálogo de Pontos de Cultura da Bahia, que se encontra em fase de elaboração.

O acompanhamento também tem ocorrido através da realização de visitas às entidades proponentes pelos Representantes Territoriais de Cultura, iniciadas no ano de 2009. Para isso foram realizadas visitas introdutórias com o preenchimento de um formulário padrão, onde constam: informações sobre contexto político, social e econômico em que está inserido o Ponto de Cultura; as instalações físicas; equipamentos; recursos humanos; atividades desenvolvidas; ações de cultura digital realizadas; público-alvo; sustentabilidade; inserção em políticas públicas e participação em redes.

Ainda tem sido realizada, pela equipe da Coordenação de Pontos de Cultura, a orientação e acompanhamento individualizado (presencial e à distância) para a elaboração de relatórios técnicos e apresentação de prestação de contas. Neste sentido, tem sido feita a pré-análise de toda a documentação encaminhada pelos Pontos de Cultura e a elaboração de pareceres técnicos atestando o cumprimento das metas estabelecidas nos planos de trabalho. Em razão da necessidade de realizar mudanças na execução das metas previstas, devido à especificidade de cada contexto de implementação dos Pontos de Cultura têm sido realizado, também, o acompanhamento individualizado para reformulação de plano de trabalho.

Por fim, o acompanhamento das atividades desenvolvidas tem sido feito através da comunicação estabelecida diretamente pela Coordenação acerca das atividades desenvolvidas e das dificuldades encontradas na execução do Projeto, bem como o arquivamento de todo o material referente ao registro audiovisual das ações/eventos realizados pelos Pontos de Cultura.

Apesar dos obstáculos encontrados na implementação das ações de formação, foi feita, em 2009, a formação básica em software livre. O programa foi realizado através de parceria entre a Secretaria de Cultura e a Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação (SECTI), através do **Programa de Inclusão Sócio digital** desenvolvido nos CDCs (Centro Digital de Cidadania), presentes em mais de 300 municípios baianos. A primeira etapa correspondeu à capacitação de 17 monitores de CDCs de todo o estado para a multiplicação de conhecimentos na temática. A segunda, na formação de dois representantes de cada Ponto de Cultura, através de oficinas realizadas nos diferentes Territórios de Identidade.

Como perspectiva de continuidade das ações de formação, tem-se a implantação de:

- ações de capacitação por território para os Pontos de Cultura no campo da gestão, através da contratação de assistência técnica específica para assessoramento continuado das entidades em relação à prestação de contas, uma das principais dificuldades identificadas;
- ações de formação que ultrapassem a temática da gestão, e enfatizem outros aspectos cruciais para o desenvolvimento do Programa, a exemplo de formações avançadas em cultura digital e em linguagens artísticas, que busquem estimular a integração da Rede de Pontos de Cultura da Bahia a outras redes existentes.

Para isso, a Superintendência de Cultura pretende estabelecer parcerias com demais órgãos da Secretaria, para viabilizar a participação dos Pontos de Cultura nas ações já desenvolvidas por estes especificamente para os Pontos, o que ainda não se efetivou. A primeira iniciativa neste sentido é a aproximação dos Pontos de Cultura das atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Culturas Populares. Está prevista a participação dos Pontos em um evento promovido por este Núcleo, com a programação de um momento específico para interlocução com os Pontos.

Entretanto, a implementação de ações mais estruturantes e qualitativas tem sido dificultada pelo pequeno quadro de funcionários existentes na Superintendência de Cultura e pela necessidade de responder prioritariamente à situação dos Pontos no que se refere à prestação de contas, o que tem deixado a implantação de ações de formação em segundo plano.

Sabe se há alguma relação entre os PC conveniados do MinC e os da Secult? Se sim, como ela se dá?

Pelo que posso observar, sim. Além das relações estabelecidas devido à localização das entidades - grupos que já se conheciam por desenvolverem atividades culturais em um mesmo município ou território, por exemplo – percebo que a relação entre Pontos MinC e Secult tem se dado muito em função da ação do Fórum de Pontos de Cultura da Bahia, ainda que de modo pouco freqüente e estruturado.

APÊNDICE E– Entrevista com Cristina Maria Alves, integrante da Comissão Estadual dos Pontos de Cultura da Bahia

Data: 02 de setembro de 2010

Entrevista concedida através de correio eletrônico

Nome completo:

Cristina Maria Alves de Jesus

Profissão:

Produtora Cultural

Grau de escolaridade:

Terceiro Grau Completo

Ponto de Cultura que representa:

Espaço da Arte

Há quanto tempo você integra a rede de Pontos de Cultura?

Desde 2006

A estadualização do Programa Cultura Viva interferiu de que maneira na rede que já existia no Estado?

Na minha opinião, não há estadualização porque isso significaria a gestão total do estado e, na verdade, é uma parceria com o MinC, ou seja, um convênio, salvo engano, de co-responsabilidades. Não existia rede no estado, existia a rede nacional formada pelos pontos de cultura do Brasil. Após o edital para os Pontos de Cultura em convênio com o estado, se formou a rede da Bahia a qual procurou incorporar os pontos conveniados com o MinC, localizados no estado.

Como é que funciona a Comissão Estadual dos Pontos de Cultura da Bahia, especialmente com a dinâmica do G26 e do G8? Como eles atuam?

Temos uma agenda de encontros, uma agenda de reuniões, e um sistema de comunicação via net. Na base, os responsáveis acompanham os Pontos de Cultura de seus respectivos territórios trazendo e levando informações, dentre outras coisas.

Quando há um Fórum Nacional, como é que a Bahia se apresenta com oito representantes, se em outros estados há apenas um titular e um suplente?

Esta experiência é nova, apesar de não ser somente a Bahia, já que tem outros estados na mesma configuração. Isso é avaliado conforme o limite de despesas, aí a comissão decide quem vai representando. O Fórum Nacional, por exemplo, que acontece dentro da Teia não há problema, visto que é incentivada a participação de todos os representantes de Pontos de Cultura.

Tem havido ações conjuntas, transversais, intercâmbios entre os Projetos? Quais?

Intercâmbio Ponto a Ponto; Residências em Pontos de Cultura; Interações Estéticas; Intercâmbios locais. Os pontos mantêm contatos divulgando as atividades e realizando em conjunto. Participam de reuniões abertas. Temos sido procurados para intercâmbios com outros países através de organizações estrangeiras sediadas aqui no Brasil.

Qual é a maior dificuldade que os Pontos de Cultura possuem para executar o projeto Ponto de Cultura?

Gestão administrativa e financeira (tendo em vista que, na grande maioria, são ONGs com limitações de conhecimentos na área de políticas públicas de cultura).

Há alguma proposta da rede em relação a uma possível solução?

Sim, mas a médio e a longo prazo, a começar pela formação. Por outro lado, se discute com o

MinC uma melhora na relação pontos x legislação x políticas de cultura etc.

Há algum aspecto do projeto Ponto de Cultura que você gostaria de ressaltar?

São muitos, mas tenho que escolher um não é mesmo? Ele se estabelece independente e autônomo é a sua vocação, portanto acho que deveria se tornar um título (assim como OSCIP).

APÊNDICE F – Entrevista com Chicco Assis, coordenador do Cine Teatro Solar Boa Vista - Ponto de Cultura conveniado com o Ministério da Cultura

Data: 11 de agosto de 2010

Entrevista concedida através de correio eletrônico

Quando e onde foi feito o primeiro encontro reunindo os Pontos?

Em 2007, houve em Salvador, na Faculdade de Direito da UFBA, um encontro de Pontos de Cultura da BASEAL (Bahia, Sergipe e Alagoas). Em outubro de 2007, aconteceu ainda o Encontro de Pontos de Cultura da Bahia, em Cachoeira. Em 2008, aconteceu o encontro Pré-Teia, que preparava para a Teia de Brasília, na Faculdade de Educação da UFBA. Em 2009, aconteceu o encontro organizado pela SECULT, reunindo os Pontos de Cultura conveniados tanto com o MinC, quanto com a SECULT. Em 2010, os Pontos da Bahia voltaram a se reunir no Ceará, durante a TEIA.

A partir de que momento foi formado a lista de discussão virtual? Quem ficou responsável por administrá-la?

A lista surgiu a partir do encontro em Cachoeira. No momento, acho que quem administrava era o André (Eletrocooperativa) e Fabiana Goa.

Quando foi fundada a comissão estadual de Pontos de Cultura e quem vem participando dela?

A primeira comissão estadual surgiu a partir do encontro Pré-teia 2008. No encontro de 2009, foi definido que a Comissão Estadual seria formada por 26 representantes, sendo 01 de cada Território de Identidade - chamado de G26, que possui 01 suplente para cada representante. Dessa Comissão, foi eleita uma comissão executiva - composta por 08 representantes - o G8.

A Bahia esteve representada em alguma comissão nacional? Quando?

Sim. Acho que sempre. Em algum momento, se não me falha a memória, o Lu Cachoeira participou dos encontros (2007), depois o Márcio Griô (2008-2009). A proposta atual é que a Bahia esteja representada pelo G8, se não me engano o Márcio e a Pauline estão mais a frente disso.

APÊNDICE G – Entrevista concedida por Catarina Sales, Superintendente de Formação e Difusão Cultural da Secretaria de Cultura de Alagoas

Data: 29 de agosto de 2010

Entrevista concedida através de correio eletrônico

Nome completo:

Catarina de Labouré Pereira Sales

Instituição em que trabalha:

Secretaria de Estado da Cultura de Alagoas

Cargo que ocupa:

Superintendência de Formação e Difusão Cultural

Como e quando se formou a Rede de Pontos de Cultura de Alagoas?

Início da articulação em 2006, formação em 2007, consistência em 2008

Como essa Rede funciona? (ex. Encontros virtuais, fóruns mensais, intercâmbio entre os participantes, publicação de livros etc)

Intercâmbio entre os PCs através dos endereços: <http://br.groups.yahoo.com/group/pontosdecultura-al> e <http://cirandadospontos.org/>; reuniões plenárias mensais (1ª segunda-feira mensal); reunião do comitê gestor mensal e eventual encontros semestrais de capacitação e fórum da rede; articulação com a rede Sergipe; publicação “Caderno de textos para elaboração da cartografia dos Pontos de Cultura”.

Em que contexto aconteceu o encontro da subregional Al-Se em 2010? A Bahia fazia parte dessa subregional mas não participou do Encontro.

Por sugestão do MinC/Ne, na ocasião dos encontros pré-Teia 2010, considerando que Alagoas já tinha uma certa organização da rede e Sergipe estava articulando sua rede, poderia ser uma boa experiência. Portanto, sugeriram fazermos o encontro em Alagoas convidando Sergipe para participar. Sergipe aceitou a proposta e o encontro aconteceu em Maragogi-AL, contando com a participação e apoio do MinC. Foram 4 dias de articulação, exposições, fóruns estadual e sub-regionais, exposições, capacitações de tecnologia (comunicação e articulação em rede) e pedagógica (elaboração da cartografia dos Pontos de Cultura). Além da articulação entre os PCs dos estados, várias decisões estaduais aconteceram neste encontro. Posteriormente, esta rede AL-SE se fortaleceu no evento "Teia 2010 - Tambores Digitais" em Fortaleza, quando os estados lutaram juntos por decisões políticas culturais estabelecidas no Encontro (Carta Maragogí). Os dois estados se articulam por suas características e ainda pela forte influência de articulação traçada pelo viés geográfico que, além dos limites territoriais, confluem ações culturais delimitadas pela pertinência de políticas culturais referentes ao Rio São Francisco.

A Secretaria de Alagoas desempenha algum papel especial na articulação da Rede? Qual?

A Secult-AL coordena não só a rede alagoana de Pontos de Cultura (desde 2010) mas também coordena o Pontão "Guerreiros Alagoanos", sede e articulador da convivência alagoana de Pontos de Cultura (desde 2007). Temos o papel de fortalecer, articular, mobilizar, animar a rede, promover capacitações, acompanhar, dar suporte tecnológico e ainda, fazer a articulação entre o MinC e os Pontos de Cultura conveniados diretamente com ele, e vice-versa. Entendemos ser este o papel do estado na proposta de descentralização da gestão cultural, proposta pelo MinC.

Há algo que queira acrescentar sobre a rede?

- 1) Os Pontos de Cultura de Alagoas conquistaram uma cadeira no "Conselho Estadual de Cultura";
- 2) A rede é formada pelos Pontos conveniados diretamente com o MinC e os conveniados diretamente com o estado, sem distinção;
- 3) A gestão do "Pontão Guerreiros Alagoanos" é compartilhada, todas as decisões pertinentes são decididas coletivamente;

- 4) Todos os PCs participam dos problemas individuais de cada PC através das reuniões promovidas e via web;
- 5) Os PCs que encerram suas vigências junto ao MinC (os mais antigos) permanecem na rede;
- 6) A Secult-AL procura incentivar todos os PCs, promove-os, incentiva-os à sustentabilidade, divulgando seus serviços, contratando-os e indicando-os como prestadores de serviços culturais;
- 7) Os próprios PCs são incentivadores da ampliação da rede. Participarão neste mês (set de 2010) da análise do edital de seleção de "novos" 20 PCs e 01 Pontão, na ampliação da rede alagoana de Pontos de Cultura;
- 8) A Secult-AL, através do Pontão "Guerreiros Alagoanos" estimula o diálogo entre os PCs, especialmente buscando fortalecer o crescimento e profissionalismo da gestão dos mesmos.